UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO AMAZONAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

DO TEMPLO DE TAIPA AO TEMPLO DE PEDRA: A CONSTRUÇÃO DA IGREJA MATRIZ DE MANAUS (1858-1878)

ANA PAULA DE SOUZA RABELO

MANAUS
2008

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO AMAZONAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

ANA PAULA DE SOUZA RABELO

DO TEMPLO DE TAIPA AO TEMPLO DE PEDRA: A CONSTRUÇÃO DA IGREJA MATRIZ DE MANAUS (1858-1878)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, como requisito para obtenção do grau de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Otoni Moreira de Mesquita

MANAUS
2008

TERMO DE APROVAÇÃO

A Dissertação foi submetida à Banca Examinadora composta pelos Professores Doutores Otoni Moreira de Mesquita (Departamento de Artes – UFAM), José Aldemir Oliveira (Departamento de Geografia – UFAM) e Maria Luiza Ugarte Pinheiro (Departamento de História - UFAM) em 15 de dezembro de 2008, sendo ali aprovada.

Dedico:

Aos meus pais Airton e Ana Maria Rabêlo pelo exemplo e formação.
Ao meu marido Agenor pelo companheirismo.
Aos meus filhos Rodrigo e Gustavo pela esperança.
À minha tia Edna Venâncio de Souza pelo apoio.

Agradecimentos

A realização deste estudo contou com a contribuição de diversas pessoas, quero aqui nomeá-las e tornar pública minha gratidão. Inicio minha lista pelo meu orientador Professor Doutor Otoni Mesquita por ter acreditado na minha proposta, fornecido seu acervo bibliográfico e documental particular, e pelas diretrizes. Em seguida as mestras Deusa Costa e Elisângela Maciel que ainda na graduação me incentivaram, e ao longo deste percurso todas as vezes que as dificuldades se avolumavam me deram à mão e mostraram que era possível continuar. Ao Secretário de Estado da Cultura, Robério Braga, por ter me autorizado a realizar as disciplinas do programa no meu horário de expediente. Aos professores do programa de pós-graduação em história da Universidade do Amazonas, Auxiliomar Silva Ugarte e Maria Luíza Ugarte Pinheiro, pelos questionamentos sérios e sinceros que muito contribuíram para o desenvolvimento da dissertação.

Agradeço a Judeth Costa e Emanuelle Figueiredo, amigas e companheiras de trabalho que com suas sugestões e apoio tornaram minha caminhada suportável. A amiga Jane Fontenelle que com seus conhecimentos de engenharia e arquitetura auxiliou a desvendar as plantas da edificação. À Daniel Lira e Ricardo Silva que me auxiliaram na formatação das ilustrações. As companheiras do programa de mestrado pelos debates, dicas e parcerias, em especial Dorineth Bentes e Simone Villanova.

Agradeço àqueles que contribuíram com a pesquisa e suas instituições: Raimundo Nonato Braga, Ana Christina dos Santos e Cristiane Vieira da Diretoria do Departamento de Gestão da Informação/Centro Cultural Povos da Amazônia; padre Selestino Ceretto que guarda no arquivo de sua paróquia os poucos documentos remanescentes do início do século XX da Igreja Matriz; Rosângela Martins e Helena Rodrigues, bibliotecárias do Museu Amazônico e Marlúcia Bentes do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas.

Agradeço também a Edna Souza e Suely Costa pelas palavras certas nas horas certas, e o apoio, inclusive financeiro.

E agradeço principalmente a Deus, pois sem Ele nada é possível.

Resumo

DO TEMPLO DE TAIPA AO TEMPLO DE PEDRA: A CONSTRUÇÃO DA IGREJA MATRIZ DE MANAUS (1858-1878)

Esta dissertação tem como objetivo demonstrar que o templo da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição é um forte indício das transformações que se processaram no traçado da malha urbana da cidade de Manaus. Deste modo vislumbramos a cidade como um organismo urbano multifacetado que diz respeito à estreita vinculação existente entre a constituição de um poder urbano que organiza e configura seu espaço, revelador deste poder, expresso principalmente através de sua monumentalidade. A arquitetura urbana, aliás, representa a *escrita da cidade* por ser uma das formas que o homem marca sua passagem. Buscamos elucidar o processo de construção da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, na cidade de Manaus (1858 -1877), vinculado este processo à configuração política e administrativa da Província do Amazonas. No sentido de encaminhar a problemática, optamos por traçar uma trajetória iniciada na ocupação e instalação dos portugueses em torno da Fortaleza de da Barra do Rio Negro até a definição do espaço como cidade de Manaus, priorizando o estudo da construção do templo religioso e procurando demonstrar que a identificação arquitetônica se encontra carregada de elementos significativos que por si só constituem um discurso e revelam uma escolha. Em última instância a obra arquitetônica materializa o pensamento vigente de sua época, revelando assim a sociedade constituída.

Palavras chaves: templo, cidade, província, igreja, Manaus.

Abstrat

FROM THE TAIPA TO THE STONE TEMPLE: THE BUILDING OF MATRIZ CHURCH OF MANAUS (1858 – 1878)

This work has the objective to show that Matriz Church Temple of Nossa Senhora da Conceição is a strong element of the transformation that happened in the urban stitch of Manaus. For this way we see the city as an urban organism multifaceted that is told to a narrow connection, existent between the constitution of an urban power that organize and configure its space, expressed mainly through its monumentality. The urban architecture, therefore, represents the *city writing* because it is the way the men mark their passage. For this reason, we try to elucidate the process of Matriz Church Temple of Nossa Senhora da Conceição construction, in Manaus (1858 – 1877), and how this process is connected to the policy configuration and administrative Amazonas Province. Following this problematic we opted to trace a way that begun in the Portuguese occupation and installation around the Barra do Rio Negro Fort until the definition of this space today denominated Manaus, having as priority the religious temple building study and trying to demonstrate that the architecture identification has a lot meaningful elements that build itself a discourse and reveal a choice. In last instance the architecture work materializes the thinking of its epoch, revealing an established society.

Key Words: temple, city, province, church, Manaus.

Lista de Ilustrações

Ilustração 1	Prospecto da Fortaleza da Barra do Rio Negro (1756).....	21
Ilustração 2	Planta da Cidade da Barra do Rio Negro (1844).....	28
Ilustração 3	Planta da Villa de Manáos (1845).....	28
Ilustração 4	Planta da Cidade de Manáos (1852).....	37
Ilustração 5	Detalhe da Planta da Cidade de Manaus (1844/1845).....	47
Ilustração 6	Foto da Fachada da Catedral Metropolitana de Manaus (1901-1902).....	83
Ilustração 7	Foto do Sino da torre ocidental da Matriz.....	84
Ilustração 8	Projeto da fachada projetada por Domenico de Angelis.....	85
Ilustração 9	Planta baixa da Igreja Matriz.....	87
Ilustração 10	Ala lateral esquerda.....	88
Ilustração 11	Ala lateral direita.....	89
Ilustração 12	Mausoléu.....	90
Ilustração 13	Capela Batismal.....	90
Ilustração 14	Pia de Água Benta.....	90
Ilustração 15	Forro do Átrio.....	91
Ilustração 16	Altar de Nossa Senhora das Graças.....	92
Ilustração 17	Altar de Santo Antônio.....	92
Ilustração 18	Altar do Anjo Gabriel.....	93
Ilustração 19	Altar de São José.....	93
Ilustração 20	Altar de Nossa Senhora do Carmo.....	94
Ilustração 21	Altar de Nossa Senhora das Dores.....	94
Ilustração 22	Altar Sagrado Coração de Jesus.....	95
Ilustração 23	Altar de Nossa Senhora da Conceição.....	95
Ilustração 24	Nave.....	96
Ilustração 25	Púlpito.....	97
Ilustração 26	Capela-mor.....	98
Ilustração 27	Tela de Olímpio de Menezes.....	99
Ilustração 28	Pintura Casa Makk.....	99
Ilustração 29	Tela de Branco e Silva.....	101
Ilustração 30	Pintura Parietal Casal Makk.....	101
Ilustração 31	Altar-mor.....	102
Ilustração 32	Imagem de Nossa Senhora da Conceição.....	103
Ilustração 33	Consistório.....	104
Ilustração 34	Sacristia Lateral Esquerda – Atual Museu.....	105
Ilustração 35	Imagem de Nossa Senhora da Conceição.....	106
Ilustração 36	Sacristia Lateral Direita – Atual Secretaria.....	108
Ilustração 37	Piso do Átrio.....	109
Ilustração 38	Piso Capela-mor.....	110
Ilustração 39	Piso Capela-mor.....	110
Ilustração 40	Xilogravura de Riou in Paul Marcoy.....	113
Ilustração 41	Planta da Cidade de Manaus (1879).....	127

SUMÁRIO

9
INTRODUÇÃO 10
1 O Ttemplo E O ESPAÇO URBANO 15
1.1O templo de taipa (1695-1790) 16
1.2O templo de madeira de lei (1791-1850) 21
1.3 O templo de cinzas (1850-1858) 29
2 O TEMPLO DE PEDRA – IGREJA MATRIZ DE MANAUS 50
2.1 A Construção - Primeira década (1858-1868) 50
2.2 A Construção - Segunda década (1869-1878) 66
2.3 O templo de pedra – Aspectos formais 80
2.3.1 Aspectos externos 81
2.3.2 Aspectos internos 85
Átrio 88
Alas Laterais 90
Arcos Laterais 94
Nave 95
Capela-mor 96
Sacristia lateral à esquerda – Atual Museu 103
Sacristia lateral à direita – Atual Secretaria 106
Pisos 108
3. MANAUS NO PERÍODO PROVINCIAL 111
3.1 A cidade 111
3.2 Braços da Cidade 128
128
3.2.1 Mão-de-obra 128
3.2.2 Formação da mão-de-obra: o Instituto de Educandos e Artífices de Manaus 140
CONSIDERAÇÕES FINAIS 148
FONTES 157
I. Relatórios, Falas, Exposições 157
II ARQUIVOS DIGITAIS 160
III ANAIS 161
IV ESTUDOS 161
V Naturalistas e viajantes 165
VI periódicos 165
VII MANUSCRITO 167

INTRODUÇÃO

O interesse pela Arte e pelo Patrimônio Histórico edificado surgiu no ano de 1991. Então aluna do Curso de Desenho Industrial na Universidade do Amazonas, cursei a disciplina de História da Arte com o professor Otoni Mesquita, que proporcionou um novo olhar para a arte e a arquitetura. A disciplina, apesar de não abordar especificamente a cidade de Manaus, suscitou questionamentos e uma longa trajetória de estudos e aprendizados.

Em 1997, Mesquita assumiu o cargo de Diretor do Patrimônio Histórico da Secretaria de Estado da Cultura, Esportes e Estudos Amazônicos (atualmente Secretaria de Estado da Cultura) e convidou-me para fazer parte de sua equipe, a princípio na parte administrativa e depois como Restauradora / Conservadora do Ateliê de Restauro de Obras de Arte.

No Departamento do Patrimônio Histórico / Ateliê de Restauro, setor que tem como missão preservar, conservar e restaurar os Bens Culturais do Estado, a equipe teve a oportunidade de realizar diversos cursos na área de patrimônio cultural e conservação/restauração de Bens Culturais. Entre os diversos projetos elaborados e executados, participei no ano de 2000 da elaboração do projeto de restauração da Catedral Metropolitana de Manaus, obra executada entre os anos de 2001 e 2002.

Para dar embasamento teórico a este projeto foi realizada pesquisa histórica e iconográfica da edificação. O resultado da pesquisa levou-me a outros questionamentos, ainda que não tivesse embasamento teórico e tempo hábil para respondê-los naquele momento. Entre a bibliografia consultada um trecho de texto em especial seduziu-me e intrigou-me. Era o texto de Dalton Sala, o qual dizia:

> [...] por trás de uma cortina de fumaça levantada por um confuso debate teórico, fica difícil ao historiador cumprir aquilo que acredito, é o principal objetivo de sua tarefa: revitalizar essas linguagens esquecidas. Se é dito popular que as paredes falam, por que não acreditá-las também com bocas e capazes de contar uma história para qual somos nós que não temos ouvidos para escutar?[1].

Naquele momento pensei "vou fazer história e tentar ouvir estas paredes". Assim, primeiramente a restauração de Bens Culturais e depois a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição levaram-me a cursar História no Centro Universitário do Norte –

[1] SALA, Dalton. *Ensaios sobre Arte Colonial Luso-brasileira.* São Paulo: Landy, 2002, p. 24.

UNINORTE entre os anos de 2002 e 2005 e, como não podia deixar de ser, a Igreja Matriz foi meu tema da Monografia.

Para desenvolver a monografia diversos obstáculos se apresentaram, porém com o embasamento em metodologia da história ministrado pelo professor doutor Gilson Gil e pela professora Elisângela Maciel, orientação da mestra Deusa Costa, co-orientação de Otoni Mesquita, que defendia no período seu doutoramento em História, realizamos o estudo do objeto. Este foi o meu primeiro contato com a pesquisa histórica, com o objeto e com a bibliografia pertinente, e evidentemente não respondeu a todos os questionamentos pré-existentes e novas inquietações surgiram.

Percebia que muito havia ainda a ser explorado, pois esta era uma vertente pouco abordada pela historiografia local e ainda com muitas lacunas. Então, no final de 2005 surgiu a oportunidade de continuar minha formação acadêmica e o estudo do patrimônio histórico edificado como temática, pois a Universidade Federal do Amazonas abria inscrição para sua primeira turma de Mestrado em História. Inscrevi-me na seletiva e ingressei no programa, tendo ainda o templo da Igreja Matriz como foco.

De grande valia para o aperfeiçoamento do projeto e desenvolvimento da pesquisa foram as disciplinas cursadas no programa, principalmente "Histórias, Culturas e Representações" e "Cidade e Trabalho", que propiciaram a problematização do tema. Na primeira, com base em uma vasta bibliografia foi possível a construção do referencial teórico que tornaria possível desenvolver o estudo sobre a representação da edificação para a imagem da cidade a partir das noções, entre outras, de representação, imaginário e apropriação de Roger Chartier que considera que "não há prática ou estrutura que não seja produzida pelas representações"[2]; e Pierre Bordieu que permite abordar o poder simbólico.

A disciplina "Cidade e Trabalho" contribuiria para as análises das diferenças e especificidades próprias de cada uma das aproximações do tema da urbanidade e da monumentalidade. Para esclarecermos a importância da edificação, o caminho indicado por Rossi através da teoria das permanências nos permitiria realizar uma leitura das mudanças na estrutura da cidade remontando à formação espacial da mesma.

Portanto, estas disciplinas proporcionaram uma reflexão sobre o instrumental teórico que propiciaria meios para elucidar como a construção da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição na cidade de Manaus (1858 -1877) estaria vinculada à nova configuração política e administrativa da Província do Amazonas.

---

[2] CHARTIER, Roger. *A beira da falésia: À história entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: Ed. Universidade / UFRGS, 2002, p.66.

Deste modo, para elaboração desta dissertação, partimos do princípio que Manaus, enquanto espaço urbano, e a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, enquanto bem edificado, revelariam, respectivamente, em suas complexidades aspectos do movimento histórico que caracteriza a sociedade em que estão inseridos, numa vinculação entre a constituição de um poder urbano que organiza e configura o espaço, expresso, entre outras maneiras, na monumentalidade[3] das edificações.

A cidade e o templo, assim entendidos, são partes da cultura ou subcultura em que são gestados e desenvolvidos/construídos. E, para melhor compreender o que representa a edificação da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição para a recém-criada província do Amazonas, urge conhecer o momento político e social da cidade e suscitar uma reflexão sobre os conflitos pelos quais passava a Igreja, uma vez que o templo religioso, ao longo de sua história, agregou à sua edificação a imagem do Estado e da Igreja, tornando-se instrumento de legitimação dos mesmos.

Partindo dessas concepções, neste estudo, buscamos entender o destaque da construção do novo templo da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição na paisagem e no conjunto dos aspectos que passaram a definir as representações da sociedade na segunda metade do século XIX, em Manaus, observando a urbe não como algo uniforme e imóvel, mas em movimento de contínua mudança. Para entender esses aspectos de continuidades e descontinuidades que marcam a vida da urbe, começamos nosso estudo no momento que os carmelitas fundaram a pequena ermida em homenagem a Nossa Senhora da Conceição, contudo o período em que nos detemos foi o de construção do atual templo (1858 – 1877).

No decorrer destes capítulos busca-se demonstrar que desde o início da colonização do Brasil a Igreja Católica, como instituição oficial ligada ao poder secular e ao poder eclesiástico, estava presente em todos os setores da sociedade: família; escola; política; hospitais, exercendo assim, uma força intensa para disciplinar a sociedade, tornando-se um dos braços do Estado.

---

[3] Segundo Carlos Leite Brandão, professor de História da Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, o monumento remete, em primeira instância, às dimensões da eternidade e do que remete à memória, à lembrança, e se destina também ao futuro. Esse veículo de mensagens históricas e culturais dá forma e perenidade ao que surge como decorrência da função e da técnica. E além de tudo, é o ponto para o qual convergem os esforços coletivos e simbólicos de uma comunidade para afirmar-se para si e para os outros. O monumental, portanto, não é o grandioso, o excepcional, o inédito, mas, a síntese que se tornou comum, pública e legítima dentro de uma tradição. (BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. *Monumentalidade e cotidiano: a função pública da Arquitetura*. Artigo apresentado na revista eletrônica Mínimo Denominador Comum, acessado em 01.12.2006).

Destacamos que a Igreja possui uma tríplice leitura do espaço: um espaço restrito, a diocese, onde é exercido o poder dos bispos; um espaço mais amplo, a igreja universal, com sede em Roma; e um espaço mítico, religioso propriamente dito, o templo[4].

O espaço a que nos detemos é o religioso, ou seja, o templo de Nossa Senhora da Conceição e sua representatividade para o espaço urbano que hoje é a cidade de Manaus. Este templo passou por três técnicas construtivas: taipa; madeira e pedra. Entre o templo de madeira e o de pedra houve uma lacuna a qual denominamos "templo de cinzas". A partir destas transformações materiais fizemos um estudo da povoação e tratamos de alguns aspectos de sua sociedade.

Assim, no decorrer do primeiro capítulo abordamos o templo de taipa, o templo de madeira de lei e o "templo de cinzas", procurando esclarecer como se procedeu o desenvolvimento do traçado urbano da cidade de Manaus e em que contexto social e político se deram as mudanças constitutivas do templo, fazendo ligação entre o método construtivo da igreja e a sociedade que ela buscava representar.

No segundo capítulo, nos detemos na construção e representação da Nova Matriz da Capital, partindo da premissa que este templo faz parte do conjunto de edificações, que funcionam como núcleo de agregação da cidade no decorrer do tempo e, por isso, identificam-se, frequentemente, com seus fatos constituintes. Sendo assim, buscamos compreender não só sua estrutura física e aspectos formais, como também apreender, para além da sua arquitetura, os aspectos históricos, políticos, econômicos, sociais, religiosos e urbanísticos da época de sua construção.

No terceiro capítulo abordamos a dinâmica da urbanização da cidade no período de construção do "templo de pedra" e a força motriz dessa transformação, a mão-de-obra. Desse modo, contextualizamos a dinâmica das transformações urbanísticas da cidade de Manaus no período provincial.

O trabalho prioriza as fontes primárias oficiais - Relatórios dos Presidentes da Província do Amazonas, Falas, Exposições e Anais da Assembléia Legislativa Provincial do Amazonas – emitidas no período definido pelo corte cronológico. São utilizados também os relatos dos viajantes, mapas, jornais, e alguns estudos referentes à atuação da Igreja Católica na Amazônia ou referentes à cidade de Manaus. Excepcionalmente, não utilizamos a documentação oficial da Igreja, devido à dificuldade de acesso a eles.

---

[4] ROY, Marie-Andrée. Le changement de la situation des femmes dans le catholicisme quebécois. Le rapport Dumont: mocraliser l'Église catholique". *Sociologie et sociétés* XXII, 1990, apud AZEVEDO, Dermi. *Desafios Estratégicos da Igreja Católica*. Lua Nova nº 60, Scielo Brasil, 2003, p.58.

Em termos gerais, se busca elucidar que o projeto civilizatório para a Província do Amazonas concentrava-se em várias instâncias. Umas de ordem sociocultural, outras de identidade mais claramente política, e outras religiosas. Sendo que, em qualquer destas instâncias sobressaía-se, na monumentalidade da Igreja Matriz, a representação simbólica, fosse do Estado ou da Igreja. Neste contexto, buscamos demonstrar que a construção do novo Templo da Matriz revela-se como símbolo maior, sendo a mesma, a edificação de maior valor simbólico do período provincial no Amazonas.

1 O TEMPLO E O ESPAÇO URBANO

Ao visitarmos o centro da cidade de Manaus, um dos ícones que avistamos é a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição. Este patrimônio cultural, histórico, artístico, arquitetônico e paisagístico é testemunho material da ocupação, ruptura e permanência no espaço da cidade. De acordo com a teoria desenvolvida por Aldo Rossi[5], os fatos urbanos são artefatos, pois enquanto "coisa construída, também são testemunhos de valores, são permanências e memória" [6] são condicionante e condicionado.

Para esclarecermos a importância deste monumento histórico, seguiremos o caminho indicado por Rossi, fazendo uma leitura das mudanças na estrutura da cidade utilizando os mapas cadastrais históricos, os relatos dos viajantes e remontando à formação espacial da cidade; procurando demonstrar que, o templo da Matriz faz parte de um passado que ainda experimentamos[7], sendo signo de um novo tempo, representação de um novo momento político, civil e religioso.

Nesse sentido, retoma-se a leitura da edificação como "um receptáculo especial destinado a armazenar e transmitir mensagens"[8]; indicada por Mumford, lembrando, ainda, que no princípio todas as suas funções humanas criativas estavam ligadas à religião. Mesmo quando ressalta a importância da função materializadora da cidade, este autor valoriza o seu papel comunicativo, advertindo que "os prédios falam e agem não menos que as pessoas que neles habitam" [9].

Neste primeiro capítulo, abordaremos, a partir da tipologia da construção do templo, a ocupação do Lugar da Barra, atual Manaus, em três momentos distintos: o templo de taipa; o templo de madeira de lei e; o templo de cinzas, período em que a cidade ficou sem Igreja.

---

[5] Teoria desenvolvida a partir dos estudos de Carlo Cattaneo, Tricart, à teoria das persistências de Marcel Poete e à teoria iluminista, em particular à obra de Milizia, na obra *A Arquitetura da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

[6] Rossi citando Carlo Cattane. ROSSI, Aldo. *A Arquitetura da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995, p.22.

[7] "... Com efeito inclino-me a crer que os fatos urbanos persistentes se identificam com os monumentos, que os monumentos são persistentes na cidade, e persistem efetivamente, inclusive do ponto de vista físico. Essa persistência e permanência é dada por seu valor constitutivo, pela história e pela arte, pelo ser e pela memória". ROSSI, Aldo. *A Arquitetura da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995, p.53-56.

[8] MUMFORD, Lewis. *A cidade na história, suas origens, transformações e perspectivas*. 1961. 3ª edição brasileira: junho de 1991. Ed. Martins Fontes, p. 114.

[9] MUMFORD, Idem, p.129.

1.1 O templo de taipa (1695-1790)

Durante o período colonial, a Igreja foi instrumento da política de ocupação e expansão do poder da Coroa Portuguesa no Brasil e, por conseguinte, de dominação do território amazônico. O poder estabelecido promoveu um modelo de catolicismo, como expansão da cristandade. Nele, a Igreja era uma instituição subordinada ao Estado e a religião oficial funcionava como instrumento de dominação social, política e cultural.

De acordo com Nestor Goulart Reis Filho[10], o processo de povoamento instituído pelos portugueses, entre 1616 e 1757, na região amazônica ocorreu, inicialmente, por meio de aldeamentos missionários (grupamentos indígenas sob liderança de missionários) e estabelecimentos militares (fortes de tamanhos variados). Ao longo deste período, transformaram-se em cidades (São Luís, Belém), vilas (Barcelos, Barra do Rio Negro, Cametá, Santarém) e lugares (Alvelos, Ega). Para consolidar a presença eclesial foi criado, em 1677, o bispado do Grão Pará e Maranhão, que foram separados em 1719. Várias ordens religiosas se estabeleceram na região, entretanto, coube à Companhia de Jesus o governo espiritual e temporal dos índios. E, sendo os índios o braço para toda e qualquer atividade lucrativa ou de sobrevivência na região, diversos atritos surgiram entre as ordens. Para apaziguá-las, a Coroa, em 1693, fez a divisão do território amazônico entre as ordens missionárias já estabelecidas na região.

Entretanto, nesta divisão, nenhum território coube aos Carmelitas, somente no ano seguinte, em nova Carta Régia, foi concedida a esta ordem religiosa[11] à área do Rio Negro, em cuja foz edificaram, nas proximidades da Fortaleza de São José da Barra do Rio Negro[12], no ano de 1695, a primitiva capela de Nossa Senhora da Conceição, onde, em seu entorno, indígenas de várias etnias passaram a habitar. Assim, forte e capela deram início ao Lugar da Barra.

---

[10] REIS FILHO, Nestor Goulart Reis Filho. *Evolução Urbana do Brasil*. São Paulo. Editora Pioneira da Universidade de São Paulo, 1968, p.79-101.

[11] REIS, Arthur Cezar Ferreira. *A Formação Espiritual da Amazônia*. 2.ed.rev. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas/Governo do Estado do Amazonas, 1997, p.27.

[12] Implantado por ordem régia do governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, provavelmente em 1669. Alexandre Rodrigues Ferreira citando o Ouvidor Ribeiro Sampaio informa que a construção se deu por ordem do general do estado Albuquerque Coelho, ou Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho. Quanto ao ano de 1669 não há consenso, como explicitado por Reis, Arthur em sua obra *Manaós e Outras Villas* – Revista do Instituto Geographico e Histórico do Amazonas; Anno IV, volume IV, Números 1 e 2. Typographia Phenix, 1934; e também explicitado por Mário Ypiranga Monteiro quando afirma "não se chegou ainda a um acordo decisivo sobre a prioridade na exploração do território hoje compreendido pelo município de Manaus"; em MONTEIRO, Mário Ypiranga. *Fundação de Manaus*. 4ª ed. São Paulo: Metro Cúbico, 1994, p.11.

O historiador Arthur Reis, em sua obra *Manaós e outra villas*, quanto à análise formal da igreja afirma:

> Os Carmelitas levantaram uma ermida. Tosca. Empregando os materiais que a terra onde se installavam forneceu. Madeiras grosseiras, da selva em volta, barro buscado na fartura da margem fronteiriça, ou no ponto das Lages, palhas, das palmeiras, para a cobertura, para o próprio emparedamento da casa de Deus. Levantaram-se sob o orago de Nossa Senhora da Conceição.[13]

Esta informação de Reis revela que a capela foi construída com materiais brutos, sem nenhum tratamento prévio ou elemento decorativo. É possível deduzir que, de início, o ato de construir estabelecia uma relação com a água e com a floresta; assim, as edificações estariam circunscritas aos materiais que a natureza oferecia e a mão-de-obra, basicamente nativa, era orientada na construção das edificações oficiais por militares ou por religiosos. Deste modo, podemos afirmar que a ermida, erigida pelos Carmelitas, era frágil, submetida à natureza.

Porém, esta singela capela, juntamente com o forte de São José da Barra do Rio Negro, foram os elementos arquitetônicos que principiaram a formação do povoado, que se desenvolveu retalhando o sítio de maneira irregular, seguindo a topografia e definindo o traçado da cidade de modo informal, como característica da tradição cultural portuguesa, características confirmadas por Paulo Santos, ao discorrer sobre a formação dos primeiros núcleos de povoamento no Brasil:

> [...] se foram acomodando ruas e casas, com a inevitável concentração na área central mais extensa do lugar, e invasão depois, dos terrenos do outro lado de cada igarapé, e o aterramento deles afinal. Ali não cabia nem uma povoação radiocêntrica, porque não havia a possibilidade de expansão radial. As condições geográficas haveriam de fazer dela o que de fato foi: um núcleo principal que cresceu em todas as direções. [14]

Essa ausência, do conceito de plano pré-estabelecido do arruamento e das edificações, ou seja, da organização citadina na maioria dos núcleos urbanos brasileiros, é que deu a conotação pejorativa de urbanização ao Brasil, difundida por Sérgio Buarque de Holanda como "desleixada", em sua obra Raízes do Brasil, onde compara a urbanização da América espanhola com a América portuguesa[15].

---

[13] REIS, Arthur. *Manaos e outras villas*. In Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas, ano IV, Vol. IV. Nº. 1 e 2, 1934, p.41.
[14] SANTOS, Paulo F. *Formação de Cidades no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001, p.63.
[15] HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1956.

Esse modo de ocupação territorial tem um princípio de mudança na região amazônica a partir de 1750, com a assinatura do Tratado de Madri, firmado entre Portugal e Espanha. Este tratado mudou a configuração territorial da América Portuguesa, estabelecendo, aproximadamente a divisão territorial atual. A partir dele, a região, hoje denominada Amazônica, passou a ser reconhecida pela Espanha como parte do Império Português. Após o tratado, Portugal implantou uma nova política de colonização para região, personificada na ideologia de Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal. Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do Marquês de Pombal, assumiu o governo do Estado do Grão-Pará e Maranhão a 24 de setembro de 1751, governando até três de março de 1759.

Mendonça Furtado inaugurou uma nova etapa da colonização portuguesa na Amazônia. Criou a Capitania de São José do Rio Negro, mediante a Carta Régia de 3 de março[16] de 1755, com sede em Mariuá (Barcelos), subordinada política e economicamente ao Grão-Pará. De acordo com o documento:

> (...) determinareis do lugar mais próprio para servir de Praça fazendo levantar no meyo della o Pelourinho; assignando Área para edificar huma Igreja capaz de receber hum competente numero de freguezes quando a povoação se augmentar, como também as outras Áreas competentes para as casas das Vereaçoens e audiências, Cadeas, e mais Officinas publicas; fazendo delinear as casas dos moradores por linha recta, de sorte que fiquem largas e diretas as ruas.
> Aos oficiaes da Câmara que sahirem eleitos e aos que lhe succederem ficará pertencendo darem gratuitamente os terrenos, que lhes pedirem para casas e quintaes nos lugares que para isso houverem delineado so com a obrigação de que as ditas cazas sejão sempre da mesma figura uniforme pela parte exterior, ainda que na outra parte interior as faça cada um conforme lhes parecer para que desta sorte se conserve sempre a mesma formosura na Villa e nas ruas della a mesma largura que se lhes assignar na fundação.
> Junto da mesma Villa ficará sempre um districto que seja competente não só para públicos[17].

A carta demonstra que a ideologia pombalina alimentou para a Amazônia a constituição de um novo espaço civil, com a construção de cidades dotadas de racionalidade urbana, com casas alinhadas, praças delimitadas, e com edificações destinadas a abrigar as instituições públicas.

A política pombalina, a serviço de D. José, rei de Portugal, entre suas ações, expulsou da região Amazônica os jesuítas, ordem religiosa que quase monopolizava a mão-

[16] Carta Régia da Creação da Capitania do Rio Negro – 3 de Março de 1755.
[17] Cf. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo LXI, parte 1. Imprensa Oficial, Rio de Janeiro, 1898, pág.61. Apud Reis Filho, Evolução Urbana do Brasil, p.77.

de-obra indígena desde meados do século XVII em decorrência do regimento das missões de 1686[18].

Com a morte de D. José, no ano de 1777, assumiu o governo de Portugal D. Maria I, o que representou o fim da política pombalina. Com a evidente crise econômica da metrópole portuguesa, era necessário averiguar a real situação da sua principal colônia, e, em especial a região amazônica. Em decorrência desta preocupação demonstrada pela Coroa foi organizada a "Viagem Filosófica ao Rio Negro", liderada pelo naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, a mando da Coroa Portuguesa. Dando continuidade a sua expedição Rodrigues chegou, em 1786, à Fortaleza da Barra. Seu relato nos fornece a seguinte descrição do lugar:

> Está a fortaleza fundada na frente de uma povoação de índios e alguns moradores brancos; a qual se divide em dois bairros, aonde estão situadas a matriz e ambas as residências do Reverendo vigário e do comandante, é mais alta e avançada sobre o rio, do que a do segundo bairro, aonde só há oito casas...[19]

Ao continuar sua narrativa, o viajante descreve o lugar a partir de um tabuleiro composto de três linhas (ruas) de traçado não geométrico e com diversos vazios, onde ao todo havia quarenta e cinco casas[20].

Nas indicações de Alexandre de Rodrigues Ferreira, referentes ao Lugar da Barra, observamos a pequenez do lugar, formado por apenas dois bairros e sendo o segundo composto de apenas oito casas. Quanto ao processo de ocupação do espaço e o sentido de crescimento, verificamos que se deu de forma natural, sem prévio planejamento e seguindo a topografia natural, afirmativa que está em consonância com os estudos historiográficos já realizados sobre a cidade. O historiador Otoni Mesquita acrescenta:

> A característica da topografia local com seus acidentes naturais foi determinante na definição do traçado original. O rio Negro se impôs como a primeira orientação espacial de crescimento do povoamento, determinando o sentido de seu crescimento na direção Leste-Oeste.[21]

---

[18] Em meados do século XVII os missionários eram os principais instrumentos do expansionismo português na Amazônia, por isso é instituído pela Lei de 21 de dezembro de 1686 o Regimento das Missões, dando o poder temporal sobre os indígenas, única mão-de-obra disponível na região. FRAGOSO, Hugo. *A era missionária (1686-1759)* in HOORNAERT, Eduardo (Coord.) Comissão de Estudos da História da Igreja na América Latina – CEHILA: *HISTÓRIA DA IGREJA NA AMAZÔNIA*. Petrópolis: Vozes, 1992, p. 139-164.

[19] FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem Filosófica do Rio Negro*. Círculo do Livro S.A.,1983. p. 576.

[20] FERREIRA, Idem, págs. 577-579.

[21] MESQUITA, Otoni. *LA BELLE VITRINE: O Mito do Progresso na Refundação da cidade de Manaus (1890/1900)*. 2005. 439f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, p. 161.

Alexandre Rodrigues Ferreira, quanto ao templo da Matriz, informa que ela estava na primeira rua, disposta entre as residências do reverendo vigário e do comandante. A edificação passava por um processo de reconstrução, pois segundo o autor, a primitiva havia sido demolida por ser muito antiga. Suas dimensões eram de "90 palmos de comprimento, 45 de largura, 25 de altura" [22] sendo coberta metade de palha e metade de telha. Este templo servia a população que habitava a povoação em torno da fortaleza, composta, ainda de acordo com Ferreira, de trezentas e uma pessoas entre brancos, índios e escravos[23].

Este templo, descrito por Rodrigues Ferreira, de acordo com os cálculos atuais acima descritos, comportava confortavelmente duzentas e cinqüenta pessoas sentadas[24]. Apesar do número de habitantes por ele informado ser maior, podemos atestar que quanto às suas dimensões, a igreja não era modesta, visto que devido ao tipo de atividade desempenhada pela população, o extrativismo vegetal e animal, ela se ausentava a maior parte do tempo da povoação. E, mesmo nos tempos dos festejos religiosos e visitas pastorais, aos quais a população comparecia em sua maioria, havia espaço para os fiéis ficarem em pé ou mais aglomerados. Ou seja, se levarmos em conta a narrativa do viajante, pode-se dizer que a igreja servia com dignidade a sua pequena população.

Frei Caetano Brandão, em visita episcopal ao Lugar da Barra, em 1788, portanto dois anos após a passagem de Rodrigues Ferreira, fornece-nos, por meio de seu depoimento, a imagem de uma capela "rude" e em péssimo estado de conservação:

> O que direi da Igreja! He um armazém desprezado, quase sem forma de templo, sem Sacristia, sem portas; em lugar dellas hum indigno cancello, que não apanhava o meio do portal; todavia nesta última vez acheia-a caiada, e com menos indecência: esqueciame dizer, que nem chave tinha a boa cancella (...).[25]

Vendo de outra forma, a narrativa de Frei Caetano atesta que a forma do templo era um reflexo de sua povoação, ou seja, de hábitos simples, em conformidade com a natureza e onde não havia preocupação com furtos, daí não haver necessidade de portas e trancas. A povoação do Lugar da Barra era em sua maioria constituída por nativos, e por

---

[22] Convertendo para metro de acordo com o sistema internacional de medidas temos 20,574m de comprimento; 10,287m de largura e 5,715 metros de altura.

[23] FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem Filosófica do Rio Negro*. Círculo do Livro S.A.,1983, p.585.

[24] A igreja segundo os dados fornecidos por Rodrigues tinha aproximadamente 200m^2, deduzindo desta dimensão a área do altar e do átrio temos uma área de aproximadamente 150m^2. A área utilizada como parâmetro por arquitetos e engenheiros é 0,60m^2 para pessoas sentadas, isto nos leva a deduzir que a igreja comportava 250 fiéis.

[25] BRANDÃO, Frei Caetano. Memórias, apud REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Manaos e outras villas*. 2ª edição Manaus: EDUA, 1999, p.43.

isso a forma do templo assemelhar-se a uma oca indígena, conforme podemos observar no Prospecto da Fortaleza do Rio Negro, realizado em 1756, a mando de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Presidente da província do Pará (imagem exposta abaixo).



Ilustração 1 - Prospecto da Fortaleza da Barra do Rio Negro (1756). Desenho de João André Schwebel. Imagem colorizada por Otoni Mesquita. Acervo: Otoni Mesquita

Esta forma do templo era também conseqüência da precariedade da economia e da administração regional que refletia marcadamente na configuração do povoamento. Sem excedentes econômicos não havia investimentos nos projetos urbanos, bem menos no embelezamento da cidade. O fato de a edificação estar caiada demonstra que o povoamento, de alguma forma, havia se preparado para receber o visitador e os sacramentos por ele ministrados. Este gesto, possivelmente, evidencia que o templo já fazia parte de um código visual que gerenciava as formas de percepção do mundo e de estruturação do poder na comunidade.

1.2 O templo de madeira de lei (1791-1850)

Em 1791, por motivos não esclarecidos pela historiografia regional[26], Manuel da Gama Lobo D'Almada, governador da Capitania do Rio Negro, transferiu a capital de Barcelos para Barra. Temos então, a primeira tentativa conhecida de urbanização do sítio,

[26] De acordo com Araújo e Amazonas em seu *Dicionário topográfhico, histórico , descriptivo da Comarca do Alto Amazonas* (1852, p.188), o motivo da transferência teria sido sua localização geográfica. Arthur Reis, entretanto, em sua obra Manaos e outras villas (1999, p. 45) afirma que faltam documentos que aclarem o fato.

que era sem grande representatividade, mas que ganhou algum status político com a transferência da capital.

De acordo com Arthur Reis, um dos poucos historiadores a abordar o período, Lobo D'Almada buscou prover o lugar de equipamentos urbanos, talvez para fazê-lo merecedor do status de capital da Capitania do Rio Negro. Assim, D'Almada iniciou o processo de reurbanização do espaço e entre outras ações, construiu, nas proximidades do templo e do forte[27], o quartel da guarnição e o palácio do governo, este com seu andar térreo em pedra e barro e coberto de telhas. Na ilha de São Vicente, edificou a enfermaria. Instalou nas proximidades do palácio, indústrias de anil, algodão e cordoalha.

Neste processo, ainda de acordo com Arthur Reis, D`Almada começou a dispor o arruamento e mandou demolir a igreja, que estava sendo reconstruída, reerguendo-a inteiramente, no mesmo sítio da primitiva capela, agora em madeira de lei. Nesta rede urbana que se principia com o templo, o forte, o palácio dos governadores e o quartel têm papel importante como elementos estruturadores do espaço urbano, em decorrência da função político-social que representam. Foi a partir deste núcleo que o povoamento se expandiu.

No entanto, esta nova situação política do Lugar da Barra e seus melhoramentos seriam logo interrompidos, pois D'Almada não havia solicitado autorização do Grão-Pará e Maranhão e as melhorias por ele implantadas não foram bem aceitas pelo governador, D. Francisco Coutinho, que, através da Carta Régia de 1798, determinou que a capital voltasse a ser Barcelos[28].

A sede da capitania, de acordo com Jerônimo Francisco Coelho[29], governador da Província do Grão-Pará, volta em 26 de maio de 1804, desta feita por ordem régia, para a Barra. Porém somente em 1808, sob o governo do capitão-de-mar-e-guerra, José Joaquim Vitório da Costa, a sede da Capitania é, efetivamente, transferida para a Vila da Barra, dando-lhe um leve impulso.

O Governador Coelho[30] menciona que após a administração de Lobo D'Almada a capitania foi governada por sete governadores, além dos governos interinos, até o ano de

[27] Que, de acordo com Reis, início lhe serviu como morada REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Manaos e outras villas*. 2ª edição Manaus: EDUA, 1999, p.45.

[28] REIS, Arthur Cézar Ferreira._*História do Amazonas*. 2ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia / Manaus: Superintendência Cultural do Amazonas, 1989, p.146 – 148.

[29] COELHO, Jerônimo Francisco. Fala dirigida pelo Exm.Sr. Conselheiro, Presidente da Província do Grão-Pará à Assembléia Legislativa Provincial na abertura da segunda sessão ordinária da sexta legislatura, 1º de outubro de 1849 - Pará– Typografia Santos & Filhos. s/d, p. 737.

[30] COELHO, Jerônimo Francisco. Fala dirigida pelo Exm.Sr. Conselheiro, Presidente da Província do Grão-Pará à Assembléia Legislativa Provincial na abertura da segunda sessão ordinária da sexta legislatura, 1º de outubro de 1849 - Pará– Typografia Santos & Filhos. s/d, p. 737-738.

1821 quando passou a ser administrada por uma Junta Provisória, em decorrência dos conflitos que se davam entre Portugal e Brasil, que culminaria no ato de separação entre metrópole e colônia.

Henry Walter Bates, naturalista inglês, ao passar pela cidade no ano de 1849, em relação ao período em que a capital foi transferida para o Lugar da Barra informa:

> [...] Em 1809 Barra tornou-se a principal povoação a margens do Rio Negro. Inúmeros portugueses, bem como vários brasileiros de outras províncias, estabeleceram-se ali. Construíram casas confortáveis, e a cidade cresceu, no decurso de trinta ou quarenta anos, até se tornar, depois de Santarém, a principal cidade do Amazonas[31].

A informação, quanto ao crescimento da cidade, fornecida por Bates, parece-nos controversa, pois significa dizer que a cidade cresceu entre os anos de 1809 a 1849, abrangendo o período da Cabanagem[32]. Entretanto, a historiografia regional constata ter sido este momento um período de decrescimento populacional e econômico. Todavia, não podemos desconsiderar a informação. É possível, pois, deduzir que a transferência da capital para a Barra trouxe consigo equipamentos urbanos e pessoal necessários para administrar a Capitania de São José do Rio Negro. Hipótese que podemos confirmar pela necessidade de se construir uma nova Igreja[33], a Igreja de Nossa Senhora dos Remédios erguida por ordem do governador da Capitania de S. José do Rio Negro, o major Manoel Joaquim do Paço[34].

O Padre Jozé Maria Coelho[35] também nos fornece indícios do crescimento da capital no início do século XIX, por meio de seu relato, fruto da expedição que fez na Capitania do Rio Negro, a mando do Bispo do Grão-Pará, Dom Romualdo de Souza Coelho, no ano de 1823. Segundo o Pe. Coelho, Barra tinha: onze ruas; duzentas e trinta e duas casas; uma praça quadrada; fábrica de pano de algodão; olaria; amarras de piaçava;

---

[31] BATES, Henry Walter. *Um naturalista no Rio Amazonas*. Belo Horizonte: ed. Itatiaia, 1979, p. 133.

[32] Rebelião mais significativa que ocorreu na Amazônia, entre os anos de 1835 e 1840, reduzindo, segundo Lourenço da Silva Araújo Amazonas, sua população a um terço do que era, contribuindo para o caos econômico das décadas posteriores na região. ARAUJO E AMAZONAS, Lourenço da Silva. *Diccionario topographico, histórico, descritivo da Comarca do Alto Amazonas*. Recife: Typographia Comercial de Meira Henriques, 1852, p.188.

[33] Desde a época colonial de acordo com Goulart Reis Filho, o zoneamento das cidades se dava a partir das divisões de paróquias e freguesias visto que cabia a Igreja não só as atribuições religiosas, mas também as administrativas. (REIS FILHO, Nestor Goulart. *Evolução Urbana do Brasil*. São Paulo: Editora Pioneira, 1968, p. 151).

[34] SOUZA, J. B. Faria. *A Egreja de Nossa Senhora dos Remédios: uma peregrinação evocadora do passado*. Manaós, 1927.

[35] COELHO, Padre Jozé Maria. *Duas Memórias sobre a Capitania de São José do Rio Negro* (1823) in Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Volume 203 Abril-Junho de 1849. Departamento de Imprensa Nacional Rio de Janeiro – 1951.

excelentes armazéns cobertos de telha, o da fazenda e o das armas; e um novo hospital estava em construção.

Coelho, entretanto, chama atenção para o estado de ruínas do Palácio do Governo, Secretaria da Província, quartel e a Fortaleza. A narrativa deixa entrever que Barra teve crescimento em sua malha urbana e consequentemente populacional; todavia o estado de deperecimento de suas principais edificações demonstra a fragilidade de sua economia.

A igreja, segundo as descrições do padre Jozé Maria Coelho, era uma bela edificação construída em madeira, porém em mau estado de conservação:

> ... Este Edifício he muito bem construido de Madeira de primeira Ley, tem hum bem arranjado Trono, e huma bella Tribuna sobre o Altar mor, a onde está collocada debaixo de hum Docel huma perfeita imagem da Snr.ª da Conceição; tem duas Tribunas collateraes, huma para o Governo outra para a Muzica; tem hum bello gradamento e dois Confessionários de optima Madeira, dois Púlpitos, oito Janellas que rodeião este edifício em boa Simetria; distante da Igreja 4 varras do lado da Ep: tem huma pequena Torre com hum pequeno sino, mas de boa voz, 2 Garridas das quaes huma está quebrada e presenttem.te tanto a Tora como a parede principal da Cappella mor, muito arruinadas, bem q' com promessa do governo de tudo consertar...[36]

Esta descrição é interessante e esclarecedora na medida em que dá detalhes dos melhoramentos executados na administração do Governador Manoel da Gama Lobo D'Almada. Afora os melhoramentos em sua arquitetura, o governador doou valiosas peças para Igreja, tais como: pia batismal em mármore, lavatório em mármore, coroa de ouro para a imagem de Nossa Senhora e ostensório de prata rodeado de topázios, entre outras preciosidades. Este panorama nos dá uma dimensão da importância da edificação para a representação do povoado.

Do estado de abandono do templo à época da visita do padre Coelho, além da falta de recursos financeiros, comum a todas as edificações que dependiam para sua manutenção de verbas do Estado, contribuía para o seu estado de ruína o pequeno número de párocos na região Amazônica, fazendo que fosse necessário que os padres cobrissem grandes áreas e ficassem grandes períodos de tempo longe da Barra.

Em relação ao processo religioso, neste início do século XIX, a situação era confusa. Apesar de a religião ainda ser um braço da colonização, ela se esvaziara após o ato do Marques de Pombal em meados do XVIII.

---

[36] COELHO, Padre Jozé Maria. *Duas Memórias sobre a Capitania de São José do Rio Negro* (1823) in Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Volume 203 Abril-Junho de 1849. Departamento de Imprensa Nacional Rio de Janeiro – 1951, p. 123.

Neste contexto, segundo João Fagundes Hauck[37], não havia uma unidade dentro da Igreja no Brasil, que quase não se relacionava com Roma, e o aumento populacional não era acompanhado pelo episcopado, sendo suas funções assumidas por irmandades e ordens terceiras. A vida social gravitava em torno do calendário litúrgico da Igreja com suas festas e celebrações religiosas, mas devido à ausência dos párocos é possível dizer que havia dois tipos de catolicismo: o oficial, institucionalizado, e outro, o da devoção pessoal e familiar[38].

Naquele momento, os padres, antes de serem pastores, eram representantes do Estado, constituindo a segunda esfera administrativa ligada à elite que se formava. Não podemos esquecer que era a religião a responsável por "civilizar" os costumes do povo e chamar os indígenas a essa "civilização", tornando-os, assim, a mão-de-obra necessária para explorar as demais riquezas da região. Como funcionários do Estado, os padres assalariados, buscavam outras funções para complementar suas rendas, entre elas, aquela que mais se destacava era a política. Na política, os eclesiásticos se envolveram nos movimentos mais relevantes para a elevação do Amazonas à categoria de Província.

Um exemplo emblemático desta situação é a atuação de D. Romualdo de Souza Coelho, oitavo bispo de Belém (1821-1841) e primeiro paraense a exercer o bispado. D. Romualdo teve uma administração tumultuada, vivenciou os atritos para a adesão da Independência do Brasil e a Cabanagem, seu domínio espiritual compreendia duas vigarias gerais: a de Belém e a de São José do Rio Negro. Sua ação, através de seu sobrinho, Dom Romualdo Antônio de Seixas, chegou à Comarca do Alto Amazonas não apenas ingerindo as questões religiosas, mas também as seculares.

Na luta pela criação da Província do Amazonas, no ano de 1826, Seixas, apresentou, na qualidade de deputado pelo Grão-Pará, no momento de adesão à independência, projeto para elevar à Categoria de Província a Comarca do Rio Negro. Neste projeto, solicita não só a divisão política, como também a eclesiástica, quando em seu artigo segundo expõe: "O Governo solicitará da Corte de Roma a criação de uma Prelazia na mencionada Província do Rio Negro, que ficará desanexada da diocese do Pará"[39].

---

[37] Segundo Hauck "o relacionamento de Roma com a Igreja do Brasil era quase nulo, desnecessário, e até suspeito, uma vez que a extensão sem limites do padroado era aceita por bispos e padres" in BEOZZO, José Oscar (Coord. área Brasil). *História Geral da Igreja na América Latina Tomo II/2: Historia da Igreja no Brasil Segunda Época A Igreja no Brasil no século XIX*. 3ª ed. Edição Paulinas. Petrópolis, Editora Vozes, 1992, p. 15.

[38] HAUCK, João Fagundes. *A Igreja na Emancipação (1808-1840)* in BEOZZO, José Oscar (Coord. área Brasil). *História Geral da Igreja na América Latina Tomo II/2: Historia da Igreja no Brasil Segunda Época A Igreja no Brasil no século XIX*. 3ª ed. Edição Paulinas. Petrópolis, Editora Vozes, 1992, p. 17.

[39] Projeto do deputado D. Romualdo de Seixas, elevando a categoria de província A COMARCA DO RIO NEGRO in PESSOA, Epitácio. *A Fronteira Oriental do Amazonas: petição inicial e razões finais do Estado do Amazonas*. 2ª ed. Manaus: Edições governo do Estado do Amazonas / Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Desporto, 2001, p. 255.

De acordo com João Hauck, em seu trabalho sobre a história da Igreja no Brasil, a religião, através de seus clérigos, em diversos momentos, foi usada para acalmar ou inflamar os ânimos da população, pois o povo misturava sujeição política com a consciência religiosa"[40], algo que ficou evidenciado nos conflitos políticos na Amazônia.

Em novembro de 1832 o Código do Processo Criminal do Império da Província do Pará informou que o antigo Estado do Grão-Pará e Maranhão foi dividido em três comarcas: Grão-Pará, Baixo Amazonas e Alto Rio Negro (antiga Capitania de São José do Rio Negro). Ou seja, a Capitania do Rio Negro, mesmo com as diversas pressões para sua emancipação, inclusive religiosa, continuava subordinada ao Grão-Pára. No ano seguinte, o decreto de 25 de junho mudou o nome da Comarca Alto Rio Negro para Comarca do Alto Amazonas.

> Art. 1º Haverá na província três comarcas, a saber, a do Grão-Pará, a do Baixo Amazonas e a do Alto Amazonas.
> Art. 4º A Comarca do Alto Amazonas compreenderá os termos das vilas de Manaus, Luzéa [Maués], Tefé e Mariuá [Barcelos][41].

Todavia, a campanha pela autonomia da região do Alto Amazonas matinha-se viva, e segundo a historiadora Regina Lima[42], no ano de 1839, o projeto de criação da Província do Amazonas foi apresentado pelo deputado paraense João Cândido de Deus da Silva. As bancadas do Grão-Pará e Maranhão eram fervorosas defensoras da elevação da Comarca do Alto Amazonas à categoria de província com a argumentação de que seria a única maneira de tirar do abandono e da decadência a região do Alto Amazonas, a que as bancadas de Minas Gerais e São Paulo se opunham, argumentando que a decadência, além da falta de prosperidade da região, não justificaria a formação de uma nova Província. O projeto foi aprovado em terceira discussão na Câmara dos Deputados, no dia 19 de junho de 1839, mas o mesmo caiu no esquecimento.

Em relação ao processo religioso, a historiadora Carla Denise Martins informa que neste período, meados do século XIX, a Igreja Católica lutava contra o crescente liberalismo na Europa, como também contra os protestantes e maçons, que ameaçavam a autoridade da Instituição[43]. Esses movimentos chegaram ao Brasil, levando o clero a

---

[40] HAUCK, João Fagundes in BEOZZO, José Oscar (Coord. área Brasil). *História Geral da Igreja na América Latina. Tomo II/2: Historia da Igreja no Brasil Segunda Época A Igreja no Brasil no século XIX*. 3ª ed. Edição Paulinas. Petrópolis, Editora Vozes, 1992, p.39.

[41] Apud, PESSOA, Epitácio. *A Fronteira Oriental do Amazonas*. 2ª ed. Manaus: Edições do Governo do Estado do Amazonas/Secretaria de Estado da cultura, 2001, p.254.

[42] LIMA, Regina Márcia de Jesus. *A Província do Amazonas no Sistema Político do Segundo Reinado (1852-1889)*. Dissertação de Mestrado: Niterói: mimeografado, 1978 p.32.

integrar-se na disputa pela sobrevivência do catolicismo, num contra-movimento que ficou conhecido como reformador, romanizador ou ultramontano[44].

Na Amazônia, podemos vislumbrar o início da romanização se dá com o bispado de Dom José Afonso de Morais Torres (1844 – 1859). Neste período, a Igreja "amazônica" era constituída de uma única diocese, a do Pará. O Bispo investiu na formação do clero, fundando em 1846, o Colégio São Luiz Gonzaga, em Óbidos, e no ano de 1848, em visita pastoral à Comarca do Alto Amazonas, o Seminário de São José, em Barra do Rio Negro (Manaus).

O Seminário de São José, instalado nas proximidades da igreja e do forte, tinha a missão de educar novos aspirantes ao sacerdócio, e que, pela proximidade, pensava-se, não apresentariam muita resistência como os alunos educados em Belém, a se estabelecerem nas diversas freguesias vagas da Comarca. Estes novos sacerdotes seriam os responsáveis, de acordo com os pressupostos da romanização, pela difusão do catolicismo, não deixando espaço para que outros credos se estabelecessem na região.

No ano seguinte à instalação do Seminário de São José, 1849, no que concerne à situação política da Comarca, o Presidente da província do Grão-Pará, Jerônimo Francisco Coelho[45], reapresentou o projeto de criação da Província do Amazonas. O Presidente Coelho, em seu relatório daquele ano, informou que no tocante a alterações de ordem civil, a vila de Manaós fora promovida à cidade, passando a denominar-se Cidade da Barra do Rio Negro, de acordo com a lei n. 145 de 24 de outubro de 1848. Esta "nova" cidade apresentava uma população de 3.614 habitantes[46].

Objetivando uma melhor compreensão da malha urbana, do final de década de 1840, apresentamos abaixo, as figuras dos mapas de 1844 (figura 1), e 1845 (figura 2).

---

[43] MARTINS, Carla Denise. Civilização Católica: *D. Macedo da Costa e o desenvolvimento da Amazônia na segunda metade do século XIX*. www.uepg.br/rhr/v7n1/3-Karla%200K.pdf. Acesso em 03.07.06.

[44] Essa terminologia foi usada desde o século XI, segundo David Gueiros Vieira, para descrever cristãos que buscavam em Roma a liderança espiritual e institucional. Cf. VIEIRA, David. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. 2ª Edição. Brasília: Editora da UNB, 1980, p.32.

[45] COELHO, Jerônimo Francisco. *Fala dirigida pelo Exm.Sr. Presidente da Província do Grão-Pará à Assembléia Legislativa Provincial* na abertura da segunda sessão ordinária da sexta legislatura, 1º de outubro de 1849 - Pará– Typografia Santos & Filhos. Pará, s/d, p.736-743.

[46] COELHO, Idem, mapa estatístico em anexo.

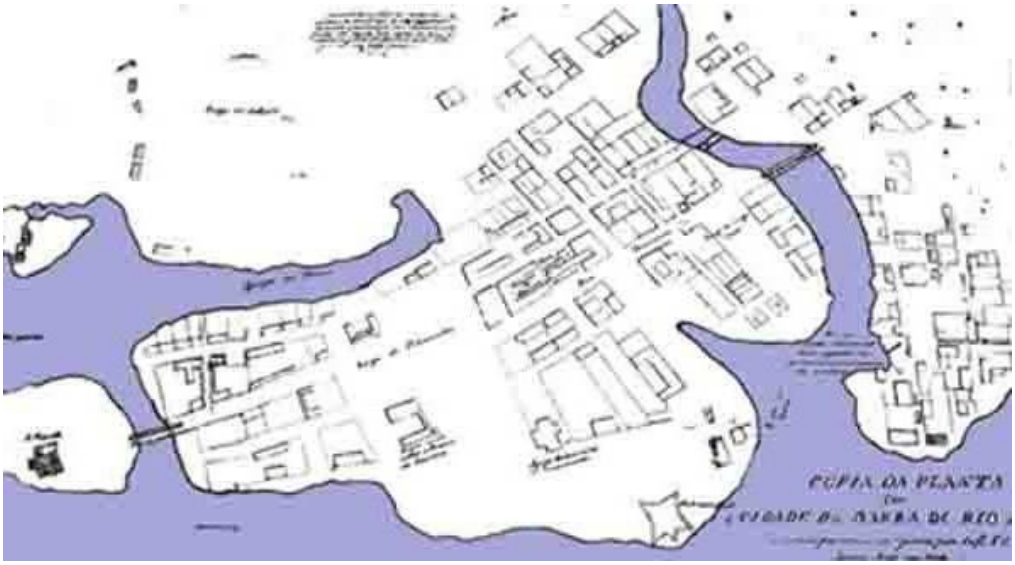


Ilustração 2 - Planta da Cidade da Barra do Rio Negro. De 1844, copiada pelo capitão João Pedro de Gusmão em 1853 (imagens realçadas por Otoni Mesquita).
Acervo: Otoni Mesquita.

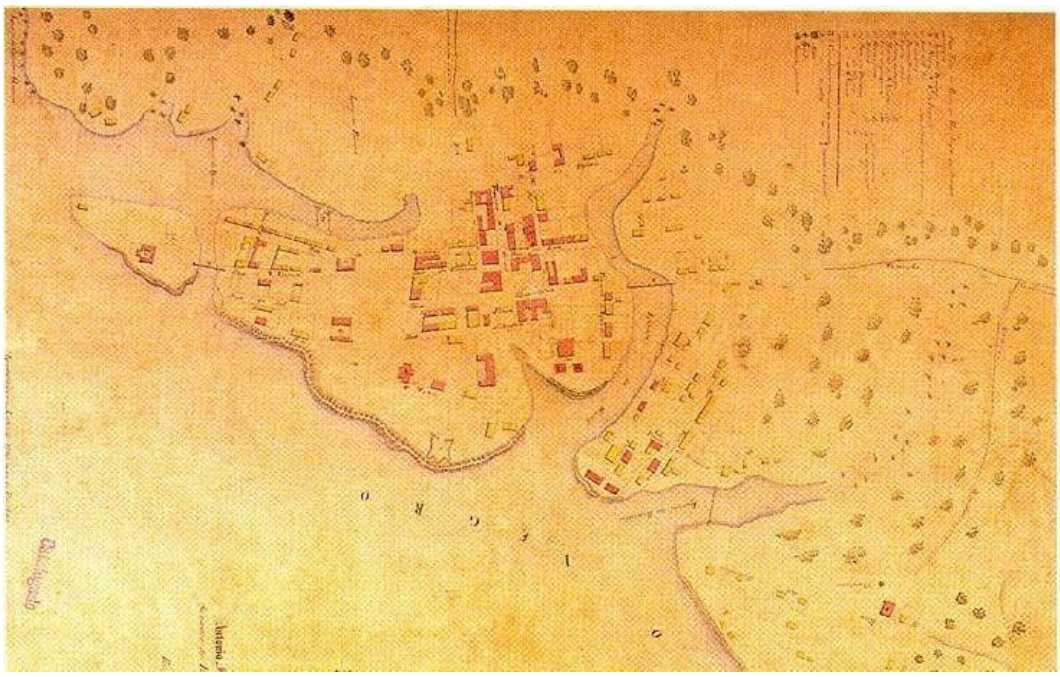


Ilustração 3 - Plantas das Villas de Manaós e Ega. Levantada pelo capitão tenente Raphael Lopes Anjo. 1845 (imagens realçadas por Otoni Mesquita).
Acervo: Otoni Mesquita.

A partir deste estudo cartográfico e dos estudos de Antonio Ladislau Monteiro Baena, Lourenço Araújo e Amazonas, Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha, Mário Ypiranga Monteiro, Arthur Cezar Ferreira Reis, Otoni Moreira de Mesquita, entre outros, é possível deduzir o padrão de constituição da cidade da Barra (Manaus). O traçado urbano como um todo apresenta um padrão que revela uma organização social, e uma relação com o meio ambiente, no apresentado pelos mapas de 1844 e 1845 não percebemos grandes diferenças entre o núcleo urbano e seus arrabaldes e nem uma área privilegiada que indique uma diferenciação entre as classes sociais[47]. Neste sentido, os mapas e estudos citados sugerem que, mesmo após a intervenção de D`Almada, apesar de a cidade apresentar certa regularidade no seu traçado, prevaleceu o processo de urbanização espontâneo, delimitado pelos igarapés e disposição das construções, onde casas e casebres se misturavam.

Mesmo que os desenhos dos mapas apresentados não sejam precisos, inferimos a partir deles, e das demais fontes consultadas, que havia em torno de duzentas edificações distribuídas em onze ruas e cinco travessas com algumas fora do traçado, dispostas em três bairros: São Vicente, Espírito Santo e Remédios; dois cemitérios, o da Matriz e dos Remédios; uma olaria; um hospital; duas igrejas, Matriz e Remédios; um quartel; o antigo palácio dos governadores; o atual palácio dos governadores. Devido a escalas reduzidas, os mapas apresentam certa homogeneidade, porém sabemos, mediante os levantamentos, que as ruas eram tortuosas e desniveladas. O número de edificações é um pouco menor do que o descrito pelo padre José Maria Coelho em 1823, decréscimo, possivelmente, causado pela Cabanagem.

A descrição da cidade, desde o pequeno povoado que lhe deu origem até o final da primeira metade do século XIX, nos mostra que a então cidade da Barra do Rio Negro, antes da instalação da província do Amazonas, se constituiu a partir do forte de São José, e que sua malha urbana se irradiou a partir dele, da igreja, do antigo palácio dos governadores e do seminário episcopal. Neste conjunto de imóveis, mesmo que de forma rudimentar, estavam presentes as representações do poder civil, militar e religioso.

1.3 O templo de cinzas (1850-1858)

[47] Dedução possível a partir da planta baixa das edificações que não apresentam grandes diferenças em sua área, e da tipologia de seus telhados, também semelhantes.

No ano de 1850, de acordo com Lima[48], o projeto referente à elevação do Amazonas à categoria de Província, datado de 1839, foi apresentado no Senado, após sete anos de esquecimento, talvez impulsionado por interesses internacionais na região, ou quaisquer outros motivos que a historiografia ainda não desvendou. No entanto, os argumentos usados no Senado foram os utilizados na Câmara dos Deputados, ou seja, retirar a região do abandono e retomar o mesmo crescimento vivido na época de Mendonça Furtado, sendo que, desta vez, as discussões ocorreram em menos de um mês. Sem haver oposição na câmara, o projeto foi aprovado, e em cinco de setembro de 1850 foi assinada a Lei Imperial que criou a Província do Amazonas.

Alguns meses antes da criação da Província, dois de julho de 1850, a Igreja Matriz, principal construção religiosa da Cidade da Barra, em conseqüência de um incêndio de causas não esclarecidas[49], reduziu-se a cinzas. Assim sendo, a cidade da Barra, capital da Província do Amazonas, estava sem Igreja Matriz, um dos signos mais representativos de "civilidade".

Essa dimensão histórica e simbólica agregada ao monumento, de forma envolvente e abrangente, condicionará e será condicionada pelo novo status político da região, que buscará a atualização histórica em relação ao restante do Império Brasileiro, que considerava a região como cultural e economicamente atrasada. Esses valores atribuídos pelo poder central estavam implícitos no processo de criação da Província.

Segundo o Presidente Aranha, após o incêndio do templo, os serviços religiosos passaram a ser ministrados na pequena capela de Nossa Senhora dos Remédios[50], situada na extremidade leste da cidade. O sinistro, segundo o historiador Mário Ypiranga Monteiro[51], foi abordado no dia seguinte, três de julho de 1850, em sessão extraordinária da Câmara Municipal, onde os vereadores solicitaram providências no sentido de comunicar ao Presidente da Província o ocorrido, para que o mesmo solicitasse ao Governo Imperial recursos financeiros para construção de um novo templo e compra de novos paramentos[52].

---

[48] LIMA, Regina Márcia de Jesus. *A Província do Amazonas no Sistema Político do Segundo Reinado 1852-1889*, mimio, 1978, p.37.

[49] CUSTÓDIO, Ângelo. *Relatório do Vice Presidente da Província do Pará* entregue ao Exm. Sr. Doutor Fausto Augusto de Aguiar, no dia 13 de Setembro de 1850 – Impresso na Typographia de Santos e & Filhos – Pará, s/d. p. Z-51.

[50] ARANHA, João Baptista de Figueiredo Tenreiro. *Relatório do Presidente da Província*. Typ. de M. de S. Ramos. – 1852, p.72.

[51] MONTEIRO, Mário Ypiranga. *A Catedral Metropolitana de Manaus: sua longa história*. Edições planície, coleção muiraquitã. Manaus: Sérgio Cardoso & Cia, 1958, p.22.

[52] Ata da sessão extraordinária da Câmara Municipal, de 03 de julho de 1850, apud Monteiro, Mário Ypiranga. *A catedral Metropolitana de Manaus: Sua longa história*. Manaus: Editora Sérgio Cardoso, 1958, p. 22-23.

Apesar da Lei concedendo a autonomia política à Comarca do Rio Negro em relação à Província do Pará, a solicitação oficial referente à construção de um novo templo para a matriz de Nossa Senhora da Conceição da cidade da Barra foi feita ao Presidente da Província do Grão-Pará, Fausto Augusto de Aguiar, por meio do seu vice-presidente, Ângelo Custódio [53]. Em seu relatório de 13 de setembro daquele ano o vice-presidente informou que a construção da nova matriz estaria orçada em 7.000$000 réis e que a pedido da Câmara Municipal havia solicitado verbas aos cofres gerais. Esta quantia que está muito aquém das necessidades orçamentária da obra, que custou o valor total de 752:213$836 réis, e foi custeada não mais pela Província do Grão-Pará, mas pela Província do Amazonas.

Esta solicitação à Província do Pará, talvez se justifique pelo fato de que, embora criada em 1850, a Província do Amazonas ainda não dispunha de um corpo administrativo e repartições necessárias à sua gerência. Por exemplo, em 1851, Fausto D'Aguiar, Presidente da Província do Pará, em seu relatório informa que a instalação não se efetivou "pela dificuldade, que tem encontrado o governo Imperial, em nomear de pronto todo o pessoal, e montar convenientemente as Repartições indispensáveis" [54].

Devido a estes contratempos, a Província do Amazonas só foi instalada, efetivamente, em 1º de janeiro de 1852[55], com a chegada de seu Presidente à cidade da Barra, João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha, cuja missão era dar início à integração da nova Província ao Império do Brasil, reorganizar o sistema eleitoral e transformar a pequena cidade na mais nova capital de província do Império Brasileiro.

Na nova Província, o sistema político adotado era o mesmo das demais capitanias do Império e foi detalhado da seguinte forma pelo viajante inglês Henry Walter Bates:

> A província é governada, como todas as outras do império, por um Presidente, como suprema autoridade civil, À época de minha chegada, ele acumulava também, em caráter excepcional, o cargo de supremo chefe militar. O Presidente, bem como o chefe de polícia e os juízes, é nomeado pelo governo central, noRio de Janeiro. Os assuntos municipais e locais são resolvidos por uma assembléia provincial eleita pelo povo. Qualquer vila ou arraial, em toda a província, também possui o seu conselho municipal, e nos distritos escassamente povoados os

[53] D´AGUIAR, Fausto Augusto. *Relatório ao Exmo.sr.dr. José Joaquim da Cunha, Presidente da Província do Grão-Pará*, por ocasião de entregar-lhe a administração da Província no dia 20 de Agosto de 1852. Pará - Typographia de Santos e & Filhos. Pará: Tipografia Santos & Filhos, p. Z-51.

[54] D´AGUIAR, Fausto Augusto. *Relatório do Presidente da Província do Grão-Pará na Assembléia Provincial*, no dia 15 de agosto de 1851. - Typographia de Santos e & Filhos – Pará, p.761.

[55] D´AGUIAR, Fausto Augusto. *Relatório* ao Exmo.sr.dr. José Joaquim da Cunha, Presidente da Província do Grão-Pará, por ocasião de entregar-lhe a administração da Província no dia 20 de Agosto de 1852. Pará - Typographia de Santos e & Filhos, p. s/n.

> habitantes elegem um juiz de paz de quatro em quatro anos para decidir sobre pequenas questões entre vizinhos [56].

As primeiras eleições ocorreram logo após sua instalação e foram regidas pela Lei nº. 387[57]. Esta lei exigia dos candidatos probidade, descente subsistência e idade maior de vinte e cinco anos. Para oficiais militares, homens casados, bacharéis formados e clérigos de ordens sacras era exigida, excepcionalmente, idade maior a vinte e um anos. A mesa paroquial tinha poder de reconhecer os votantes e de apurar os votos, o que sempre ocorria no âmbito da igreja da paróquia ou freguesia. Eram incompatíveis ao cargo de deputado provincial, o Presidente da Província, o secretário e o comandante das armas. Além disso, não podiam ser candidatos os que não fossem eleitores, os que não tivessem renda superior a 400 mil réis anual, os estrangeiros não naturalizados e os que não fossem católicos.

Estas prerrogativas, expressas "em Lei", se pensarmos na pequenez da cidade da Barra e em sua incipiente elite, nos dão indicativo de que os homens elegíveis da cidade eram poucos e entre estes figuravam os padres.

De acordo com Regina Lima[58], com sistema eleitoral definido, o que antes era apenas um colégio eleitoral do Pará transformou-se em quatro colégios, sendo um na capital, e os outros em Barcelos, Maués e Tefé, totalizando setenta eleitores. Devido à insignificância econômica e política da região à época, os representantes da Província na Assembléia Geral do Império eram todos indicados pelo Gabinete e/ou Partido que estivesse no poder.

Na Assembléia Provincial, evidenciando o poder eclesiástico[59] na política neste período, foi eleito como 1º Presidente o Cônego Joaquim Gonçalves de Azevedo[60] e vice-presidente o padre Torquato Antonio de Souza[61]. Este quadro se amplia ao incluirmos os

---

[56] BATES, Henry Walter. *Um naturalista no Rio Amazonas*. Belo Horizonte: ed. Itatiaia, 1979, p.23.

[57] No dia 19 de agosto de 1846, D. Pedro I sancionou a lei nº. 387, regulando eleições para o Senado, a Câmara dos Deputados, as Assembléias Provinciais e Câmaras Municipais. Fonte: Arquivo digital do Senado Federal, disponível no site www.senado.gov.br/comunica/eleicoes2006/historia_eleicoes_brasil2.asp. Acessado em 13 de dezembro de 2006.

[58] LIMA, Regina Márcia de Jesus. *A Província do Amazonas no Sistema Político do Segundo Reinado 1852-1889*, mimio, 1978, p. 40.

[59] Anais da Assembléia Legislativa Provincial do Amazonas. *Biênio de 1852 a 1853*. Manaós, Typographia do Amazonas – Impressor Hidelbrando Luiz Antony, 1881, p.3.

[60] Cônego Azevedo nasceu em Turiassu na época pertencente ao Pará e posteriormente ao Maranhão. Foi ordenado na cidade de Belém em 1837 quando era bispo Dom Romualdo Coelho. Em Manaus também exerceu os cargos de diretor geral da Instrução Pública, segundo reitor do Seminário São José e professor de primeiras letras da capital, faleceu como arcebispo da Bahia em 1879. BITTENCOURT, Agnello. *Dicionário Amazonense de Biografias: Vultos do Passado*. Rio de Janeiro: Conquista, 1973.

[61] Padre Torquato foi deputado provincial em várias legislaturas, primeiro Vice-presidente da Assembléia e o segundo Presidente no poder. Foi o primeiro reitor do Seminário São José, fundado em 1848. Há indícios que seria maçom. *CD-ROM, Governo do Estado do Amazonas/Secretaria de Estado da Cultura. Notas Bibliográficas - Anais da Assembléia Legislativa da Província do Amazonas (1852-1889)*. Trabalho não

representantes das irmandades de Nossa Senhora dos Remédios[62] e de Nossa Senhora da Conceição[63].

As irmandades, associações de caráter religioso, mas formadas por leigos, constituíam o centro das práticas religiosas organizadas na sociedade, recebendo patrocínio do Estado para organização de seus eventos. Eram, em sua maioria, compostas por elementos ligados ao poder político e econômico dominante, inclusive os maçons. Ainda em fase embrionária, o movimento da romanização, que buscava a separação dos poderes civis e eclesiásticos, ocasionará grandes conflitos na década de 1860, abalando o relacionamento entre Igreja, maçonaria e associações religiosas. Estes conflitos influenciaram na edificação do novo templo da Matriz.

O sistema político-administrativo adotado na Província foi criticado pelo viajante Wallace, que o assinalou como corrupto e administrativamente inepto: "... A que estado viu-se reduzido esse belo rincão em decorrência da ineficácia administrativa e da corrupção que por aqui campeiam!"[64]. Entretanto, no que diz respeito a documentação oficial, pelo menos na primeira década, os conflitos não aparecem de forma explícita.

Se no meio político, junto com a instalação da Província, estava agregado, com suas especificidades, o sistema político do império, o mesmo não se pode dizer da situação econômica e dos meios de subsistência, dependentes das particularidades locais.

Portanto, a instalação da Província do Amazonas ocorreu numa ocasião, segundo estudo de Costa *et al*[65], em que os recursos financeiros para possibilitar esta implantação eram mínimos, tendo, basicamente, como fonte os parcos recursos oriundos da tributação e os recursos do Governo Imperial.

João Baptista de Figueiredo Aranha, Presidente da Província, de maneira desolada relata no seu primeiro relatório:

> Agora pois que estou vendo por toda a parte o aniquilamento, já dos serviços ruraes, já dos officios públicos, as fabricas, as officinas e as pontes se achão abatidos, em total ruina, e quando, sendo dever do Governo ocorrer ao menos á reparações, não se achão mestres nem artistas [...] O que fazer?[66]

---

publicado.

[62] Instituída em 1839. FARIA E SOUZA, J.B. *A Egreja de Nossa Senhora dos Remédios. Uma peregrinação evocadora do passado*. Manaós, 1927, p.05.

[63] FARIA E SOUZA. Idem, p.12.

[64] WALLACE, op.cit, p.203.

[65] COSTA, Hideraldo Lima; BITTON, Luiz; BALKAR, Luís; UGARTE, Luíza. *Fundamentos Históricos Para o Estudo do Espaço Urbano do Centro Histórico de Manaus: 1800 a 1880*, 1998, mimeo, 1988, p. 45.

[66] ARANHA, João Baptista de Figueiredo. *Relatório dos Presidentes da Província do Amazonas.* Amazonas: Typ. de M. da S. Ramos, 1852, p. 33.

As indagações do Presidente Aranha são indícios da precariedade da economia e dos serviços públicos e, ao mesmo tempo, justificam o estado de abandono das vias e pontes da cidade da Barra. Este estado de abandono não condizia com o status de capital da Província do Amazonas, por isso o "poder simbólico", agregado ao aspecto visual das edificações, passa a receber atenção nos discursos oficiais.

No que tange aos edifícios, sedes dos serviços públicos, Tenreiro Aranha informa que: a casa de câmara era alugada, a cadeia era um quarto no quartel militar, instalação para o palácio provincial não havia, como não havia também Igreja Matriz[67]. O Presidente manifestava o desejo de realizar melhoramentos quanto ao traçado urbano, com instalação de equipamentos e construção de edificações. No relatório, de 30 de abril de 1852, menciona:

> Mal se pode dizer que nesta província tenha-se tratado de melhoramentos materiaes; pode-se mesmo affirmar que desde o tempo em que os antigos governadores aqui fizeram construções, que pela maior parte estão reduzidas á ruínas para attestarem os descuidos dos que deixaram esses edifícios entregues á acção do tempo, que os aniquilou, nem obra, a não serem pequenos concertos, se tem feito, nem tratado da conservação dos próprios nacionaes [68].

Portanto, o quadro geral se mostrava bastante desanimador em relação à Província, à cidade e à sua população, que não dispunha de pessoas qualificadas até para assumir os cargos públicos[69].

No que se refere aos assuntos eclesiásticos, a emancipação não ocorreu e a Província do Amazonas continuou subordinada a diocese do Pará, não obstante a nova Província ter na catequese, no culto público e na instrução, em sua maioria era ministrada por padres, os principais instrumentos para arregimentar a mão-de-obra indígena e normatizar os costumes dessa população, que apresentava grande diversidade étnica e cultural.

A população da cidade da Barra do Rio Negro, de acordo com os dados censitários populacionais levantados, entre 1849 e 1859 era constituída por: 6.000[70] almas

---

[67] ARANHA, João Baptista de Figueiredo. *Relatório dos Presidentes da Província do Amazonas*. Amazonas: Typ. de M. da S. Ramos, 1852.
[68] Idem, p. 70.
[69] D´AGUIAR, Fausto Augusto. *Relatório ao Exmo.sr.dr. José Joaquim da Cunha, Presidente da Província do Grão-Pará*, por ocasião de entregar-lhe a administração da Província no dia 20 de Agosto de 1852. Pará - Typographia de Santos e & Filhos. Pará: Tipografia Santos & Filhos, p. Z-51.
[70] OSCULATI, Gaetano. *De Tabatinga a Belém* (1847) in ISENBURG, Teresa (organizadora). Naturalistas italianos no Brasil. São Paulo: Ícone: Secretaria de Estado da Cultura, 1990, p. 172.

conforme Oscullati; para Jerônimo Francisco Coelho, eram 3.614 habitantes[71]; segundo Lourenço da Silva Araújo e Amazonas[72], 8.500 almas; Bates[73], 3.000 habitantes; já para Wallace[74] havia 5.000 ou 6.000. Os números são divergentes, conforme observado pela historiadora Patrícia Sampaio[75], pois segundo ela, a contagem não era precisa devido as deficiências nos levantamentos. Todavia, podemos afirmar que a maioria desta população, como demonstrado nos levantamentos populacionais, era de índios, mestiços e tapuios, e esta nova cidade se contrapunha ao modo de viver dessa maioria suscitando resistências, contradições e apropriações.

Assim, esta população, deveria ser trazida à "civilização" e neste sentido, as edificações são imbuídas de importância simbólica. Mesmo que apenas algumas obras pudessem ser iniciadas, devido aos limitados recursos financeiros, entre elas, figuram aquelas necessárias à administração da província e as institucionais, com o intuito de "civilizar" a população.

Desta forma, o presidente Tenreiro Aranha, como demonstrado abaixo, solicita verbas ao Império para a construção das obras, apelo que estará presente em praticamente todos os relatórios de Presidentes daí por diante:

> Julgo, portanto, digna da contemplação do governo de S. M. o Imperador a obra da matriz de que se trata, para explendor do Culto Divino, e para chamar o povo aos actos religiosos, a que já deixa de concorrer, com a freqüência com que d ´antes o fazia, por ter de ir á capella dos Remédios, onde actualmente se fazem as funcções parochiaes.
> Huma prestação de cinco contos de réis será sufficiente para se apromptarem os materiaes, e se dar o começo á sua obra da nova Matriz, cujo risco e orçamento se está fazendo.
> (...) Não tendo nenhum dos próprios Nacionaes, dos existentes nesta Capital, accommodações sufficientes e decentes para o Presidente ter a sua residencia, a Secretaria da Província, e a do expediente militar, fiz contractar um prédio de sobrado, em que estou residindo, e se achão as ditas Secretarias. He portanto bem reconhecido o proveito de dar-se começo á construcção de um edifício próprio Nacional (...). Por tanto espero que o Governo de Sua Magestade O Imperador, attendendo á necessidade e conveniência de um tal edificio, se digne de consignar dez contos de réis para se apromptarem nos mezes da seca os materiaes, e dar-se começo á essa obra[76].

---

[71] COELHO, Jerônimo Francisco. *Fala dirigida pelo à Assembléia Legislativa Provincial* na abertura da segunda sessão ordinária da sexta legislatura, 1º de outubro de 1849 - Pará– Typografia Santos & Filhos. Pará, s/d, p. Mapa estatístico em anexo.

[72] ARAÚJO E AMAZONAS, Lourenço da Silva. *Dicionário Topographico, Histórico e Descritivo da Comarca do Alto Amazonas*. Recife: Typographia Commercial, 1852. p. 190.

[73] BATES, op.cit, p.133.

[74] WALLACE, op.cit, p.110.

[75] SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. *Na rota dos labirintos.* História em Novos Cenários: Amazônia em Cadernos. V. 2/3. Universidade do Amazonas / Museu Amazônico, dez 1993/1994, p. 6.

[76] ARANHA, João Baptista de Figueiredo. *Relatório dos Presidentes da Província do Amazonas*. Amazonas: Typ. de M. da S. Ramos, 1852, p. 72-74.

Na solicitação de Aranha, ficam explícitas as obras que ele elegeu como prioritárias, sendo elas, a da Igreja Matriz, o palácio do governo e aquelas necessárias à administração provincial. Ficou equiparada em importância e urgência a edificação do palácio e do templo, deixando claro quais eram os elementos que representavam ou deveriam representar a imagem da cidade.

A falta da edificação da Igreja Matriz na cidade causava transtornos e preocupações ao poder público, pois o acesso à capela dos Remédios além de distante era bastante acidentado, como frisado por Aranha e também por seu sucessor Corrêa Miranda:

> Em conseqüência de ficar inutilisada a Igreja Matriz por ter sido incendiada a 2 de Julho de 1850, occazionado por uma fatalidade, que se não pode, com verdade conhecer a causa, o Vigario funcciona na Capella de Nossa Senhora dos Remédios, único Templo desta Capital e de melhor prespectiva e aceio em toda Província, como asserverão os que tem conhecimento dos outros; porem tal é sua pequenes, que nos dias de maior solemnidade não acommoda o povo, que a ella concorre; e além disso é difficultoso o seu transito por se achar em uma das extremidades da Capital, onde se não chega sem passar por dois Igarapés, que no tempo da Cheia é preciso atravessar em Canoas por falta de pontes[77].

De acordo com Bento Aranha, no ano de 1852, por solicitação do Presidente Tenreiro Aranha foi levantado um croqui da cidade de Manaus (ilustração 4)[78]. Apesar de o desenho do mesmo apresentar aparência mais "organizada" que as plantas de 1844 e 1845, mostra menos detalhes da cidade, talvez por ser sua intenção fazer um levantamento das possíveis áreas de expansão, já que se detém nos limites da cidade, demarcando e nomeando seu igarapés e não suas ruas, principais edificações ou tipologias construtivas.

Os pontos selecionados como centros de representação no levantamento de Aranha são: o Forte (em ruínas), a localização da antiga Igreja Matriz (incendiada), a localização da área onde será construído o novo templo, a igreja dos Remédios e o largo do Pelourinho. Neste contexto as edificações que representavam o poder estabelecido, como elementos primários, mesmo que bastante deterioradas ou já inexistentes, continuavam sendo os pontos de referência da cidade.

---

[77] MIRANDA, Manoel Gomes Corrêa. Vice-presidente da Província do Amazonas. *Fala dirigida a Assembléia Legislativa da Província do Amazonas* na abertura da primeira sessão ordinária da primeira legislatura, em 5 de setembro de 1852. Capital do Amazonas - Typ. de M. de S. Ramos. - 1852.

[78] O croqui da Planta de 1852 (ilustração 4) foi publicado por Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha, filho do presidente João Baptista de Figueiredo Aranha, no ano de 1897. Fazemos as análises partindo do pressuposto que o croqui não foi modificado quando de sua publicação, visto que mantém a toponímia de 1852.



Ilustração 4 - Mapa de 1852
Acervo Otoni Mesquita – Reproduzido do Álbum "Um olhar sobre o passado" – Bento Aranha**.**

Uma das fontes mais significativas para esboçar o panorama da cidade neste período, é a obra Dicionário Topografhico, Historico, Descriptivo da Comarca do Alto-Amazonas de Araújo e Amazonas, publicado em 1852[79], nesta obra o autor descreve a cidade da seguinte maneira:

> [...] Consta a cidade e uma praça e 16 ruas, pela maior parte curtas e estreitas, e ainda por calçar e iluminar. As casas são cobertas de telhas, e poucas de sólida fundação, porém são cômodas, espaçosas e desafogadas. Os sobrados são ainda em diminuto número. As lojas carecem de maior gosto em sua peculiar ostentação. Possui a cidade duas igrejas, a saber: a matriz de N. S. da Conceição e a capela de N. S. dos Remédios, ambas de fundação à imitação da dos jesuítas, isto é, ligeira, frágil e destituída de arquitetura, o que compensa o povo com um trato e asseio que lhe fazem honra. Possui um quartel em uma bela praça, um armazém da arrecadação da Fazenda Nacional, uma olaria pertencente à mesma Fazenda e algumas casas para habitação dos empregados. Já não se percebem os vestígios do

[79] Sua publicação é de 1852, e levando em consideração a demora na edição e publicação de estudos acreditamos que tenha passado na cidade ainda em 1849 ou início de 1850, pois ainda nos dá conta de duas igrejas.

> Palácio dos Governadores (...). Avultam ainda as ruínas da fortaleza de São José do Rio Negro e do hospital de São Vicente... [80]

Contrapondo as informações do mapa de 1852 e as de Araújo Amazonas ao panorama urbano do final da década de 1840, verificamos que a cidade da Barra apresentava um leve crescimento ou esboçava-se um planejamento urbano, entretanto suas ruas ainda não tinham pavimentação ou iluminação. Um indício de planejamento eram os "largos", espaços públicos de forma irregular, em geral espaços de "sobras" e encontros entre ruas sinuosas que começam a tomar aspecto mais regular e as quadras aparecem de maneira mais delimitada na planta levantada por Aranha.

De acordo com o croqui de Aranha, o Largo do Pelourinho e dos Remédios já apresentam forma retangular, e no da antiga Olaria temos a indicação da localização do novo templo da matriz. Estas informações, talvez, indicassem uma intenção de reorganização do espaço, visto o curto intervalo de tempo em relação aos mapas anteriores. Mas, é uma indicação de que se começava a pensar a cidade. Outro fator que corrobora para este pensamento é o fato de já haver local pré-destinado para o novo templo da matriz. Área, segundo Bento Aranha, anteriormente ocupada por duas hortas, uma de propriedade de Maximiniano de Paula Ribeiro e outra de Oliveira Horta[81].

A cidade da Barra, de acordo com o exposto, passou à condição de capital da nova província sem ter infra-estrutura e condição financeira para tal. Problema contornado, de forma paliativa, com o deslocamento de pessoas de outras áreas do império e com a ocupação de edificações remanescentes do período colonial.

Buscando responder à sua própria indagação, "o que fazer?"[82], Aranha buscou verba imperial, fez um levantamento do que mais urgente se devia fazer e esboçava um plano de ação. O período de governo de Tenreiro Aranha foi curto, porém, seus projetos pautaram os governos posteriores.

No que tange à religião e ao culto público, em setembro de 1852, o vice-presidente, Manoel Gomes Corrêa Miranda, na Fala dirigida à Assembléia Provincial, inicia sua alocução reforçando o quanto a religião é eficaz na observância das leis e repressão ao crime, assim como a importância dos templos para que estes objetivos sejam alcançados[83].

---

[80] ARAÚJO E AMAZONAS, Lourenço da Silva. *Dicionário Topografhico, Historico, Descriptivo da Comarca do Alto-Amazonas*. Recife. Typographia Comercial de Meira Henriques, (1852), p.187-190.

[81] ARANHA, Bento de Figueiredo Tenreiro. *Um olhar pelo passado*. Reimpressão Fac-similar, Manaus/Prefeitura Municipal: Grafima, 1990, p. 21.

[82] ARANHA, João Baptista de Figueiredo. *Relatório dos Presidentes da Província do Amazonas*. Amazonas: Typ. de M. da S. Ramos, 1852, p. 33.

[83] MIRANDA, Manoel Gomes Corrêa. *Fala dirigida a Assembléia Legislativa da Província do Amazonas* na abertura da primeira sessão ordinária da primeira legislatura. 5 de setembro de 1852. Manaus: Typ. de M. de S.

Correa deixou claro que o Governo e o clero tinham consciência da representação simbólica que a edificação trazia consigo.

Em 1852, não havendo Igreja Matriz, os atos religiosos da cidade seriam transferidos para a pequena e de difícil acesso Capela Nossa Senhora dos Remédios, "único Templo desta Capital e de melhor perspectiva e asseio de toda a Província"[84]. Para contornar a situação, em relação às dificuldades de acesso à capela dos Remédios, o vice-presidente Corrêa Miranda mandou construir uma ponte-barca, ligando o bairro dos remédios ao núcleo da cidade.

Em relação à construção da nova matriz, Corrêa Miranda solicita verba imperial e nomeia uma comissão encarregada de promover uma subscrição, com a finalidade de angariar fundos para a edificação do novo templo, o que se mostra infrutífero de acordo com seu relatório:

> A Igreja Matriz ainda não teve principio por falta de meios, pois uma comissão que foi creada para promover a subscripção entre os moradores, tem a penas obtito algumas promessas: e sendo de reconhecida necessidade que se dê principio a esse Templo, vos proponho que consigneis a quantia de 600$000 reis para commeço da obra, porque estou capacitado que os Fieis vendo principiada a obra, concorrerão com suas esmolas[85].

De acordo com a Fala de Ferreira Penna, em 1853, "todo mundo reconhece e confessa que sem religião nenhuma sociedade poderia subsistir"[86] por isso a necessidade de Templos "se não magníficos e suntuosos, ao menos revestidos de decência própria do lugar onde se celebram ofícios divinos..."[87], mesmo que este "ir a igreja" algumas vezes fosse imposição, principalmente ao índio e ao negro para manter o caráter sacro da autoridade. Este era um tempo onde todas as festas e comemorações, mesmo as não religiosas, adotavam caráter religioso.

Neste período, meados do século XIX, o uso do espaço físico do templo tinha grande relevância para a vida social da cidade, como observado por alguns viajantes, como o naturalista inglês Wallace, que ressalta a missa de domingo como o maior acontecimento social da cidade, quando ganhava o ar festivo aonde as pessoas iam com suas melhores vestes, para, em seguida, se dirigirem às visitas de cortesia:

Ramos. – 1852.

[84] MIRANDA, Idem, p.12.

[85] MIRANDA, Ibidem, p.12.

[86] PENNA, Herculano Ferreira. *Fala dirigida a Assembléia Legislativa da Província do Amazonas*. No dia 1º de outubro de 1853. Manaus - Typ. de M. de S. Ramos, p.57.

[87] PENNA. Idem, p.59.

> Aos domingos, na missa, trajam-se todos em grande estilo. As mulheres comparecem elegantíssimas, num multicolorido desfile de musselinas e gazes francesas. Suas belas cabeleiras, cuidadosamente arrumadas e adornadas de flores, jamais se escondem sob toucas ou chapéus. Ao seu lado, os cavaleiros, que durante a semana ficaram nos seus imundos armazéns em mangas de camisa e chinelos, agora trajam finíssimos ternos pretos, chapéus de feltro, gravatas de cetim e botinas de verniz de cano bem curto. Depois da missa, é hora das visitas de cerimônia, quando todo o mundo vai à casa de todo mundo, e lá ficam comentando os escândalos que se acumularam durante a semana. Barra deve ser a comunidade civilizada que tem os costumes mais decadentes possíveis. O que se escuta ali diariamente a respeito das mais respeitáveis famílias locais, e sempre dito como se se tratasse de coisa normal e corriqueira, dificilmente poderia ser creditado aos moradores dos piores cortiços de Sr. Giles![88]

Se estes encontros sociais, após as missas, eram dados ou não a fofocas e mexerico, como afirma Wallace, isto não é o mais importante; o esclarecedor desta descrição é o fato de ela reforçar a missa como instrumento de sociabilidade e sua importância para a comunidade que se deslocava por longo caminho para participar do culto religioso. Ou seja, a edificação do novo templo era necessária não só como instrumento de poder civil e religioso, mas também como de sociabilidade.

Todavia, apesar de sua significância, as obras do templo não se iniciam. Em maio de 1853, Corrêa Miranda, informou que, apesar da verba de 800$000 réis, não iniciara a obra da Matriz por falta de planta e materiais[89]. No mês de outubro do mesmo ano, Ferreira Pena afirma ter se empenhado nas obras da capital, em especial as das repartições públicas e Matriz[90] , para isso trouxe um engenheiro da corte[91] e solicitou organizar plantas e orçamentos com a finalidade de demonstrar as necessidades, pleitear recursos e "contribuir tanto para a comodidade pública como para o aformoseamento desta Cidade, digna certamente pelas vantagens se sua aprazível posição, e salubridade do clima, de figurar como a Capital de uma grande Província"[92].

O Presidente Ferreira Penna, nos anos de 1854 e 1855, nas suas falas à Assembléia Legislativa Provincial, deixa claro que as dificuldades não haviam se dissipado,

---

[88] WALLACE, Alfred Russel. *Viagens pelos rios Amazonas e Negro*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia. 1979, p. 110.

[89] MIRANDA, Corrêa. *Relatório do Vice Presidente para o Presidente Ferreira Penna*, em 09 de maio de 1853, p.9.

[90] PENNA, Herculano Ferreira. *Fala dirigida a Assembléia Legislativa da Província do Amazonas*. No dia 1º de outubro de 1853. Manaus - Typ. de M. de S. Ramos, p. 25.

[91] Mário Ypiranga Monteiro na página 30 de sua obra *"A Catedral Metropolitana de Manaus"*, afirma que Herculano Ferreira Penna teria trazido o engenheiro João Wilkens de Matos. Entretanto de acordo com a exposição apresentada ao vice-presidente Manoel Gomes de Corrêa Miranda, em fevereiro de 1853, Wilkens de Mattos veio acompanhado Tenreiro Aranha para assumir o cargo de Secretário da Província, cargo ao qual foi nomeado por Carta Imperial em 18 de agosto de 1851.

[92] PENNA, Herculano Ferreira. *Fala dirigida a Assembléia Legislativa da Província do Amazonas*. No dia 1º de outubro de 1853. Manaus - Typ. de M. de S. Ramos, p.29.

além dos parcos recursos financeiros, grande entrave às obras públicas da capital era a quase absoluta falta de operários e de materiais[93]. E sendo o poder público responsável pelo ordenamento urbano, apesar da necessidade da construção dos edifícios públicos, as obras que pôde dar andamento foram: edificação da nova olaria, essencial para produção de telhas e tijolos; reedificação do Quartel; preparo do cemitério, conserto das ruas e ponte dos Remédios.

Talvez, percebendo que a obra do novo templo estivesse ficando em segundo plano, os deputados da Assembléia Legislativa deram destaque em seus projetos à religião e às edificações religiosas. Neste sentido, destaca-se o deputado Francisco Antônio Monteiro Tapajóz, que apresentou em oito de agosto de 1854, projeto visando à normatização das festas religiosas[94].

A normatização do culto era um dos pontos que a romanização buscava junto às hierarquias eclesiásticas para que principiasse a transformação nas formas de piedade e devoção praticadas pela população. Talvez, visando manter o apoio da Igreja aos cultos e festas administrados pelas irmandades, o deputado Francisco Antônio Monteiro Tapajós, que pertencia tanto à irmandade de Nossa Senhora dos Remédios como à de Nossa Senhora da Conceição, tenha buscado demonstrar que, nos cultos realizados pelas mesmas, nada havia que fosse de encontro aos preceitos católicos. O projeto dispunha que determinadas festividades, além de serem desvirtuadas para lesar ao povo, eram realizadas de modo impróprio e com adereços impróprios, como deixa patente o recorte do projeto abaixo apresentado.

> É excessivo, escandaloso e não ignorado o que se pratica na occasião em que se tiram esmolas a titulo de devoção para festividades de santos, e porque a religião do Estado deve ser respeitada visto sermos catholicios romanos, offereço à vossa consideração, como medida a sanar immoralidades, o presente projeto:
> Art. 1.º Fica desde já prohibido nas festas de igreja, oratórios particulares ou em outra qualquer parte que seja, dentro da cidade, villas e freguezias, o uso dos sayrés, tamborins, gaitas, caracaxás e os grandes paus denominados tambory, as gritarias ou cantorolas que em taes actos se praticam, o que só será permitido nas adeias e missões para attrahir os indígenas por quem são usados taes instrumentos e constumes[95].

[93] PENNA, Herculano Ferreira. Idem, p.27.
[94] Anais da Assembléia Legislativa Provincial do Amazonas, *Biênio 1854-1855*, p.7.
[95] Anais da Assembléia Legislativa da Província do Amazonas, Biênio 1854 -1855.

Este projeto numa "leitura a contra pêlo"[96] deixa entrever que havia em Manaus um sincretismo religioso, onde o sagrado e o profano, o oficial e o popular coexistiam e se confrontavam.

O papa Pio IX[97], buscando institucionalizar o culto, para que a cristandade não perdesse poder e se expandisse nas camadas populares, estimulou a prática dos sacramentos, procissões, novenas devoções aos santos, em especial ao sagrado Coração de Jesus e a Nossa Senhora, instituindo o dogma da Imaculada Conceição[98]. Este dogma foi um dos sustentáculos da Igreja contra o liberalismo na busca de substituir a realidade presente multifacetada por uma unidade onde as antigas manifestações de culto eram dirigidas e organizadas por leigos e onde a autoridade clerical era mínima.

A Igreja Matriz da cidade da Barra era dedicada a Nossa Senhora da Conceição, e todavia não havia templo para sua adoração, talvez este tenha sido o impulso para que os deputados da Assembléia Provincial no biênio 1854-1855[99], especialmente os padres e irmãos pertencente à confraria de Nossa Senhora dos Remédios e confraria de Nossa Senhora da Conceição apresentassem projetos para dar impulso a construção do templo. O deputado Antônio José Moreira, por exemplo, pertencente à confraria dos Remédios apresentou indicação solicitando a verba de 10:000$000 reis para as obras da Matriz, Assembléia Provincial e Câmara Municipal, quartel e hospital[100].

Ao final da legislatura do biênio 1854-1855, os seguintes requerimentos estavam aprovados: o projeto destinando verba para a obra da Matriz; a resolução de nº. 52[101] concedendo diversas loterias em seu beneficio[102], Seminário Episcopal, Capela de Nossa Senhora dos Remédios e para uma Casa de Caridade na capital; além da Lei nº. 50, autorizando o governo provincial a despender a quantia de quatro contos de reis anuais com a edificação de uma nova igreja na capital[103]. Estas medidas foram essenciais para dar impulso ao projeto da edificação.

---

[96] O termo "a contra pêlo" foi tomada de empréstimo de Walter Benjamin. BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política.* São Paulo: Brasiliense, 1996. Obras Escolhidas. v.1., p. 225.
[97] Permaneceu no papado no período de 1846 a 1878.
[98] Proclamado em 8 de dezembro de 1854 por Pio IX através da bula Ineffabilis Deus.
[99] A atividade da Assembléia tinha no seu quadro como Vice-presidente em 1854 e Presidente em 1855 o padre Torquato Antônio de Souza, como deputado em 1854 e Vice-presidente em 1855 o Padre Romualdo Gonçalves de Azevedo, como deputado em 1854 o Padre João Antônio da Silva e mais três membros pertencentes as irmandades
[100] Anais da Assembléia Legislativa Provincial do Amazonas, Biênio 1854-1855, p.18.
[101] Jornal *Estrella do Amazonas*, nº. 120 de 09 de agosto de 1855. Periódico publicado na capital da província do Amazonas no período de 1852 a 1866.
[102] Em seu § 1º destina quatro loterias de 15:000$000 cada uma, para as obras da Igreja Matriz da capital.
[103] Coleção de Leis Provinciais do Amazonas.

Em fevereiro de 1855[104], o Bispo Diocesano D. José Affonso de Moraes Torres, atendendo às orientações tridentinas, realizou visita pastoral à cidade. As visitas proporcionaram ao bispo a ocasião de advertir os padres relapsos e direcionar-lhes rumo à romanização pretendida, por exemplo, solicitar aos pais de família e pessoas que possuíam escravos e índios que os apresentassem a Igreja para serem instruídos na doutrina cristã.

Neste período, D. José, publica a 05 de março com data de 26 de fevereiro, no Jornal Estrella do Amazonas, "Mandamento" para as pessoas encarregadas da instrução religiosa para que fizessem aos domingos da quaresma, sermões ao povo, explicativos da doutrina Cristã durante todo o ano. O mandamento, ao mesmo tempo estimula que se comunique ao vigário geral qualquer dificuldade que embarace o cumprimento destas determinações, assim como algum empeço ao cumprimento do mandamento[105].

Em seu relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial, o Presidente João Pedro Dias Vieira, em 1856, informou que a cidade da Barra do Rio Negro possuía onze mil e um habitantes[106], e passava a se chamar cidade de Manaós[107]. Este grande número de pessoas dispunha apenas de uma singela capela para os atos religiosos, o que contribui para que os cultos das irmandades não fossem suprimidos. Assim, o jornal Estrella do Amazonas, em 14 de maio de 1856, noticia com grande destaque, que o Sumo Pontífice Pio IX, por um breve expedido de Roma, prorrogara por dez anos algumas cortesias a respeito dos oratórios domésticos, desde que seguissem algumas regras e que não deixassem de ir à Matriz nas principais festas do ano[108].

A Província do Amazonas, em conseqüência de sua insipiente renda, caminhava a passos lentos. Neste ano de 1856, assume a direção das obras públicas o engenheiro Dr. Theodoro Antônio de Oliveira. As obras que tiveram andamento, segundo o relatório do Presidente João Dias Vieira[109], foram: quartel; enfermaria de S. Vicente; Ponte dos Remédios; uma torre na Ermida de Nossa Senhora dos Remédios, cujo interior foi decorado às custas da irmandade; a ponte do Espírito Santo; a Casa do Mercado; Enfermaria Militar; Quartel Militar; Casa dos Educandos; Olaria Municipal e Cemitério Público.

---

[104] *Jornal Estrella do Amazonas*, n.110 de 06 de fevereiro de 1855.
[105] *Jornal Estrella do Amazonas*, nº 113 de 05 de março de 1855.
[106] VIEIRA, João Pedro Dias. *Relatório apresentado á Assembléia Legislativa Provincial*. 8 de Julho de 1856. Barra do Rio Negro – 1856. Typ. de F. J. S. Ramos, p.10.
[107] Projeto apresentado em 20 de agosto de 1856 pelo Deputado João Ignácio Rodrigues do Carmo, recebendo o número 108. O projeto é aprovado e se torna Lei com o nº. 68, em 04 de setembro do mesmo ano. *Anais da Assembléia Legislativa Provincial do Amazonas do Biênio de 1856 a 1857*. Manaós, Impresso da Typographia do Comércio do Amazonas, 1881.
[108] *Jornal Estrella do Amazonas*, n. 143 de 14 de maio de 1856.
[109] VIEIRA, João Pedro Dias. *Relatório apresentado á Assembléia Legislativa Provincial*. 8 de Julho de 1856. Barra do Rio Negro – 1856. Typ. de F. J. S. Ramos.

Percebendo a demora no início da construção do templo, novamente a Assembléia Provincial se manifesta, e, em 26 de julho, o deputado Oliveira apresenta requerimento exigindo do Presidente da província as razões porque não foram aproveitadas as disposições da lei nº. 50 e a resolução nº. 52 para edificação da Matriz da capital. Alguns dias depois, primeiro de agosto, o Secretário da Presidência informou que teve ordem do Exmo.Sr. Presidente da Província de fazer chegar ao conhecimento da Assembléia que a mesma não tinha o direito de pedir-lhe informações acerca de seus atos e muito menos deliberar sobre a execução de leis[110].

No biênio seguinte, 1856/1857, foi eleito como Presidente da Assembléia Provincial o padre Torquato Antônio de Souza e como vice-presidente, o padre Romualdo Gonçalves de Azevedo[111]; entre os deputados, o padre João Antônio da Silva e três irmãos pertencentes às irmandades religiosas. Ainda tínhamos, na qualidade de 2º vice-presidente da Província, o Cônego Joaquim Gonçalves de Azevedo que assumiu o poder em onze de maio de 1857, permanecendo até sete de setembro do mesmo ano[112]. Como se vê no quadro de representantes políticos provinciais, o que hoje denominaríamos "lobby" religioso era forte dentro da província e estes religiosos trabalhavam com afinco pelo início da edificação da Matriz.

Em 1857, os recursos financeiros para o início da construção do templo da Matriz, em decorrência do auxílio imperial e das loterias já estava disponível; entretanto, a obra não iniciara. Segundo o Presidente Ângelo Thomaz do Amaral, o motivo oficial do não início das obras era a carência de operários. Segundo o Presidente, não havia na cidade um mestre de obras que merecesse tal denominação[113]. Entretanto, reafirmara a necessidade de párocos e templos[114], abonando que, sem a religião por eles difundida, desapareceria o homem civilizado e de família, não havendo, consequentemente, sociedade organizada[115].

As dificuldades para iniciar a construção foram temas dos relatórios de vários administradores. Em 1857, João Wilkens de Mattos, diretor de obras públicas explicando porque as obras não haviam iniciado, contrapõe os melhoramentos realizados na capela de Nossa Senhora dos Remédios, dizendo:

---

[110] Anais da Assembléia Legislativa Provincial do Amazonas. *Biênio de 1856 a 1857*. Manaós, Impresso da Typographia do Comércio do Amazonas, 1881, p.17.
[111] Em 1857 Padre Romualdo deixa a Vice-Presidência.
[112] BITTENCOURT, Agnello. *Dicionário Amazonense de Biografias: vultos do passado*. Rio de Janeiro: Conquista, 1973, p. 126.
[113] AMARAL, Ângelo Tomaz do. Anexo 5 - *Fala dirigida a Assembléia Legislativa Provincial do Amazonas* em 1º de outubro de 1857. Rio de Janeiro. Typografia Universal de Laemmerte – 1858, p. 7-9.
[114] AMARAL, Ângelo Tomaz do. Idem, p.19.
[115] AMARAL. Ibidem, p.19.

> [...] em diversas leis tem o corpo da província decretado fundos no valor de 6:000$ para a edificação de uma igreja n'esta capital, e também a concessão de quatro loterias de quinze contos cada uma para o mesmo fim; mas ainda não teve começo essa obra de primeira necessidade, das muitas cuja falta sente a capital.
> Serve de matriz a pequena capella de Nossa Senhora dos Remédios, que tem recebido concertos, e ainda carece concluir uma torre, que, a não ser convenientemente preparada antes da próxima invernada, contribuirá para danificar a parede-mestra, que já sofreu alguma destruição[116].

A justificativa de Mattos talvez tivesse a intenção de apaziguar as cobranças da Assembléia. Até aquele momento, não havia registro quanto ao risco e ao traçado da Matriz. Isto nos leva a acreditar que, apesar do Presidente Ferreira Penna ter afirmado, em 1853, que estava providenciando as plantas e orçamentos das edificações que a capital necessitava, entre elas a da Matriz, a planta não foi aprovada ou mesmo apresentada. Dedução embasada no fato de podermos vislumbrar na documentação oficial que executar obra neste período, sem planta, era comum[117]. E, não há nenhuma nota a respeito nos documentos ou no único jornal do período: o Estrella do Amazonas, que também publicava a documentação oficial do governo.

Outra hipótese é que a planta tenha "se perdido" nas repartições públicas, que tinha em seu quadro funcional pessoas desqualificadas, fruto das soluções paliativas adotadas, no que diz respeito ao pessoal para os cargos públicos e sedes para os órgãos do governo. Problema evidenciado, em 1852, pelo naturalista inglês Alfred Russel Wallace, que informava: "a cidade estava agora repleta de almofadinhas e janotas, que eram pagos com dinheiro do povo por trabalhos e serviços que não sabiam realizar" [118], e em relação à dificuldade de se hospedar na cidade assegurara: "em conseqüência da instalação do novo governo, as casas estavam todas ocupadas e os aluguéis haviam subido assustadoramente..."[119], ou seja, as acomodações das repartições públicas eram improvisadas, e provavelmente, não tinham o mobiliário adequado à guarda da documentação, o que propiciava a perda ou extravio de documentos.

Mário Ypiranga Monteiro, em seu estudo sobre o templo, atribui com ressalvas, que o projeto da edificação seria do tenente coronel Albino dos Santos Pereira, a quem

[116] AMARAL. AMARAL, Ângelo Tomaz do. Anexo 5 - *Fala dirigida a Assembléia Legislativa Provincial do Amazonas* em 1º de outubro de 1857. Rio de Janeiro. Typografia Universal de Laemmerte – 1858, p. 7.
[117] João Wilkens de Mattos, ao assumir o cargo de diretor de obras públicas faz críticas à obra do quartel militar e afirma não ter encontrado planta, orçamento nem descrição do edifício. AMARAL, Ângelo Tomaz do. Anexo 5 - *Fala dirigida a Assembléia Legislativa Provincial do Amazonas* em 1º de outubro de 1857. Rio de Janeiro. Typografia Universal de Laemmerte – 1858, p. 3.
[118] WALLACE, Alfred Russel. *Viagens pelos rios Amazonas e Negro.* Belo Horizonte: Ed. Itatiaia. 1979, p.231.
[119] WALLACE, Alfred Russel. *Viagens pelos rios Amazonas e Negro.* Belo Horizonte: Ed. Itatiaia. 1979, p.231

teriam pago a quantia de 150$000 réis. Monteiro embasa sua dedução, citando o ofício da presidência nº.19 de catorze de junho de 1858[120]. Entretanto, não localizamos tal oficio e, em contrapartida, no expediente de oito de junho do mesmo ano, está publicado no Jornal Estrella do Amazonas, ofício ao administrador da fazenda provincial, solicitando o pagamento ao engenheiro civil João Mamede Júnior, "pelo trabalho de dezenhar o edifício da Igreja Matriz, que se tem de construir nesta capital"[121]. No mesmo jornal há outro ofício ao diretor interino de obras públicas com ordem para pagamento da quantia de 150$000 réis ao engenheiro Mamede Júnior, o que nos sugere que o traçado tenha sido executado pelo mesmo.

Finalmente, na manhã de vinte e três de julho de 1858[122], foi lançada, no antigo Largo da Olaria, a pedra fundamental da nova matriz, acontecimento amplamente divulgado no Jornal Estrella do Amazonas, onde também eram publicados memorandos, atas, convites e informes; desde o convite para o evento, convocação da guarda entre outros.

Neste momento, cabe um adendo em relação à localização da nova matriz. O mapa de 1852 nos mostra o local de três igrejas. Confrontando com a documentação fica evidenciado que o primeiro sinal, ao leste, trata-se da primitiva capela, já destruída; o segundo, ao centro, corresponde à área destinada à nova edificação, anteriormente denominada Largo da Olaria, nome que vinha da olaria instalada por D´Almada; o terceiro, no bairro dos Remédios, ao oeste, corresponde à Capela de Nossa Senhora dos Remédios. No decorrer desta década houve a discussão sobre a localização dos enterramentos, onde se determina a proibição de enterramentos "no largo da extinta Matriz"[123]. Isto nos leva a deduzir que antes de 1854 a prática era permitida. Mário Ypiranga Monteiro em sua obra "*A Catedral Metropolitana de Manaus*" também nos dá vários exemplos, embasado na documentação oficial, confirmando a localização das igrejas tal como acima foi descrito.

Corroborando para a afirmação de que o novo templo seria construído em uma área diferente da igreja erigida pelos Carmelitas e reerguida por Lobo D'Almada, no ato de imposição da pedra fundamental da nova edificação temos que a mesma se deu "no lugar da antiga Olaria na Rua Brasileira, entre as travessas da Olaria e do Equador"[124].

Portanto, a edificação do templo da Matriz se dá em local diferenciado da localização inicial, conforme demonstrado na figura abaixo. Este suave deslocamento do

[120] MONTEIRO, Mário Ypiranga. *A Catedral Metropolitana de Manaus: sua longa história*. Edições planície, coleção muiraquitã. Manaus: Sérgio Cardoso & Cia, 1958, p.27.
[121] *Jornal Estrella do Amazonas*, nº. 322 de 25 de setembro de 1858.
[122] *Jornal Estrella do Amazonas*, nº. 308 de 28 de julho de 1858.
[123] *Jornal Estrella do Amazonas*, n.º 80 e 90; 13 de maio de 1854.
[124] *Jornal Estrella do Amazonas*, nº. 308 de 28 de julho de 1858.

templo da Matriz é significativo para o tamanho do lugar, e conforme observado já estava previsto desde a administração de Tenreiro Aranha, sendo um indício de sua importância para a sociedade local.

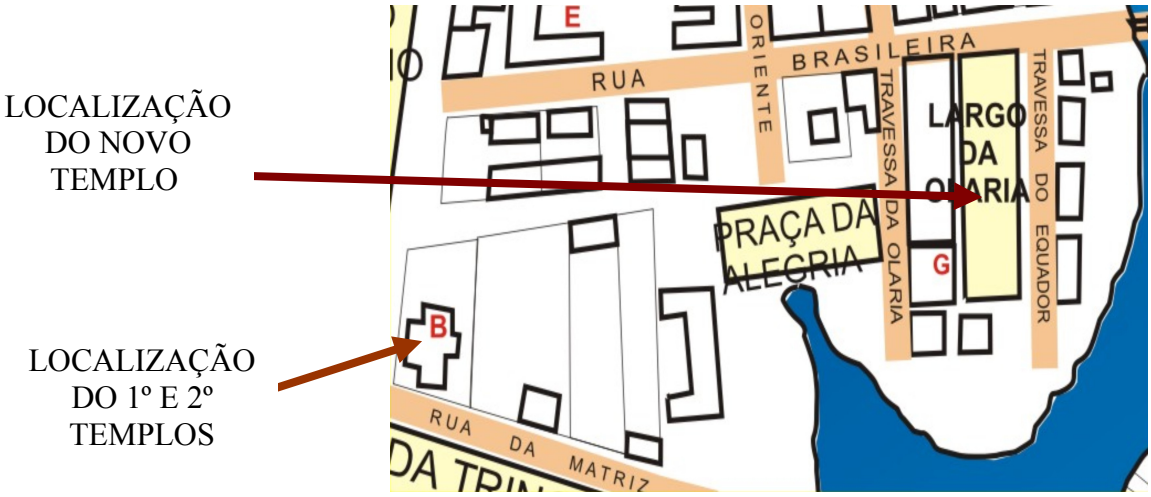


Ilustração 2 - Detalhe da Planta da cidade de Manaus elaborada pela mestranda Ana Paula Rabelo a partir dos mapas de 1844 e 1845

O assentamento da 1ª pedra da Matriz no Largo da Olaria foi cercado de alarde. Um grande acontecimento com música, repiques de sino e fogos. Segundo o "Estrella do Amazonas", o acontecimento se tornaria, para a capital do Amazonas, um fato a ser sempre lembrado e que eternizaria a memória do Exmo.Sr.Dr., Francisco José Furtado, Presidente da Província. De acordo com a matéria publicada, Furtado, em sua administração, trabalhou os pontos mais essenciais da vida do homem: a educação, com a inauguração da Casa de Educandos; o início da construção do novo templo que seria um decoro e ornato da capital; e a construção do cemitério:

> Era certamente vergonhoso, que huma Capital, a do Amazonas, cujo nome tão decantado e grande, ouvido em todos os cantos, não tivesse huma caza de educação para a mocidade desvalida, hum templo correspondente a sua cathegoria, e hum cemitério, onde se sepultassem os cadáveres; porém enfim chegou a epocha de vermos a caza dos educandos com alumnos; o cemitério já meio feito, e principiada a obra da Matriz...[125]

Muito mais importante do que a boa vontade do Presidente Francisco José Furtado para edificar a nova Matriz foi a ação dos políticos católicos. Desde a instalação da província os deputados vinham reivindicando a construção do templo, monumento que

[125] Jornal *Estrella do Amazonas*, nº. 308 de 28 de julho de 1858.

consolidaria consigo o novo centro político, administrativo e social da cidade deslocando-o do Largo da Trincheira para uma região mais central, dentro da nova configuração urbana.

Entretanto, longos anos se passariam antes da finalização da obra, pois a falta de recursos financeiros não era o único entrave para a edificação do templo, obra que se prolongaria por quase vinte anos. Além deste fator pecuniário, havia falta de mão-de-obra, profissionais qualificados e dificuldade na aquisição de materiais que eram todos basicamente importados, demorando meses para chegar. Conforme nos indicam os relatórios, outro empeço foi o privilégio ao andamento de obras emergenciais como as pontes, desviando assim material e mão-de-obra da edificação da Matriz.

Ao concluir o capítulo é possível fazer algumas considerações. A primeira igreja que se instalou no espaço físico hoje denominado Manaus, foi de taipa e coberta de palha, era frágil, como o próprio domínio dos colonizadores na região. No ano de 1791, Lobo D'Almada, que tentava fazer do lugar a nova capital da então Capitania do Rio Negro, entre outros equipamentos urbanos, dota a cidade de um palácio dos governadores e reedifica a Igreja Matriz em madeira de lei. Este novo templo, apesar de não ser de grandes dimensões, era confortável e dotado de ornamentos valiosos. A possessão territorial era mais significativa, em contrapartida, seu templo era mais suntuoso.

Em 1832 a Capitania passa a ser Comarca, porém não ganha um novo templo, talvez por não ser este o status político desejado pela sua incipiente elite. O templo em madeira de lei, em dois de julho de 1850, como uma manifestação prematura da elevação da Comarca do Alto Amazonas à categoria de Província, se reduz as cinzas.

Quando a instalação da província se efetiva, em 1852, a cidade de Barra está sem seu templo principal. O período de governo de Tenreiro Aranha, seu primeiro Presidente, é curto, mas, seu apelo quanto à edificação do novo templo é reverberado de Presidente a Presidente. Na Assembléia Legislativa os deputados, principalmente os padres e aqueles pertencentes as irmandades religiosas, lutam com perseverança para angariar fundos e dar início às obras.

Na primeira década da Província do Amazonas, tivemos um significativo aumento da população da cidade, que, apesar dos parcos recursos, investe na infra-estrutura com a construção de hospital, quartel, levantamento cadastral e estabelecimentos de ensino, entre outros melhoramentos. Os mapas são bastante claros na indicação, assim como as referências indicadas pelos vários Presidentes da Província que propõe um novo lugar para a construção do templo.

O fato de os atos religiosos se deslocarem para o bairro dos Remédios, na capela de Nossa Senhora dos Remédios, também foi um impulso para que se olhasse para o outro lado da cidade e nele se investisse, primeiramente, com a ponte-barca e depois com uma ponte provisória e arruamentos. Percebemos na cidade como um todo, através da relação dos impostos prediais divulgados pelo jornal Estrela do Amazonas nos ano de 1856[126] e 1858[127], o surgimento de novas ruas, travessas e praças.

Finalmente, em 1858, é lançada a pedra fundamental do novo templo da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição. Este empenho, para que tivesse início a construção no novo templo, nos sugere que para o Estado a edificação era uma das representações do *progresso* da província, e que, para Igreja um dos braços da administração provincial o templo era instrumento de normatização para alcançar a civilidade de sua população.

[126] *Jornal Estrella do Amazonas*, nº. 140 de 16 de abril de 1856.
[127] *Jornal Estrella do Amazonas*, nº. 270 de 20 de fevereiro de 1858.

2 O TEMPLO DE PEDRA – IGREJA MATRIZ DE MANAUS

Para entender o longo período de construção do novo templo da Igreja Matriz, faz-se necessário resgatar o contexto provincial quanto à logística do ramo da construção civil de então e os demais fatores que impuseram limitações à celeridade da obra. A primeira parte da narrativa que a seguir se empreende, portanto, persegue estes objetivos. Na segunda parte abordamos os aspectos formais do "Templo de Pedra", destacando alguns dos elementos artísticos e/ou arquitetônicos que o compõem.

2.1 A Construção - Primeira década (1858-1868)

Edificar em Manaus no período provincial não era tarefa simples. Não havia recursos financeiros, a indústria e a economia gravitavam em torno da coleta de produtos naturais[128], faltavam materiais e também mão-de-obra. Deste modo, apesar de a obra do novo templo da matriz ser desejada por parte do povo, pelo clero e pelos governantes[129], o lançamento da pedra fundamental não significou dizer que as dificuldades estavam sanadas ou que, como qualquer outra de grande porte, seria executada de imediato.

Conhecedor dos problemas que afetava a construção civil de Manaus, o Presidente da Província, Francisco José Furtado (1858-1859), tentando viabilizar as obras, solicitou do Império mais verbas para investir na cidade; reestruturou a Diretoria de Obras Públicas, nomeou João Wilkens de Mattos para o cargo de diretor e aprovou a transferência da repartição para um sobrado alugado[130], provavelmente numa tentativa de melhor gerência-las. Quanto à mão-de-obra, objetivando atrair um maior número de índios para os serviços das obras públicas, publicou circular[131] endereçada as Diretorias Parciais dos índios permitindo que os nativos trouxessem suas mulheres para a cidade durante o período que permanecessem no serviço obrigatório.

Outra iniciativa do Presidente Furtado foi no sentido de fornecer certa qualificação à mão-de-obra, inaugurando na cidade a Casa de Educando Artífices, assim anunciada pelo jornal *Estrella do Amazonas*:

---

[128] FURTADO, José Furtado. *Relatório do Presidente da Província*. 03 de maio de 1859. Manaus: Tipografia de Francisco José da Silva Ramos, 1859, p.13.
[129] Jornal *Estrella do Amazonas*, nº. 308 de 28 de julho de 1858.
[130] Jornal *Estrella do Amazonas*, n.º 306, de 15 de julho de 1858. Expediente de 11 de maio de 1858.
[131] Jornal *Estrella do Amazonas*, n.º 280, de 27 de março de 1858. Expediente de 23 de março de 1858.

> A 25 foi inaugurada com toda a solenidade a casa dos educandos artífices nesta Capital, com doze alunos, dois dos quais são gentios: chegou em fim a época da Província gozar do benefício desta instituição, por certo utilíssima. Louvores sejam dados ao Exm.º Presidente da Província, pelos esforços que empregou para a sua realização, e não menos aos digníssimos deputados provinciais, pelos esforços que empregou para a sua realização, que compenetrados na necessidade de um estabelecimento desta ordem habilitaram a Presidência com meios indispensáveis para a sua fundação[132].

Mesmo levando em conta que o *Estrella do Amazonas* era comprometido com a elite governante, e dessa forma minimizar o entusiasmo da nota, pode-se deduzir que o Estabelecimento de Educandos Artífices era de interesse público em virtude da carência de profissionais na Província.

As medidas adotadas por Furtado dinamizaram o setor de obras públicas na capital. No ano de 1858, segundo o diretor interino das obras públicas, Carlos de Moraes Camisão, as principais obras em andamento, a da matriz e a do cemitério, tiveram bom andamento. Além delas foi possível executar reparos no Edifício de São Vicente, na Casa dos Educandos, no Quartel, na Ponte dos Remédios, na Ponte de São Vicente e, dar início na nova ponte do Palácio.

Em relação à obra da Matriz, neste ano de 1858, a Diretoria de Obras Públicas encaminhou ao serviço catorze[133] trabalhadores, em sua maioria índios do Tauapeassu, número acrescido de mais três como se pode observar no ofício abaixo:

> Ao mesmo [diretor interino das obras públicas] Pelo seu ofício de ontem sob o número 289 fiquei inteirado de se haverem apresentado mais três trabalhadores do Tauapeassu de nomes Joaquim Pedro, Victorino Antônio Gomes, e Sebastião Gonçalves; aos quais se acha, empregados na obra da nova Matriz... [134]

Com estes dezessete operários, Wilkens de Mattos deu início ao preparo do terreno da nova matriz. Por meio de seu relatório, já que não foi localizada a planta original da edificação, sabe-se que a dimensão da igreja, aprovada pela presidência era: uma capela-mor de cinqüenta palmos de quadra; duas sacristias laterais de cinqüenta palmos por trinta, tendo o corpo cento e vinte palmos desde o cruzeiro até a porta principal, sobre oitenta e seis de largura, compreendida as duas colunatas; a área de todo o edifício ocuparia quinze mil palmos, quadrados de terreno[135].

---

[132] Jornal *Estrella do Amazonas*, nº. 280, de 27 de março de 1858.

[133] Chega-se a este número a partir da autorização do governo ao do pedido de rações dos trabalhadores empregados na obra, publicado no Jornal *Estrella do Amazonas*, nº. 345 de 22 de dezembro de 1858.

[134] Jornal *Estrella do Amazonas*, nº. 346 de 25 de dezembro de 1858, Expediente de 20 de agosto de 1858.

[135] MATTOS, Wilkens de. *Relatório de Obras Públicas – Anexo K* – 04 de agosto de 1858 in FURTADO, Francisco José. Relatório de 07 de setembro de 1858, p.3.

Transformando este código para metros, medida utilizada nos dias atuais, chega-se às seguintes dimensões: uma capela-mor de onze metros e quarenta e três centímetros de quadra, as sacristias com onze metros e quarenta e três centímetros por seis metros e oitenta e seis centímetros, o corpo vinte sete metros, quarenta e três centímetros do arco cruzeiro a porta principal, sobre dezenove metros, sessenta e seis centímetros de largura; a área de todo o edifício setecentos e oitenta e três metros e oitenta e sete metros quadrados.

Comparando-se o pequeno número estimado de habitantes e a pequenez da cidade às dimensões do templo, pode-se deduzir que o desejo era de um templo grandioso, se não em sua decoração interna pelo menos na sua amplitude, dominando toda a área central do largo da antiga olaria. Para uma obra destas dimensões, o número de dezessete operários é irrisório, por isso neste ano de 1858 as obras ficaram limitadas à planificação do terreno, à instalação da infra-estrutura para guarda de materiais e à aquisição de materiais para dar início à construção dos alicerces do novo templo.

Como frisado anteriormente, um dos problemas maiores dos Presidentes para realização das obras era conseguir operários. Desse modo, no final de 1858, o Presidente Furtado publicou portaria determinando aos Diretores de Índios, Comandantes e Oficiais de Trabalhadores, Inspetores de Quarteirão, e aos oficiais da Guarda Nacional que prestassem toda a ajuda requerida pelo Capitão Jozé Cazemiro Ferreira do Prado para o recrutamento de índios[136]. De modo que houve um avultamento no número de trabalhadores destinados à construção da Igreja Matriz.

Porém, no relatório do Presidente da província de 1859, consta que a obra da nova matriz, custeada pelos cofres imperiais, continuou limitada ao preparo do terreno, local que podemos deduzir como bastante acidentado, uma vez que estava localizado numa colina na proximidade de dois igarapés e do Rio Negro. O diretor interino da repartição de obras públicas, Major Carlos de Moraes Camisão, informou que houve contratempos e dificuldades para o bom andamento das obras como um todo na cidade, segundo ele:

> Alem da razão que já dei mencionando a falta de pedreiros idôneos, outra não menos poderosa é a pouca pedra que tem havido na obra a ponto de ter sido necessário sustar-se a obra por mais de um mês. Esta dificuldade, porém acha-se agora superada depois que com a aquisição dos índios empreguei com autorização de V. Exc.ª o batelão no serviço das pedras. Acha-se já aglomerado no competente lugar grande quantidade, e se o batelão, continuar nesse serviço espero que nunca ela faltará.

[136] Jornal *Estella do Amazonas*, n.º 389, de 30 de junho de 1859. Expediente de 03 de janeiro de 1859.

> (...) Espero brevemente prosseguir na obra da Matriz: falta fazer-se os alicerces das torres, da frente do templo, das paredes laterais da sacristia para subirem as paredes[137].

Ou seja, deduz-se que mesmo após o recrutamento de índios, realizado pelo Capitão Prado, faltavam trabalhadores e, os poucos que haviam não eram comprometidos com a produtividade, o que não é um "espanto" num regime de trabalho servil.

Tão grave quanto à falta de pessoal para os serviços braçais era a falta de profissionais especializados para projetar e acompanhar as obras, como por exemplo, os ofícios de feitor e diretor de obras, que *a priori* deveria ser exercido por um engenheiro ou arquiteto. Especialistas que a cidade não tinha como formar em seu próprio solo, portanto eram vindos em sua totalidade de outras localidades do Império ou mesmo da Europa.

Confirmando a dificuldade em contratar esses profissionais constata-se que para o cargo de feitor da obra da matriz foi nomeado em novembro de 1858, Manoel de Oliveira Bahia[138], substituído em janeiro de 1859 por Emílio João de Deus[139]. No cargo de diretor das obras públicas, do início das obras da matriz, em julho de 1858, até fevereiro de 1859, portanto em menos de um ano, assumiram como diretores: João Wilkens de Mattos, Major Carlos Moraes Camisão, Joaquim José de Oliveira, Eugenio Teixeira Ponce de Leão e Manoel de Oliveira Santos Bainha, este último assumindo em 15 de fevereiro de 1859[140].

Ou seja, além do reduzido número de profissionais especializados disponíveis podemos deduzir que eles ou não tinham condições de trabalho, fosse infra-estrutura, material ou mão-de-obra, ou eram melhor remunerados no serviço particular.

Mesmo em condições precárias, as obras tinham que ter andamento, e no ano de 1860, assumiu a direção de obras públicas o major Sebastião José Basílio Pyrrho, que deu continuidade às seguintes construções: Enfermaria Militar, Cadeia Pública, Pontes e Casa dos Educandos. Porém as de maior destaque desta administração foram a do Palácio do Governo e da Matriz.

O fato de as edificações que serviam como sedes administrativas serem inicialmente construções para moradia de particulares em muito dificultava a adequação do uso dos espaços. Tal condição era reafirmada pela fala do Presidente Pyrrho:

---

[137] CAMISÃO, Carlos de Moraes. *Repartição de Obras Públicas*, Manáos 29 de Abril de 1859. Anexo 4 do Relatório de FURTADO, Francisco José. Manáos. Typographia de Francisco José da Silva Ramos – 1859.
[138] Jornal *Estrella do Amazonas*, n.º 374 de 18 de maio de 1859, expediente de 11 de novembro de 1858.
[139] Emílo João de Deus assumiu em lugar de Tito Garcia Arão da Paixão Rocha, que mesmo nomeado não se apresentou para exercer o cargo.
[140] Jornal *Estrella do Amazonas*, n.º 406, 22 de outubro de 1859. Expediente de 20 de fevereiro de 1859.

> Esta obra [**Palácio**] sendo uma sofrível morada para um particular não tem as necessárias acomodações para um Palácio do Governo: todavia a falta absoluta de um edifício apropriado faz com que ainda nele funcione a primeira Autoridade da Província. Não tem sala de dossel, um gabinete reservado para a Presidência, um corpo de guarda, uma sala de espera, um salão de entrada, e outros cômodos indispensáveis. As escadas são íngremes e estreitas para um edifício público; e o mesmo local em que estão situados é o pior possível, por quanto tem por um lado o rio Negro, e pela frente o igarapé do Espírito Santo, que durante a maior parte do ano quase que encostam suas águas ao edifício. É, pois urgentíssima a edificação d'um palácio em melhor ponto, tendo as proporções precisas para o fim que deve desempenhar, e acomodando no pavimento térreo as diversas repartições publicas[141]...

Deste modo, ficava evidenciada a precariedade das construções e o improviso nas obras na cidade, onde a principal edificação do Governo, o Palácio dos Governantes, estava em estado tão precário que seria mais barata a construção de um novo do que a manutenção do atual.

Quanto ao progresso da construção da nova matriz, Pyrrho informa que de junho a novembro de 1860 haviam sido executados 3,147 palmos cúbicos de parede de alvenaria, e em decorrência das fortes chuvas do inverno amazônico, havia adquirido um grande toldo de lona para proteção dos operários e dos materiais[142].

Neste relatório de 1860, portanto oito anos após Tenreiro Aranha (1852) destacar o estado de ruína das edificações que abrigavam as repartições públicas – os próprios nacionais - e manifestar o desejo de realizar melhoramentos, o cenário da cidade, apesar de algumas benfeitorias, se mostrava bastante similar. De acordo com as fontes da época não havia um prédio que merecesse a denominação de Palácio e a cidade continuava sem um templo religioso digno de uma capital.

Construções como o Palácio e a Igreja, de acordo com o estudo de Aldo Rossi[143], são consideradas como condicionadas e condicionantes, elementos primários da dinâmica urbana. Assim, a ausência destes interferia diretamente na dinâmica da cidade e no disciplinamento de sua população.

Deve-se, portanto, refletir sobre o contexto local. Neste início da década de 1860 a cidade de Manaus possuía cerca de dois mil, oitocentos e noventa e cinco casas para uma população de vinte quatro mil, quinhentos e quarenta e sete homens livres e quinhentos escravos[144], em torno de vinte mil pessoas a mais que no governo de Aranha. Evidentemente

---

[141] PYRRHO, José Basílio. Major Director das Obras Publicas, anexo 4 - *Fala dirigida a Assembléia Legislativa Provincial do Amazonas* em 3 de novembro de 1860. Pelo 1º Vice Presidente em exercício o Exmº. Snr. Dr. Manoel Gomes Correa de Miranda. Manaos. Typographia de Francisco José da Silva Ramos.

[142] PYRRHO, José Basílio. Idem – Anexo 14.

[143] ROSSI, Aldo. *A Arquitetura da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995, p.4.

[144] CUNHA, Manoel Clementino Carneiro da. *Fala dirigida a Assembléia Legislativa Provincial do Amazonas*. Dia 3 de novembro de 1861. Manaos. Typographia de Francisco José da Silva Ramos, p.26.

a cidade e seus administradores ressentiam-se da falta do Palácio e da Matriz, sedes dos poderes civil e religioso e, instrumentos importantes para condicionamento da população.

Estas obras se mostravam tão importantes que, de forma mais ou menos explícita, todos os Presidente lhes davam destaque. Em 1861, o Presidente Manoel Clementino Carneiro da Cunha, ao mencioná-las solicita verba ao Governo Imperial para a construção do Palácio, informando que, para tanto, já havia remetido orçamento e planta. E, em relação à nova matriz, relata:

> Fizeram-se nesta obra 40, 941 palmos cúbicos de alvenaria. Consegui-se fechar o seu perímetro pelos lados do poente, norte, e sul, elevando-se as paredes da sacristia, e da frente da capela-mor a 22 palmos de altura. Esgotado o crédito disponível para esse serviço mandei suspende-lo. Continuará logo que houverem os fundos precisos[145].

Pelas falas contidas nos relatórios dos Presidentes e diretores das obras públicas é possível deduzir que mesmo tendo consciência da importância da conclusão das obras mencionadas, eles não tinham ilusão em realizá-las em curto espaço de tempo.

Naquele momento a obra da matriz já fora iniciada, mas havia muitas outras sendo requisitadas com urgência. No relatório da direção de obras públicas Pyrrho ao comentar a obra da enfermaria militar, alerta para o fato das dificuldades encontradas não permitir prever a data de qualquer obra na cidade. Segundo Pyrrho:

> Não se pode marcar precisamente a época da conclusão desta e de outras obras da província, atento que o limitado pessoal que nela existe, pois basta dizer-se que o maior número de trabalhadores que se reunira no serviço dela constou-se de 52 pessoas, inclusive 2 mestres, 3 feitores, 8 pedreiros, 4 carapinas, 5 aprendizes, e a guarnição do batelão grande, então empregada na condução de pedra para as obras Provinciais.
> Esta gente distribuída por diversas obras públicas e particulares, visto como a edificação da Cidade não deve paralisar, dá em resultado de uma marcha morosa nas obras...[146]

Ou seja, para Pyrrho, o motivo de tal situação era o pouco pessoal disponível e a "liberdade" que os mesmos tinham de abandonar o serviço público em prol das obras particulares citando como exemplo o mestre pedreiro Francisco Canejo, que teria sido contratado para as obras da Matriz e a teria abandonado em detrimento de obras particulares.

---

[145] CUNHA, Manoel Clementino Carneiro da. Idem, p.45.

[146] PYRRHO, José Basílio. Major Diretor das Obras Públicas. Anexo 9 - *Fala dirigida a Assembléia Legislativa Provincial do Amazonas*. Dia 3 de novembro de 1861. Pelo 1º Vice Presidente em exercício o Exmº. Snr. Dr. Manoel Gomes Correa de Miranda. Manaos. Typographia de Francisco José da Silva Ramos. Anexo 19.

Canejo é um dos poucos operários a ter nome na obra da nova igreja. Pois durante a restauração do templo, no ano de 2001, nas prospecções arqueológicas se constatou uma porta bloqueada entre a sacristia e o altar mor, lado poente. Dentro da parede foi encontrada uma cápsula do tempo com o seguinte texto:

> Século décimo quarto, por Fran.co Pereira Marues, Português Frade 13 anos, em 5 de fevereiro de 1862 pelas 3 ½ horas da tarde.
>
> O Francisco Canejo foi quem edificou esta Matriz. Veio no ano de 1859, em 8 de outubro.
>
> Oficial de Pedreiro, encaminhado nas cinco ordens de arquitetura e até na décima (?) ordem filho de Caxias. Esta foi com minha mão própria
>
> O defunto Francisco Canejo, idade 44 anos"[147].

De acordo com o Presidente Pyrrho a liberdade de ir e vir nas obras era tanta que se fazia necessário uma lei que obrigasse os operários a permanecerem nas obras por um período mínimo de dois ou quatro anos, impondo-lhes multa no caso de abandono do serviço.

Deduz-se da observação do Presidente que Canejo foi um dos operários que a província teria "importado" de outras localidades e por isso deveria ser-lhe exigido um comprometimento com o Estado. Não foi criada nenhuma lei neste sentido, mas a cápsula do tempo de Canejo é de cinco de fevereiro de 1862, o que nos leva a deduzir que o operário terminou seu serviço particular e voltou à construção do templo. E, se esta era uma prática comum, realmente ela seria mais um elemento a prejudicar o andamento da obra que já contava com grandes dificuldades para arregimentar operários.

Além da precária logística no ramo da construção civil, outro fator que interferia no processo de construção da Igreja Matriz era a relação da Igreja com o Estado. E, no ano de 1862 assumiu o bispado da província do Pará e do Amazonas, que permaneciam parte da mesma diocese, o reverendo Dom Antônio de Macedo Costa.

Dom Antônio de Macedo Costa era um dos religiosos que pregava a romanização da Igreja, ou seja, a separação dos poderes civis e eclesiásticos, corrente que abalava o relacionamento entre: igreja, maçonaria, irmandades e associações religiosas, que representavam à administração leiga da Igreja. Porém, segundo José Oscar Hauck, o clero continuava esvaziado, algumas de suas funções ainda eram assumidas por leigos e o padre servia ao imperador através do regime de padroado no qual entre as funções da Igreja estava

[147] Documento Exposto no Museu da Catedral.

manter a disciplina do clero, pregar ao povo a obediência e arregimentar mão-de-obra indígena[148].

Neste contexto, nomear párocos, controlar devoções e manifestações religiosas, construir igrejas e capelas, fundar associações e irmandades, eram assuntos que escapavam em grande parte à jurisdição episcopal[149]. Ações que Dom Antônio de Macedo Costa repelia por não aceitar a interferência do poder secular no âmbito religioso.

Assim, deduz-se que Dom Antônio de Macedo Costa foi se inserindo na vida amazônica, tentando criar um modelo católico, que não correspondia aos anseios de alguns grupos políticos e intelectuais da região; ações que trouxeram atritos políticos e religiosos.

Em 1862, ao fazer um balanço sobre o culto público local, o Presidente Manoel Clementino Carneiro Cunha relata que a condição da prestação de serviços religiosos era crítica. Faltavam párocos, igrejas e paramentos. Cunha afirma estar amparando na medida do possível estas necessidades, e já havia destinado verbas para aquisição de paramentos.

O Presidente Manoel Clementino Carneiro Cunha, quanto à edificação do novo templo, afirma ter lhe dado prioridade. Sob sua orientação, o Diretor das Obras Públicas de sua administração, Joaquim Leovigildo de Souza Coelho, direcionou para a obra da matriz trinta e um africanos livres, recém chegados à província, com esta mão-de-obra foi possível construir "17:156 palmos cúbicos de alvenaria"[150].

No ano de 1864, talvez buscando o apoio diocesano, Manoel Clementino Carneiro da Cunha teceu elogios ao Bispo Dom Antônio de Macedo Costa afirmando que eram patentes seus esforços para aprimorar o culto e, visando melhorar as condições dos templos, solicitou os benefícios da loteria ao governo imperial. Provavelmente a intenção do Presidente Cunha era aparelhar a Igreja para que ela melhor servisse ao Estado, um indício desta hipótese é o seu relatório, onde afirmou confiar mais no trabalho religioso do que no civil para catequese do índio[151]. Assim, a Província continuava priorizando a obra da matriz, inclusive importando do Pará oito mil tijolos e fazendo vir três pedreiros para auxiliar na sua construção[152].

---

[148] HAUCK in BEOZZO, José Oscar (Coord. área Brasil). *História Geral da Igreja na América Latina Tomo II/2: Historia da Igreja no Brasil Segunda Época A Igreja no Brasil no século XIX*. 3ª ed. Edição Paulinas.Petrópolis, Editora Vozes, 1992, p.81.

[149] HAUCK in BEOZZO, José Oscar (Coord. área Brasil). Ibidem, p.81.

[150] CUNHA, Manoel Clementino Carneiro. *Relatório apresentado a Assembléia Legislativa da Província do Amazonas*. Sessão Ordinária de 3 de Maio de 1862. Pará. Impresso na Typographia de Frederico Carlos Rhossard. Travessa de S. Matheus, Casa nº. 22. 1862, p.20.

[151] CUNHA Manoel Clementino Carneiro. *Relatório que abriu a segunda sessão da Assembléia Legislativa Provincial do Amazonas. Maranhão*, 1864, p. 14-16.

[152] CUNHA Manoel Clementino Carneiro. Idem, p.38.

Apesar da aparente harmonia entre os poderes civil e religioso, a impressão é desfeita por um indício localizado no jornal *O Catequista*, referente ao expediente de sete de março de 1864. O despacho deixa transparecer a tensão entre políticos e padres na província. Nele o Presidente lamenta e ao mesmo tempo comunica ao vigário geral que a matriz da província não tenha sido contemplada com as loterias imperiais:

> Pelas cópias dos avisos do ministério da fazenda de 8 de janeiro e do império de 5 do mês findo, que inclusas remeto a V.S. verá que não foi contemplada na distribuição das loterias que tem que ser extraídas este ano nenhuma das três que restam da concessão em favor das matrizes desta província. A petição que V.S. dirigiu ao Governo Imperial solicitando a confirmação das mesmas loterias chegou fora do prazo que para esse fim fora marcado, devendo por isso considerar-se prescrito o direito das matrizes, na forma declarada pelos avisos.
> É lamentável que achando-se todos os templos da província em estado de extrema pobreza, porque os recursos dos cofres não permitem repara-los e menos construir os que faltam em muitas freguesias, se tenham perdido por mero descuido o benefício de três loterias que, regulando-se pela primeira extraída; devia produzir 33:300:000 réis.
> Para essa perda tenho consciência de não haver concorrido, por que com a precisa antecipação despertei a lembrança de V.S.! sobre o que convinha fazer[153].

De acordo com o Presidente Cunha, que diz estar isento de qualquer responsabilidade no ocorrido, o fato se deu por "descuido" do vigário, e no dia seguinte, em outro despacho, desta vez ao bispo diocesano, chama-o de "estranhável". Ou seja, fica evidente que havia alguma tensão entre os poderes civil e eclesiástico, na Província do Amazonas.

No relatório de Adolfo de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda, em 1º de outubro de 1864, as informações quanto ao culto divino não se modificaram, o Presidente afirmou permanecer em "deplorável estado" as igrejas e paramentos necessários à realização dos cultos, e que a pobreza dos altares correspondia à falta de ministros[154]. Sua crítica é direcionada aos padres políticos, funções que segundo ele são conflitantes e funestas:

> Em minha opinião nada é, porém mais oposto ao espírito do Evangelho, nem mais contrario ao caráter sacerdotal, ao caráter de ministro da religião do Cristo, religião de paz, de brandura, de amor, de desinteresse e de perdão, do que a intervenção ativa dessa milícia santa nas lutas acerbas da política militante, da política apaixonada dos nossos partidos locais.
> E se se trata do pároco, do cura de almas, do pai espiritual, sobe então ao ultimo auge o inconveniente. Dualidade funesta! O político impedirá e destruirá a obra do pároco, enquanto que este trabalhará sempre, acaso mesmo sem deliberadamente o querer, para a satisfação e gloria daquele[155].

---

[153] Jornal *O Catequista*, n. 107, de 02 de abril de 1864. Expediente do Dia 07 de março de 1864

[154] LACERDA, Adolfo de Barros Cavalcanti de Albuquerque. *Relatório apresentado a Assembléia Legislativa Provincial do Amazonas* na Sessão Ordinária do 1º de outubro de 1864. Pernambuco, Typographia de Manoel Figueiroa de Faria & Filho, 1864, p.15.

Este posicionamento do Presidente Lacerda não estava em conformidade com o de Dom Antônio de Macedo Costa no sentido de os católicos ultramontanos tentavam ganhar espaço político e ampliar seu domínio territorial, formulando projetos voltados para a reorganização da sociedade e para a expansão física da Igreja. Para o Bispo, o erro estava, em parte, em estes padres estarem filiados a corrente liberal, defendendo a proximidade com o Império Brasileiro e não com Roma.

Evidentemente, para os políticos de um modo geral, o problema era que os padres tinham o púlpito da igreja, que podia ser usado como palanque em todas as missas. Este espaço dava grande poder aos religiosos já que grande parte da população freqüentava as celebrações semanalmente. Os políticos não podiam solicitar ao cidadão que não fosse à missa, por isso clamavam contra o padre político e exigiam a neutralidade do religioso.

Deduz-se, todavia, que o conflito era velado, pois no mesmo relatório em que critica os padres políticos, o Presidente Lacerda elogia a postura do Bispo, dizendo:

> Esta comarca eclesiástica acaba de ser visitada pelo virtuoso diocesano, que percorreu todo o distrito de Solimões até á fronteira de Tabatinga.
> D'esse passeio pastoral colheu, como sempre, a província saudáveis benefícios.
> Pela primeira vez o ilustre prelado conferiu ordens de presbítero, ordenando ao reitor do seminário S. José, o padre A. Culliere[156].

O Presidente complementa suas observações se referindo ao seu empenho para edificar o novo templo da Igreja Matriz:

> Tendo mandado vigorar, por ato de 30 de junho passado, a lei do orçamento do ultimo exercício, continuou desde então a construção da matriz da capital, paralisada por se ter esgotado o saldo de 815$065 rs., que restava, quando tomei conta da administração , do credito de 10:000$000 rs. consignado no orçamento daquele exercício, e do produto de uma loteria extraída na corte, na importância de 11:100$000 rs[157].

No mesmo relatório o Presidente informa que com o crédito de dez mil réis, foi executada a parede mestra da capela-mor, levantadas as do fundo e a do lado oeste.

---

[155] LACERDA, Adolfo de Barros Cavalcanti de Albuquerque. *Relatório apresentado a Assembléia Legislativa Provincial do Amazonas* na Sessão Ordinária do 1º de outubro de 1864. Pernambuco, Typographia de Manoel Figueiroa de Faria & Filho, 1864, p.15

[156] LACERDA, Adolfo de Barros Cavalcanti de Albuquerque. Idem, p 15-16.

[157] LACERDA, Adolfo de Barros Cavalcanti de Albuquerque. *Relatório apresentado a Assembléia Legislativa Provincial do Amazonas* na Sessão Ordinária do 1º de outubro de 1864. Pernambuco, Typographia de Manoel Figueiroa de Faria & Filho, 1864, p 16.

Compraram pernas-mancas para o teto de uma das sacristias e fez-se o arco do cruzeiro[158]. Ou seja, em princípio, os conflitos entre Estado e Igreja não foram empecilhos para a obra da matriz, entretanto, a lentidão da obra era inegável.

Em 1865, o suíço Louis Agassiz e sua esposa, cronista de sua expedição científica, demonstram estranhamento com a cidade de Manaus e com a demora na construção da igreja. Elizabeth Agassiz deixa transparecer que Manaus não merece nem mesmo o título de cidade, ela disse: "O que poderei dizer da cidade de Manaus? É um pequeno aglomerado de casas..."[159]. Em relação ao templo da matriz, apesar de elogiar sua localização no alto da colina, dominando a paisagem, observa: "mantém-se no estado em que se encontra há muitos anos e é provável que nele fique indefinidamente" [160].

Talvez este esvaziamento da cidade e diminuição no fluxo das obras aliada a constatação de Elizabeth Agassiz de que a economia da região ainda era baseada na subsistência, dependente quase que exclusivamente de verbas imperiais, tenha sido, juntamente com a descrença no povo amazônico, o motivo de a cronista ter uma impressão tão negativa da cidade de Manaus e do pessimismo em suas considerações acerca do prazo de conclusão do novo templo.

Se em condições de "normalidade" a administração pública na Província do Amazonas já encontrava dificuldades em realizar as obras projetadas, é possível inferir a intensificação das dificuldades neste ano de 1865, pois teve início a Guerra do Paraguai que causou uma diminuição de verba nos cofres provinciais e agravou a falta de mão-de-obra com o deslocamento dos indígenas do corpo de trabalhadores para a guarda nacional. Paralelamente a este deslocamento, houve uma fuga em massa do nativo para a floresta, buscando escapar do alistamento compulsório. A província teve então um período de retração.

As autoridades tinham consciência da má impressão que a falta de um templo digno na capital da província fazia, tanto que o Presidente Adolpho de Barros Cavalcanti de A. Lacerda, no relatório no ano de 1865, mesmo ano em que Agassiz emitiu suas observações, destacou a importância da obra apontando que a morosidade na sua execução era decorrente da falta de verbas:

---

[158] LACERDA, Adolfo de Barros Cavalcanti de Albuquerque. Idem, p 28.

[159] AGASSIZ, Luis; AGASSIZ, Elisabeth. *Viagem ao Brasil 1865-1866*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo, ed. da Universidade de São Paulo, 1975, p.127.

[160] AGASSIZ, Luis; AGASSIZ, Elisabeth. Idem, p.199.

> Como sabeis, [a matriz] é a obra provincial de mais importância, que se acha em execução. Infelizmente, depois da interrupção de que vos falei no ano findo, não foi possível dar-lhe grande impulso na quadra de verão, que é a mais apropriada aos trabalhos, por causa do estado pouco lisonjeiro do cofre provincial.
> O serviço, tendo continuado em 6 de Agosto, foi suspenso em Novembro, havendo-se concluído não só as duas paredes de leste e do fundo da capela-môr, como toda a cornija externa e da de oeste.
> Com esse serviço foram despendidos 4:749/730.
> Agora, porém, que o referido cofre acha-se mais desafogado, mandei de novo continuar os trabalhos no presente semestre, para o que já se acha comprada sofrível porção de material, afim de executar-se o arco principal da capela-môr[161].

Em seu último relatório o Presidente Lacerda informou que quem dirigia as obras públicas era o Capitão do Estado-Maior da 1ª classe, Francisco Raphael de Mello Rego, e ele pouco pôde executar. No relatório de cinco de setembro de 1866, o vice-presidente Ramos Ferreira afirmou: "a maior parte das obras, cujas despesas correm pelos cofres gerais, se acham paralisadas" [162].

Constata-se que era consenso entre os administradores que a construção do templo era uma prioridade, em 1866, o Presidente Antônio Epaminondas de Mello, também elege templo como sua obra número um, e visando seu bom andamento propôs à Assembléia Legislativa Provincial que limitassem as verbas destinadas ao culto público ao estritamente necessário nas demais igrejas da província. A intenção era destinar toda a verba para a obra da matriz e assim "aproximar o tempo da conclusão" do novo templo[163].

A partir do conteúdo do relatório do Presidente Mello deduz-se que ele acreditava que, direcionando os recursos para o novo templo, a obra teria o impulso desejado, todavia, novamente outras obras se mostraram mais urgentes. No relatório de vinte e quatro de junho de 1866, o Presidente informou que seguindo as orientações do Inspetor de Obras Públicas, mandou aterrar a Praça da Imperatriz em decorrência de um alagado que se tornara foco de infecções, e ordenou a reconstrução do cais que extremava a praça com o Rio Negro. Estas obras se mostraram tão urgentes que foram contratadas por empreitada com João Francisco Fernandes[164].

Outro problema evidenciado no relatório de Antônio Epaminondas de Mello quanto à dificuldade de construir na província foi a corrupção. O Presidente Mello, ao descrever a construção do prédio da Tesouraria da Fazenda, diz:

---

[161] LACERDA, Adolpho de Barros Cavalcanti de A. *Relatório do Presidente da Província*. Recife: Typ. do Jornal do Recife. 1865, p.11.
[162] FERREIRA, Ramos. *Relatório de 5 de setembro de 1866*. Recife: Typ. do Jornal do Recife, 1866, p.22.
[163] FERREIRA, Ramos. Idem, p.24.
[164] MELLO, Antônio Epaminondas. *Relatório com que entregou a administração da Província do Amazonas* ao Exm. Snr. Dr. Gustavo Adolpho Ramos Ferreira, Vice-presidente da mesma em 24 de junho de 1866. Recife. Typographia do jornal do Recife. Rua do Imperador n. 77. 1866, p.298,299.

> Existia parada á tempos, a obra da construção de uma casa para a Tesouraria de Fazenda (...). Esta obra ocasionara nos cofres gerais, em tempos anteriores, um grande desfalque, que ateara á prisão o Inspetor da Tesouraria, onde hoje cumpre a pena em que foi condenado por sua prevaricação (...)[165].

A fala do Presidente Mello, juntamente com o estudo da historiadora Márcia Regina de Jesus Lima[166] demonstrado que a corrupção existia no pleito eleitoral e o depoimento do viajante Alfred Russel Wallace, ainda no início do período provincial dizendo que "a que estado viu-se reduzido esse belo rincão em decorrência da ineficácia administrativa e da corrupção que por aqui campeiam!"[167] sugerem que a corrupção era prática comum na Província.

Todavia, os administradores da cidade de Manaus confiavam num amanhã melhor para a capital, visavam seu "progresso" e para que a cidade pudesse estar à altura do futuro, que todos acreditam seria grandioso, buscavam planejá-la. Outrossim, exaltam a finalização do levantamento da planta da cidade, conforme podemos verificar no expediente publicado no jornal *O Catechista*[168]:

> [A planta da cidade] Era uma necessidade desta muito sentida, e que acaba de ser satisfeita, com grande vantagem, não somente para o progressivo desenvolvimento da edificação, que de dia rara dia cresce, como embelezamento e regularidade dos arruamentos: isto seja dito em louvor de quantos concorrerem para esse importante melhoramento.
> A cidade de Manaus, pela sua posição topográfica, e como capital de uma província cujo futuro grandioso, sendo desde já preparado não precisa ser preconizado, há de, necessariamente ser a mais bela, rica e importante das cidades que se prendaram no extenso vale do Amazonas...[169]

Nesta cidade que se constituía, os administradores da província sabiam que o templo da Igreja Matriz, na falta de um "Palácio", seria sua representação máxima. Era patente que a limitação de recursos interferia direta e drasticamente na feitura da obra. Para ultimá-los urgia angariar recursos em fontes alternativas aos cofres públicos locais. Deste modo, o Presidente Mello além dos três contos de réis destinados a mesma do orçamento provincial, nomeou uma comissão composta por: Dr. Salustiano Orlando de Araújo Costa, Gabriel Antonio Ribeiro Guimarães, João Marcelino Taveira Pao-Brasil, Inocêncio

---

[165] MELLO, Antônio Epaminondas. Idem, p.301.
[166] LIMA, Regina Márcia de Jesus. *A Província do Amazonas no Sistema Político do Segundo Reinado. (1852-1889).*
[167] WALLACE, Alfred Russel. *Viagens pelos rios Amazonas e Negro*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia. 1979, p.203.
[168] Periódico publicado na cidade de Manáos de 1862 a 1871.
[169] Jornal *O Catequista*. n. 159, de 01 de abril de 1865. Expediente de 27 de março de 1865.

Eustáquio Ferreira de Araújo, e o tenente coronel João José de Freitas Guimarães, com a finalidade de arrecadar fundos entre os cidadãos. A comissão arrecadou dois contos de réis, recursos ainda escassos. Recorreu então o Presidente ao governo imperial, conseguindo a quantia de trinta contos de réis, sendo dez de imediato.

Em primeiro de setembro de 1865, o Presidente Mello aprovou ainda o projeto do deputado provincial João José de Freitas Guimarães, transformado na Lei n. 152 de 1º de setembro de 1865, que direcionava todas as sobras dos os créditos concedidos na lei do orçamento provincial dos exercícios de 1864 e 1865 para a obra da Matriz. Priorizando a continuidade da obra, o Presidente também aprovou a Lei n. 153, criando, na província, a instituição de loterias em benefício da construção da matriz da capital. De posse dos recursos do governo imperial e dos arrecadados pela comissão, o Presidente informava:

> ... cobri de madeira e telha não só a capela-mor como as duas sacristias laterais, e encetei o levantamento das quatros paredes que compõem os corredores, e dividem o corpo da igreja. Acham-se estas paredes numa altura já considerável e próxima ao lugar de travejamento. Informou-me o Engenheiro Diretor de Obras Públicas, Joaquim Leovigildo de Souza Coelho, que durante estes últimos dez meses, que se trabalhou mais na obras da Matriz, que nos últimos quatros anos antecedentes. Mais um esforço semelhante e o edifício chegará a sua conclusão[170].

Em cinco de setembro de 1866, o vice-presidente Ramos Ferreira informava que no período de julho de 1865 a junho de 1866 a obra da nova matriz teve bom andamento e atribuiu o fato ao especial interesse do Presidente Antonio Epaminondas de Mello[171].

Contudo, demonstrando que este não era um desejo apenas do Presidente e sim da maioria da comunidade, a Assembléia Legislativa Provincial também buscou meios para que a obra da matriz tivesse bom andamento. Neste ano de 1866 dois projetos foram apresentados: o do deputado José Coelho de Miranda Leão, que recebeu o n.º 12 e foi transformado na lei n.º 164, autorizando o Presidente da província a aplicar as sobras de orçamento da construção da igreja; e o projeto nº. 13, do deputado José Bernardo Michiles, autorizando o contrato da referida obra, com o empreiteiro João Francisco Fernandes pela quantia de 223:000$000 réis, projeto também aprovado e transformado na Lei n.º 165[172].

---

[170] MELLO, Antônio Epaminondas. *Relatório com que entregou a administração da Província do Amazonas* ao Exm. Snr. Dr. Gustavo Adolpho Ramos Ferreira, Vice-presidente da mesma em 24 de junho de 1866. Recife. Typographia do jornal do Recife. Rua do Imperador n. 77. 1866, p.302 a 304.

[171] RAMOS FERREIRA, Vice-presidente da Província – *Relatório de 5 de setembro de 1866*. Recife: Typ. do Jornal do Recife, 1866, p.24.

[172] *Jornal do Amazonas*, n.2 de 20 de outubro de 1866. Assembléia Legislativa Provincial – Presidente do Sr. Dr. Leovegildo Coelho – Sessão de 10 de outubro de 1866. O *Jornal do Amazonas* circulou na cidade de Manaus de 1866 a 1921.

Em nota no *Jornal do Amazonas*[173], a lei n.º 165, juntamente com a lei n.º 158 que autorizava a incorporação de uma companhia a vapor dos rios Negro, Madeira e Purus, foram consideradas as medidas mais importantes adotadas pela Assembléia Provincial no ano de 1866. Entretanto, Mello, que já havia relatado a corrupção no setor de obras públicas no ano anterior e demonstrou ser um administrador cauteloso, apesar de expressar em suas ações o desejo de impulsionar a obra da Matriz, não firmou contrato com João Francisco Fernandes. De acordo com suas palavras:

> (...) Não fiz o contrato, porque a prudência me impôs o dever de esperar que este empreiteiro de obras públicas terminasse o cais da praça da Imperatriz, e com o fato provasse a sua aptidão moral e perícia para o bom desempenho de tais contratos. Entretanto, devo dizer meu pensamento é que um contrato, desde já, da importância de duzentos e tantos contos, é oneroso para a província, em face de suas rendas limitadas[174].

O Presidente Mello não era o único a achar oneroso o contrato com João Fernandes. Na coluna variedades do *Jornal do Amazonas*, o articulista que assina como Mundurucu em seu texto intitulado *O que é verdade, e o que é mentira* diz: "É *verdade*, que muito há de custar ainda à construção da nova matriz da capital; mas é *mentira* que João Fernandes pode acabá-la mais barato que o governo" [175].

Mesmo que o autor do artigo fosse da mesma facção política que Mello, não podemos deixar de dar importância a sua informação, pois no ano seguinte outra ação causa estranhamento. Em 1867, em decorrência do afastamento do Presidente da província e impedimento do 1º vice-presidente em assumi-la, tomou posse o 2º vice-presidente José Bernardo Michiles, autor do projeto que deu origem a Lei n.º 165. Michiles, alegando "geral acolhimento das pessoas sensatas, e, quiçá, interessadas no melhoramento desta cidade"[176] assinou o contrato com João Fernandes. Segundo seu relatório:

> De acordo com o preceito de lei nº. 165 de 24 de outubro do ano findo, contratei com o empresário João Francisco Fernandes o acabamento dessa obra, debaixo de condições bem favoráveis á província; esta medida há muito reclamada, e por lei prevista, só agora pôde ser levada á efeito com geral acolhimento das pessoas sensatas, e quiça interessadas no melhoramento desta cidade[177].

---

[173] *Jornal do Amazonas*, n.7 de 07 de novembro de 1866.
[174] MELLO, Antônio Epaminondas. *Exposição com passou a Administração ao 1º Vice-presidente Tenente-Coronel Sebastião Jozé Bazilio Pyrrho em 30 de abril de 1867*. Manaus: Typ do Amazonas, 1868, p.2
[175] *Jornal do Amazonas* n.14 de 01 de dezembro de 1866.
[176] MICHILES, Jozé Bernardo. *2.º Vice Presidente da Província do Amazonas*; 25 de Novembro de 1867, p.4.
[177] MICHILES, Jozé Bernardo. Idem, p.4.

Portanto o contrato de João Francisco Fernandes para o término da obra não era unanimidade, fosse por ser oneroso e beneficiar o empreiteiro ou por divergências políticas. Assim sendo, seis meses após o relatório do vice-presidente Michilles, o presidente Jacintho Pereira do Rego o suspendeu e ressaltou que a obra da nova Igreja Matriz da capital era a obra mais importante da província e por isso seria seu dever examinar o contrato com "inteiro escrúpulo". Após relatar os termos do ajuste o Presidente Rego reconheceu que o mesmo deveria ser suspenso de imediato e concluiu:

> Além dos motivos consignados na portaria de 24 de Fevereiro e das considerações que resultam das transcrições que acabo de fazer, vereis ainda como não pode merecer a vossa aprovação esse contrato, também adiante, em termos vagos, e de obrigações não definidas por parte do empresário.
> É lesivo na essência, e é também nulo na forma de sua celebração[178].

Os argumentos do Presidente Rego parecem ter sidos decisivos e dois meses depois, seu vice-presidente, o coronel Leonardo Ferreira Marques informa o "lesivo contrato" foi desfeito. Segundo suas palavras:

> O lesivo contrato de conclusão das obras restantes da matriz nesta capital foi completamente desfeito por termo de anulação requerido e assinado na secretaria pelo próprio empresário João Francisco Fernandes.
> Com pouco mais de seis contos de réis conformou-se ele, quanto a indenização dos gastos feitos e do trabalho que começara, os quais á juízo de uma comissão de três engenheiros orçavam ainda exageradamente por 17.022$621 réis, que mandei glozar sobre o saldo da conta extraída pela tesouraria provincial[179].

Depois de tanta controvérsia, este desfecho era já esperado. O que chama a atenção no documento é o fato da iniciativa ter partido do empresário e não da Província. Por outro lado, foi punido com a demissão o Procurador Fiscal, José Pereira Guimarães, e omitiu-se qualquer crítica ao deputado Michilles, que propôs e aprovou o contrato. Apesar de não se ter instrumentos para "orçar" a obra e determinar se a mesma era lesiva ou não à Província, estes dados fornecem indícios que levam a acreditar que realmente não houve a necessária ética da causa pública ao se firmar o contrato.

Mesmo com mais esse contratempo a obra teve continuidade, e em vinte e seis de novembro de 1868, o vice-presidente Leonardo Ferreira Marques informou que foi grande o

---

[178] REGO, Jacintho Pereira do. *Relatório com que o Exm.º Sr. Presidente da Província abriu a Assembléia Legislativa Provincial do Amazonas no dia 1.º de junho de 1868*. Manaos. Typographia do Amazonas – de A. de C. Mendes, Rua da Palma, canto da travessa da união – ao aterro. 1868, p.33.

[179] REGO, Jacintho Pereira do Rego. *Exposição de 24 de agosto de 1868*. Manaos. Typographia do Amazonas de Antonio da Cunha Mendes, 1869, p.1.

esforço empregado para "dotar a capital com um templo condigno das pompas da nossa Santa Religião". Marques, de maneira otimista, informou também que, após a rescisão do contrato com João Francisco Fernandes a obra passou a ser dirigida pela Repartição das Obras Públicas, e prometeu rápida conclusão[180].

Na administração do vice-presidente Leonardo Ferreira Marques, a obra de construção do templo da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição completou dez anos. Vários percalços impediram o bom andamento da obra, tais como: falta de operários braçais; falta de carpinteiros e marceneiros, que a província tentou resolver com a instalação do Estabelecimento de Educandos Artífices; profissionais especializados como engenheiros e arquitetos; conflitos políticos partidários; e falta de verba, entre outros. Todavia na parte estrutural da edificação ficou faltando apenas à cobertura da nave; todas as paredes estavam levantadas, as sacristias laterais e a capela-mor já haviam recebido cobertura.

É importante frisar que todos os Presidentes, em suas falas e relatórios, destacavam a importância da obra da nova matriz, contudo fosse pela falta de logística do setor de construções, orçamento, ou mesmo ainda priorizar outros setores, pouco foi realizado. Grande parte do avanço da obra nesta primeira década de construção deu-se em virtude das medidas adotadas pelo Presidente Mello.

2.2 A Construção - Segunda década (1869-1878)

Na segunda década de construção do templo da Igreja Matriz de Manaus a falta de recursos financeiros, de mão-de-obra e materiais se minimizaram na Província do Amazonas. O advento da borracha aumentou a arrecadação da província e maiores verbas foram destinadas para a edificação. O fim da guerra do Paraguai (1870) e o crescimento da imigração de nordestinos para a região aumentaram a disponibilização de mão-de-obra, e com a decisão do governo imperial de abrir a bacia do Rio Amazonas à navegação internacional[181] a importação de materiais de outras províncias e do exterior foi facilitada.

---

[180] MARQUES, Leonardo Ferreira. *Relatório de 26 de novembro de 1868*. Manaos. Tipografia do Amazonas de Antonio da cunha Mendes, 1869, p.4 e 5.

[181] Desde 1850, a navegação do rio Amazonas, através do decreto nº 1037, só era permitida por uma companhia nacional, subvencionada pelo governo imperial. A companhia pertencia ao Visconde de Mauá, amigo do ministro do Império e Presidente do Conselho, José da Costa Carvalho, marquês de Monte Alegre.

Em 1867, o governo brasileiro, pressionado externa e internamente, abriu a navegação do Amazonas e seus afluentes a todas as nações amigas. Este fato, aliado às dificuldades financeiras do Império, envolvido na guerra contra o Paraguai, e aos graves problemas por que passava a filial do Banco Mauá, em Montevidéu fez com que Mauá, em 1869, desse um novo rumo aos seus negócios na Amazônia: ele pede ao governo a autorização para transferir, para uma companhia por ele organizada fora do Império, *"os direitos que nos conferem os nossos contratos*".

Todavia outros problemas se intensificaram, como o acirramento dos conflitos políticos com a queda do "gabinete Zacarias"[182] e dos conflitos religiosos com a chamada "questão religiosa".

De acordo com o estudo da historiadora Regina Márcia de Jesus Lima, no período de 1852 a 1868 a Província do Amazonas teve um período de montagem da máquina política administrativa, não ficando caracterizado conflitos entre o governo central e os representantes da política local. Estes embates se davam mais no plano local, ou seja, no processo eleitoral dos representantes eleitos da Assembléia Geral[183]. Este quadro muda com a queda do Gabinete Zacarias, no ano de 1868, e com a organização dos partidos Liberal e Conservador, em torno dos quais passou a girar a vida política local.

Em relação à situação religiosa, segundo Hugo Fragoso, na Igreja Católica do Segundo Reinado havia duas correntes: uma fundamentalmente "conservadora", que seguia fielmente as orientações de Roma, e por isso era chamada de "ultramontana", e a dos liberais, que visava desvincular-se da "intolerância" da sede romana[184].

Com a queda do gabinete Zacarias os liberais "religiosos" se dividiram em históricos, progressistas e radicais. Estes últimos integrariam mais tarde o Partido Republicano, um dos desafios à monarquia. Mas, para a Igreja, de modo geral, a monarquia era sinônimo de ordem e autoridade, e a república uma subvenção apoiada pela maçonaria.

A "questão religiosa" foi um conflito do Estado com a Igreja do Estado, já que o regime de padroado transformava a Igreja em um Departamento de Estado, devendo seguir suas orientações em primeiro lugar e não as de Roma. De acordo com Hugo Fragoso, Dom Antônio de Macedo Costa, bispo da diocese do Pará e Amazonas, e um dos líderes do movimento ultramontano, assim descrevia a situação:

> O Governo ingere-se em tudo, e quer decidir sobre tudo... E assim vão os avisos, os decretos, as consultas dos magistrados seculares substituindo pouco a pouco os cânones da Igreja... A catequese, a residência dos párocos, o noviciado dos conventos, a administração das igrejas deles, os estatutos das catedrais e dos seminários, a organização que se lhes deve para a admissão as ordens, tudo isso julga o Governo ser de sua alçada... escravidão, e escravidão ignominiosa, é o que quereis impor com vossas teorias de Estado pagão, do Estado sem Deus, do Estado fonte e critério de todas os direitos, absorvendo o cidadão todo inteiro...

A transferência foi autorizada em 1871, e efetivada dois anos depois, passando a empresa a denominar-*se "Amazon Steam Ship Navigation Company Limite*d", com sede em Londres.

[182] Uma das facções do Partido Liberal, os chamados *progressistas*, liderada por Zacarias de Góes e Vasconcellos, e que combatia *os históricos*, liderados por Tavares Bastos.

[183] LIMA, Regina Márcia de Jesus. *A Província do Amazonas no Sistema Político do Segundo Reinado. (1852-1889*), p.28.

[184] FRAGOSO, Hugo. *Quinto Período: A Igreja na Formação do Estado Liberal (1840-1875)*, p.144.

> Escravidão, dura e ignominiosa escravidão, é esse Estado civil de mitra e báculo, governando a Igreja[185]...

Dom Antônio de Macedo Costa, deste modo, deixava claro que o Estado não deveria ingerir nas causas da Igreja. Porém, mesmo havendo uma tensão forte entre Estado e Igreja não era conveniente para aquele desvincular-se da Igreja por ter a instituição um grande papel, através da catequese, no processo civilizatório dos nativos. Já para a Igreja não era interessante uma cisão total por ser dependente dos subsídios do Estado, bem como para não ameaçar a "catolização" do Brasil, visto que a Amazônia tornara-se porto para os missionários protestantes, movimento que, segundo Moreira Neto[186], era apoiado por elementos ligados à maçonaria.

O embate entre a Igreja, neste caso na pessoa de Dom Antônio de Macedo Costa, e o Estado também se estabeleceu entre o clero e os fiéis, principalmente no que concerne às "irmandades" que o Bispo desejava se subordinassem à sua autoridade eclesiástica. Estas irmandades reuniam elementos ligados ao poder dominante, incluindo os maçons, que desfrutavam de grande prestígio na sociedade brasileira. Seu poder político competia, em certo grau, com os da Igreja.

O conflito entre Igreja e Maçonaria envolvia um conteúdo doutrinal mais amplo tanto para a Igreja quanto para o mundo liberal. Tratava-se de uma transplantação para o Brasil da controvérsia liberal e ultramontana, que agitava os países católicos da Europa. Em 1872 este conflito tomou grandes proporções. D. Antônio Macedo, seguindo o exemplo do bispo de Olinda, D. Vital, determinou a expulsão dos maçons das irmandades religiosas e a interdição da Ordem Terceira do Carmo e de São Francisco[187] de Belém do Pará, por não acatarem sua determinação.

As irmandades e ordens terceiras recorreram ao Imperador alegando que as mesmas não eram apenas religiosas, mas também civis e que as condenações à maçonaria do papa Pio IX expressas nas encíclicas *Quanta Cura*[188] e *Quanto Conficiamur Moerore*[189], não eram válidos no Brasil. O Imperador solicitou aos bispos que revogassem os interditos. D. Vital e Dom Antônio de Macedo Costa não retrocederam, o que culminou com a instalação

---

[185] FRAGOSO, Hugo. *Quinto Período: A Igreja na Formação do Estado Liberal (1840-1875)*, p.185.

[186] MOREIRA NETO, Carlos Araújo. *Reformuladores da Missão Católica na Amazônia entre 1750 e 1832* in HOORNAERT, Eduardo (Coord.) Comissão de Estudos da História da Igreja na América Latina – CEHILA: HISTÓRIA DA IGREJA NA AMAZÔNIA. Petrópolis: Editora Vozes, 1992, p.308.

[187] MOREIRA NETO, Carlos Araújo. *Reformuladores da Missão Católica na Amazônia entre 1750 e 1832* in HOORNAERT, Eduardo (Coord.) Comissão de Estudos da História da Igreja na América Latina – CEHILA: HISTÓRIA DA IGREJA NA AMAZÔNIA. Petrópolis: Editora Vozes, 1992, p.319.

[188] Expedida em 8 de dezembro de 1864.

[189] Expedida em 10 de agosto de 1863.

de um inquérito e posterior condenação de quatro anos de trabalhos forçados dos mesmos. No ano de 1874, os bispos foram presos, entretanto, a pena foi anistiada em 17 de setembro de 1875. Mas ficou determinado que ficassem "em perpétuo silêncio os processos que por esse motivo tenham sido instaurados"[190].

Tanto a ascensão dos liberais ao poder quanto os conflitos religiosos que se intensificaram na década de 1870, influenciaram de alguma maneira o "caminhar" da construção do templo da Igreja Matriz, como veremos no decorrer deste estudo.

O primeiro Presidente designado pelo partido liberal para governar a província do Amazonas foi João Wilkens de Mattos, nomeado por carta imperial de 21 de outubro de 1868 após servir por seis anos em Loreto como cônsul do Império[191].

Mattos, em seu primeiro relatório, em 4 de abril de 1869, fez um apanhado de como se encontrava a máquina administrativa na província, constatando que havia a necessidade de melhor organizar a secretaria do Governo, estruturada por ele em 1852, quando Diretor das Obras Públicas. De acordo com seu relato os funcionários não eram suficientes para todos os serviços da repartição, motivo pelo qual estavam em atraso, com poucas exceções, os registros de toda ordem, como por exemplo, o registro de ordens do tesouro nacional, desatualizados em dez anos. Para o Presidente, o maior obstáculo a vencer na Secretaria, onde se concentrava a administração da província, era a falta de uma sede própria e por isso solicitou a autorização para a compra de um edifício.

Também buscando prover a Província de prédios dignos, o Presidente deu continuidade à obra do Palacete Provincial[192], comprado pela quantia de 12:000$000 réis e destinado a abrigar a Assembléia, Tribunal do Júri, Câmara Municipal, Diretoria das Obras Públicas, Auditórios da capital, Tesouraria e Recebedoria da província.

No que concerne ao Culto Público, o Presidente Mattos informava ser lamentável o estado da maioria das igrejas da província, e que isto, juntamente com a falta de párocos eram os grandes entraves à civilização, por estarem centenas de indivíduos sem a sua assistência. O Presidente, ciente da dificuldade de trazer novos padres para região, buscou junto ao bispo diocesano informação quanto aos seis seminaristas enviados, no ano de 1862, com subsídio da província para estudarem na Europa. Dom Antônio de Macedo Costa informou-lhe que apenas dois continuaram seus estudos na França e que a verba, com a autorização do Ex-Presidente Jacintho Pereira Rego, foi destinada a outros alunos com a

[190] FRAGOSO, Hugo. *Quinto Período: A Igreja na Formação do Estado Liberal (1840-1875)*, p.188.
[191] MATTOS, João Wilkens de Mattos. *Relatório do dia 4 de abril de 1869*. Manáos: Typografia do Amazonas, 1869, p.3.
[192] Edificação localizada na atual Praça Heliodoro Balbi.

promessa de cinco serem destinados ao Alto Amazonas[193], ou seja, de imediato não havia religiosos a serem enviados para a província.

Assim, como a Igreja não tinha padres, o Estado não tinha verbas para atender a parte material dos cultos. Sobre a obra da Igreja Matriz que, juntamente com a do Palácio Provincial, eram as únicas que se fazia por administração da diretoria de obras públicas, dirigida pelo Dr. Luis Martins da Silva Coutinho, Mattos afirmou:

> (...). Felizmente, desde o principio de dezembro do ano passado em diante, ninguém deixará de reconhecer que a obra da matriz progride; e maior seria o seu adiantamento, si houvesse aqui, como em outras capitais, facilidade de obter-se materiais. Já podiam estar fechados todos os arcos laterais, si não lutássemos com a falta de tijolos[194].

Apesar de inicialmente atribuir a morosidade da obra à falta de materiais, o Presidente Mattos comentou no seu relatório que não concordava com a anulação do contrato com João Fernandes, afirmando: "Na minha opinião, o contrato celebrado em vinte e nove de outubro de 1867 era vantajoso aos cofres provinciais" [195]. A obra do novo templo, de acordo com o Presidente, até aquele momento, havia consumido 186:582$057 réis e para sua conclusão, segundo cálculo da diretoria de obras públicas faltavam, 277:177$054 réis, valor estimado. Para Mattos seria "a província feliz si, dentro de cinco anos, puder ver terminada a matriz da capital" e complementou "si fora eu, então, o administrador da província, procuraria fazer sanar as nulidades, (...) para que a obra progredisse com a desejada celeridade, segurança e perfeição"[196].

O contrato com João Fernandes, que já havia sido tema de tantos embates, voltou à pauta. Clementino José Pereira Guimarães, demitido pelo coronel Leonardo Ferreira Marques, por improbidade no contrato, voltou aos jornais com um artigo de três páginas intitulado *Uma injustiça tirada do pó* [197]. Nele Marques afirmava que a acusação de conivência com o contratado e sua demissão do cargo de procurador fiscal se deu em decorrência da perseguição política que sofreu por não apoiar o Presidente Jacintho Pereira do Rego. Não se tem como determinar se João Fernandes ou José Pereira Guimarães foram

---

[193] MATTOS, João Wilkens de Mattos. *Relatório do dia 4 de abril de 1869*. Manáos: Typografia do Amazonas, 1869, p. 26.
[194] MATTOS, João Wilkens de Mattos. Idem, p. 34.
[195] MATTOS, João Wilkens de Mattos. Ibidem.
[196] MATTOS, João Wilkens de Mattos. *Relatório do dia 4 de abril de 1869*. Manáos: Typografia do Amazonas, 1869, p. 34.
[197] Jornal *O Catechista*, n. 447 de 02 de julho de 1870.

beneficiados ou não[198], mas, não podemos esquecer a prática de aditivos e prorrogações de contrato tantas vezes utilizado para beneficiar determinados grupos.

Em meio aos embates políticos, havia os religiosos. Em oito de agosto de 1869, D. Antonio de Macedo Costa veio em visita pastoral à cidade. Alguns meses depois, em doze de janeiro de 1870, o bispo nomeou como vigário da capital o Padre Santos Pereira, em substituição ao cônego Romualdo Gonçalves de Azevedo, que havia assumido o cargo de vigário em 1863, sendo também proeminente figura política. D. Romualdo foi diversas vezes deputado da Assembléia Legislativa Provincial do Amazonas e o modo como Wilkens de Mattos recebeu seu sucessor deixa entrever que havia grande satisfação em sua substituição. Nas palavras de Wilkens de Mattos:

> (...). Acha-se entre nós o revmd. padre Dr. José Manoel do Santos Pereira, vigário geral da província, e da paróquia desta capital, em que foi apresentado por decreto de 12 de Janeiro último.
> A presença deste ilustrado sacerdote tem levantado do abatimento moral e material o culto divino que tanto havia sido esquecido nesta capital.
> A igreja dos Remédios, que serve de Matriz desde 1851, achava-se em um estado pouco decente.
> Reconhecendo eu o zelo e inteira dedicação no revmd. padre Dr. Pereira, não me demorei em prestar-lhe todo o auxilio compatível com as minhas atribuições. De acordo com ele, e sob a direção do chefe das obras publicas, tratei de regenerar na parte material, o único templo em que os ofícios divinos eram celebrados. Essa igreja atesta o zelo apostólico do seu vigário, e contrasta singularmente com o passado[199].

O contentamento do Presidente Mattos não ficou apenas nas palavras, no ano de 1869, a igreja dos Remédios, que servia de matriz, foi totalmente reformada. A reforma da Igreja dos Remédios foi significativa, pois de acordo com Pereira Guimarães "quem o visse a dois anos desconhecê-lo-ia agora inteiramente se não estivesse a par das obras que se fizeram"[200].

O afastamento do Cônego Romualdo da cidade e da política, e o empenho do Presidente Mattos em prestar auxílio ao seu sucessor levam a deduzir que talvez fosse uma tentativa de apaziguar os atritos entre padres políticos e políticos leigos.

---

[198] Apesar de numa primeira análise se puder afirmar que ao anular o contrato o mesmo estaria "pulando uma fogueira" Como sugeri o historiador Mário Ypiranga Monteiro in MONTEIRO, Mário Ypiranga. *A Catedral Metropolitana de Manaus: sua longa história*. Edições planície, coleção muiraquitã. Manaus: Sérgio Cardoso & Cia, 1958. p. 66.

[199] MATTOS, João Wilkens de. *Relatório de 25 de março de 1870*. Manaos. Impresso na Typographia do Amazonas de Antônio da Cunha Mendes, 1870, p.11-12.

[200] PEREIRA GUIMARÃES, Clementino José. *Exposição de 08 de junho de 1870*. IN SILVA REIS, José de Miranda. Anexo n.1 do Relatório de 25/03/1871, p.1.

Em 1871, o Presidente José de Miranda da Silva Reis, ao assumir a presidência da província, voltou-se para a obra da matriz. Substituiu o Diretor das Obras Públicas Luiz Martins da Silva Coutinho e nomeou para o cargo o engenheiro bacharel Joaquim Leovigildo de Souza Coelho. Para contornar a falta de mão-de-obra, problema que ainda persistia, buscou trazer migrantes nacionais e imigrantes estrangeiros. Com estas ações, que também priorizavam a obra da matriz, segundo Reis, foi possível dar andamento a obra. Assim:

> (...) se tem conseguido respaldar na altura projetada, guarnecer de cimalha todas as paredes e frontão do espaçoso templo em construção para servir de **Matriz** da freguesia desta capital e no qual tendo já ficado pronto o teto da capela-mor acha-se em via de conclusão o respectivo forro; devendo por estes seis meses ficar concluída, além de outros trabalhos menos importantes, toda a cobertura e respectivos forros do corpo da igreja e de sua naves, trabalhos estes, pelo mesmo modo acima indicado já dados de empreitada e em ativa construção, e para os quais acha-se já na obra quase todo o preciso material[201].

Enfatizando o valor simbólico da obra da Matriz, Reis determinou a paralisação da obra do palacete, também considerado essencial, e a transferência de seus materiais para a obra do novo templo. A justificativa oficial: a obra do Palacete havia estourado o orçamento. Contudo a conveniência da chegada destes materiais de difícil aquisição no momento em que são contratados os senhores Manuel Luiz Fontão e José Cardoso Ramalho Júnior para executarem, por empreitada, os serviços de carpina[202] e pedreiro, leva a crer que na realidade o Presidente desejava impulsionar a construção, certamente o prolongado tempo de construção do templo incomodava.

O fato é que com esta *coincidência* a obra do "majestoso templo" teve considerável progresso no ano de 1871. O trabalho executado, de acordo o relatório da repartição de obras públicas referente ao período de 1º de janeiro a dezembro de 1871, consistiu em: conclusão do frontão; paredes laterais; construiu-se e pintou-se o forro da capela-mor; parede em arcada para sustentação do coro; os forros do corpo da igreja, corredores das tribunas e sacristia ocidental, inclusive suas pinturas; embuçou-se, rebocou-se e caiou-se o interior da capela-mor; e foram adquiridas pedras para o ladrilho da igreja;

---

[201] REIS, José de Miranda da Silva. *Relatório apresentado á Assembléia Legislativa Provincial do Amazonas* no ato de abertura das sessões ordinárias de 1871. Manaos. Impresso da Typographia do Amazonas de Antônio da Cunha Mendes. 1871, p.12.

[202] Ofício que trabalha com madeira em canteiro de obra ou oficina. LIMA, Cecília; ALBERNAZ, Maria Paula. *Dicionário Ilustrado de Arquitetura.* V. I, São Paulo: Proeditores, 1997-1998, p. 126.

madeiramento para o vigamento do coro; teve início a colocação das esquadrias de madeira e seus vidros e colocação das grades nas janelas [203]/[204].

Em oito de julho de 1872, na exposição em que o Presidente José de Miranda da Silva Reis transfere a administração da província para Domingos Monteiro Peixoto, novos progressos foram relatados. De acordo com o Presidente:

> As paredes do Corpo da Igreja estão já rebocadas, menos na parte que fica sob o coro, o qual acha-se assoalhado.
> Conclui-se e pintou-se o forro da Sacristia do lado ocidental, cujas paredes acabam de ser emboçadas e prestes a receber reboco.
> Procede-se atualmente a construção das folhas de portas e janelas, e caixilhos e vidraças; muitas das quais já se acham colocadas.
> Têm já chegado da Europa, acha-se arrecadada e paga parte dos ladrilhos de pedra – a imitação de mármore, - que mandei encomendar para o revestimento do pavimento do corpo da Igreja, Sacristia e Capela-mor.
> Pelo estado de adiantamento das obras deste templo, e progresso em que vão, esperava eu que ele começasse a funcionar no corrente ano[205].

Neste período em que se observam grandes progressos na obra da Matriz, Clementino José Pereira Guimarães, o mesmo procurador fiscal do contrato com João Fernandes, encontrava-se na comissão permanente da fazenda provincial e obras públicas da assembléia legislativa, o que talvez, em virtude de sua predisposição em terceirizar serviços, tenha facilitado a elaboração dos projetos e posterior contratação de serviços por empreitada.

Na fala de 25 de março de 1873, Domingos Monteiro Peixoto discordava que o sistema de construção por administração fosse o mais conveniente aos interesses da fazenda. O Presidente alegava que em decorrência deste sistema o valor gasto com a obra era mais elevado e a execução demorada, até porque permitia que os administradores fizessem modificações no projeto imprimindo-lhe seu gosto. Em sua ótica, estes eram os motivos do atraso na conclusão da obra, prevista pelo seu antecessor José de Miranda da Silva Reis. Peixoto, comprovando sua teoria, dá indício de que fez modificações no projeto ao afirmar:

> Achando-se que convinha a um edifício desta ordem, ter de cantaria pelo menos seus portais principais, já que não era possível empregar essa matéria em todos

---

[203] COELHO, Joaquim Leovigildo de Souza. *Relatório da Repartição das Obras Públicas da Província do Amazonas de 1º de Janeiro ao fim de Dezembro de 1871*, p.4-5.
[204] COELHO, Joaquim Leovigildo de Souza. *Apenso: nota dos trabalhos feitos nos meses de Janeiro e Fevereiro de 1872*, p.10.
[205] REIS, José de Miranda da Silva. *Exposição 8 de julho de 1872*. Manaus: Tipografia de Gregório José de Moraes, 1872, p. 8-9.

> eles; mandei encomendar de Portugal a cantaria precisa para os portais da frente [206]...

Ou seja, ficou subentendido que os portais em pedra ou não estavam previstos para nenhuma das portas ou para todas.

De acordo com o relatório da diretoria de obras públicas, referente aos serviços executados em 1871 na obra do novo templo, ficaram concluídos o assoalho da nave oriental, vigamento e assoalho do coro, forro das sacristias e do consistório; tiveram andamento o reboco do interior na nave e a colocação das cimalhas; iniciou-se a colocação das portas, janelas, vidros e bandeiras, assentamento dos lajedos de mármore e levantou-se parte da torre do lado ocidental. O relatório ainda informa:

> (...) Não havendo cal para continuação das obras da alfândega cedi, a pedido do Inspetor da tesouraria da fazenda geral 30 barricas pelo preço porque foram compradas pela fazenda provincial.
> (...) Para as obras dos paredões do Igarapé do aterro, da cadeia civil, do estabelecimento dos educandos artífices do próprio provincial sito na praça Riachuelo passei alguns materiais pertencentes á nova Matriz[207].

Pelo exposto no relatório de Peixoto se verifica que a obra havia progredido bastante, mas percebemos que os materiais, tão caros e difícil execução, no final do período foram transferidos para outras obras. A hipótese seria que, neste ínterim, os conflitos entre Igreja e Estado começaram a se intensificar devido à proposta de colocar a Igreja fora do controle do Estado. Na diocese do Pará e Amazonas, regidas por D.Antônio Macedo Costa, o embate já ganhava proporções maiores com a expulsão dos maçons das irmandades, tornando aberta a luta da Igreja com a Maçonaria, e as irmandades religiosas. Em treze de outubro de 1872, D.Antônio Macedo Costa juntamente com o bispo do Rio Grande do Sul, Sebastião Laranjeira vieram em visita à capital. Apesar das trocas de gentilezas públicas de praxe a tensão existia, pois tramitava na Assembléia, sem que se tivesse consultado o bispo, um projeto dividindo em duas a freguesia de Nossa Senhora da Conceição sendo: Freguesia de Nossa Senhora da Conceição e Nossa Senhora dos Remédios. O projeto aprovado e em quinze de maio de 1873 foi sancionado pela presidência, transformando-se na lei 264[208].

É possível que este tenha sido um dos motivos do Presidente Peixoto ter dado especial atenção à construção do Palacete Provincial, edificação paralisada desde o ano

[206] PEIXOTO, Domingos Monteiro. *Fala Dirigida a Assembléia Legislativa Provincial do Amazonas em 25 de março de 1873*. Manáos. Impresso na Typ. do Comércio do Amazonas de Gregório José de Moraes. 1873.
[207] PEIXOTO, Domingos Monteiro. Idem. Anexo n.º5. Relatório dos trabalhos que concorreram pela Repartição das obras publicas da província do Amazonas no ano de 1872, p.5.
[208] Apenas em 22 de outubro de 1878, D. Antônio Macedo da Costa promulgaria esta lei.

anterior, por ordem de Wilkens de Mattos, abandono que para ele não tinha razão nem justificativa. O Presidente mandou executar a obra por empreitada, e foi lavrado contrato com João José de Freitas Guimarães.

Em outro relatório, datado de vinte de março de 1874, o Presidente Peixoto informou que a lei n. 264, que instituía a Freguesia dos Remédios deixou de ser executada em decorrência da recusa do Bispo Diocesano em instituí-la canonicamente, fato explicitado em ofício datado de sete de julho de 1873. Ao que Peixoto rebate:

> Sendo intuitiva a conveniência da divisão da extensa freguesia desta capital, penso que o fundamento principal do ato de S. Exc.ª foi julgar invadidas por vós as suas atribuições prelativas, visto não o terdes ouvido previamente a respeito[209].

Corroborando para a dedução de que a animosidade entre Igreja, Estado e Maçonaria chegara a Manaus, Peixoto segue sua explanação tecendo elogios ao padre Torquato Antônio de Souza:

> (...) Em data de 18 do corrente recebi um oficio do Revd. Pe. Torquato Antonio de Sousa, em que manifestando a disposição em que está de contribuir para o desenvolvimento moral e material da freguesia da Manicoré onde reside, e de auxiliar a minha administração, oferece por si em nome dos habitantes da região do Madeira, concorrer com a metade do preço que possa custar uma Igreja de ferro nas condições de servir de matriz naquela paróquia, não excedendo o donativo a seis contos de réis.
> Aceitando oferta tão importante, dela vos dou conhecimento por ser uma ocorrência digna de memorar-se[210].

Torquato Antônio de Souza, segundo sua nota biográfica[211], além de padre era maçom. Pois era partícipe das atividades privativas aos membros da ordem e expediu carta para a Loja, explicando sua posição sobre as dificuldades da Igreja Católica na convivência com os maçons. O fato de um elogio a sua pessoa vir logo após a queixa ao Bispo é também um forte indício de que a tensão entre Estado, Igreja e Maçonaria chegava à Província do Amazonas e permaneceria até o fim do conflito, conhecido como "questão religiosa", que teve seu ápice no período de 1872 a 1875.

Há indícios, portanto, de que a "questão religiosa" levou o Presidente a deixar a obra do novo templo em segundo plano. Verifica-se que, apesar de a obra continuar a

---

[209] PEIXOTO. Domingos Monteiro. *Fala dirigida a Assembléia Provincial do Amazonas em 25 de março de 1874*. Manáos. Impresso na Typ. do Commercio do Amazonas. 1874, p.27.
[210] PEIXOTO. Domingos Monteiro. Ibidem.
[211] CD-ROM Mensagens da Província do Amazonas. Secretaria de Estado da Cultura – Centro Cultural Povos da Amazônia. Manaus, s/d.

progredir, Peixoto, ao contrário do Presidente Reis (que transferiu material da obra do palacete para a matriz), determinou, no ano de 1873, o repasse de material da matriz para outras obras[212].

No ano seguinte sua política continuou sendo a mesma. Em 1874 Peixoto priorizou o término e embelezamento do Palacete Provincial, que recebeu ladrilhos nas sacadas das janelas com lajes em mármore e pintura a óleo em três salas do pavimento superior, serviço contratado pelo valor de 1:572$000 réis, com Manoel Joaquim d'Oliveira[213]. Tais embelezamentos não estavam previstos em projeto e seus materiais, "por ordem da presidência" [214], foram desviados da matriz. Outra preocupação de Peixoto foi o Palácio da Presidência, ainda instalado em local provisório e precário, sempre necessitando de consertos. Para resolver a questão, o Presidente determinou a repartição de obras públicas que apresentasse projeto e orçamento para construção de um outro a ser apresentado para aprovação do Governo Imperial. Demonstrando a urgência da ordem, dada em vinte de outubro, um pouco mais de um mês depois, em vinte e dois de novembro de 1874, o projeto estava pronto e orçado no valor de 103:113$975 réis[215].

As ações do Presidente demonstram uma clara predisposição na priorização das obras que exaltassem a entidade do Estado, como o Palacete Provincial e o Palácio, já que nestes monumentos/documentos, estaria representado o poder simbólico do mesmo, ficando assim, a Matriz, que exaltaria em primeiro lugar a Igreja, em segundo plano.

Os governantes buscavam camuflar os problemas, considerando que estes eram decorrentes da atitude de alguns religiosos da Igreja e não do Estado. Toda vez que solicitavam uma punição ou faziam uma crítica, direcionavam aos párocos e, em seguida, sugeriam que continuavam contribuindo para que a religião católica fosse professada aos leigos e índios com toda pompa e circunstância. Sendo assim, Peixoto no mesmo relatório, informou que mandou reparar a torre da igreja dos Remédios e retelhou parte do corredor.

---

[212] Como por exemplo, trinta barricadas de cal, sempre escassa e cara, desviadas para o prédio da fazenda provincial e outros materiais não especificados para as obras do igarapé do aterro, cadeia civil, estabelecimento de educandos artífices e o próprio nacional a Praça Riachuelo. PEIXOTO, Domingos Monteiro. *Fala Dirigida a Assembléia Legislativa Provincial do Amazonas em 25 de março de 1873*. Manáos. Impresso na Typ. do Comércio do Amazonas de Gregório José de Moraes. 1873. Anexo n.º5. Relatório dos trabalhos que concorreram pela Repartição das obras publicas da província do Amazonas no ano de 1872, p.5.

[213] PEIXOTO, Domingos Monteiro. *Relatório de 16 de março de 1875*. Manaós: Tipografia do Comércio do Amazonas, 1875, 32.

[214] PEIXOTO. Domingos Monteiro. *Fala dirigida a Assembléia Provincial do Amazonas em 25 de março de 1874*. Manáos. Impresso na Typ. do Commercio do Amazonas. 1874. Anexo 40A, Relatório do andamento e estado dos trabalhos que correrão pela Repartição das Obras Publicas da Província do Amazonas desde 1º de Janeiro até 31 de dezembro de 1873, p.6.

[215] PEIXOTO. Domingos Monteiro. Idem, p.9.

Quanto às obras da nova matriz o Presidente Peixoto informou que no ano de 1874 ficou concluída a torre do lado oriental, teve andamento à construção da outra torre, colocara os pórticos de cantaria nas portas da fachada frontal e dos pára-raios, assoalho da nave central, os sinos vindos da Europa haviam chegado, e teve início a colocação das portas, cimalhas, e gradis, entre outros. Também foram contratados neste ano a compra dos altares de mármore para a capela-mor, capelas laterais e batistério com o engenheiro civil Joseph Gaune e os comerciantes Mesquita e Irmãos[216].

A obra já havia obtido feição, estando necessitando apenas dos serviços de acabamento e finalização. No ano de 1875, ao passar sua administração a Nuno Alves Pereira de Mello Cardoso, o Presidente Peixoto deixava claro que as animosidades político-religiosas continuavam. Ele solicitou a suspensão dos pagamentos do Padre Santos Pereira. Segundo o Presidente:

> A vista da atitude irregular que tem tomado ultimamente o vigário colado da freguesia desta capital, Padre José Manoel dos Santos Pereira, negando-se a batizar e praticar outros atos, á que é obrigado, em razão de seu sagrado Ministério, a pretexto de maçonaria, não duvidando, até em suas predicas, por ocasião das missas conventuais procurar desprestigiar as leis e as autoridades, resolvi, visto serem esses atos falta de cumprimento dos deveres, suspender o pagamento da respectiva côngrua, até ulterior decisão do Governo Imperial, a quem submeti a aprovação do procedimento[217].

Os sinos da matriz, que haviam chegado a vinte e sete de fevereiro de 1874 aguardavam para serem colocados na sua torre. Porém, de acordo com os dogmas da Igreja Católica, antes da colocação em suas torres os sinos deveriam receber a benção litúrgica. Padre Santos Pereira realizou o ritual solene em vinte e nove de junho de 1875, ato, segundo o vice-presidente da província Nuno Alves de Mello Cardoso, realizado "com toda solenidade", entretanto, sua nota sobre o assunto não ultrapassou três linhas.

A explicação pode estar no fato de que o padre Santos Pereira fez do evento um ato não apenas religioso, mas também político. O discurso proferido pelo religioso começa da seguinte forma:

> No meio de tantos acontecimentos funestos e políticos, que ameaçam na Europa, Américas, no mundo inteiro, altar, tronos, e governos, se todo cidadão Brasileiro, como membro da humanidade se pergunta o que será do Brasil, todo católico com maior inquietação se perguntará o que será da Religião. A monarquia e a fé de nossos pais devem desaparecer juntas nesta nova perseguição, ou devem subsistir tornando-se mais belas e mais firmes que nunca? [218]...

---

[216] PEIXOTO, Domingos Monteiro. *Relatório de 16 de março de 1875*. Manaós: Tipografia do Comércio do Amazonas, 1875, p.32.

[217] PEIXOTO, Domingos Monteiro. Idem, p. 17.

De acordo com as normas do Vaticano, a benção dos sinos deveria ser realizada pelo bispo diocesano. Apenas em circunstâncias especiais, o ato poderia ser executado por um padre. Acontece que o bispo Dom Antônio Macedo da Costa, em decorrência da *questão religiosa*, encontrava-se, por ordem do Governo Imperial, preso desde vinte e oito de abril de 1874. Coube, assim, ao Padre Santos Pereira a consagração dos sinos. Santos Pereira, como se pode deduzir pelo pedido de suspensão de sua côngrua, apoiava a romanização e aproveitou-se da cerimônia para chamar a atenção da sociedade para o conflito ao declarar que cada um pode resolver a questão "segundo suas opiniões e desejos... mas a solução só pertence a Deus Senhor Soberano dos destinos dos povos e Reis"[219].

O discurso de Santos Pereira e a situação religiosa envolvendo o bispo da diocese podem ter sido o motivo de a notícia da benção dos sinos da nova matriz não ter ganhado um destaque maior no relatório de Nuno Alves de Mello Cardoso. Isto só ocorreu no relatório de vinte e cinco de março de 1876, quando D. Antônio já havia sido julgado, condenado e anistiado[220]. Neste relatório o Presidente Antônio dos Passos Miranda assinala:

> No dia 29 de junho de 1875 com assistência do exm. sr. 1º. vice-presidente da província, todas as autoridades e grande concurso de povo, teve lugar a solenidade da benção dos sinos pelo vigário geral desta comarca, que depois celebrou uma missa no interior da igreja em um dos altares que haviam sido preparados, tendo os outros servido para colocação dos Santos da igreja dos Remédios que em procissão tinham vindo na véspera para lá[221].

A seis de junho, de 1876, o bispo diocesano Dom Antônio de Macedo Costa retornava a Manaus para realizar sua visita pastoral. Foi à primeira visita desde o ano de 1872 quando se intensificaram os conflitos com a maçonaria. De acordo com o *Jornal do Amazonas*[222], "em homenagem a sua alta hierarquia; aos seus dotes e virtudes, foram prestados a sua exc. revmº., no seu desembarque, todas as honras condignas a sua pessoa[223]. Porém, alguns dias depois, ao noticiar a partida do bispo, o colunista se diz indignado com algumas pessoas por não terem recebido D. Antônio com o devido respeito. Segundo ele:

---

[218] PEREIRA, José Manoel dos Santos. *Discurso proferido por ocasião das bênçãos dos sinos da nova Igreja Matriz em 29 de junho de 1875*. Apud MONTEIRO, Mário Ypiranga. A Catedral Metropolitana de Manaus: sua longa história. Edições planície, coleção muiraquitã. Manaus: Sérgio Cardoso & Cia, 1958, p. 219-232.
[219] PEREIRA, José Manoel dos Santos. Idem, p. 219.
[220] D. Vital e D. Macedo foram anistiados em 17 de setembro de 1875.
[221] MIRANDA. Antônio dos Passos. *Relatório de 25 de março de 1876*. Pará: Tipografia do Diário do Gram-Pará, 1876, p. 25-26.
[222] Periódico publicado na cidade de Manáos de 1875 a 1891.
[223] *Jornal do Amazonas*, nº 103, de 08 de junho de 1876.

> (...) Sem atenção as divergências entre maçons e jesuítas, pois nem uma nem outra coisa tenho a honra de ser, causou-me uma má impressão o modo pouco cortês por que se serviram de receber[224]...

Mesmo com todas as desavenças político-religiosas e a diminuição no ritmo das obras, em vinte e seis de maio de 1877, o Presidente Domingos Jacy Monteiro[225] declarou que a construção do templo da matriz poderia ser considerada concluída.

O Presidente Monteiro afirmou que a edificação custou a avultada quantia de 752:213$836 réis, e que, apesar desta soma, possuía "defeitos arquitetônicos, sobretudo no que toca às proporções entre suas partes componentes" [226]. Mesmo assim, era de sólida construção e o prédio principal da província.

Finalmente pronta, era preciso inaugurar a nova matriz. Para isso, o Presidente solicitou, ao novo vigário geral, padre José Lourenço da Costa Aguiar, empossado em dezesseis de janeiro daquele ano, que celebrasse a benção e inaugurasse o templo. De acordo com o Presidente, o vigário disse-lhe que ainda nada estava decidido a tal respeito, porque fora preciso dar ao governador do bispado (estando ausente o revd.^{mo} bispo) certas informações por ele exigidas[227]. Logo depois, em vinte e nove de abril, retirou-se para Belém e suspeitava-se que não iria voltar[228].

Outro fator que impedia a inauguração era a falta de paramentos, alfaias e outros objetos litúrgicos necessários à realização do culto. O Presidente Monteiro, então, os solicitou ao Império, no que foi atendido em parte. Quanto aos demais itens, principalmente os candelabros para iluminação da igreja, determinou a criação de duas comissões com a finalidade de arrecadar verbas. Em uma, o Presidente da Associação Comercial[229] recusou-se a participar. Na outra o pároco recusou-se. Sendo assim, as comissões foram dissolvidas e a pendência, em decorrência dos conflitos religiosos e políticos, continuou.

Mas, para além do conflito, o novo templo da matriz representava um orgulho para citadinos, Estado e Igreja; por ser a expressão de um ideal de "civilidade" e

---

[224] *Jornal do Amazonas*, nº 107, de 18 de junho de 1876.

[225] MONTEIRO, Domingos Jacy. *Relatório ao Exm.º Sr. Dr. Agesiláo Pereira da Silva Presidente da Província do Amazonas em 26 de maio de 1877*. Manaus: Tipografia Amazonas, 1878, p.54.

[226] MONTEIRO, Domingos Jacy. Idem, p.54.

[227] MONTEIRO, Domingos Jacy. *Relatório ao Exm.º Sr. Dr. Agesiláo Pereira da Silva Presidente da Província do Amazonas em 26 de maio de 1877*. Manaus: Tipografia Amazonas, 1878, p.42-44.

[228] Monteiro estava certo em sua previsão, ao chegar a Belém padre José Lourenço da Costa Aguiar foi designado pelo cônego Sebastião Borges de Castilho, cura interino da freguesia da Sé e só retornaria a Manaus alguns anos depois.

[229] Que de acordo com ele, "esquecido de que nesta qualidade não se deve deixar arrastar por ódios políticos nem por quaisquer ressentimentos pessoais". MONTEIRO, Domingos Jacy. *Relatório ao Exm.º Sr. Dr. Agesiláo Pereira da Silva Presidente da Província do Amazonas em 26 de maio de 1877*. Manaus: Tipografia Amazonas, 1878, p.44.

"urbanidade" marcando um novo tempo desejado por todos, onde a realidade assumia naturalmente uma ordem simbólica. Com sua monumentalidade, o templo tornar-ia essencialmente um espaço público e um elemento catalizador da população, atraindo-a para rezar, para as festas e atos políticos (a votação era feita na igreja), sendo um espaço de teatralização espontâneo da vida coletiva.

Deste modo, em quinze de agosto de 1877, o templo da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição recebeu as bênçãos pelas mãos do padre Santos Pereira. Ao informar o fato em seu relatório, o Barão de Maracujú, Presidente da Província, acrescentou que mandou pagar os candelabros e estátuas encomendadas pelo "solícito e zeloso vigário desta capital"[230].

Haviam se passado mais de duas décadas desde que a província do Amazonas havia sido instalada, desde então, houve uma lenta e gradual mudança: a presença de políticos e a busca para aparelhar a cidade e fornecer condições para o florescimento econômico faziam-se sentir nas obras por eles produzidas. De fato, apesar da instabilidade política e econômica o comércio começava a prosperar de mãos dadas com os novos estabelecimentos artesanais e manufatureiros. Esses estabelecimentos se disseminavam, alterando a paisagem urbana e atraindo estrangeiros de várias procedências, que aqui chegavam para obter não somente lucro, mas, em alguns casos, uma nova perspectiva de vida.

2.3 O templo de pedra – Aspectos formais

No Brasil a história da arquitetura religiosa de inspiração cristã começou com a chegada de Pedro Álvares Cabral em 1500. Ou seja, com a ocupação portuguesa se iniciou a construção dos primeiros templos. Em geral construções de materiais perecíveis (madeira e palha), mas à medida que a ocupação foi se estabelecendo o homem passou a edificar construções mais sólidas, não somente nos programas religiosos, mas, sobretudo nos programas militares (fortes e fortalezas).

Na cidade de Manaus, a arquitetura religiosa teve início com os missionários Carmelitas em 1695. Evidentemente, os missionários e colonizadores portugueses que por aqui aportaram trouxeram consigo os modelos dos espaços de culto que já conheciam.

[230] Barão de Maracajú. *Fala com que abriu no dia 25 de agosto a 1ª Sessão da 14ª Legislatura da Assembléia Legislativa Provincial*. Manáos: Tipografia do Amazonas. 1878, p.52.

Entretanto, em virtude das peculiaridades da região, se fizeram necessárias modificações na importação destes, dadas às exigências colocadas pelo partido arquitetônico[231].

Deste modo, como já descrito no primeiro capítulo, a primitiva capela, seguindo o modelo implantado pelos jesuítas, foi construída de pau-a-pique com cobertura de palha, um corpo de igreja e sem capelas. Posteriormente, foi demolida e reconstruída por Lobo d'Almada, também em estilo sóbrio, em madeira de lei.

Cumpre-nos agora, mesmo que de forma simplificada, descrever o templo da Igreja Matriz em seus aspectos formais, no seu terceiro momento, que denominamos "templo de pedra".

O suporte teórico e fontes usadas foram: o *Livro de Registro da Catedral Metropolitana de Manaus* (1910-1930); o estudo do historiador Otoni Mesquita, *Manaus História e Arquitetura;* e o livro de Mário Ypiranga Monteiro, *A Catedral Metropolitana de Manaus*; e os relatórios produzidos para embasar as obras de restauração do templo entre os anos de 2001-2002, entre eles, *Projeto de Restauro de Imagens Sacras* – Studio Argolo; *Projeto Arqueológico Catedral Metropolitana de Manaus – Igreja Nossa Senhora da Conceição* – Maria Arminda Mendonça de Souza et al; *Consultoria sui litotipi utilizati come materiali lapidei della Igreja Matriz* – realizado pelo professor doutor químico restaurador do Opificio delle Pietre Dure e Palazzo Spinelli di Firenze, Carlo Lalli; *Relatório Técnico de Consultoria em Restauro* – Restauradora Mara Fantinni; o e *Relatório de Procedimentos Preliminares para Restauração da Catedral de Manaus* – Equipe de Restauro da Secretaria de Estado de Cultura do Amazonas.

Este ensaio foi realizado a partir da planta da edificação, como se realizássemos um passeio tal qual o templo se apresenta nos dias de hoje, destacando alguns dos elementos que o compõem e frisando as intervenções operadas no decorrer de sua história. Apresentamos primeiramente os aspectos externos da edificação, seguidos da descrição de seu interior, sendo: átrio; alas laterais; arcos laterais; nave; capela-mor; forro da capela-mor; altar-mor; consistório, sacristias laterais e no último item o piso destes diversos espaços.

2.3.1 Aspectos externos

[231] Partido Arquitetônico é a conseqüência formal derivada de uma série de condicionantes, tais como: a técnica construtiva; clima; condições físicas e topográficas do sítio; conveniências do empreendedor; condições financeiras; e legislação reguladora. LEMOS, Carlos A. C. *O que é arquitetura*. São Paulo: Brasiliense, 2003, p.41.

Originalmente construída no alto de uma colina, nas proximidades de dois igarapés e do Rio Negro, a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, hoje Catedral Metropolitana de Manaus está ao centro da praça XV de novembro. Sua forma imponente, hoje escondida em uma praça repleta de camelôs, era - e de certa forma ainda é - o cartão de boas vindas a quem chegava de barco à cidade.

De acordo com Otoni Mesquita, o templo é composto de dois pavimentos divididos em três seções centrais e duas torres laterais, baseada no tradicional caixote greco-romano, seguindo as linhas do estilo neoclássico[232]. Em seu ápice, observamos, ao centro, frontão triangular reto e nicho, que abriga a Santa Padroeira.



Ilustração 6 - Fachada da Catedral Metropolitana de Manaus – Fonte Álbum 1901 – 1902

A edificação, cujas espessas paredes ficam em torno de um metro e quarenta e três centímetros, possui uma fachada principal com trinta e três metros e seis centímetros de largura, por trinta e dois metros e vinte dois centímetros de altura[233].

[232] MESQUITA, Otoni Moreira de. *Manaus: História e Arquitetura – 1852-1910*. 3ª. ed. Manaus: Editora Valer e Uninorte, 2006, p. 70.

[233] De acordo com a planta baixa e levantamento cadastral da equipe de arquitetura e engenharia do Departamento do Patrimônio Histórico da Secretaria de Estado da Cultura.

Certamente, como nos diz Lewis Munford, nas pesadas paredes deste monumento de setecentos e oitenta e três metros e oitenta e sete centímetros quadrados de área construída, o Estado buscou passar "a certeza de estabilidade e segurança do poder ininterrupto e de autoridade"[234] da nova Província do Império do Brasil.

Embelezando a fachada principal existem algumas partes confeccionadas em material pétreo: portais, frontão e a imagem da santa padroeira. Segundo a indicação do restaurador Carlo Lalli estas partes são confeccionados em pedra carbonática[235]. Os portais emolduram três portas em madeira de lei do pavimento térreo.

As prospecções arqueológicas realizada pela equipe da arqueóloga Maria Arminda Mendonça de Souza indicaram que o emboço[236] das paredes da edificação é constituído de: pedra, cal, areia, barro, cimento e sambaqui[237]. Já as prospecções cromáticas dos panos das fachadas e esquadrias, realizadas pela equipe de restauro da Secretaria de Estado da Cultura do Amazonas, revelaram que as cores originais da edificação são: branco nos panos, amarelo ocre nos detalhamentos e verde nas esquadrias de madeira[238].

A seção principal possui duas torres sineiras, de onde temos uma visão privilegiada do Rio Negro e do Porto de Manaus. Cada torre é composta por quatro sinos fundidos em bronze, trazidos da França no ano 1874 e bentos em 28 de junho de 1875[239].

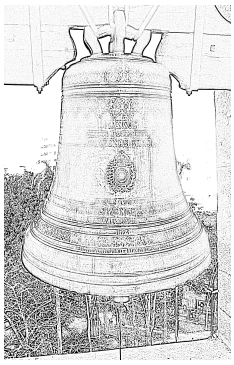


Ilustração 7 – Sino da torre ocidental da Matriz

[234] MUMFORD, Lewis. A cidade na história, suas origens, transformações e perspectivas. 1961. 3ª edição brasileira: junho de 1991. Ed. Martins Fontes, p.78.
[235] LALLI, Carlo. *Consultoria sui litotipi utilizati come materiali lapidei della Igreja Matriz.* Manaus, 2002, s/ n. Trabalho não publicado.
[236] Camada de revestimento feita de areia, sem peneiramento, aplicado doretamente sobre a alvenaria. LIMA, Cecília; ALBERNAZ, Maria Paula. *Dicionário Ilustrado de Arquitetura.* V. I, São Paulo: Proeditores, 1997-1998, p.
[237] SOUZA, Maria Arminda Mendonça *et al*. *Projeto Arqueológico Catedral Metropolitana de Manaus – Igreja Nossa Senhora da Conceição*. Manaus, 2002, s/n. Trabalho não publicado.
[238] SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA. *Relatório de Procedimentos Preliminares para Restauração da Catedral de Manaus*. Manaus, 2001, s/n. Trabalho não publicado.
[239] MIRANDA. Antônio dos Passos. *Relatório de 25 de março de 1876*. Pará: Tipografia do Diário do Grão-Pará, 1876, p. 25-26.

Os sinos possuem as seguintes inscrições: “MANAOS CAPITAL DA PROVINCIA DO AMAZONAS BRASIL EXC^{MO} SEN^{R} DOUTOR DOMINGOS MONTEIRO PEIXOTO PRESIDENTE DA PROVINCIA 1874 - A HILDEBRAND FONDEUR A PARIS”.

Estes sinos tinham a função de lembrar aos cristãos os acontecimentos principais da vida da comunidade quando: tocavam para a missa, festas religiosas, batismos, casamentos, funerais, etc. Também serviam para informar as horas do relógio e, em algumas situações, avisar a população de um sinistro ou chegada de alguém importante à cidade.

O artista italiano Domenico de Angelis, chegou a projetar uma nova fachada[240] para a edificação, com pavimento duplo e cúpula, todavia a obra não chegou a ser realizada. Em seu projeto, De Angelis, acrescentava a fachada principal um entablamento que se estendia as fachadas laterais onde recebia balaustres e esculturas.

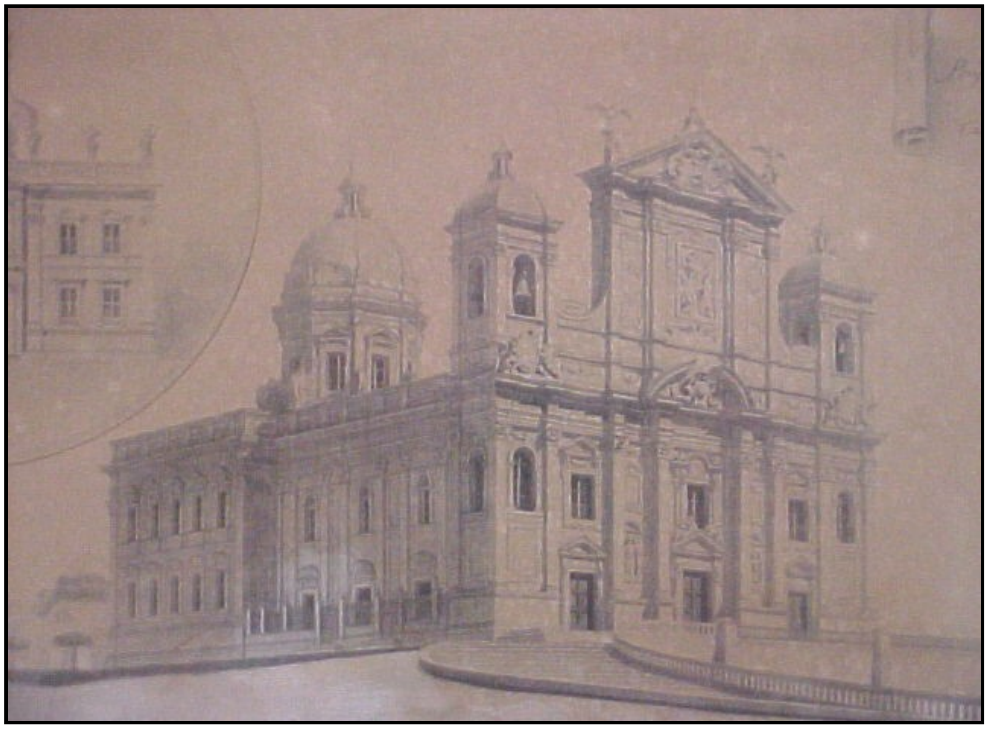


Ilustração 8 – Fachada projetada por Domenico de Angelis
Foto: Acervo Ateliê de Restauro – DPH / SEC

No projeto o frontão reto era substituído por frontão curvo entrecortado com medalhão ao centro; nas extremidades laterais da fachada, abaixo dos sinos também acrescentava dois medalhões. Acima do frontão curvo localizado sobre a porta central o

[240] O projeto não se encontra datado, mas deduz-se que tenha sido realizado na década de 1880, período que De Angelis idealizou e executou obras na cidade de Manaus. Atualmente o projeto encontra-se sob a guarda do Ateliê de Conservação e Restauro de Papel da Secretaria de Estado da Cultura do Amazonas.

artista elevava a fachada acima das torres sineiras e adicionava frontão triangular reto, dando destaque à área central da fachada. Complementando o projeto, De Angelis acrescentava um segundo pavimento sobre as sacristias e um zimbório com cúpula sobre a área da capela-mor.

As modificações propostas pelo projeto apresentado por De Angelis, com o altar-mor situado diretamente sob a cúpula; o destaque dado a área central da fachada principal com o emprego de linhas curvas; a acentuação da verticalidade e o arremate superior com frontão triangular, remetem ao estilo barroco, que se desenvolveu na Europa e predominou no Brasil no século XVIII e início do século XIX.

2.3.2 Aspectos internos

Abordaremos agora, a partir da planta baixa da Igreja, o interior do templo, elemento espacial geralmente imbuído de significação simbólica, e que remete a etimologia da palavra templo que em latim é *separar*, no caso separar o espaço exterior profano do espaço interior sagrado.

O templo da Igreja Matriz de Manaus (ilustração 9) sugere suavemente o traçado em forma de cruz, como os primeiros templos cristãos que reproduziam as condições das residências e catacumbas após a aceitação da religião cristã no Império Romano e que por repetição tornou-se habitual até ser adotado formalmente pela arquitetura românica[241]. Esta forma de planta atingiu seu apogeu na alta Renascença após ser adotado na Basílica de São Pedro, em Roma, construída entre os anos de 1506 e 1626 e na Igreja do Gesú – ou Jesus, no ano de 1575[242]. A Basílica de São Pedro e a Igreja do Gesú influenciaram a arquitetura na Europa e na América Latina e foram consideradas as igrejas-mães da Companhia de Jesus, ordem que pregava abnegação e austeridade, segundo o espírito da contra-reforma.

A planta sugere um formato de cruz, por analogia, foi relacionado com o corpo de Cristo crucificado. Assim, de acordo com a tradição, a nave representa o corpo de Cristo, as sacristias os braços estendidos, e a área da capela-mor com o consistório a cabeça de Cristo.

---

[241] Estilo arquitetônico que teve seu apogeu entre os séculos XI e XVIII.

[242] FRADE, Gabriel. A Arquitetura Sagrada no Brasil: Sua evolução até as vésperas do Concílio Vaticano II. Loyola: São Paulo, 2007, p.47-49.

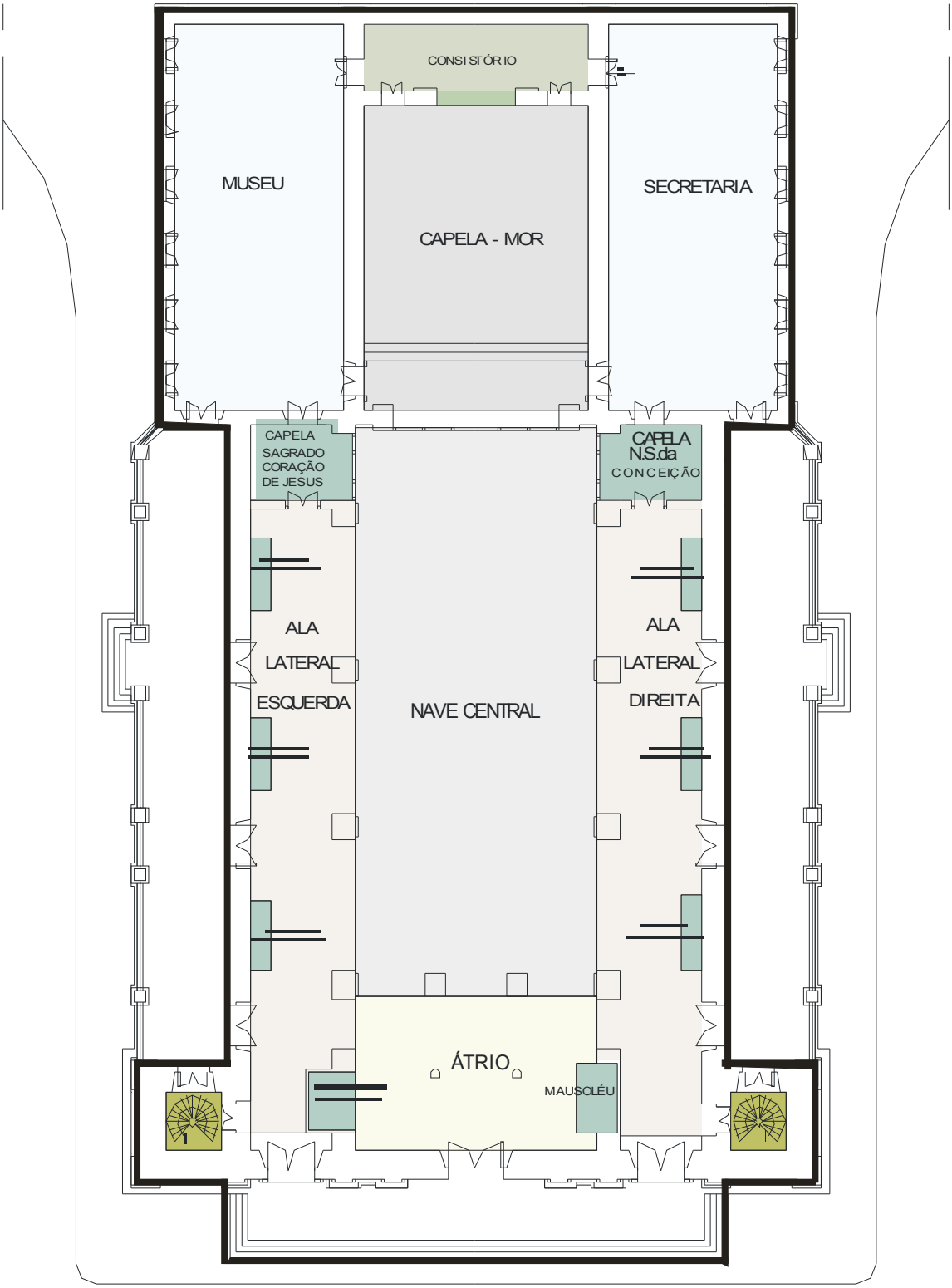


Ilustração 9 – Planta baixa da Igreja Matriz.
Acervo DPH-SEC

Internamente o templo possui duas alas longitudinais (ilustrações 10 e 11), cada uma com três altares de tipologias diferentes que se espelham, ou seja, ficam posicionados em frente ao altar da ala contrária que possuem características semelhantes; e termina em uma capela.

Separando as alas laterais da nave existe longitudinalmente uma parede com arcos, dando ritmo a construção e conduzindo a atenção do fiel para a capela-mor. Estes arcos dão sustentação ao coro, cujo acesso se dá pela torre sineira. O coro abrange a área sobre o átrio e as alas laterais, sua estrutura, piso, forro e guarda corpo são em madeira.

O canto superior da extremidade de cada arco, nas laterais das paredes, apresenta pintura de medalhões com símbolos litúrgicos. Na coluna entre o segundo e o terceiro altar, tanto no lado direito como no esquerdo da nave, existem púlpitos com dossel. A simplicidade do templo apresenta, de modo geral, uma composição harmônica, transmitindo a impressão de paz. Em seguida descrevemos as diferentes áreas do templo.

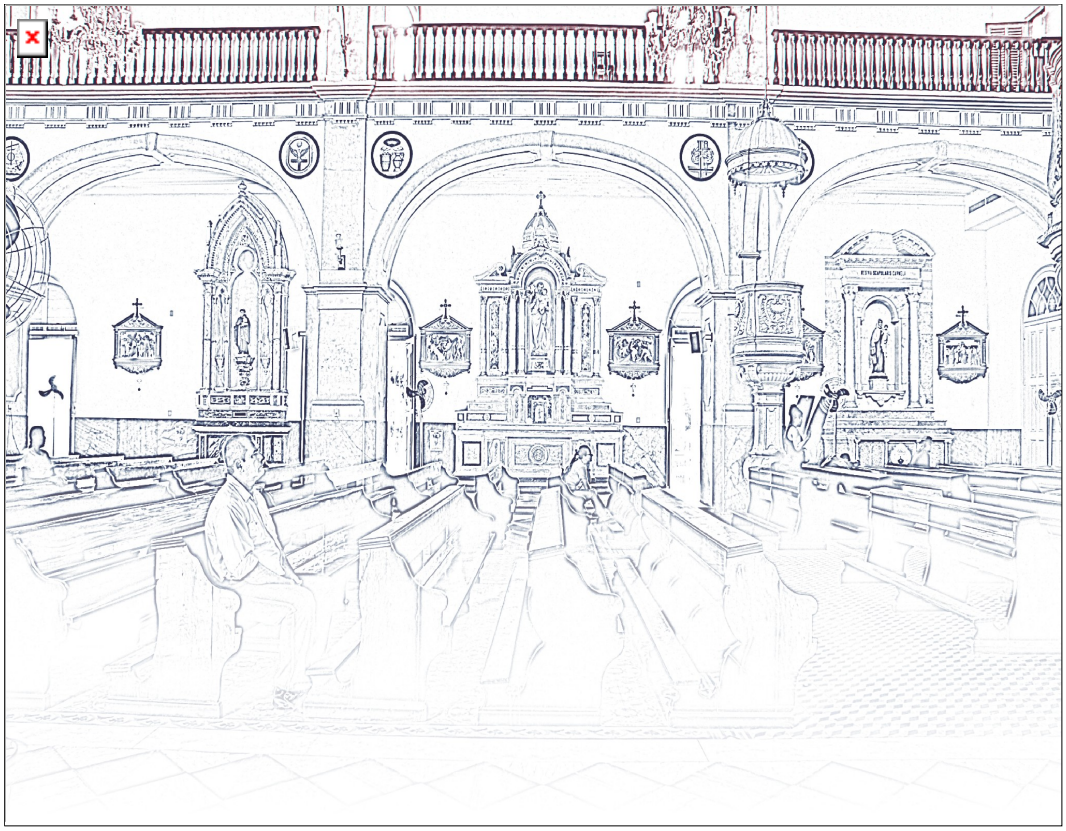


Ilustração 10: Ala Lateral Esquerda; da esquerda para direita temos: Altar de Santo Antônio, Altar de São José e Altar de Nossa Senhora do Carmo. Foto modificada digitalmente: Ricardo Silva

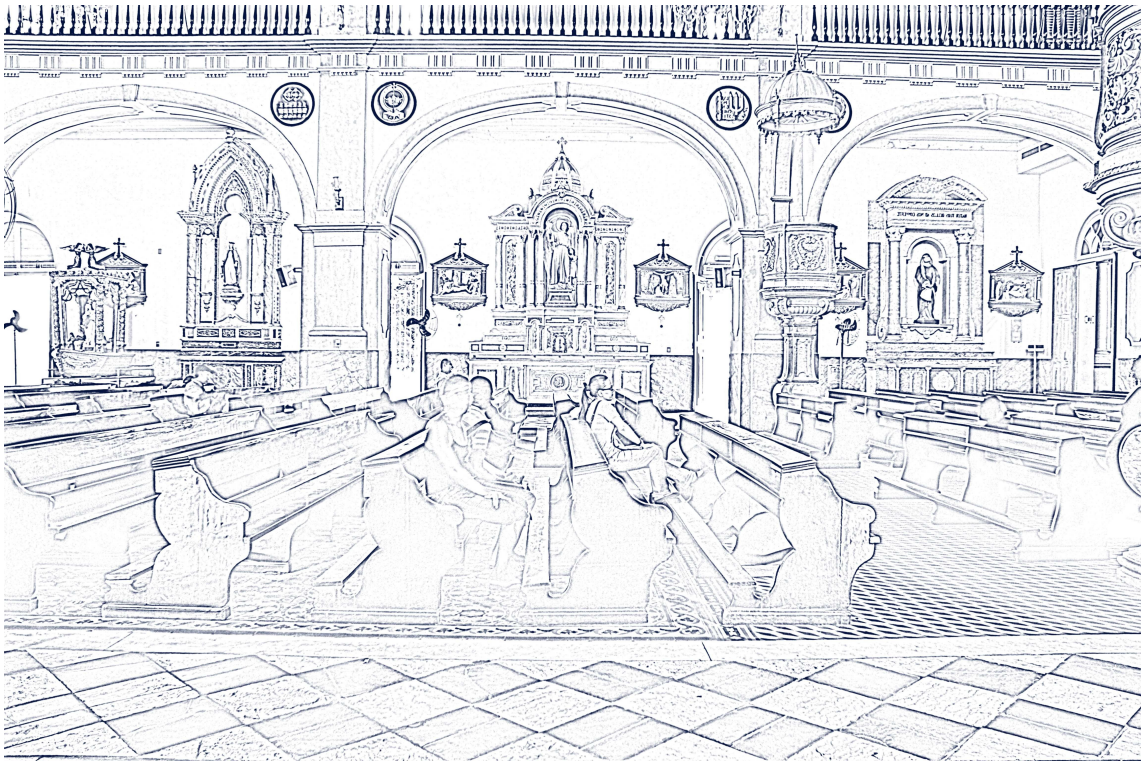


Ilustração 11: Ala Lateral Direita, da esquerda para direita temos: Altar de Nossa Senhora das Graças, Altar do Anjo Gabriel e Altar de Nossa Senhora das Dores. Foto modificada digitalmente: Ricardo Silva

Átrio

Localiza-se entre o pórtico de entrada e a nave. Primeiro ambiente ao se adentrar no templo. À direita encontra-se um mausoléu (ilustração 12), que não é contemporâneo à construção. Foi ofertado por João Fernandes da Costa Aguiar em cinco de julho de 1905[243]. Guarda os restos mortais de seu irmão Dom Lourenço da Costa Aguiar, Dom Milton Corrêa Pereira e do bispo auxiliar Dom Jackson Damasceno Rodrigues.

A sua esquerda fica a capela do batistério, na qual estão instalados o altar e a pia batismal (ilustração 13). A capela foi construída no ano de 1917 na grande reforma promovida pelo Cônego João Dias Bento da Cunha, a obra teve como responsável o mestre português Domingos Gomes[244].

No mesmo ambiente, na área que divide o átrio da nave existem duas pias de água benta (ilustração 14). De acordo com a simbologia da igreja, estas pias têm a função de purificação, onde os fiéis devem lavar as mãos antes de receberem a comunhão.

[243] A informação quanto à doação do mausoléu está gravada em baixo relevo, em sua fachada principal. Quanto a datação, ela foi fornecida pelo Pároco da Catedral no ano de 2001, Padre Souza.
[244] CATEDRAL METROPOLITANA DE MANAUS. *Livro de Registro*. Manuscrito (1910-1930), p.32.

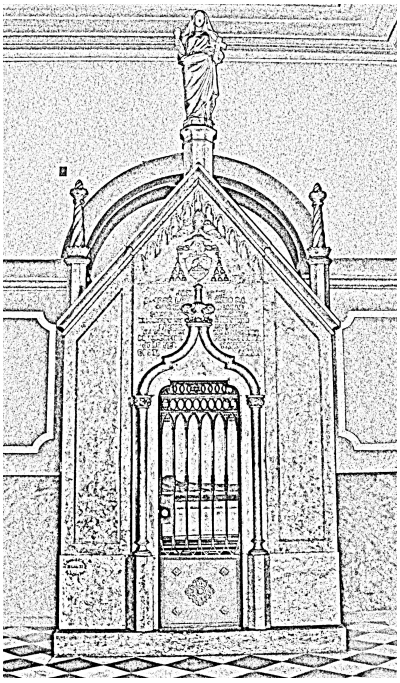


Ilustração 12 – Mausoléu
Foto modificada digitalmente: Agenor Valente



Ilustração 13 – Capela Batismal
Foto modificada digitalmente: Agenor Valente



Ilustração 14 – Pia de Água Benta
Foto modificada digitalmente: Agenor Valente

Os elementos que compõem o átrio e capela batismal - altar, pia batismal e pia de água benta - foram adquiridos no ano de 1874, através de contrato com os comerciantes Mesquita & Irmãos e o engenheiro civil Josephe Gaune[245]. Segundo o contrato estes

[245]PEIXOTO, Domingos Monteiro. *Relatório de 16 de Março de 1875*. Manáos: Impresso na Typ. do Commercio do Amazonas, 1875, p. 32.

elementos deveriam ser de mármore fino, entretanto foram confeccionados em pedra carbonática, um material menos nobre.

Este fato não passou despercebido ao Presidente Domingos Jacy Monteiro, e em seu relatório de 26 de maio de 1877 ele informou que o contrato determinava mármore fino e que o preço era compatível com tal; todavia ele informa que a presidência da administração anterior ao ser questionado pelo diretor de obras públicas quando ao material das pias e do altar, ordenou que se aceitassem as pedras: "por que eram de mármore fino: portanto ficaram sendo de mármore fino", e assim foi efetuado o pagamento.

Esta área possui um forro em madeira na tonalidade bege (ilustração 15), formando ao centro desenho geométrico com a tonalidade azul.

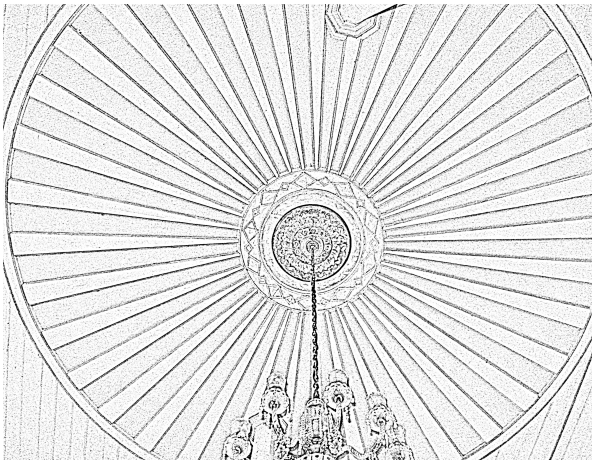


Ilustração 15 – Forro do átrio

Foto modificada digitalmente: Agenor Valente

Entre o átrio e a nave temos uma parede divisória com três arcos de alvenaria de tijolos, construídos no ano de 1871, juntamente com toda a arcada de sustentação do coro[246].

Alas Laterais

Nas alas laterais estão localizadas duas capelas: a do Sagrado Coração de Jesus e Nossa Senhora da Conceição; e seis altares, sendo na ala lateral esquerda; Altar de Santo Antônio, Altar de São José e Altar de Nossa Senhora do Carmo; e na ala lateral direita, da esquerda para direita temos: Altar de Nossa Senhora das Graças, Altar do Anjo Gabriel e Altar de Nossa Senhora das Dores.

[246] COELHO, Leovigildo de Souza. Relatório dos trabalhos que correram pela Repartição das Obras Públicas da Província do Amazonas. 1º de janeiro ao fim de dezembro de 1871. In: REIS, José de Miranda da Silva. *Relatório de 25 de Março de 1872*. Manaós: Tipografia de José Gregório de Moraes, 1872.

Os dois primeiros altares, a partir do átrio, são: o Altar de Santo Antônio de Pádua e o Altar de Nossa Senhora das Graças. Ambos são em madeira policromada, imitando mármores finos e detalhes em folha de ouro; em seus ápices há arco ogival[247] sustentado por duas colunas com capitéis[248] coríntios[249].

Estes altares, ao centro, possuem mosaico em diversas tipologias de materiais pétreos nas cores: vermelha, branca e amarela[250].

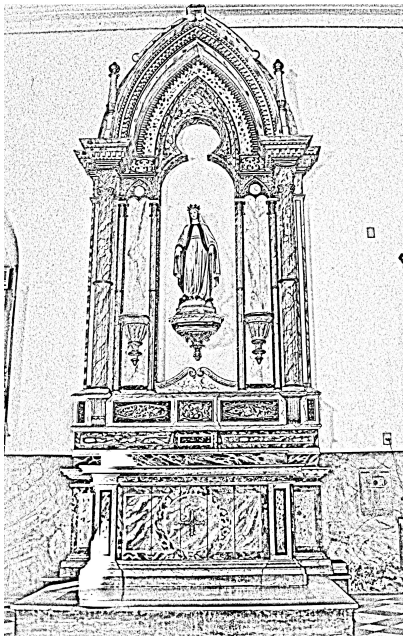


Ilustração 16 – Altar de N. S. das Graças
Foto modificada digitalmente: Agenor Valente



Ilustração 17 – Altar de Santo Antônio
Foto modificada digitalmente: Agenor Valente

De acordo com o livro de registro da Igreja os Altares de Santo Antônio de Pádua e de Nossa Senhora das Graças foram adquiridos em junho de 1912, na cidade de Coimbra-Portugal pelo vigário Cônego Bento da Cunha[251]. Inicialmente pertenciam à irmandade da Pia União e irmandade do Carmo, e ficavam posicionados como segundos altares a partir do átrio.

---

[247] Arco formado por dois segmentos de círculo que se encontram no vértice. LIMA, Cecília; ALBERNAZ, Maria Paula. *Dicionário Ilustrado de Arquitetura.* V. I, São Paulo: Proeditores, 1997-1998, p.49.
[248] Parte superior de colunas, pilastras e balaústres. LIMA, Cecília; ALBERNAZ, Maria Paula. *Dicionário Ilustrado de Arquitetura.* V. I, São Paulo: Proeditores, 1997-1998, p. 123.
[249] Ornato em forma de acanto. LIMA, Cecília; ALBERNAZ, Maria Paula. *Dicionário Ilustrado de Arquitetura.* V. I, São Paulo: Proeditores, 1997-1998, p. 123.
[250] Conforme o relatório de Lalli são: mármore vermelho de França, pedra médice, e mármore amarelo de siena LALLI, Carlo. *op. cit*, s/n.
[251] CATEDRAL METROPOLITANA DE MANAUS. *Livro de Registro*. Manuscrito (1910-1930), p.8.

Em 1914 estes altares foram removidos para sua atual localização[252], sendo que o altar que pertencia a associação do Carmo passou a ser dedicado a Santo Antônio e o da Pia União passou a ser dedicado a Nossa Senhora das Graças.

Os altares seguintes são: Altar de São José à esquerda e do Anjo Gabriel à direita. De autoria do artista italiano Silvio Centofanti. Foram construídos no ano de 1919 e por eles foi pago o valor de quatro mil réis[253].

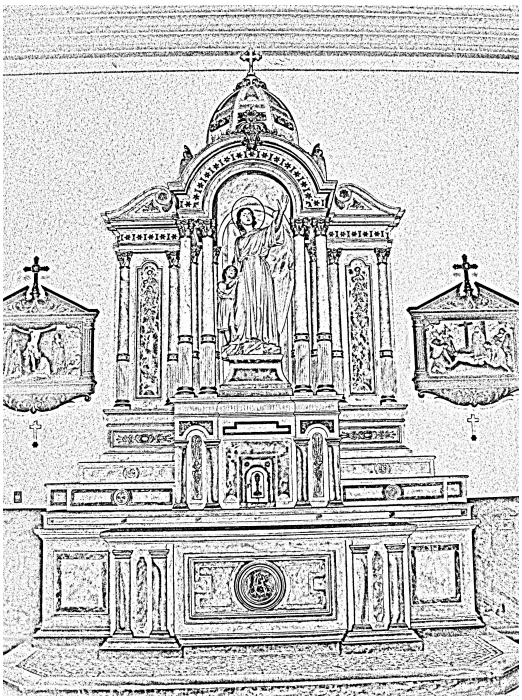


Ilustração 18 – Altar do Anjo Gabriel
Foto modificada digitalmente: Agenor Valente

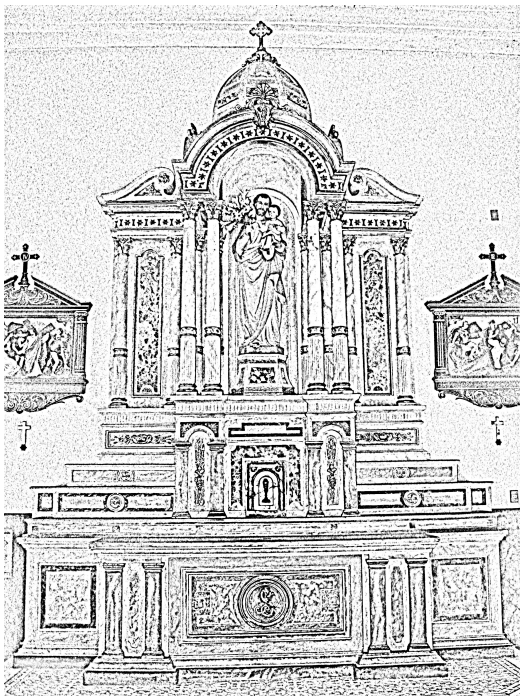


Ilustração 19 – Altar de São José
Foto modificada digitalmente: Agenor Valente

Estes altares foram confeccionados com tijolos de quatro furos, estuque e pintura a óleo imitando variados e finos mármores, com detalhamento em folha de ouro. Ao centro há um sacrário confeccionado em calcário organógeno com o núcleo em mármore de carrara[254] com desenho em baixo relevo. Encimando as quatro colunas, arco pleno[255] e cúpula abobadada[256]; nas laterais, oito pilastras todas com capitéis coríntios. O relicário é confeccionado em mármore de carrara e no piso composição floral em ladrilho[257].

[252] CATEDRAL METROPOLITANA DE MANAUS. *Livro de Registro.* Manuscrito (1910-1930), p.12.
[253] CATEDRAL METROPOLITANA DE MANAUS. *Livro de Registro*. Manuscrito (1910-1930), p.52.
[254] LALLI, Carlo. *op. cit*, .s/n.
[255] Arco em forma de uma semicircunferência. LIMA, Cecília; ALBERNAZ, Maria Paula. *Dicionário Ilustrado de Arquitetura.* V. I, São Paulo: Proeditores, 1997-1998, p. 50.
[256] Cuja forma é gerada por um arco que gira em torno de um eixo, de modo que tenha sempre seção horixontal circular. LIMA, Cecília; ALBERNAZ, Maria Paula. *Dicionário Ilustrado de Arquitetura.* V. I, São Paulo: Proeditores, 1997-1998, p. 194.
[257] LALLI, Carlo. *op. cit*, s/n.

As imagens de São José e do Anjo Gabriel foram adquiridas no mesmo ano da confecção dos altares. De acordo com o livro de registro da Catedral, foram encomendadas da América do Norte pelo cônego Bento da Cunha. A imagem de São José foi custeada pela senhora Maria Menezes de Castro.

Os terceiros altares são: à esquerda Altar de Nossa Senhora das Dores e a direita de Nossa Senhora das Graças. São compostos por duas colunas com fustes[258] lisos e capitéis coríntios, nicho central encimado por frontão curvo entrecortado[259]. O Altar de Nossa Senhora do Carmo, no friso abaixo do frontão, possui a inscrição *REGINA SCAPULARIS CARMELI* e o de Nossa Senhora das Dores *MATER TUOS OCULOS AD NOS CONVERTE*, nos anais da Igreja não foi encontrado registro de quem os projetou e construiu.



Ilustração 20 – Altar de N. S. do Carmo
Foto modificada digitalmente: Agenor



Ilustração 21- Altar de N. S. das Dores
Foto modificada digitalmente: Agenor Valente

Os altares são constituídos em sua totalidade por quatro tipos distintos de material pétreo, que segundo Carlo Lalli são: mármore de carrara, calcário organógeno bardilho de carrara e vermelho de Verona[260].

[258]Parte alongada das colunas, situada entre a base e o capitel. LIMA, Cecília; ALBERNAZ, Maria Paula. *Dicionário Ilustrado de Arquitetura.* V. I, São Paulo: Proeditores, 1997-1998, p.282.
[259] Elemento de coroamento em forma triangular ou em arco de círculo. LIMA, Cecília; ALBERNAZ, Maria Paula. *Dicionário Ilustrado de Arquitetura.* V. I, São Paulo: Proeditores, 1997-1998, p.276.
[260] LALLI, Carlo. *op. cit*, s/n.

Próximos ao altar-mor têm-se: à esquerda a Capela do Sagrado Coração de Jesus e a direita a Capela de Nossa Senhora da Conceição, com seus respectivos altares. Estes altares possuem quatro colunas e quatro pilastras encimadas por capitéis coríntios, frontão curvo, duas imagens de querubins e busto do Sagrado Coração.

Possuem quatro colunas e quatro pilastras encimadas por capitéis coríntios, frontão curvo, três imagens de querubins e busto do Sagrado Coração.

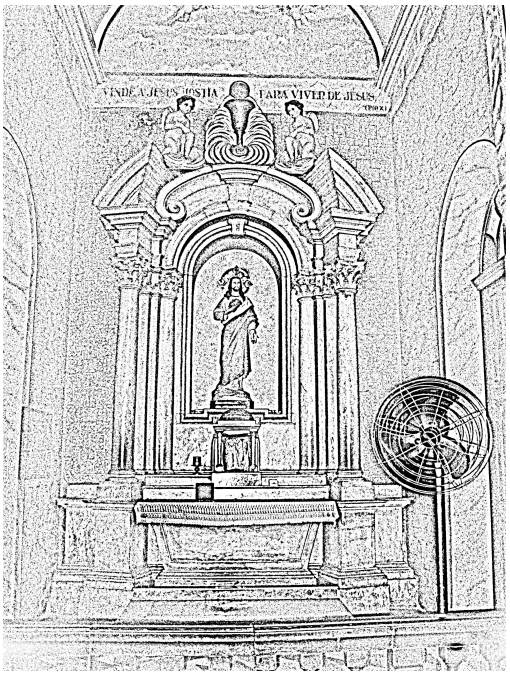


Ilustração 22 – Altar Sagrado Coração de Jesus
Foto modificada digitalmente: Agenor Valente

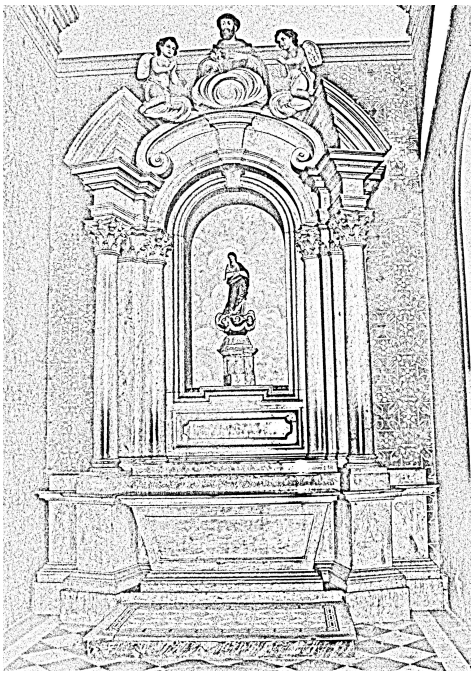


Ilustração 23 – Altar de N. S. da Conceição
Foto modificada digitalmente: Agenor Valente

Estes altares foram encomendados pela Presidência da província comerciantes Mesquita & Irmãos e do engenheiro civil Josephe Gaune no ano de 1874[261].

Segundo o relatório de Lalli estes altares são confeccionados em pedra carbonática, calcário organôgeno rosa e violeta[262].

Arcos Laterais

O livro de registro da Catedral informa que os arcos foram remodelados no ano de 1916[263], data da primeira grande reforma da matriz e que tinha como objetivo embelezá-

[261] PEIXOTO, Domingos Monteiro. *Relatório de 16 de Março de 1875*. Manáos: Impresso na Typ. do Commercio do Amazonas, 1875, p. 32.
[262] LALLI, Carlo. *op. cit*, s/n.
[263] CATEDRAL METROPOLITANA DE MANAUS. *Livro de Registro*. Manuscrito (1910-1930), p.32.

la. O argumento exposto no documento diz que os antigos eram estreitos e tiravam à estética do corpo da igreja. Assim os arcos laterais, inicialmente em número de vinte e quatro foram alargados e reduzidos a doze. Esta informação pode ser constatada na prospecção arqueológica realizada abaixo do arco localizado à frente do Altar de Nossa Senhora do Carmo.

Nave

No interior da igreja, temos sua parte mais ampla, o lugar dos fiéis ou como é mais comumente conhecido, nave; recebe esse nome pelo seu feitio e altura que se assemelha a um grande navio ou nave.

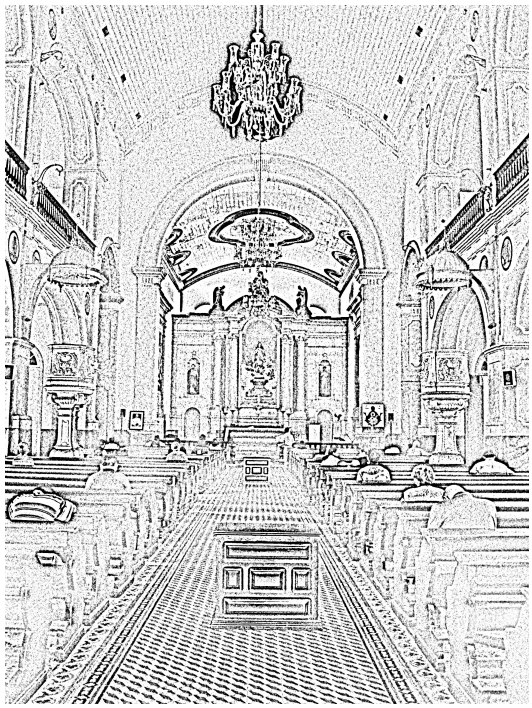


Ilustração 24 – Nave
Foto modificada digitalmente:

A nave possui dois púlpitos, um de cada lado, próximos aos arcos. São divididos em três seções, apresentam gravações em diversas volumetrias. Contêm volutas ornadas por folhas de acanto e óvulos, sendo sua parte superior ornado por conchas, flores e folhas. Sobre cada púlpito há um dossel em madeira trabalhada, fixados entre os arcos da nave. As escadas de acesso aos púlpitos foram removidas na reforma de 1986[264].

[264] PEREIRA, Pe Nonato. *Os sinos da Catedral*. *Jornal A Crítica* de 1º de dezembro de 1986, p.12.

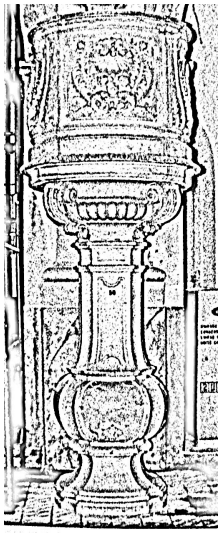


Ilustração 25 – Púlpito
Foto modificada digitalmente: Agenor Valente

Os púlpitos, confeccionados em pedra carbonática[265], foram adquiridos do comerciante Francisco de Souza Mesquita no ano de 1874 pela quantia de 16:000$000 réis, no ano 1879, a quantia foi considerada exorbitante pelo Presidente Barão de Maracaju e ele negou a sanção da lei que autoriza o pagamento da encomenda[266]. O pagamento foi realizado apenas em 1880, na administração do Presidente Sátiro de Oliveira Dias[267].

Em 1946, sob a orientação de D. João da Mota de Andrade e Amaral, bispo do Amazonas, foi realizado as pinturas com medalhões litúrgicos nas paredes e colunas[268]. Estes permaneceram após as intervenções de restauro.

Capela-mor

A capela-mor encontra-se ao fundo, separada da nave por um arco cruzeiro[269] ladeado por dois altares. Fica em um plano superior e nela encontramos o altar-mor com nicho ao centro guardando a imagem a principal do templo, Nossa Senhora da Conceição.

---

[265] LALLI, Carlo. *op. cit*, s/n .
[266] Lei de 6 de maio de 1879. Coleção de Leis da Província do Amazonas – Anais da Assembléia Legislativa Provincial do Amazonas de 1879. Manáos: Tipografia do Comércio do Amazonas, 1879, s/n.
[267]Lei nº 509, de 4 de novembro de 1880. Coleção de Leis da Província do Amazonas – Anais da Assembléia Legislativa Provincial do Amazonas de 1880. Manáos: Tipografia do Comércio do Amazonas, 1880, s/n.
[268] *Jornal Universal*, Ano VI, n. 274. Manaus, 06 de julho de 1958.
[269] Arco que separa a nave ou o transepto da capela-mor. LIMA, Cecília; ALBERNAZ, Maria Paula. *Dicionário Ilustrado de Arquitetura.* V. I, São Paulo: Proeditores, 1997-1998, p. 47.

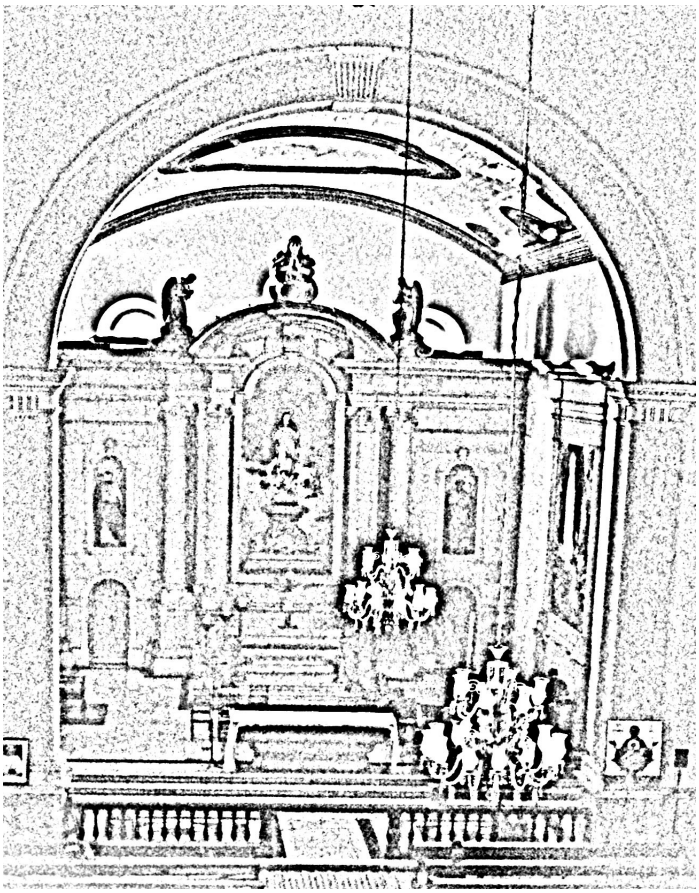


Ilustração 26 – Capela-mor
Foto modificada digitalmente: Agenor Valente

Em suas laterais temos duas pinturas, sendo a direita uma parietal (pintada diretamente sobre a parede) e a esquerda uma tela que recobre outra pintura parietal. Para cima o forro em madeira com pintura decorativa em estêncil[270] com uma tela ao centro.

Forro da Capela-mor

O forro da capela-mor apresenta, ao centro, tela representando anjos segurando guirlanda de flores (ilustração 27). Ela está colada ao madeiramento, numa técnica denominada marrouflage (técnica que pode ser observada em outras edificações históricas

[270] Pintura realizada a partir de um modelo vazado.

da cidade, como por exemplo, no Teatro Amazonas). Este madeiramento possui a tonalidade bege, com pintura rosa em estêncil.

A pintura de autoria do artista amazonense Olímpio de Menezes, é datada de 1935. Segundo depoimento do historiador Mário Ypiranga Monteiro[271], haveria, anteriormente à tela de Menezes, uma pintura do artista italiano Silvio Centofanti. Todavia, nenhum indício de uma pintura anterior foi localizado nas prospecções realizadas pela equipe que restaurou o forro em 2001. E, no que se refere à área da capela-mor, o contrato de Centofanti com a Igreja refere-se à cobertura da área.



Ilustração 27 – Tela de Olímpio de Menezes
Foto: Agenor Valente



Ilustração 28 – Pintura Casal Makk
Foto: Acervo Casa do Restauro / SEC

Até 2001, a pintura do forro estava encoberta por outra pintura, realizada sobre placas de eucatex (ilustração 28). A pintura, executada no ano de 1958, foi realizada em homenagem ao centenário do templo pelo casal Américo e Eva Holosa Makk, ele húngaro, nascido em Budapeste e formado pela Superior Escola de Belas Artes da Hungria com

[271] Dado à equipe de restauração do templo em 2001.

especialização na Itália; ela etíope, nascida de família húngara em Hawas e artista autodidata[272].

A pintura realizada pelo casal Makk foi promovida inicialmente pela empresa Archer Pinto Ltda, na pessoa do jornalista Felipe Daou, posteriormente foi agenciada por uma campanha em todos os jornais e emissoras de Manaus. O croqui[273] da obra apresentado a comissão julgadora e posteriormente executada pelo casal tinha como tema o quinto mistério "dos mistérios gloriosos": Nossa Senhora coroada ao céu, como rainha dos anjos e dos Santos[274].

Os serviços de pintura do forro iniciaram em quatro de julho de 1958 e foram concluídos em vinte e oito de setembro do mesmo ano[275], portanto em menos de três meses estavam concluída a pintura de uma área que cobria todo o forro da capela-mor.

Possivelmente em decorrência do curto espaço de tempo, para realização de uma obra de grande dimensão, nem todos os pré-requisitos necessários para lhe garantir qualidade e longevidade foram obedecidos. Assim, no ano de 2001, o suporte da pintura apresentava avançado estado de deperecimento em decorrência do ataque de xilófagos e umidade, comprometendo os caibros de suporte do telhado. Deste modo, os profissionais envolvidos no processo de restauração da Catedral (2001-2002) optaram pela permanência da tela de 1935, removendo então a pintura do Casal Makk.

Pinturas parietais

A capela-mor, antes da intervenção de restauro em 2001-2002, era decorada por uma tela e onze pinturas parietais em suas laterais. As pinturas parietais são do casal C. Makk e datada de 1958, a tela é de autoria do artista amazonense Branco e Silva e encobre outra pintura parietal que de C. Makk.

[272] *Jornal Universal*, Ano VI, n. 270. Manaus, 1º de junho de 1958.
[273] Desenho mostrando em linhas gerais, sem pormenores, a idéia inicial de um projeto arquitetônico ou de uma obra construída. LIMA, Cecília; ALBERNAZ, Maria Paula. *Dicionário Ilustrado de Arquitetura.* V. I, São Paulo: Proeditores, 1997-1998, p. 184.
[274] *Jornal Universal*, Ano VI, n.273. 22 de junho de 1858.
[275] *Jornal Universal*, Ano VI , n.286. 28 de setembro de 1858,

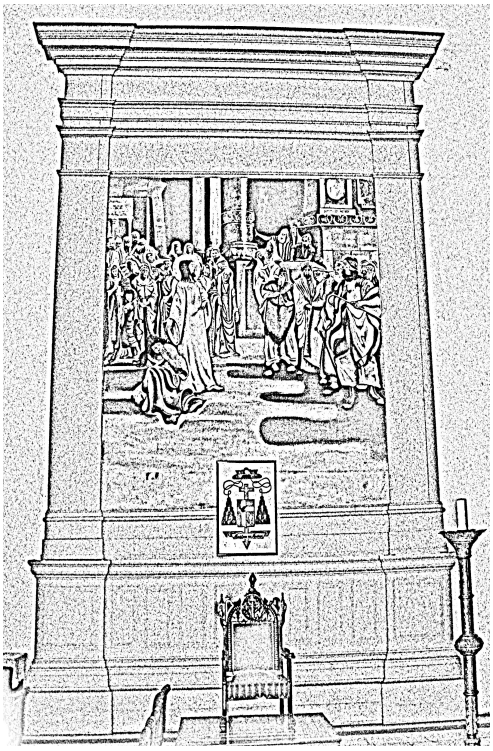


Ilustração 29 – Tela (Branco e Silva)
Foto modificada digitalmente: Agenor Valente

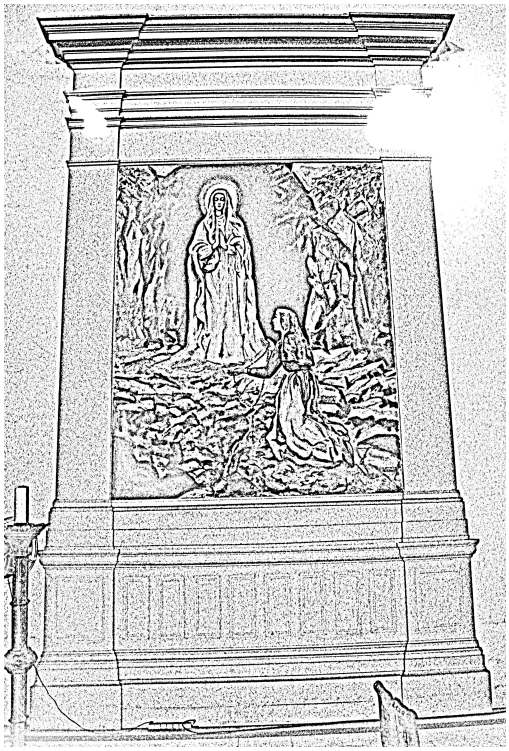


Ilustração 30 – Pintura Parietal (Casal Makk)
Foto modificada digitalmente: Agenor Valente

As pinturas parietais do casal Makk, da mesma forma que a pintura do forro, foi realizada com o intuito de comemorar o centenário do lançamento da pedra fundamental do templo. Os vãos horizontais e verticais, acima do entablamento[276], receberam de um lado três pinturas referentes à história da fundação da cidade, e do outro, três, em simbolismo referente às primitivas igrejas. Abaixo, outras seis pinturas das quais: quatro representavam cenas evangélicas, a quinta era cenário par a cátedra situada logo abaixo (esta depois encoberta pela tela de Branco e Silva – ilustração 29), e a sexta, representado a aparição de Nossa Senhora de Lourdes (ilustração 30) que naquele ano também comemorava o centenário[277].

As pinturas que simbolizavam a história da cidade e a história da igreja, de acordo com o historiador Mário Ypiranga Monteiro foram compostas a partir de sua consultoria ao casal Makk[278].

A comissão de restauro da edificação chegou à conclusão de que a qualidade técnica e estética destas pinturas comprometia o equilíbrio estabelecido pelos bens mais

[276] Conjunto de molduras que rematam e ornamentam a parte superior de um elemento arquitetônico. LIMA, Cecília; ALBERNAZ, Maria Paula. *Dicionário Ilustrado de Arquitetura.* V. I, São Paulo: Proeditores, 1997-1998, p. 220.
[277] *Jornal Universal*. Ano VI, n.282. Manaus, 24 de agosto de 1958.
[278] Monteiro in MONTEIRO, Mário Ypiranga. *A Catedral Metropolitana de Manaus: sua longa história*. Edições planície, coleção muiraquitã. Manaus: Sérgio Cardoso & Cia, 1958. p. 176.

antigos da edificação. Decidiram-se então que as mesmas deveriam ser restauradas, protegidas e encobertas com tinta PVA, com exceção das duas centrais que ficariam como registro da intervenção. Sendo assim, a tela de Branco e Silva a esquerda da capela-mor e a pintura parietal central, realizada pelo casal Makk foram restauradas e mantidas juntamente com os entablamentos que as ladeiam.

Altar-mor

O altar mor é esculpido em pedra carbonática[279], dividido em três seções tendo quatro colunas da ordem coríntio. Possui frontão curvo entrecortado por dois anjos que ladeiam o busto de Nossa Senhora.

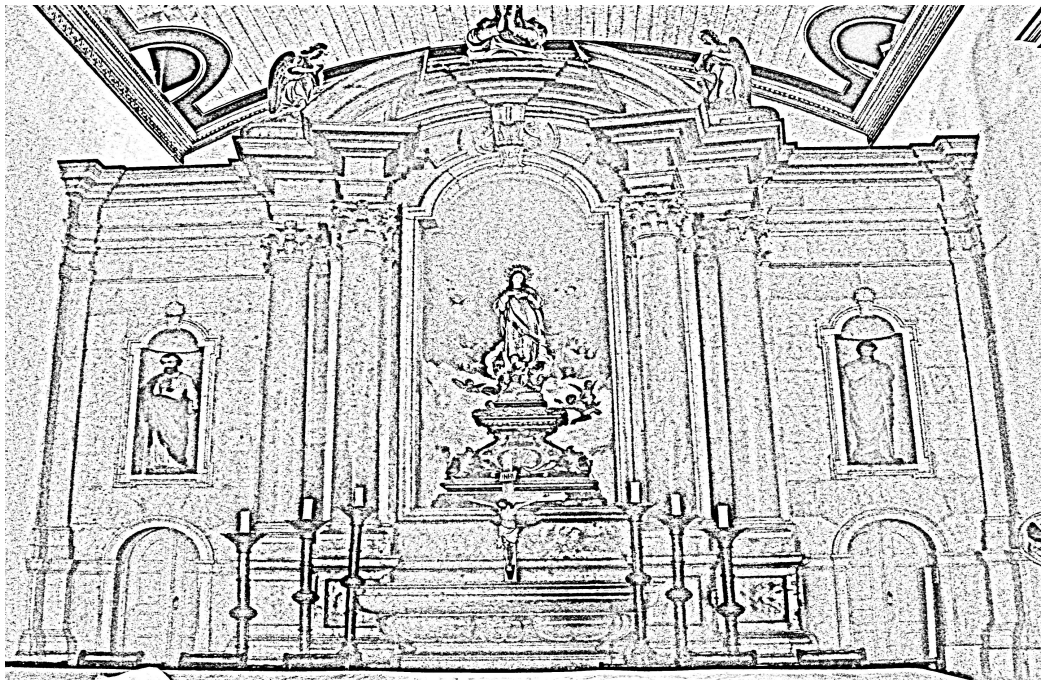


Ilustração 31 – Altar-mor
Foto modificada digitalmente: Agenor Valente

O nicho central com suporte em madeira encontrava-se recoberto por várias camadas de repinturas, sendo três com pintura decorativa e duas de pintura lisa. A equipe de restauro (2001) optou pela permanência da segunda camada, pois a primeira estava bastante deteriorada comprometendo sua apresentação física e estética. Este nicho abriga a imagem

[279] LALLI, Carlo. *op. cit*, s/n.

principal de Nossa Senhora da Conceição que mereceu atenção especial pelo seu valor artístico.

A imagem de Nossa Senhora da Conceição (ilustração 32), em tamanho natural, é em madeira talhada policromada com douramento a ouro; estava totalmente recoberta por repinturas que descaracterizavam seu aspecto original. Na base da imagem têm-se a inscrição: Barcelona Castelhana, que nos remete a *Escola Castelhana*[280] fundada pelo português Manuel Pereira (1588-1683) na Espanha no século XVII.



Ilustração 32 – Imagem de N. S. da Conceição em madeira policromada e dourada – Nicho Principal
Foto: Judeth Costa

Os nichos laterais apresentam a direita imagem de São Paulo, em gesso, e a esquerda imagem de São Pedro, em gesso. São Pedro e São Paulo são considerados os principais líderes da Igreja Cristã Primitiva e baluartes da fé em que se apóia o cristianismo.

Consistório

Normalmente localizado no pavimento superior, sobre a sacristia, o consistório da Igreja Matriz de Manaus, está localizado atrás da capela-mor, tendo a função de servir de acesso ao nicho da santa do altar-mor. Assim sendo, não há espaço para reuniões ou outras atividades similares dos religiosos. Através da documentação pesquisada, deduzimos que à época da construção da edificação, seus construtores, além da área aqui descrita, tinham as sacristias laterais como consistórios.

[280] MACEDO, Diogo de. *A escultura portuguesa: nos séculos XVII e XVII*. Lisboa: Edição da Revista Ocidente, 1945, p.63.



Ilustração 33 – Consistório
Foto modificada digitalmente: Agenor Valente

Gravadas nas paredes longitudinais, se observam as seguintes datas: à esquerda 1858 e a direita 1876, referentes ao início e término de construção da edificação. Na parede posterior estão expostas as prospecções arqueológicas que revelam as técnicas de construção da edificação. Ladeando as paredes com datas, observa-se o tratamento e a disposição dado as pedras que compõem o altar mor.

Sacristia lateral à esquerda – Atual Museu

Esta área é retangular tendo dezoito metros e setenta de comprimento por oito metros e vinte e cinco de comprimento, ocupando uma área total de cento e cinqüenta e três quadrados. Possui seis janelas em arco pleno e quatro portas também em arco pleno, uma para o consistório, uma ligando a capela-mor, outra a capela do Sagrado Coração de Jesus e a quarta para o pátio interno.

Antes da obra de restauração no ano de 2001, a sacristia lateral esquerda abrigava o escritório e banheiros da Igreja, estas áreas eram separadas por divisórias em madeira, havia também um mezanino que era utilizado como dormitório para os padres em trânsito na cidade de Manaus. Estas intervenções foram removidas durante a restauração.

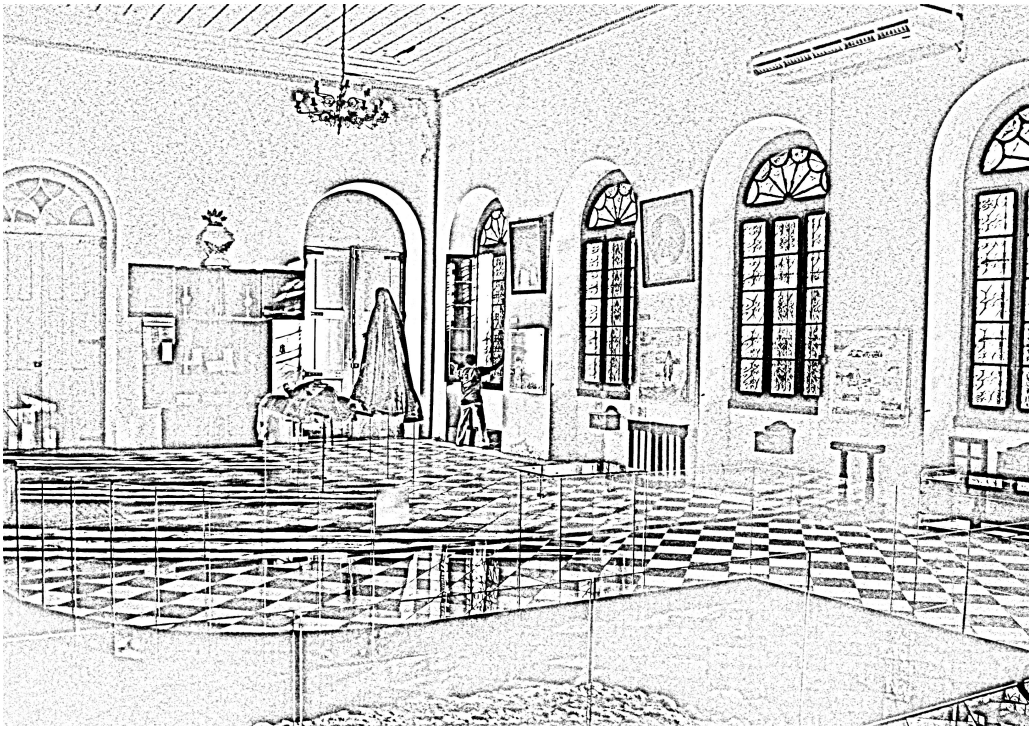


Ilustração 34 – Sacristia Lateral Esquerda – Atual Museu
Foto modificada digitalmente: Agenor Valente

Atualmente o local é ocupado pelo Museu da Catedral. O espaço hoje reúne parte do acervo de artes da instituição, como as imagens do Senhor dos Passos, Santa Verônica, o Senhor Morto, Resplendor do SS. Sacramento, imagem de Nossa Senhora da Conceição, tela de Nossa Senhora da Conceição, cadeira confeccionada para uso do Santo Padre João Paulo II em sua visita a Manaus no ano de 1980, e cápsula do tempo deixada pelo mestre de obras Francisco Canejo.

Esta sacristia atualmente exibe prospecções arqueológicas na parede leste, comprovando uma diferença no sistema construtivo, decorrente, provavelmente, do longo tempo de sua construção. No procedimento da retirada do reboco desta parede, evidenciou-se uma porta entaipada, onde foi encontrado o documento manuscrito do século XIX. Na parte superior deste arco há ainda, um croqui da fachada da igreja.



Ilustração 35 – Imagem de N. S. da Conceição em fibra natural.
Foto: Judeth Costa

Temos indícios que a imagem de Nossa Senhora da Conceição, exposta na redoma de vidro na porta entaipada por Canejo, seja a imagem trazida pelos carmelitas quando fundaram a primitiva capela. A hipótese foi levantada por Mário Ypiranga Monteiro no seu livro sobre a Catedral, porém o historiador não dava certeza em virtude da falta de documentos[281]. Ypiranga descreve a imagem em gesso e massa de papelão e

[281] MONTEIRO, Mário Ypiranga. *A Catedral Metropolitana de Manaus: sua longa história*. Edições planície, coleção muiraquitã. Manaus: Sérgio Cardoso & Cia, 1958, p.19.

data sua provável chegada em 1659. Acreditamos que este dado foi um erro de digitação, pois a chegada dos carmelitas foi no ano de 1695.

Na parte posterior da imagem de Nossa Senhora da Conceição exposta neste espaço, especificamente nas nuvens, havia a inscrição "chegou no ano de 1696", feita provavelmente na última intervenção[282], no ano de 1946. Quanto a sua feitura, segundo o laudo do renomado atelier de restauração de imagens sacras da Bahia *Studio Argolo*, sabemos que a imagem de setenta e dois centímetros de altura, possui três tipos de suporte: a cabeça, parte superior do tórax, antebraços, mãos, globo, nuvens e base da estrutura são em madeira; tórax, ventre e coxas são em fibra vegetal; túnica e manto em tecido de algodão encolado e policromado com detalhamento em ouro[283].

Corroborando para que acreditemos na antiguidade da peça, temos a descrição dos viajantes, por exemplo, padre José Maria Coelho, em 1823, informa que a igreja possuía "uma perfeita imagem de Senhora da Conceição"[284]; a senhora Agassiz, em 1865, ao descrever procissão de natal, informa que havia duas imagens, uma mal feita, em madeira; e outra "uma verdadeira boneca enfeitada de europeus"[285]. Acreditamos que Elizabeth Agassiz se referia a imagem mencionada pelo padre Coelho e que está teria realmente sido salva do incêndio de 1850, mas como Ypiranga, ressaltamos que não temos documento que abone tal crença.

Retornando a descrição da sacristia, ela apresenta uma escavação abaixo do nível do piso, constituído em blocos de crosta laterítica e arenitos (arenito Manaus), medindo 7,80m de comprimento por 1,40m de largura e 1,70 de profundidade. Este bloco, de acordo com o arqueólogo Marcus Vinícius de Miranda Correa[286], é provavelmente o alicerce da antiga olaria.

Sacristia lateral à direita – Atual Secretaria

---

[282] De acordo com estudo estratigráfico do *Studio Argolo* a imagem passou três intervenções. Na última, na parte posterior do globo, junto à data mencionada havia: Saulo Pintor Manaus 10/1946.

[283] STUDIO ARGOLO. *Restauração de Nossa Senhora da Conceição – Relatório*. Salvador – Bahia, 2002. Trabalho não publicado, s/n.

[284] COELHO, Padre Jozé Maria. Duas Memórias sobre a Capitania de São José do Rio Negro (1823) in Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Volume 203 Abril-Junho de 1849. Departamento de Imprensa Nacional Rio de Janeiro – 1951, p.123.

[285] AGASSIZ, Luis; AGASSIZ, Elisabeth. Viagem ao Brasil 1865-1866. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo, ed. da Universidade de São Paulo, 1975, p.199.

[286] CORREA, Marcus Vinícius de Miranda. *Da Capela Carmelita a Catedral Metropolitana de Manaus (AM): Sob uma arqueologia da arquitetura*. Dissertação [Tese de Doutorado], 2005, xxx f. Universidade de São Paulo, p. 93

A sacristia lateral direita, da mesma forma que a esquerda, tem o formato retangular, dezoito metros e setenta de comprimento por oito metros e vinte e cinco de comprimento, e uma área total de cento e cinqüenta e três quadrados. Possui seis janelas em arco pleno e quatro portas também em arco pleno, uma para o consistório, uma ligando a capela-mor, outra a capela de Nossa Senhora da Conceição e a quarta para o pátio interno.



Ilustração 36 – Secretaria
Foto modificada digitalmente: Agenor Valente

Nesta sacristia temos um altar em homenagem a Santa Terezinha do Menino Jesus, confeccionado em quatro tipos de pedra: mármore de carrara, calcário organógeno bardilho de carrara e vermelho de Verona[287].

O altar foi construído e custeado por solicitação de Maximino de Miranda Corrêa[288]. A primeira missa, realizada pelo Bispo Diocesano, foi em comemoração ao

[287] LALLI, Carlo. *op. cit*, s/n.

[288] Empresário de ilustre família paraense que no ano de 1909 instalou em Manaus a Cervejaria Miranda Corrêa, fábrica que desempenhou papel importante na vida econômica e social da cidade. BITTENCOURT, Agnello. *Dicionário Amazonense de Biografias: Vultos do Passado*. Rio de Janeiro: Conquista, 1973.

aniversário de vinte e cinco anos das núpcias de Corrêa, no dia vinte e três de dezembro de 1928[289].

Na intervenção de restauração as camadas de pintura que recobriam o barramento das paredes deste cômodo foram removidos, estando atualmente exposta uma escaiola[290] vermelha.

Pisos

Na parte externa do templo temos as escadarias de acesso entalhadas em calcário organógeno rosa e o calçamento em pedra de lioz, ambos importados de Portugal, e o passeio em arenito rio negro[291], pedra extraída dos arredores de Manaus.

O piso do átrio, contemporâneo a construção da edificação, é composto de desenho geométrico em forma de mandala, formado por pedra carbonática – branca, e mármore negro[292].



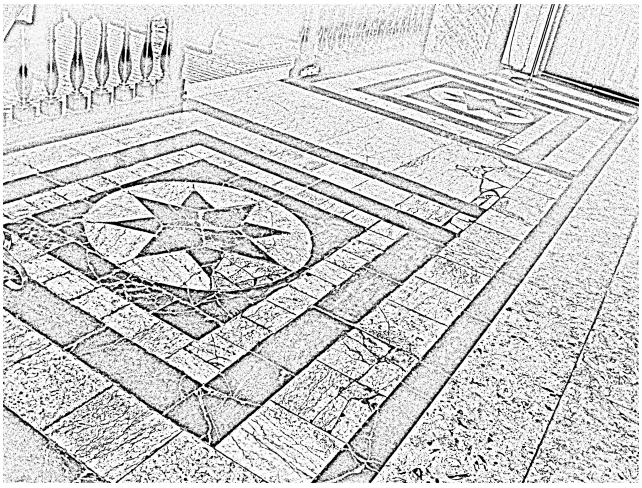
Ilustração 37 – Piso do átrio
Foto modificada digitalmente: Agenor Valente

Nas alas laterais, o piso é composto de desenho geométrico em blocos quadrados formado por pedra carbonática e mármore negro[293]. A nave é o único espaço da edificação que não mantém a mesma tipologia de piso da época de construção da edificação,

[289] CATEDRAL METROPOLITANA DE MANAUS. *Livro de Registro*. Manuscrito (1910-1930), p.72.
[290] Técnica de emassamento aplicado na superfície de paredes, colunas ou estátuas para imitar mármore. LIMA, Cecília; ALBERNAZ, Maria Paula. *Dicionário Ilustrado de Arquitetura.* V. I, São Paulo: Proeditores, 1997-1998, p. 228.
[291] LALLI, Carlo. *op. cit*, s/n.
[292] LALLI, Carlo. *op. cit*, s/n.
[293] LALLI, Carlo. *op. cit*, s/n.

inicialmente em madeira, foi substituído, em 1916, por cento e vinte metros quadrados de ladrilho hidráulico, compondo mosaico nas cores branco, preto e cinza[294].

A área logo após o arco cruzeiro, que dá acesso à capela-mor é composta por um desenho em branco e preto - brecia carbonática e mármore negro[295] - tendo duas estrelas de oito pontas, cada uma em um círculo emoldurado por linhas ora branca, ora negra. Logo após três degraus em calcário organógeno que levam a área principal da capela cujo piso é calcário organógeno, emoldurado por mármore negro[296]. O acesso ao altar mor se dá por meio de um patamar em mármore de carrara[297].





Ilustrações 33 e 34 - Piso da Capela-mor
Fotos modificadas digitalmente: Agenor Valente.

O piso do consistório é composto de desenho geométrico em forma de listas. As listas de tom clarosão em pedra carbonática e as de tons escuros são mármore negro[298].

O piso das sacristias laterais é formado por desenhos geométricos tipo tabuleiro de xadrez sendo a parte clara pedra carbonática e a escura mármore negro[299]. Parte do piso da nave lateral esquerda foi removido, provavelmente na reforma de 1916, para colocação dos banheiros. Atualmente a paginação[300] original é complementado por porcelanato seguindo a mesma paginação.

---

[294] CATEDRAL METROPOLITANA DE MANAUS. *Livro de Registro*. Manuscrito (1910-1930), p.32.
[295] LALLI, Carlo. *op. cit*, s/n.
[296] LALLI, Carlo. *op. cit*, s/n.
[297] LALLI, Carlo. *op. cit*, s/n.
[298] LALLI, Carlo. *op. cit*, s/n.
[299] LALLI, Carlo. *op. cit*, s/n.
[300] Representação gráfica característica do piso.

Verificamos que prevalece na paginação de todo o piso da edificação um harmonioso e sóbrio conjunto formado por desenhos geométricos nas cores preto e branco.

Ao finalizarmos este destacamos que o templo da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição é uma fonte de conhecimento e aprendizado, a ele está agregado um valor histórico, artístico e arquitetônico; e como tal, deve ser enfocado como um *texto aberto* e objeto da *educação patrimonial*. Portanto toda e qualquer intervenção na edificação deve ser previamente estudada para que lhe resguardar sua autenticidade.

3. MANAUS NO PERÍODO PROVINCIAL

Tendo como fio condutor a construção do novo templo da matriz, abordaremos neste terceiro capítulo a dinâmica da urbanização da cidade e a força motriz de sua transformação - a mão-de-obra. Tem-se como premissa demonstrar que a busca da "civilização" e "modernidade" eram regidas por uma razão ordenadora do espaço e da sociedade.

3.1 A cidade

Neste item faremos um estudo da cidade, espaço da mudança social e das trocas simbólicas. As fontes usadas foram às representações iconográficas, aliadas aos relatórios presidências, relatos dos viajantes e jornais do período provincial do Amazonas. Esta leitura, em boa medida, vislumbra a expansão da cidade.

O ensaio enfoca as transformações urbanas realizadas no período provincial e a significância da nova Igreja Matriz nesse contexto. Ressaltamos, entretanto, que imagens e relatos carregam temporalidades distintas e trazem em si as escolhas do produtor e o contexto no qual foram concebidas, ou seja, como nos alerta o historiador March Bloch "são frutos do seu tempo", sendo, portanto, imprescindível, como em toda fonte, uma análise crítica, fruto de cuidadosa reflexão.

Deste modo, é importante sublinhar que, em meados século XIX, tanto os viajantes, como os artistas que representaram à cidade estavam sob forte influência da tradição renascentista de reprodução do real, e, pelos conceitos antagônicos de civilização e barbárie, divulgados pelos antropólogos evolucionistas. Assim, estes viajantes e artistas registraram não só aspectos da realidade como também seus próprios valores e crenças, principalmente na e da forma como fizeram tais registros.

Uma das imagens que remete à cidade no período imediatamente anterior ao período provincial é a gravura de Riou (exposta a seguir), que ilustra a viagem de Paul Marcoy que esteve na cidade, de acordo com Antônio Porro, provavelmente no ano de 1847[301].

A gravura é uma imagem a partir da igreja dos Remédios, no sentido leste-oeste, em direção ao bairro do Espírito Santo. Corresponde a um núcleo urbano que, em

[301] Marcoy, de acordo com Antonio Porro teria passado na então Barra do Rio Negro no ano de 1847. MARCOY, Paul. *Viagem pelo Rio Amazonas*. Tradução: Antônio Porro. Manaus: EDUA. Edições do Governo do Estado, 2001. p.1.

seus primeiros tempos fora construídos de forma espontânea, sem um planejamento. A rua que se visualiza é estreita e tortuosa, com valetas e buracos. Não havia qualquer tipo de calçamento ou iluminação. No dizer do viajante inglês Alfred Russel Wallace, que aqui esteve nos anos de 1849 e 1850, era "bem desagradável o ato de caminhar-se por elas à noite[302]".

Em relação à natureza, a imagem mostra que não há ainda uma clara definição entre os limites da cidade com e da floresta. O que se via era uma integração entre elas, pois, praticamente, todo o lugar estava integrado com a vegetação que lhe invadia *as ruas*.



Ilustração 40 – Xilogravura que ilustra a obra de Paul Marcoy, em 1847.
Acervo Otoni Mesquita

De modo geral, de acordo com a ilustração, as casa se assemelhavam: eram baixas e construídas de pau-a-pique, denotador de não haver grande distinção de classes sociais em meados do século XIX.

A Manaus do período provincial passou por lentas e graduais mudanças no seu traçado urbano, consoante com os recursos humanos, materiais e financeiros que dispunha. A área que o templo de pedra ocupou surgiu num processo de expansão do povoamento, no

[302] WALLACE, Alfred Russel. *Viagens pelos rios Amazonas e Negro*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia. 1979, P.109.

lugar da antiga Olaria. A nova edificação cumpria a missão de agregar o núcleo urbano, após a mudança da condição política do Amazonas de Comarca para Província.

Com a definição do espaço a ser ocupado pelo novo templo, o lugar começou a ganhar, paulatinamente, maior significado, ainda que mantivesse uma aparência simples. O primeiro indício do planejamento dessa mudança está no mapa, levantado á pedido de Tenreiro Aranha em 1852, delimitando claramente o lugar do novo templo da Igreja Matriz.

Este mapa evidencia um projeto racionalizador que buscava organizar a sociedade não só num espaço urbano como também hierarquicamente, estabelecendo uma ordem sócio-econômica e cultural. Pois, como explicitado no primeiro capítulo, o mapa demonstra a ordem física – ruas, quarteirões, limites – e destaca como centro de representação as edificações que representam o poder estabelecido – civil e religioso – ou seja, os elementos que correspondem à ordem dos signos.

Quando Tenreiro Aranha assume a recém criada Província do Amazonas, na parte material, a cidade da Barra que se encontrava sem Igreja Matriz, possuía: um quartel militar, uma cadeia – que era um pequeno quarto anexo ao quartel-, casa de câmara, o hospital de São Vicente, o Seminário, a Capela dos Remédios, e duas pontes em péssimo estado de conservação – a de São Vicente e Espírito Santo.

Evidentemente, a escolha da área do templo - ainda a ser construído - como marco maior e elemento centralizador da área, deu-se em virtude do simbolismo que este tipo de construção tinha na sociedade de então, e do fato de a cidade estar sem Igreja Matriz. Pois, o templo religioso naqueles tempos, além das funções religiosas, agregava também funções do Estado, tais como: registros de nascimentos, casamentos, e óbitos. Esta função era tão relevante que o zoneamento das cidades era feito a partir da divisão das paróquias e freguesias. Os templos também tinham uma função social por centralizar no seu espaço as atividades da comunidade.

Em meados do século XIX, as atividades sociais, mesmo as não religiosas, em sua maioria, adotavam caráter religioso. As festas de batizados, casamentos, nascimentos ou políticas, contavam normalmente com a presença do pároco; e as promovidas pelas irmandades recebiam verbas oficiais. Como vimos no primeiro capítulo à missa de domingo, seguida das visitas de cortesia, era o maior acontecimento social da cidade. Este hábito causou estranhamento ao viajante Alfred Russel Wallace que lhe teceu críticas severas, provavelmente em decorrência de sua cultura inglesa, tão avessa a expressar sentimentos.

Mas, para os habitantes da cidade de então, em sua maioria analfabeta ou com acesso limitado aos livros, e onde outras atividades como teatro, dança, música, saraus entre

outras não faziam parte do cotidiano; nada mais natural que após a missa de domingo, as visitas de cortesia, tenham-se transformado num momento privilegiado de troca de informações da semana. E nestes encontros os assuntos se restringiam as relações humanas e à vivência do dia-a-dia da comunidade. Era o típico contexto provinciano.

Essa vivência, em torno do templo religioso, dava-se de forma natural. Decorrência do processo de urbanização do Brasil, que se desenvolvia em torno do forte e da igreja. Em Manaus, como no restante do império brasileiro, a religião católica apostólica romana era vivenciada e reconhecida, por isso a necessidade o templo da matriz estava entre as edificações consideradas *básicas* para a cidade.

Com a elevação do Amazonas a categoria de Província, Manaus teve acréscimo populacional. Seus governantes buscaram dotá-la de equipamentos urbanos que lhe conferisse o mínimo de logística operacional e conforto à sua gente. Tenreiro Aranha, primeiro Presidente da Província, manifestou o desejo de realizar melhoramentos no traçado urbano, e construir edificações *dignas* para abrigar as repartições públicas da capital[303].

Dando continuidade ao intuito de Aranha, o 1º vice-presidente, Manoel Gomes Correa de Miranda, buscou auxílio junto ao Ministro do Império e deu prosseguimento ao levantamento de plantas e orçamentos das obras projetadas por Tenreiro Aranha que visavam o aformoseamento da cidade. Miranda contribuiu, assim, para a construção do cemitério, reforma na Casa de Câmara, Cadeia, obra da Tesouraria da Fazenda e reconhece ser imprescindível a reforma da ponte de São Vicente e Espírito Santo, construção da ponte dos Remédios e criação da "ribeira dos comestíveis" nas proximidades da área determinada para a edificação da nova matriz.

As pontes, aliás, configuram-se elementos importantes para a identidade coletiva da cidade, pois, juntamente com as principais edificações da cidade, eram elementos estruturadores do ordenamento urbano e, sobretudo ponto de referência dos citadinos e da cidade. Assim, durante todo o período provincial, as pontes, como as demais principais edificações, tornaram-se objeto de projetos, construções e reformas.

Outro ponto de preocupação foi o cemitério, deste modo, em 1854, o Presidente Herculano Ferreira Penna, mandou construí-lo no bairro dos Remédios, com o intuito de repelir os enterramentos no antigo largo da matriz. Penna, todavia, afirmou que a obra foi realizada de forma provisória, e que apesar de achar-se isolado poderia em pouco tempo

[303] ARANHA, João Baptista de Figueiredo Tenreiro. *Relatório do Presidente da Província*. 8 de março de 1852. Typ. de M. de S. Ramos. – 1852.

perder essa condição "se progredir rapidamente a construção de prédios nas ruas que se dirigem à Igreja de Nossa Senhora dos Remédios"[304].

Esta fala do Presidente Penna é um indício de que havia crescimento do perímetro urbano e que ele se dava de forma relativamente rápida no sentido do Bairro dos Remédios, talvez em decorrência da ponte que lhe facilitou o acesso e também por abrigar a única capela da cidade, que na falta da Igreja Matriz realizava os principais atos religiosos da comunidade.

Esta expansão da cidade significava um aumento populacional, calculado em 1856 em torno de onze mil e hum habitantes[305], e exigia da parte dos administradores da cidade constantes melhoramentos no traçado e equipamentos urbanos.

Mas as precárias condições financeiras da nova província, aliada à falta de mão-de-obra e de materiais, eram empecilhos para qualquer grande obra em curto prazo. Só foi possível perceber uma dinamização dos serviços no Governo do Presidente Francisco José Furtado, nos anos de 1858-1859 que além das obras de pequeno porte, tais como: a construção, reconstrução e concertos das pontes, tão necessárias a uma cidade recortada por igarapés; o calçamento das ruas e aterros evitando, assim, os alagadiços e a proliferação das doenças; e as obras de conservação dos próprios nacionais, que aqui e acolá ameaçavam ruína[306], deu início à construção do novo templo da Igreja Matriz, inaugurou a Casa dos Educandos Artífices e mandou roçar a área determinada para Cemitério de São José.

Nestes idos de 1858 a cidade apresentava uma expansão urbana e populacional, diferindo um pouco da realidade física do início do período provincial. Para dar suporte a esta nova realidade o Presidente Francisco José Furtado informou que diversas obras estavam em andamento, tais como: nova matriz; casa dos educandos; enfermaria militar; uma nova ponte, a Palácio; reparos nas pontes do Espírito Santo, São Vicente e Remédios. E asseverando o dito pelo Presidente Ferreira Penna, quanto à expansão da cidade em direção a Igreja de Nossa Senhora dos Remédios e curto período de isolamento do cemitério dos Remédios, iniciou a preparação da área de um novo cemitério, o de São José. Ou seja, pode-se dimensionar um período de crescimento da cidade de Manaus, fruto do afluxo de pessoas à cidade, porém ainda com características rurais e associada pelos viajantes à barbárie.

---

[304] PENNA, Herculano Ferreira. *Fala dirigida a Assembléia Legislativa Provincial do Amazonas*. Em 1º. de Agosto de 1854. Barra do Rio Negro. Typografhia de M. S. Ramos. p, 14-15.

[305] VIEIRA, João Pedro Dias. *Relatório apresentado á Assembléia Legislativa Provincial*. 8 de Julho de 1856. Barra do Rio Negro – 1856. Typ. de F. J. S. Ramos, p.10.

[306] FURTADO, Francisco José. *Relatório apresentado a Assembléia Legislativa Provincial do Amazonas* em 13 de maio de 1859. Manáos: Typographia de Francisco José da Silva Ramos – 1859.

Avé-Lallemant foi um viajante que ao longo de sua viagem pelo Brasil, descreveu os elementos arquitetônicos mais significativos das cidades e povoações por onde passava, entre eles: igreja; forte; palácio dos governadores e hospital, entre outros. Avé-Lallemant equiparava o nível de civilidade da população com estes signos, sua grandiosidade e estado de conservação, assim como o traçado da cidade. Logo no início da sua viagem, ao partir da Paraíba do Norte, exclama: "tornava-se cada vez mais viva em mim a convicção de que a Europa ficava um pouco mais longe dali"[307].

De fato, as edificações que representam o poder político estabelecido, no sentido mais amplo de representação, como exposto por Roger Chartier[308], designam "o conjunto das formas teatralizadas e "estilizadas", graças às quais os indivíduos, os grupos, os poderes constroem e propõem uma imagem de si mesmos", e estas edificações eram a marca da "civilidade" que o olhar direcionado dos estrangeiros buscava para mensurar a "cultura" dos locais visitados.

A partir das detalhadas observações de Avé-Lallemant, foi possível traçar um esboço de Manaus. O viajante chegou à cidade no ano de 1859, e a descreveu como "lindamente situada" e com contrastes impressionantes:

> Terras altas e baixas – casas nos oiteiros e à beira da água – sólidos edifícios em estilo europeu, primitivas casas tapuias – ora rua, ora igarapé – ali uma estrada, aqui uma comprida ponte de madeira; junto à margem, um vapor; perto dele uma canoa do Amazonas; numa porta, boceja uma cara branca; bem perto daí, banha-se um menino fusco – e assim gira, pára, anda e nada confusamente [309].

A narrativa de Avé-Lallemant mostra uma cidade onde convivia lado a lado a cultura do tapuio e a do branco, uma cidade entrecortada por elementos de floresta – árvores e igarapés. Apesar de mostrar-se impressionado com seus contrastes, quando passa a descrever sua gente, o viajante, marcado pelos conceitos europeus de civilização e barbárie, faz uma análise pejorativa.

No que concerne às edificações principais da cidade, Avé-Lallemant afirmou que lhe faltava "o brilho da residência presidencial"[310], e com pesar acrescentou "o lugar

---

[307] AVÈ-LALLEMANT, Robert. *No Rio Amazonas (1859)*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1980, p.15.
[308] CHARTIER, Roger. *A beira da Falésia: a história entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: UFRGS, 2002.
[309] AVÉ-LALLEMANT, Robert. Idem, p.100.
[310] AVÉ-LALLEMANT, Robert. Idem, p.102.

chamado palácio do Presidente parecia mofar um tanto maliciosamente do seu nome e se sustinha sobre pés fracos" [311].

O Palácio[312] era uma edificação situada à margem do igarapé do Espírito Santo, local onde, hoje, se encontram a Avenida Eduardo Ribeiro com a Rua Marquês de Santa Cruz. Ao cruzarmos o depoimento de Avé-Lallement com os relatórios presidenciais vê-se que sua opinião, quanto à edificação do Palácio, não diferenciava dos governantes. Por exemplo, Manoel Gomes Correa de Miranda, vice-presidente da Província nos anos de 1859 e 1860, informava que o Palácio era uma "sofrível morada", sem as necessárias acomodações e sem a devida decoração[313].

Quanto à Igreja Matriz, Avé-Lallemant informava que ela estava com as obras paralisadas, e que para lhe dar impulso, seria realizada uma loteria, a cuja eficácia não dava confiança: "estou, porém, certo de que a igreja não ficará pronta em dez anos, não obstante a paixão do povo de Manaus pelo jogo". A capela dos remédios "ministrava à cidade de Manaus os bens espirituais e bençõe", porém para se chegar a ela era necessário sair da cidade "por uma comprida ponte de madeira, prestes a cair". Os traçados consistiam em "meros lanços, términos, esquinas e interrupções[314]".

Ainda de acordo com Avé-Lallemant, o estado de coisas em Manaus levava a acreditar que "tudo parecia esperar alguma coisa, que deveria dar o verdadeiro impulso"; a cidade estava dividida em três paróquias: S. Vicente, a oeste, com o hospital e o quartel; a paróquia da matriz de Nossa Senhora dos Remédios a leste; e a paróquia de Nossa Senhora da Conceição, ao centro. Dessas três paróquias só a última possuía igreja[315].

A falta do Palácio e da Matriz era evidentemente muito sentida. De acordo com a teoria de Aldo Rossi, essas edificações, normalmente associadas ao nível de progresso e civilidade, e como elementos primários, são essenciais ao processo de urbanização da cidade, uma vez que agregam valores significativos à urbe e a sua gente. Ao vê-las em péssimo estado de conservação ou mesmo inexistente, os viajantes, em sua maioria, reproduzia em seus textos que Manaus se encontrava a espera de se "civilizar".

Dentro deste contexto, "civilizar" era uma das metas da Igreja, braço forte do Estado no sentido de disciplinar à população indígena da Amazônia, conforme os valores ocidentais. É certo que nem toda a população professava a religião católica, mas no dizer de

---

[311] AVÉ-LALLEMANT, Robert. *No Rio Amazonas (1859)*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1980, p.102.
[312] Alugado em 1852 por Tenreiro Aranha e adquirido pela Província em 1861.
[313] MIRANDA, Manoel Gomes Correa de Miranda. *Fala dirigida a Assembléia Legislativa Provincial do Amazonas*. 3 de novembro de 1860. Manaos. Typographia de Francisco José da Silva Ramos. Anexo 14.
[314] AVÉ-LALLEMANT, Robert. Idem, p.101.
[315] AVÉ-LALLEMANT, Robert. Idem, p.102.

Avé-Lallemant "a civilização vestiu o tapuia em Manaus", e eles participavam dos cultos, guardavam os dias santificados e participavam com alegria das procissões. Porém, a cultura indígena se fazia viva no cotidiano da população, concorrendo para um sincretismo cultural e religioso na vida civil.

A pequena população branca era em sua maioria vinda de outras localidades do império ou da Europa e, juntamente com os que aqui já se encontravam antes da elevação do Amazonas à categoria de Província, formava uma "verdadeira sociedade branca"[316]; portanto, para que esta sociedade prevalecesse sobre a indígena, era necessário que fosse moldada através da educação, da religião e das imagens. Isto agregava um valor simbólico ao novo templo em construção. Nele estaria impressa a ideologia da elite política e cultural dominante, um monumento à civilidade e ao progresso.

Mas o novo templo fazia parte de um conjunto de medidas urbanísticas que objetivavam disciplinar o cidadão e o espaço urbano. Pois, os administradores da cidade confiavam num futuro grandioso para província e buscavam planejar a cidade, para que ela fosse digna do status de capital.

Um dos indícios desta intenção foi á cobrança do Presidente da Província, Manoel Clementino Carneiro Cunha, à Câmara Municipal da capital do levantamento da planta da cidade, noticiada na imprensa local. Esta ação patenteia a intenção do administrador em urbanizar e embelezar a urbe. De acordo com o ofício, era preciso responder aos seguintes questionamentos:

> 1.º O alinhamento e arruamento das casas satisfaz as condições de uma povoação regular e de construção elegante?
> 2.º O plano atual da cidade corresponde as necessidades de seu futuro engrandecimento?
> 3.º Que quantidade de terreno devoluto convém preservar para esta cidade determinando-lhe v. m. os limites que se lhes devam assinar para que sejam marcados nas plantas?
> 4.º Os terrenos reservados devem ser distribuídos em lotes urbanos e ruas ou somente nos primeiros?
> E não tendo até esta data sido devolvida a referida planta com as informações que foram ainda exigidas em meu ofício de 8 de julho do corrente ano, cumpre que essa câmara o faça com urgência dando as razões porque não cumpriu este dever há mais tempo[317].

Por meio deste documento fica explícito que os governantes pensavam a cidade, e que esta era uma ação contínua, pois no ano seguinte, 1864, o Presidente Adolfho de Barros Cavalcanti Lacerda, reitera em seu relatório que as obras mais urgentes da capital

[316] AVÉ-LALLEMANT, Robert. Idem, p.150.
[317] *Jornal O Catequista*, n.92, de 19 de dezembro de 1863. Expediente de 1º de novembro de 1863.

eram, além da construção da matriz, o calçamento das ruas e a construção do mercado na ribeira dos comestíveis.

Percebe-se na documentação que de modo geral, havia uma preocupação maior com a urbanização da área da construção da nova igreja e seu entorno, por concentrar o porto, o mercado, e o palácio dos Presidentes.

Porém, nestes tempos de poucos recursos, as coisas se davam lentamente. Em 1865, o zoólogo suíço Louis Agassiz e sua esposa, cronista de sua expedição científica, Elizabeth Agassiz fornecem um panorama da cidade de Manaus. Da mesma forma que o viajante Avé-Lallemant (1859) cuja publicação fruto desta expedição, *Viagem ao Brasil 1865-1866,* revela importantes observações acerca da cidade e de sua gente.

Elizabeth Agassiz ao chegar à Manaus, apesar de elogiar sua localização, demonstrou certo estranhamento com o lugar:

> O que poderei dizer da cidade de Manaus? É um pequeno aglomerado de casas, metade das quais parece estar prestes a cair em ruínas, e não se pode deixar de sorrir ao ver os castelos oscilantes decorados com o nome de edifícios públicos: Tesouraria, Câmara Legislativa, Correios, Alfândega, Presidência. Entretanto a situação da cidade, na junção do Rio Negro, do Amazonas e do Solimões, foi das mais felizes escolhas. Insignificante hoje, Manaus se tornará, sem dúvida, um grande centro de comércio e navegação. Mas quando se pensa na imensa vastidão de terras cobertas ainda por florestas impenetráveis, nas consideráveis dificuldades que impedem a criação de povoações nesta região – insetos, clima, comunicações difíceis – parece bem longe o dia em que uma população numerosa venha fixar-se nas margens do Amazonas, em que embarcações a vapor venham circular dos seus portos ao Mississipi e em que todas as nações do globo venham buscar a sua parcela dos ricos produtos desta bacia[318].

Ou seja, para Elizabeth Agassiz, Manaus era "ridícula" a ponto de ser cômica e lhe causar risos. Assim não merecia o título de "cidade", da mesma forma que os edifícios da administração pública o título de "Palácio" [319].

O principal edifício da administração pública, o Palácio dos Governantes, é invariavelmente descrito como inadequado na documentação oficial e nos relatos dos viajantes, como o de Agassiz. Estes documentos, numa primeira leitura, levam-nos a deduzir que a sede do governo não merecia ser denominada de Palácio. Todavia, se consideramos que a maioria da população era de tapuios, não tendo, deste modo, os referencias dos Presidentes (em sua maioria de outras províncias do império), ou dos viajantes, que tinham como códigos visuais os palácios de seus países ou províncias de origem, pode-se dizer que, aos olhos da população local, o Palácio tinha certo destaque. Era um sobrado de dois

[318] AGASSIZ, Luis; AGASSIZ, Elisabeth. *Viagem ao Brasil 1865-1866*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo, ed. da Universidade de São Paulo, 1975, p.127.
[319] AGASSIZ, Luis; AGASSIZ, Elisabeth. Idem, p.174.

pavimentos, com amplas janelas e vista para o Rio Negro, que muito contrastava com seu entorno onde prevalecia à floresta e casas de aparência simples.

Do conjunto arquitetônico construído no núcleo urbano, o Palácio, de maneira geral, foi exposto de maneira negativa. A simbologia resultou em uma imagem pessimista. É certo que tais opiniões eram compartilhadas nas conversas com as autoridades locais, endógenas. Deste modo, as críticas não surpreendem, fossem em relação à cidade ao Palácio ou a Igreja. Quanto ao templo da nova matriz, que estava em construção, Agassiz chega a elogiar sua localização no alto da colina dominando a paisagem, mas observa que "mantém-se no estado em que se encontra há muitos anos e é provável que nele fique indefinidamente"[320].

Observa-se ao longo do segundo capítulo deste estudo, que a obra da matriz teve lento andamento. No ano de 1865, o fluxo da obra foi agravado com o deslocamento dos indígenas para o conflito com o Paraguai. Esta indefinição do rumo da obra foi, provavelmente, um dos fatores determinantes para que Agassiz aumentasse sua descrença no povo da região. Segundo suas palavras "pode-se quase sempre avaliar da boa ou má condição das povoações amazônicas pelo estado em que seu templo se encontra"[321], e, talvez, por Agassiz ter uma impressão tão negativa da cidade de Manaus, ela tenha sido tão pessimista em suas considerações acerca do prazo de conclusão do novo templo.

Certamente a demora na construção do novo templo incomodava os administradores da província, sendo assim, o Presidente Antônio Epaminondas de Mello elegeu a matriz como sua obra prioritária, dando-lhe grande impulso. Após sua administração, o jornal *A Voz do Amazonas*[322], fez uma comparação entre a administração de Epaminondas e a de Gustavo Adolfo Ramos Ferreira, que assumiu a presidência após sua saída e governou a província de vinte e três de junho a sete de novembro de 1866. Segundo o jornal:

> Se a administração do Exm. Sr. comendador Epaminondas, deu grande impulso as obras públicas, já continuando as que achou começadas, ou paradas, já iniciando outras novas, o governo do Sr. Dr. Gustavo ativou não só a construção da nova Matriz, da Casa da Tesouraria de Fazenda, e da cadeia pública, como começou o aterro da praça da imperatriz, os reparos do seminário, e da capela dos remédios, fez a estrada de Epaminondas e mandou traçar uma outra horizontalmente[323].

---

[320] AGASSIZ, Luis; AGASSIZ, Elisabeth. *Viagem ao Brasil 1865-1866*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo, ed. da Universidade de São Paulo, 1975, p.199.
[321] AGASSIZ, Luis; AGASSIZ, Elisabeth. Idem, p.202.
[322] Periódico publicado na cidade de Manáos entre os anos de 1866 a 1867.
[323] Jornal *A Voz do Amazonas*; n.º11 de 21.11.1866.

Mesmo levando-se em conta que o jornal fosse comprometido com o Governo, deduz-se que, apesar da situação financeira desfavorável e da indisponibilidade de materiais e mão-de-obra, havia claramente a intenção de urbanizar e embelezar a cidade.

Evidenciando este fato, a administração do Presidente Mello tentava *desenhar* uma nova rede urbana com a abertura de novas ruas e o alinhamento de outras com a desapropriação de áreas, como por exemplo, as casas que ficavam ao lado direito da nova Matriz, "para completar o aformoseamento da Praça da Imperatriz"[324] e a urbanização da Praça Tamandaré, complementando sua ação com o prolongamento da estrada dos Remédios e sua travessa, e a Estrada Epaminondas, seguimento da travessa do Cumã[325] - atual Rua Itamaracá. Além da ampliação da largura da Estrada de Epaminondas, está via, de acordo com o relatório do vice-presidente Ramos Ferreira, deveria ser também arborizada em toda sua extensão.

Percebe-se que neste sentido do alinhamento das vias e melhoramentos da infra-estrutura urbana, o entorno da matriz foi o primeiro foco, por ser o ponto de confluência civil e religiosa da cidade, portanto sua principal vitrine.

Quanto aos prédios da administração pública, neste ano de 1867, a província comprou de Custódio Pires Garcia, um prédio ainda em construção para abrigar a Assembléia Provincial, Tribunal do Júri, Tesouraria e Recebedoria da Província, Câmara Municipal e Diretoria de Obras Públicas[326]. Este prédio foi denominado Palacete Provincial, e até sua conclusão no ano de 1874, juntamente com a obra da Igreja Matriz, foi uma das prioridades dos Presidentes.

A partir do ano de 1868 a administração provincial passou a dar maior destaque às obras municipais, liberando maiores investimentos para abertura, alinhamento e calçamento de ruas, priorizando as principais artérias da cidade.

Mesmo com as transformações urbanas ocorrendo, aos olhos dos viajantes estrangeiros, Manaus estava longe de civilizar-se. O engenheiro alemão Franz Keller-Leuzinger, que passou na cidade no ano de 1868, diz:

> (...) a despeito de tão pomposo título – capital da Província do Amazonas – Manaus é uma cidadezinha insignificante de uns três mil habitantes. Ruas sem

[324] MELLO, Antônio Epaminondas. *Relatório com que entregou a administração da Província do Amazonas ao Exm. Snr. Dr. Gustavo Adolpho Ramos Ferreira*, Vice-presidente da mesma em 24 de junho de 1866. Recife. Typographia do jornal do Recife. Rua do Imperador n. 77. 1866, p.298,299.
[325] MELLO, Antônio Epaminondas. *Exposição com passou a Administração ao 1º Vice-presidente Tenente-Coronel Sebastião Jozé Bazilio Pyrrho* em 30 de abril de 1867, p.2.
[326] REGO, Jacinto Pereira. *Relatório de 1.º de junho de 1868*. Manaos: Typographia do Amazonas. 1868, p.35.

> calçamento e pessimamente niveladas, casas baixas e cabanas de construção a mais primitiva, sem nenhum cuidado de beleza arquitetônica[327].

Os viajantes, de maneira geral, realçam a barbárie, a perspectiva rural. E na fala de Franz Keller-Leuzinger a descrição da cidade mostra que as ruas, apesar de menos tortuosas, permanecem sem nenhum tipo de calçamento, desnivelada e sem nenhum tipo de iluminação artificial.

De acordo com as narrativas de Marcoy, Wallace, Avé – Lallemant, Agassiz e Keller, aqui citadas, percebe-se que a natureza ainda prevalecia sobre o urbano, com a mata adentrando a cidade e que, de certa forma, ainda era o modo de viver tapuio que prevalecia. A cidade estava distante da "ocidentalização" que tinha como premissa impor-se sobre a floresta, uma vez que prosperidade, progresso e civilização foram expressões que adquiriram um forte simbolismo no período imperial brasileiro. Neste contexto, a mata era associada ao selvagem e deveria dar espaço a ruas largas e campos cultivados, sinônimo de "povo civilizado".

Essa possível apatia no desenvolvimento da cidade não deve ser tida como verdade absoluta. É evidente que o transformar da urbe era lento, porém, a partir dos relatórios da repartição de obras públicas, pode-se detectar que as modificações estavam acontecendo. Assim sendo em 13 de março de 1868, o Presidente Jacinto Pereira do Rego aprovou provisoriamente o código de posturas da cidade, inicialmente com apenas cinco artigos, todos visando à qualidade das águas[328].

No ano de 1870, o diretor da Repartição de Obras Públicas, Dr. Luiz Martins da Silva Coutinho, comunicou ao Presidente da Província, João Wilkens de Mattos, a realização de diversos melhoramentos. Além do bom andamento das obras da igreja da Matriz e da igreja dos Remédios, deu continuidade ou executou as seguintes obras: Palacete Provincial; Estabelecimento de Educandos e Artífices; Cadeia Pública; Próprio Provincial à Praça Riachuelo; Cano de Esgoto [saneamento básico]; Próprio Provincial à Rua do Imperador; Poços [água potável]; arrendamento de um novo prédio para o Paço da Assembléia; Liceu; consertos das Pontes; Calçamentos; Rampas do cais da Imperatriz e da

---

[327] Citado por COSTA, Hideraldo Lima; BITTON, Luiz; BALKAR, Luís; UGARTE, Luíza. *Fundamentos Históricos Para o Estudo do Espaço Urbano do Centro Histórico de Manaus: 1800 a 1880*, 1998, mimeo, 1988. p.38.

[328] REGO, Jacinto Pereira do. *Relatório apresentado na Assembléia Legislativa Provincial do Amazonas* no dia 1.º de junho de 1868. Manaos. Typographia do Amazonas, 1868. Anexo.

Praça da Imperatriz; e ainda mandou levantar planta e orçamento para construção do Mercado a ser construído na Praça da Imperatriz.[329]

Observa-se no relatório do Presidente Wilkens de Mattos, da mesma forma que no relatório de 1867, a clara definição da Matriz e seu entorno - Igarapé da Ribeira, Praça da Imperatriz, Rampa do Cais da Imperatriz e ponte da Imperatriz – como foco dos investimentos públicos. Mas, estes não eram os únicos investimentos na malha urbana, trabalhou-se também no Cais de Tamandaré, guarnecendo pelo lado da margem do rio Negro a rua da – Boa Vista; em um pontilhão de pedra e cal sobre o igarapé do Espírito Santo, ligando entre si as ruas Henrique Martins e Cinco de Setembro e o nivelamento e regularização dos leitos das ruas e praças[330].

Portanto a cidade, mesmo que pausadamente, passava por transformações em seu traçado e recebia investimentos em sua infra-estrutura. Dentro dos parcos recursos disponíveis eram priorizadas, além das obras nas edificações de interesse público, a abertura de novas ruas, a construção e/ou manutenção das pontes, o fornecimento de água potável e a instalação de saneamento básico.

Todavia, para que a cidade e seus habitantes alçassem o *status* de civilizada, desejado por seus governantes, fazia-se necessário não só a ação do Estado no sentido de promover "melhoramentos", mas também, impor regras que propiciassem embelezamento do perímetro urbano e "civilização" dos costumes da população.

Deste modo, no ano de 1872, tendo como base as normas de controle ambiental e urbano, que já estavam em vigor de forma provisória na cidade de Manaus desde 1868, foi implantado o código de posturas do município[331], lei embasada nos códigos de postura já vigentes em outras cidades da Europa e do Brasil, como por exemplo, no Rio de Janeiro, desde 1832.

O código de posturas da cidade de Manaus era composto de cento e dezessete artigos distribuídos em onze títulos. Para cada infração expressa nos artigos, uma multa que variava de mil a trinta mil réis ou prisão de um a oito dias, dependendo da infração.

O primeiro item do código, *aformoseamento e regularidade da cidade e subúrbios,* visava ao embelezamento do perímetro urbano. Para tanto, instituía em seu primeiro artigo que, a partir daquele momento, toda e qualquer construção, fosse edifício ou

---

[329] MATTOS, João Wilkens de. *Relatório de 25 de março de 1870*. Manaos. Impresso na Typographia do Amazonas de Antônio da Cunha Mendes, 1870.

[330] REIS, Miranda da Silva. *Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial do Amazonas*. Ato de abertura das sessões ordinárias de 1871. Impresso da Typographia do Amazonas, 1871, p. 12.

[331] Projeto n. 34, apresentado pela Comissão de Câmara da Assembléia Legislativa Provincial, sancionado em 1º de junho de 1872, com Lei 247. *Anais da Assembléia Legislativa Provincial, Biênio 1872-1873*.

muro, deveria estar alinhada com as demais da mesma rua, e projetada "de forma elegante", o que para a Lei significava edifícios térreos de no mínimo cinco metros de altura ou sobrados de nove[332]. Da mesma forma, no artigo terceiro, excluía as edificações com cobertura de palha[333] da área central da cidade, constituída pelas ruas dos Remédios, Boa Vista, Espírito Santo, Marcílio Dias, Flores, Imperador, Brazileira, parte da Manáos, Henrique Martins, Cinco de Setembro, São Vicente, Independência e travessas correspondentes.

A adequação das construções e do traçado urbano seguia a signos demarcados por valores, formatos e planos identificados pelas noções de beleza e progresso, distantes da realidade manauara, ou mesmo, não reconhecidos como tal. Esta "adequação" ao proibir as edificações cobertas de palha, bania a estética indígena, e, de certo modo, elegia uma área delimitada como espelho da cidade, portanto passiva de maiores investimentos.

É possível também perceber que com esta normatização das construções passou a haver uma hierarquização social, que buscava excluir os que não dispunham de posses de ocupar determinados espaços.

O código de posturas do município, em seus diversos artigos, além da adequação das construções, também normatizava o transporte, determinava a identificação dos espaços perante a nomeação de ruas e numeração das casas e impunha regras quanto às limpezas públicas e privadas; comércios; seguranças; hábitos e costumes, entre outros.

Em relação aos hábitos e costumes, da mesma maneira que na organização do espaço urbano, o código de posturas coibia os identificados com a cultura local. Assim não era mais permitido estender as roupas nas janelas, praças e ruas[334]; lavar roupas nos igarapés que cortavam a cidade, andar seminu ou tomar banho nu nos igarapés[335], entre outros.

Ou seja, a intenção dos administradores da Província era que a cidade perdesse sua informalidade e seu jeito "tapuio" de ser, ganhando um ar "civilizado", de acordo com os preceitos europeus. Para concretização deste intuito os Presidentes investiam no *aformoseamento* da cidade; assim, no ano de 1872, foram plantadas palmeiras barrigudas no largo da Imperatriz, no espaço entre a ponte de São Vicente e a enfermaria militar, encomendou-se mais vinte e cinco mudas para serem plantadas no largo da Imperatriz, em

---

[332] *Coleção de Leis da Assembléia Provincial do Amazonas*. - Art. 1. Tomo XX, de 1872. Manáos: Typografhia do Amazonas, 1872, p.108.
[333] *Coleção de Leis da Assembléia Provincial do Amazonas*. – art. 3. Tomo XX, de 1872. Manáos: Typografhia do Amazonas, 1872, p.108.
[334] *Coleção de Leis da Assembléia Provincial do Amazonas*. Art. 36. Tomo XX, de 1872. Manáos: Typografhia do Amazonas, 1872, p.108.
[335] *Coleção de Leis da Assembléia Provincial do Amazonas* – Art. 75. Tomo XX, de 1872. Manáos: Typografhia do Amazonas, 1872, p.126.

frente à enfermaria, Praça do Palacete Provincial e largo dos Remédios; autorizaram o calçamento e melhoramento da Rua Brasileira, Rua das Flores, Rua do Imperador, travessa da Glória e travessa Barroso.

Mas, para que estes intentos fossem realizados era necessário unir técnica e recursos financeiros, e assim, ordenar espaço urbano e população. Além da resistência da população que certamente enfrentavam, a mão-de-obra era escassa e os recursos financeiros insuficientes, estendendo a duração desse processo.

No ano de 1872, o Presidente José de Miranda da Silva Reis deu execução às disposições do aviso do Ministério do Império que solicitava o recenseamento da população da província[336]. O resultado foi divulgado em 1874, na Fala que o Presidente Domingos Monteiro Peixoto dirigida à Assembléia Legislativa Provincial. De acordo com este censo, coordenado pelo Tenente-Coronel José de Freitas Guimarães, a Província do Amazonas possuía 53.012 (cinqüenta e três mil e doze) habitantes e Manaus 17.028 habitantes (dezessete mil e vinte oito)[337], número três vezes superior ao censo publicado em 1849, na Fala de Jerônimo Francisco Coelho, onde era computada uma população de 3.614 habitantes[338].

Estes números, mesmo levando-se em conta a dificuldade de recenseamento, demonstram o crescimento populacional da cidade, hipótese confirmada pela ampliação do perímetro urbano descrito nos relatórios oficiais do período, onde se observa a abertura de novas ruas, desaterros e aterros. A cidade crescia e buscava embelezar-se com o calçamento, nivelamento, arborização das ruas, implantação do código de posturas municipal e a construção de edificações que simbolizassem o poder estabelecido, como a nova matriz e o palacete provincial, entre outros.

De acordo com o estudo do historiador Otoni Mesquita, evidencia-se a ampliação do perímetro urbano e as transformações na malha urbana da cidade a partir do mapa de 1879[339] (ilustração 41). A urbe se expandia. Agora, com certa rapidez, que se aceleraria em face das migrações estimuladas pela economia gomífera.

---

[336] REIS, José de Miranda da Silva. *Exposição de 08 de julho de 1872*. Manáos: Tipografia Gregório José de Moraes, 1872, p.8 (Item Recenseamento da População).

[337] PEIXOTO, Domingos Monteiro. *Fala Dirigida à Assembléia Legislativa Provincial* em 25 de março de 1874. Manáos: Tipografia do comércio do Amazonas, 1874, p., 60.

[338] COELHO, Jerônimo Francisco. *Fala dirigida pelo Exm.Sr. Presidente da Província do Grão-Pará à Assembléia Legislativa Provincial* na abertura da segunda sessão ordinária da sexta legislatura, 1º de outubro de 1849 - Pará– Typografia Santos & Filhos. Pará, s/d, p. Mapa estatístico em anexo.

[339] MESQUITA, Otoni Moreira de. *LA BELLE VITRINE: O Mito do Progresso na Refundação da cidade de Manaus (1890/1900)*. 2005. 439f. Dissertação (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, p.171.

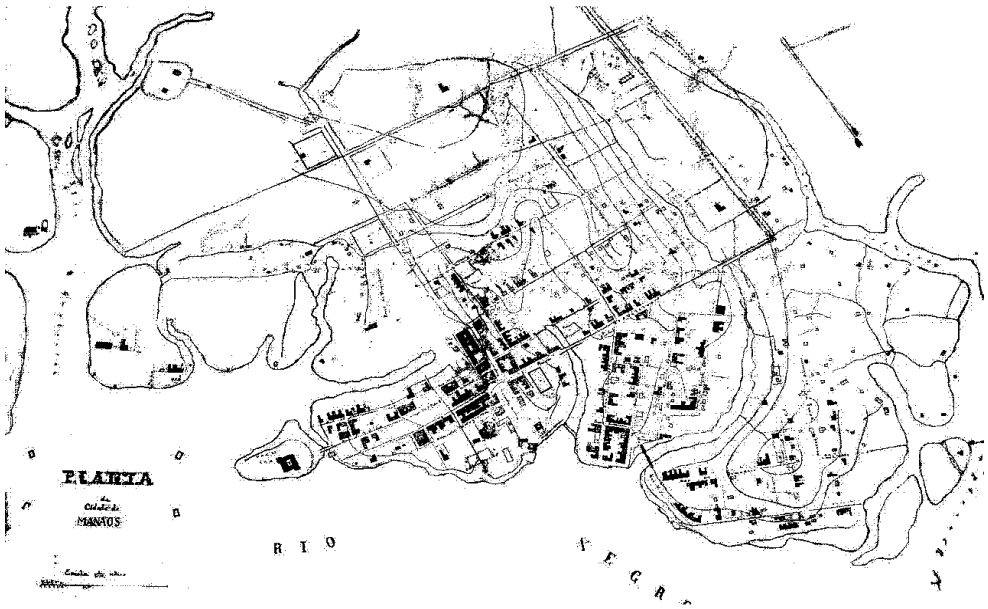


Ilustração 41 - Mapa da cidade de Manaus, 1879
Acervo: Otoni Mesquita

Observa-se neste mapa que os limites da cidade, em virtude da barreira natural imposta pelo Rio Negro, foram ampliados no sentido norte e no sentido leste. No primeiro capítulo vimos que no início do período provincial ao norte o limite da cidade era o Largo da Pólvora, que no mapa de 1879 está denominado como Praça de Uruguaiana, e como parte do caminho da estrada de Epaminondas (aberta em 1866). Há ainda mais quatro ruas no sentido leste-oeste: da Constituição, do Progresso e duas ainda sem nome. Ao leste, no conjunto de mapas anterior, o limite da cidade era o Largo dos Remédios, em 1879 é a Rua Sete de Dezembro e sua prorrogação, Rua Correia Miranda.

A cartografia do início do período provincial mostra três bairros, dezesseis ruas, e cinco áreas de convivência chamadas largos ou praças. Em 1879, o mapa evidencia quatro bairros, São Vicente, Matriz, Espírito Santo e Remédios; aproximadamente trinta e três vias entre ruas e travessas; e oito áreas de convivência (D. Pedro II, Tenreiro Aranha, Uruguaiana, São Sebastião, Imperatriz, Paissandu, Riachuelo e Tamandaré).

No mapa as ruas e travessas já apresentam um traçado mais regular, decorrência da ação pública, que alinhava as casas, nomeava ruas e dava-lhes indicação através de números. Percebe-se também uma maior densidade de edificações, elas estão menos espaçadas, sem grandes vazios, principalmente nas áreas ocupadas pela Nova Matriz e

Palácio dos Governadores. Em suma, o estudo demonstra uma ampliação dos limites da cidade e certa regularização do traçado urbano.

De acordo com o exposto no decorrer deste item, podemos afirmar que entre 1852 e 1879, data dos dois mapas produzidos no período provincial, o contingente populacional de Manaus cresceu de aproximadamente três mil e seiscentos habitantes para quase vinte mil. Esse crescimento foi acompanhado de modesto crescimento econômico e uma pequena invasão de negociantes e operários que deram novo ânimo à cidade.

Foi também neste intervalo de tempo que se construiu a nova matriz. Podemos assim dizer que nas paredes desse novo templo estão expressas as dificuldades financeiras, econômicas e de logística na construção civil que Manaus teve para se estruturar como capital da Província do Amazonas.

A instalação da Província do Amazonas, trouxe nova dinâmica para Manaus. A presença do Presidente e o aparato necessário para governar, fossem recursos humanos ou financeiros, propiciaram condições para o florescimento urbanístico, que se fazia sentir, mesmo que modestamente, nas obras por eles produzidas e na organização do traçado da cidade. Entre as obras ganham destaque a nova Igreja Matriz, o Palacete Provincial e o início da construção do Paço Municipal que abrigaria por muitos anos a sede do Governo Estadual.

Apesar da precariedade econômica da província, o comércio desembaraçado do monopólio colonial, ao final da década de 1870, já prosperava. A borracha se estabelecia como grande geradora de riquezas. As novas edificações se disseminavam, alterando a paisagem urbana e atraindo imigrantes de todas as procedências que aqui chegavam para obter não somente lucro, mas também estabelecerem-se na cidade.

Sem sombra de dúvida, tratava-se de uma cidade com contornos de civilidade bem modestos, todavia diferente daquela do início do período provincial. E nesta “nova” cidade o templo da matriz, com suas espessas paredes, era o maior destaque arquitetônico.

Seria equivocado estabelecer um marco cronológico definitivo para a afirmação de um determinado padrão estético de representação da paisagem da cidade de Manaus, pois a imposição de determinados gostos não implicou na eliminação de outros, até então bem aceitos. De qualquer forma, a paisagem urbana sofreu modificações importantes na segunda metade do século XIX, retomando um crescimento verificado nas décadas de 1820 e 1830 tendo sido interrompido com o advento da Cabanagem.

A retomada destas transformações foi a base das mudanças que se deram a partir da década de 1880 e propiciaram à cidade de Manaus uma atmosfera cosmopolita nos últimos anos do século XIX e primeira década do XX.

3.2 Braços da Cidade

A Igreja Matriz, como elemento de engenharia e arquitetura representa um aspecto da complexa realidade do momento provincial no Amazonas. Ainda hoje, ao visitarmos esta edificação, somos surpreendidos pela sua forma. E assim sendo, naturalmente nos questionamos qual a mão-de-obra utilizada nas construções realizadas no período, especificamente do novo templo da Igreja Matriz de Manaus, objeto desta dissertação. Por isso, trataremos deste aspecto de forma diferenciada, como um item deste capítulo, pois acreditamos que ele nos evidenciará seu vínculo direto como criação humana.

As principais fontes utilizadas foram os relatórios dos Presidentes da província e os jornais. Estas fontes, não nos apresentam, com poucas exceções, referências precisas quanto à formação desta mão-de-obra e suas identidades, por isso é preciso frisar que, embora tenhamos nos empenhado em trazê-los a cena, temos apenas um esboço do tema, que longe de esgotar o assunto, apenas abrirá frente a novas pesquisas.

Para melhor compreensão do item, subdividimos o mesmo em dois tópicos. No primeiro abordamos a mão-de-obra arregimentada pelo *Corpo de Trabalhadores* e os profissionais vindos de outras províncias e do exterior; no segundo, intitulado *Instituto de Educandos Artífices de Manaus,* abordaremos a tentativa de formação de mão-de-obra local.

3.2.1 Mão-de-obra

Com a instalação da Província do Amazonas, em 1852, a cidade de Manaus teve um repentino aumento no seu corpo administrativo, novas necessidades e novas demandas foram criadas. Entre as necessidades uma das mais sentidas era a da mão-de-obra para aparelhar a cidade com novas instalações e equipamentos urbanos.

Em sua maioria a mão-de-obra era recrutada através do *Corpo de Trabalhadores*[340] e se compunha basicamente de índios e tapuios, pois não havia escravos

[340] O Corpo de Trabalhadores foi criado pela Lei (Pará) n.2 de 25 de abril de 1838. Destinado a arregimentar trabalhadores entre os índios, mestiços e pretos, que não forem escravos, não tivessem propriedade ou emprego para o serviço da lavoura, comércio e obras públicas, modificada em 1840 e 1841.

para alugar e nem homens livres disponíveis ao serviço, exceção de poucos índios e negros vindos de outras províncias.

Estes homens recrutados pelo *Corpo de Trabalhadores* eram utilizados para os serviços braçais. Este instrumento de arregimentação de mão-de-obra não funcionava a contento dos administradores que tinham consciência de que em algumas situações, estes operários, que já eram poucos e despreparados para o serviço, eram, em algumas situações, utilizados para satisfazer ambições e ganhos ilícitos. Esta certeza tornou-se a justificativa, em 1852, para que o vice-presidente Corrêa Miranda solicitasse a dissolução do mesmo e propusesse a criação de um *Corpo de Pedestre*, que diferente do *Corpo de Trabalhadores* onde todos tinham que também estar aptos para a Guarda Nacional, alistaria todos os homens disponíveis, porém sua resolução não foi acatada.

Além destes homens, necessários para a execução dos serviços braçais, eram imprescindíveis trabalhadores especializados, tais como: engenheiros; arquitetos; mestres de obras e carpinteiros, entre outras. O primeiro presidente, João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha, já constatava a ausência "de mestres hábeis para as obras públicas e mecânicas"[341]. Problema também relatado por seu sucessor Manoel Gomes Corrêa Miranda que para contorná-lo e dar início as obras recorreu à contratação de empreiteiros.

Assim, no ano de 1853, o cidadão Francisco Antônio Monteiro Tapajós foi contratado concomitantemente para a execução da Casa de Câmara, Tesouraria da Fazenda[342] e Cadeia[343]. Porém, mesmo cidadãos preparados para executar obras por empreitada eram escassos, pois o presidente Miranda afirmava em seu relatório que outras obras não tiveram início por falta de quem as arremata-se.

Deste modo, no ano de 1853, para dar início às obras, a cidade não tinha materiais, pessoal, e sequer um engenheiro para projetá-las[344]. Os poucos operários fornecidos pelo *Corpo de Trabalhadores* além de insuficiente em seu contingente, era constituída de trabalhadores indisciplinados e distribuídos em doze companhias para servir toda a província. De acordo com o presidente Pena, a organização do *Corpo de Trabalhadores* era:

---

[341] ARANHA, João Baptista de Figueiredo Tenreiro. *Relatório do Presidente da Província*. Typ. de M. de S. Ramos. – 1852, p.32.
[342] PENNA, Herculano Ferreira. *Fala dirigida a Assembléia Legislativa da Província do Amazonas* no dia 9 de maio de 1853. Typ. de M. de S. Ramos, p. 6.
[343] PENNA, Herculano Ferreira. *Fala dirigida a Assembléia Legislativa da Província do Amazonas* no dia 1º de outubro de 1853. Typ. de M. de S. Ramos, p.30.
[344] MIRANDA, Manoel Gomes Corrêa. *Relatório do Vice Presidente Corrêa Miranda para o Presidente Ferreira Penna*, em 09 de maio de 1853. Barra do Rio Negro - Typ. de M. de S. Ramos, 1853. p.6.

> ...tão incompleta, e tão difícil a observância das regras que constituem a sua disciplina particular, que pode-se quase afirmar que ele só existe nominalmente como força pública, sendo muito difícil ao mesmo Governo conseguir a reunião das Praças quando o serviço reclama.[345]

De acordo com o presidente Penna, neste ano de 1853, a dificuldade em "adquirir" operários era tão expressiva, que mesmo o Ministério do Império disponibilizando uma verba de seis contos de réis, e tendo adquirido madeira e pedra para principiar as obras públicas mais urgentes, as mesmas não tiveram andamento devido a deficiência e "quase absoluta falta de pedreiros e carpinteiros, de serventes, de alguns materiais, e até de ferramentas próprias ao serviço"[346].

Ainda de acordo com o presidente Penna, outro agravante, era que os poucos operários residentes na cidade, preferiam trabalhar nas obras particulares, e os índios fugiam com freqüência. Quanto aos índios o presidente informou:

> ... ainda contando com a dispensa no fim de dois ou três meses, prestam-se de má vontade ao serviço aturado, ressentem-se da menor advertência que se lhes faça para ativá-los, e não deixam de aproveitar a primeira oportunidade que se lhes ofereça para fugirem[347].

Estes indígenas que o presidente Penna informa em sua Fala[348] do ano seguinte, eram em sua maioria do Alto Rio Negro. Por o serviço ser obrigatório a remuneração era mínima e a alimentação, denominada "ração", fornecida pelo governo, deste modo, podemos deduzir que estes trabalhadores eram mal remunerados, mal alimentados e submetidos a uma rotina de trabalho que ia contra a sua cultura. Assim, vítimas de maus tratos, os indígenas eram levados às fugas ou as bebedeiras. Considerados incivilizados, a Igreja e a opressão através da polícia eram os instrumentos mais eficientes e eficazes para doutriná-los, por isso a constância nos relatórios oficiais da solicitação de verbas para as missões, catequese e culto público. E, em contra partida, nos jornais a solicitação de punição aos índios fujões.

Atestando essa parceira entre Estado e Igreja, o presidente Penna para amenizar a resistência indígena, propôs que o recrutamento fosse realizado por religiosos. De acordo com o Presidente dever-se-ia,

---

[345] PENNA, Herculano Ferreira. *Fala dirigida a Assembléia Legislativa da Província do Amazonas* no dia 1º de outubro de 1853. Typ. de M. de S. Ramos, p.22.
[346] PENNA, Herculano Ferreira. Idem p.26.
[347] PENNA, Herculano Ferreira. Idem, p.27
[348] PENNA, Herculano Ferreira. *Fala dirigida a Assembléia Legislativa da Província do Amazonas* em 1º de agosto de 1854. Typ. de M. de S. Ramos, p.14.

> (...) entregar por tanto a direção das aldeias a Religiosos, que sejam capazes de fazer completa abnegação dos bens, e gozos mundanos; que tenham a paciência necessária para revelar aos Indígenas os erros e faltas provenientes da incontestável inferioridade da sua inteligência; que lhes inspirem o amor do trabalho; que os instruam nas máximas da Religião Católica, e na doutrina Cristã; que em suma os eduquem até o ponto de acharem-se habilitados para cumprir os deveres, e gozar as vantagens da Sociedade civil; é a meu ver o único sistema que poderemos seguir com toda a probabilidade de feliz sucesso. [349]

Implícito na Fala de Penna, os conceitos de barbárie e civilização, onde o índio e a floresta eram associados à barbárie e o branco e a cidade à civilização. Neste contexto o índio deveria ser domesticado e o Estado recorria à Igreja como sua aliada, todavia deixa transparecer que a ambição de alguns religiosos, tal como havia acontecido no século anterior, poderia desvirtuar seus objetivos.

Quanto às tentativas de superar a falta de mão-de-obra especializada, o Presidente Ferreira Penna informou que um engenheiro havia lhe acompanhou da corte, porém as obras tiveram pouco andamento em decorrência da quase absoluta falta de "pedreiro e carpinteiro, e de serventes..."[350], o que buscou solucionar com a contratação de pedreiros e carpinteiros no Pará[351], e a importação de Portugal de dezoito operários, sendo: quatro carpinteiros, seis pedreiros e oito serventes[352]. Agenciamento realizado por meio do agente da Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas.

Em princípio, a tentativa de importação de mão-de-obra pareceu surtir efeito, pois no ano de 1854, estavam listados no corpo de trabalhadores: um mestre de obras, oito pedreiros, três carpinteiros, dois oleiros, dois aprendizes de ferreiro, seis africanos livres enviados pela Corte, e quarenta e um trabalhadores, incluindo um sentenciado, sendo a maioria dos trabalhadores indígenas pertencentes ao Alto Rio Negro[353].

Entretanto a solução logo se mostra falha, na exposição de 11 de março de 1855, Ferreira Penna, contabiliza: três feitores, um pedreiro, um oleiro, dezenove índios e seis africanos livres, o motivo era que os emigrantes não queriam se sujeitar ao trabalho braçal, tradição dos burgueses Europeus para quem o serviço era desonroso. Os poucos índios e negros estavam prestando serviço na Olaria Provincial, estando interrompidos os outros serviços.

---

[349] PENNA, Herculano Ferreira Penna. *Fala dirigida a Assembléia Legislativa da Província do Amazonas* em 1º de outubro de 1853. Typ. de M. de S. Ramos, p.57.
[350] PENNA, Herculano Ferreira. Idem, p. 26-27.
[351] PENNA, Herculano Ferreira. Idem, p. 27.
[352] PENNA, Herculano Ferreira Penna. Fala dirigida a Assembléia Legislativa Provincial do Amazonas em 1º de Agosto de 1854. Barra do Rio Negro. Typografhia de M. S. Ramos, rua das Palmas, 1854, p.12.
[353] PENNA, Herculano Ferreira Penna. Idem, p.13.

Este corpo de operários sem experiência e insatisfeito, formado basicamente de índios trabalhando num sistema de semi-escravidão, além de negros escravos, negros livres e presos sentenciados[354], tinham grande resistência a prestarem os serviços, daí a queda significativa no número de operários.

Quanto aos serviços que exigiam alguma capacitação profissional, como carpinteiros, oleiros e marceneiros, para contornar a situação, além da importação dos mesmos de outras localidades, uma das soluções buscadas foi qualificar a mão-de-obra local com a criação, em 1856, do Instituto de Educandos e Artífices, tema que abordaremos no próximo item.

A falta de profissionais qualificados era por demais sentida, a ponto de as obras serem executadas sem planta ou prévio planejamento. Exemplificando este fato, em 1858, o presidente Ângelo Thomaz do Amaral informou que quanto a obra do quartel, que já estava em execução, não tinha planta, orçamento ou descrição dos serviços, sendo executada "a capricho de quem a dirigia"[355]. Ou seja, deduz-se que como não havia um croqui a ser seguido as decisões de como e o que fazer na obra era dada por quem estivesse no comando naquele dia, e se este feitor fosse substituído e não concordasse com o encaminhamento dado por seu antecessor, tal serviço seria refeito.

É certo que esta falta de planejamento comprometia as obras executadas, o que pode ser constatado nos expedientes do governo da província. Por exemplo, em nota de vinte e um de fevereiro de 1858 onde o Presidente Francisco José Furtado autorizava o conserto da ponte do Espírito Santo que ameaçava desabar, demonstra estranhamento, pois, de acordo com ele, a mesma havia sido consertada "há apenas três meses"[356].

Além de não serem treinados para o tipo de serviço que executavam, de acordo com os relatórios, os operários arregimentados pelo *Corpo de Trabalhadores* eram dados a "distrações". Assim, Wilkens de Mattos, diretor interino das obras públicas no ano de 1858, buscando discipliná-los, afirma julgar indispensável que seja construída no terreno destinado a nova matriz um tapume, que além de servir de cerca para evitar as distrações dos operários serviria também para guarda dos materiais[357].

---

[354] Em vários momentos é encaminhado ao diretor de obras públicas infratores para serem empregados nas obras, como por exemplo: REIS, Miranda da Silva. Relatório apresentado a Assembléia Legislativa Provincial do Amazonas em 1871. Manaus: Typ. do Amazonas, 1871, p.12.

[355] Ângelo Thomaz do Amaral. *Fala dirigida a Assembléia Legislativa Provincial*. * de julho de 1857. Rio de Janeiro: Tipografia Universal, 1858, p.3.

[356] *Estrella do Amazonas* n.274 de 06 de junho de 1858, expediente de 21 de fevereiro de 1858.

[357] MATTOS, Wilkens. RPPAM, 1858, p.4

Esse sistema de controle disciplinar, como nos alerta o historiador Otoni Mesquita[358], é um sistema bastante radical para época, mas já era uma forma de controle, inclusive de materiais. De acordo com a teoria de Michel Foucault, abordada em seu livro *Vigiar e Punir*[359], estes meios de confinamento tinham como objetivo a sujeição do indivíduo ao tempo e ao espaço, com o objetivo de que sua produção se desse com o máximo de rapidez e eficácia.

Porém, mesmo que sistema de controle disciplinar fosse bem sucedido, o que não é verdadeiro, o número de operários era inexpressível. Portanto, para que as obras públicas se concretizassem eram necessários que se arregimentassem cada vez mais trabalhadores. Assim, no ano de 1858 várias circulares encaminharam à diretoria de obras públicas índios de diversas etnias. E provavelmente para amenizar as fugas passou-se a permitir que os indígenas trouxessem consigo suas mulheres para cumprirem o período pré-determinado de dois meses de trabalhos, depois dos quais deveriam ser substituídos[360]. Nota-se, entretanto, que esta resolução não surtiu grande efeito, pois continuam a ser notificadas fugas dos índios e solicitações de captura dos mesmos.

Outra forma de aumentar o número de operários era a contratação de africanos livres. Dessa forma, foi determinado o aumento no vencimento dos mesmos para quinhentos réis mais alimentação[361], um valor significativo para a época. Todavia, chamar estes africanos de "livres" é um contra-senso visto que esta liberdade era extremamente vigiada, e se necessário, suprimida, como podemos observar através da nota oficial do governo da província de vinte e dois de junho de 1858. Na nota o presidente afirma estar inteirado da morte por afogamento do africano livre Leonardo, pedreiro vindo ultimamente do Rio de Janeiro, e para evitar novos acidentes, determina que "seja conduzido à cadeia, e aí detido até o dia seguinte todo africano livre, que for encontrado pelas ruas da cidade depois do toque de recolher" [362] .

Entre setembro de 1858 e abril de 1859, a diretoria de obras públicas contava com vinte e sete índios serventes e quatro africanos livres, sendo que passaram pela repartição cento e cinqüenta e cinco índios dos quais vinte e um desertaram, quatro foram empregados no serviço da câmara municipal, vinte dois serviram a particulares e oitenta e

---

[358] MESQUITA, Otoni Moreira de. *Manaus: História e Arquitetura – 1852-1910*. 3ª. ed. Manaus: Editora Valer e Uninorte, 2006p.61.
[359] FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir: História da Violência nas Prisões*. Petrópolis: Vozes, 1999.
[360] *Estrella do Amazonas* n.280 de 27 de março de 1858.
[361] *Estrella do Amazonas*. n.322 de 25 de setembro de 1858. Expediente de 09 de junho de 1858.
[362] *Estrella do Amazonas*. Jornal nº 326, de 09 de outubro de 1858.

quatro foram dispensados[363]. Carlos de Moraes Camisão, major diretor interino da Repartição de Obras Públicas, relata que o maior obstáculo para sua repartição era a falta de bons operários, apesar da "aquisição" de índios. Porém, de acordo com Camisão:

> "(...) com abono da verdade deve dizer que numa máxima parte, conduzem-se bem, não faltam ao seu serviço, e são obedientes. Outro tanto, porém não posso dizer dos africanos livres, que são pela maior parte rixosos, vadios e dados ao vicio da embriaguez" [364].

Esta informação evidencia que os métodos usados para disciplinar o contingente de trabalhadores não estavam tendo o efeito desejado, fosse o através de benesses como o aumento de vencimentos ou a permissão de os índios trazerem suas mulheres, fosse através da punição com a o tapume nas obras ou a prisão. Os negros continuavam suas bebedeiras e farras e os índios, mesmos sendo mais dóceis, não perdiam a oportunidade de fuga, afora isso a dispensa obrigatória no prazo de dois meses impedia que eles se aperfeiçoassem nos serviços.

De acordo com o naturalista Bates, que passou na cidade em 1859, um dos fatores que contribuíram para o número de índios fujões, que ele frisava se constituía "a única – e numerosa – classe trabalhadora" da província, era eles terem tomado consciência da lei que os protegia à servidão forçada[365].

De modo geral, os viajantes estranhavam o modo de viver dos índios. O alemão Avé-Lalemmant descreveu a sociedade branca, especificamente a nórdica, e a indígena, fazendo uma analogia a partir de animais:

> (...) A intervalos regulares, estavam deitados lá três pacíficos bois, que gozavam ruminando, o ar fresco da manhã. Em volta deles, em geral em cima dos telhados, vagavam urubus dum lado para o outro, como se fossem peruas domésticas – duas novas reconciliações em Manaus de elementos opostos, o boi nórdico e o urubu indígena, aquele o símbolo de perseverança, este o do eterno errar e do nomandismo das aves de rapina [366].

Este exemplo serve bem para demonstrar o estranhamento que havia entre o mundo dos viajantes e o mundo indígena. Na narrativa, cada animal era um signo, no qual o

---

[363] FURTADO, José Furtado. *Relatório do Presidente da Província*. 03 de maio de 1859. Manaus: Tipografia de Francisco José da Silva Ramos, 1859. Anexo 4.
[364] CAMISÃO, Carlos Moraes. IN FURTADO, José. Presidente da Província. *Relatório de 03 de maio de 1859*. Manaus: Typ. Silva Ramos, 1859. Anexo 4, p.1.
[365] BATES, Henry Walter. *Um naturalista no Rio Amazonas*. Belo Horizonte: ed. Itatiaia, 1979, p.133.
[366] AVÉ-LALLEMANT, Robert. *No Rio Amazonas (1859)*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1980, p.100.

boi representava o civilizado e a perseverança, o urubu o selvagem, o nômade. Talvez a percepção do viajante fosse que a perseverança acabaria por vencer e prevalecer.

Mas trazer os "urubus" para servir aos "bois" não era tarefa simples. Assim, se punir não estava coibindo a fuga, talvez a solução fosse outra. O presidente Francisco José Furtado viu no aumento de benesses dos índios uma alternativa para o aumento do contingente de trabalhadores, assim publicou uma portaria em três de janeiro de 1859 determinando que se prestasse todo auxílio possível ao capitão José Casemiro Ferreira Prado na missão de trazer índios para o corpo de trabalhadores. Prado, autorizado pelo presidente Furtado, ofereceu aos indígenas o salário de 320 (trezentos e vinte) réis em dinheiro e igualmente em alimentos e mais a dispensa em dois meses[367], o negro, como dito anteriormente recebia quinhentos réis. As investidas, segundo o presidente, apresentam ao serviço sem o uso da força[368], em treze dias, quarenta e dois índios de localidades diferentes.

Com o aumento do fluxo de operários foram ampliadas as ocorrências dos inconvenientes por eles apresentados como arruaças e fugas, e logo se elevaram os pedidos de capturas dos índios solicitando o seu reenvio às obras[369], e punição aos mesmos. Ou seja, não seria o dinheiro ou trazer as mulheres dos índios o problema e sim afastar os índios da sua tribo, impedindo-os de ter contato com a sua cultura e com a própria língua e ainda tentar-lhes impingir uma nova identidade, a do cidadão dócil e trabalhador.

Em 1861, o presidente Manoel Clementino Carneiro da Cunha informou que a província tinha a seu serviço três engenheiros, dirigidos pelo diretor das obras públicas, o major engenheiro Sebastião José Basílio Pirrho[370], o que amenizou a dificuldade em planejar as obras. O presidente, todavia, reafirma a dificuldade para adquirir materiais e operários e para tanto informa buscar obter mão-de-obra fora da província, ao que acrescenta terem vindo do Pará doze pessoas[371], e da mesma forma, coloca que mesmo por arrematação ainda era difícil dar continuidade aos serviços, visto que não apareceu quem arrematasse a obra da ponte de São Vicente.

Em 1862, buscando suprir a carência de mão-de-obra, o presidente Manoel Clementino Carneiro da Cunha, importa da Corte trinta e um africanos livres e do Pará três

---

[367] *Estrella do Amazonas*. Jornal nº. 389 de 30 de julho de 1858. Expediente de 03 de janeiro de 1857.
[368] *Estrella do Amazonas*. Jornal nº. 401 de 05 de outubro de 1859. Expediente de 03 de fevereiro de 1859.
[369] Expediente de 18 de janeiro de 1859; expediente de 01 de fevereiro de 1859, entre outros, publicados no jornal *Estrella do Amazonas*, em 20 de agosto de 1859 e 28 de setembro de respectivamente.
[370] CUNHA, Manoel Clementino Carneiro da. *Fala dirigida a Assembléia Legislativa Provincial do Amazonas*. Na Abertura da 2ª Sessão ordinária da 5ª Legislatura no dia 3 de novembro de 1861. Manaos. Typographia de Francisco José da Silva Ramos. Anexo I.
[371] CUNHA, Manoel Clementino Carneiro da. Idem, p.45.

pedreiros, mão-de-obra que apesar da baixa qualificação, de certa forma supriram a necessidade de trabalhadores, e as obras puderam ter andamento[372].

A maioria dos operários vindos de outras partes do Brasil para Manaus naquele período eram africanos livres, e totalizavam no ano de 1864 sessenta homens, além de oito menores. De acordo com o presidente Adolfho de Barros Cavalcanti Lacerda, não eram considerados exemplo de conduta, pois:

> Em geral são dados à embriagues, tornando-se por isso rixosos, e algumas vezes turbulentos. Raros deixam de sacrificar àquele vicio as sobras de seus salários, que, aliás, são elevados. Os poucos, que não estão neste caso, possuem habitação própria e pequena lavoura nas circunvizinhanças da cidade[373]...

Apesar das repetidas queixas na documentação governamental é possível observar que com as medidas adotadas pelos presidentes o recrutamento dos índios, principalmente no Alto Rio Negro, e a vinda de negros de outras localidades do império, a mão-de-obra disponível estava crescendo.

Com o impulso dado pelo aumento de contingente de mão-de-obra *bruta* e profissionais qualificados, no ano de 1866, foi dada como concluída o prédio da Tesouraria da Fazenda, que de acordo com o presidente Antônio Epaminondas de Mello, foi a primeira construção de pedra e cal da província e que, segundo ele, serviria "de modelo para as ulteriores edificações públicas e particulares"[374].

Entretanto os efeitos da deflagração da Guerra do Paraguai[375] (1865) começaram a ser sentidos. Conforme podemos acompanhar na documentação publicada no jornal *O Catechista*[376], o empenho do governo da Província do Amazonas junto às diretorias parciais dos índios, passa a ser de recrutar soldados e não mão-de-obra.

Exemplificando a situação, citamos a informação de Elizabeth Agassiz, que em 1865, ao visitar o lago do Janauarí, observa que seria muito difícil quantificar o número de moradores do lugar, pois "muitos homens foram recrutados por causa da guerra contra o

---

[372] CUNHA, Manoel Clementino Carneiro. *Relatório apresentado a Assembléia Legislativa da Província do Amazonas*. Sessão Ordinária de 3 de Maio de 1862. Pará. Impresso na Typographia de Frederico Carlos Rhossard. Travessa de S. Matheus, Casa nº 22. 1862.

[373] LACERDA, Adolfho de Barros Cavalcanti Lacerda. *Relatório de 1º de outubro de 1864*, Pernambuco: Tipografia de Manoel Figueroa de Faria & Filho, 1864, p.8.

[374] MELLO, Antônio Epaminondas. *Relatório apresentado a Assembléia Legislativa da Província do Amazonas* 24 de junho de 1866. Recife: Tipografia do Jornal do Recife, 1866, p.301.

[375] Conflito político, territorial e econômico entre o Brasil e o Paraguai ocorrido entre os anos de 1865 e 1870.

[376] Em 25 de janeiro de 1865 o jornal "*O Catechista*" n.º 154 publica o decreto imperial n.º 3.371 criando o corpo para serviço de guerra com a denominação de "Voluntários da Pátria" e em seguida o governo da Província do Amazonas expõe manifesto a favor da guerra e convocando os homens a guerra. Estes manifestos se tornaram constantes durante todo o período da guerra.

Paraguai, e os demais se escondem no mato para evitar o serviço militar"[377]. Numa situação em que o recrutamento de mão-de-obra já era difícil, ela passou a concorrer com a necessidade de arregimentar soldados, Agassiz comenta:

> O vigor do recrutamento, sobre o qual tantas queixas ouvimos, começa a produzir seus frutos; o descontentamento é geral. Alguns recrutas fugiram, terça e quarta feira, antes que o paquete que os devia conduzir à cidade de Pará tivesse partido. O tumulto foi tão grande no contingente que todos os homens foram postos sob chave. A impressão geral na Amazônia parece ser a de que a província foi chamada a suportar parte maior do que a que lhe devia caber no pesado encargo da guerra[378].

Portanto para todo serviço, mesmo o militar, na província do Amazonas a grande força era a indígena. Os índios eram recrutados a força e resistiam embrenhando-se nas matas. E como no caso dos serviços das obras públicas, para o serviço militar também não havia treinamento.

A ausência de qualificação da mão-de-obra nos serviços de obras públicas causava transtornos tanto quanto a falta de mão-de-obra. O presidente da província, Antônio Epaminondas de Mello[379] deixou um claro registro a cerca deste fato, em seu relatório de vinte e quatro de junho de 1866. Neste relatório o presidente informou que o aterro da Praça da Imperatriz executada como forma de extinguir focos de infecção, foi destruído pelas águas pluviais, sendo o maior motivo a imperfeição da construção do mesmo.

Em 1869, o presidente João Wilkens de Mattos informa que apesar dos inconvenientes gerados pela reduzida e desqualificada mão-de-obra, as obras públicas não foram paralisadas, entretanto, foram reduzidas, sobretudo pela falta de materiais de construção no mercado local. De acordo o presidente:

> As únicas obras, que se faz por administração, são – a nova Igreja Matriz, e o palacete provincial.
> Não tem tido maior andamento esta obra, porque, a escassez de cal no mercado desta capital, e o exagerado do preço á que chegou esse material, obrigarão a suspendê-lo no dia 28 de abril de 1868, recomeçando á cinco de outubro do mesmo ano.
> Pequeno número este edifício de operários tem ali sido empregado[380].

---

[377] AGASSIZ, Luis; AGASSIZ, Elizabeth Cary. *Viagem ao Brasil 1865 – 1866*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda. 1975, p.161.

[378] AGASSIZ, Luis; AGASSIZ, Elizabeth Cary. Idem, p.174/175

[379] MELLO, Antônio Epaminondas. *Relatório apresentado a Assembléia Legislativa da Província do Amazonas.* Em 24 de junho de 1866. Recife. Typographia do jornal do Recife. Rua do Imperador n. 77. 1866. p.298/299.

[380] MATTOS, João Wilkens de. *Relatório que abriu a Assembléia Legislativa Provincial* no dia 4 de abril de 1869. Manaos. Typografia do Amazonas de Antonio da Cunha Mendes. Rua da Palma, canto da travessa da União – Ao Aterro. 1869.

No ano de 1870, com o fim da guerra do Paraguai aos poucos a economia se recupera e há um aumento no volume de trabalhadores, porém não na forma desejada pelos governantes, visto que a resistência do nativo ao modo de trabalho permanece; e, paralelamente, talvez principalmente, a extração da borracha já fosse uma atividade muito mais lucrativa que qualquer outra na Amazônia. Quanto a isso o presidente Pereira Guimarães fala:

> [...] As obras da nova Matriz e do palacete provincial têm tido andamento compatível com o pouco pessoal nelas empregado. E não há esperança de aumentá-lo convenientemente em quanto fabulosos lucros da borracha arrastarem o operário da preferência para das florestas[381].

Em 1871, o presidente José de Miranda da Silva Reis, para solucionar o problema solicitou, junto à assembléia, meios para incentivar o que ele denomina "aquisição de emigrantes nacionais ou estrangeiros", e auxílio à catequese, que continuava sendo instrumento de recrutamento do governo junto aos indígenas [382].

No relatório de 1872, talvez em decorrência do fim da Guerra do Paraguai, entrevemos que quanto ao recrutamento indígena o presidente Reis obteve resultados, ele informa:

> Auxiliado pelo honrado e prestimoso cidadão que na Província exerce o cargo de Diretor Geral dos Índios, o major Gabriel Antonio Ribeiro Guimarães, tenho conseguido conservar efetivamente no serviço de obras publicas uma turma de índios composta de contingentes das diversas tribos e localidades da Província, sendo estes contingentes regularmente substituídos, de três em três meses mais ou menos, por outros das mesmas localidades depois de bem pagos e tratados naquelas obras[383].

O aumento de operários trouxe impulso às obras, mas, podemos deduzir trouxe também problemas, visto que à época não havia normas de segurança para proteção do operário o que aliada a não qualificação, possivelmente levava ao aumento dos acidentes de trabalho. Nos jornais foi possível detectar poucos acidentes, talvez por esta não ser uma

---

[381] PEREIRA GUIMARÃES, Clementino José. Vice Presidente da Província. *Exposição de 08 de junho de 1870*. IN: REIS, José de Miranda da Silva. Presidente da Província. *Relatório apresentado a Assembléia Legislativa da Província do Amazonas.* Em 25 de março de 1871. Manaus: Typ do Amazonas, 1871.

[382] REIS, José de Miranda da Silva. *Relatório que á Assembléia Legislativa Provincial do Amazonas* apresentou, no ato de abertura das sessões ordinárias de 1871. Manaos. Impresso da Typ. do Amazonas de Antônio da cunha Mendes. Rua da Palma, canto da travessa da União. 1871, p.12.

[383] REIS, José de Miranda da Silva. *Relatório apresentado a Assembléia Legislativa da Província do Amazonas.* Em 25 de março de 1872. Manaus: Typ. do Amazonas, 1871, p.21.

notícia que se desejasse veicular. Sabemos pelo noticiário do jornal *O Catequista* [384] que morreu ao cair de um andaime um índio empregado na obra da matriz, o incidente ocorreu no dia vinte e quatro de abril de 1871, o nome do índio ou sua procedência não foram divulgados. Revelando, talvez, o nível de importância destes operários indígenas.

De acordo com a documentação oficial, ao longo do período provincial, a falta de mão-de-obra levou os administradores a usarem o sistema de recrutamento indígena através do *Corpo de Trabalhadores*. Entretanto, deduz-se que este sistema semi-servil não funcionou a contento, em decorrência, principalmente, da resistência indígena. Procurando contornar a falta de operários os governantes trouxeram operários de outras províncias e até de outros países, e solicitaram ao império alguns "africanos livres".

Estes índios e negros que serviam à província eram apenas braços úteis, viviam num sistema de semi-escravidão. O índio era "arregimentado" da aldeia e enviava às cidades para prestação de serviços que não desejavam executar; o negro, importado de outras províncias, era mantido sob a custódia da polícia para evitar suas mortes precoces, fosse por afogamento ou brigas. Todavia eram estes homens os operários designados para execução dos serviços mais pesados na construção civil.

Quanto à mão-de-obra especializada, a solução encontrada pelos administradores, desde o início do período provincial, foi trazê-los de outras províncias, como fez Ferreira Penna em 1853, ou se utilizar dos engenheiros militares como relatado na documentação oficial do período, ou ainda entregar a administração das obras a particulares pelo regime de "arrematação". Ou seja, pagar a terceiros para executarem a obra.

Entre os que exerceram a função de engenheiros ou de diretor de obras públicas podemos citar: Major Razwaldoski (1854-1855); Capitão de artilharia Hilário Maximiniano Antunes Gurjão (1854); alferes Alberto Knaus (1855); Major Gurjão (1856); Dr. Theodoro Antônio de Oliveira (1856); João Wilkens de Mattos (1858); Irineo Porfírio da Costa (1859) oficial Sebastião José Pyrrho (1860); José Justiano Braule Pinto (1860); Capitão Francisco Rafhael de Mello Rêgo (1865); Geógrafo e engenheiro civil e militar Joaquim Leovigildo de Souza Coelho (1862, 1871, 1872, 1873); Geógrafo Luiz de Martins da Silva Coutinho (1868-1871).

Os principais empreiteiros que arrecadaram as obras no período foram: Francisco Antônio Monteiro Tapajós; Leonardo Antônio Malcher; João Francisco Fernandes; João José Freitas Guimarães; Manoel Luiz Fontão; José Cardoso Ramalho, Antônio José Lopes Braga, José Pires dos Santos e Francisco Hora.

[384] *Jornal O Catequista*, nº. 490, de 26 de abril de 1871.

De modo que, no dizer de Wilkens de Mattos, numa terra onde "tudo estava por fazer", também faltava quem o fizesse, ou seja, profissionais para realizar os levantamentos cadastrais, projetos e orçamentos necessários para resolvê-la e mão-de-obra para executá-la. Esta situação perduraria no Amazonas por todo o período provincial mesmo que se buscasse terceirizar os serviços. Assim, em diversos momentos as obras seriam executadas sem o estudo preliminar, sem a supervisão adequada, por operários que não desejavam executá-las e não tinham experiência no serviço que realizavam, resultando em obras mal executadas, demoradas e que tinham que estar em constante manutenção.

Assim sendo, podemos afirmar que a mão-de-obra, juntamente com a falta de materiais, foi um dos fatores determinantes para que a construção do templo da matriz perdurasse por dezenove anos.

3.2.2 Formação da mão-de-obra: o Instituto de Educandos e Artífices de Manaus

O presidente João Pedro Dias Vieira, ciente da impossibilidade de atrair mão-de-obra qualificada para a província, apresentou uma solução: qualificar a mão-de-obra local. Assim, no relatório de oito de julho 1856, solicitou a assembléia legislativa provincial autorização para a criação de uma escola profissionalizante, o Estabelecimento de Educandos e Artífices. Segundo Vieira "a utilidade dos Estabelecimentos desta ordem, não se demonstra, é axiomática"[385], ou seja, tão evidente que não se fazia necessária maior justificativa.

De acordo com a proposta do presidente Vieira, o Estabelecimento de Educandos e Artífices funcionaria a partir de duas oficinas – ferreiro e carpinteiro - já instaladas na Olaria provincial, ao qual seriam agregadas outras com o objetivo de qualificar em torno de trinta a quarenta educandos[386].

A proposta do presidente pareceu ser unânime, pois em 21 de agosto, um pouco mais de um mês depois, o Instituto de Educandos Artífices do Amazonas foi criado pela lei n.º 60 de 1856, sendo instalado em 25 de março de 1858, seu regulamento foi aprovado três anos depois, em 1861, através da lei n.º104. Após 19 anos de existência, em 1877, o instituto seria extinto em meio a uma crise financeira que assolou as províncias brasileiras naquele período.

---

[385] VIEIRA, João Pedro Dias. Relatório apresentado em 8 de julho 1856. Barra do Rio Negro - Typ. de S. Ramos, 1853, p.15.
[386] VIEIRA, João Pedro Dias. Idem, p.15.

A historiadora Irma Rizzini[387] informa que no Segundo Reinado cresceram no Brasil as iniciativas dirigidas à educação dos filhos das camadas populares para o trabalho. Os Institutos de Educandos Artífices representaram o modelo mais constante na época. Foram criados neste período, com propostas de funcionamento semelhante, nove Institutos entre os 1840 e 1865: o primeiro em 1840 no Pará, seguido pelas províncias do Maranhão (1841); São Paulo (1844); Piauí (1947); Alagoas (1854); Ceará (1856); Amazonas (1856); Rio Grande do Norte (1859) e Paraíba (1865). Todos com o objetivo comum de proporcionar uma formação moral aos desvalidos iniciando-lhes numa profissão adequada à sua classe[388].

Os Institutos de Educandos e Artífices eram baseados no modelo de aprendizado das oficinas de artesãos, onde o mestre ensinava aos aprendizes através da execução de trabalhos orientados por ele. Buscaremos a seguir "vislumbrar" o perfil destes aprendizes e mestres para compreender o contexto dos mesmos para a Província do Amazonas.

Os aprendizes eram *a priori* os meninos desvalidos. De modo geral a ênfase da justificativa das autoridades era a educação destas crianças, entretanto na Província do Amazonas os governantes ressaltavam a necessidade de formar trabalhadores para a província, assim como educar e integrar filhos de índios à sociedade civilizada. O objetivo era formar trabalhadores em ofícios tais como: marceneiro, carpinteiro, torneiro, ferreiro, sapateiro, alfaiate, serralheiro, entre outros. Todos estes cursos ministrados no instituto amazonense, em fases diversas de seu funcionamento.

No ano de 1857, Instituto de Educandos Artífices do Amazonas permanecia com as duas oficinas iniciais, ferreiro e carpinteiro, mais residia no estabelecimento doze africanos livres, três mulheres e três crianças[389]. Dentre os homens havia dois pedreiros, um carpinteiro e seis trabalhadores sem ofício, todos destinados a prestarem serviços nas obras públicas; as crianças eram provavelmente aprendizes.

De acordo com Irma Rizzini, os aprendizes entravam em torno dos seis ou sete anos para os institutos, neles seguiam uma proposta pedagógica para a alfabetização, formação religiosa e moral, e o ensino da música. A idade precoce, segundo a historiadora,

---

[387] Irma Rizzini desenvolveu importante estudo abordando a educação nas Províncias do Pará e do Amazonas no Segundo Reinado.

[388] RIZZINI, Irmã. *O cidadão polido e o selvagem bruto: a educação dos meninos desvalidos na Amazônia* Imperial, 2004. 453f. Tese (Doutoramento em História Social). – Universidade Federal do Rio de Janeiro; 2004. Disponível em http://www1.capes.gov.br/teses/pt/2004_dout_ufrj_itma_rizzini. PDF>. Acesso em 25 de julho de 2006. p. 170.

[389] AMARAL, Ângelo Thomaz do. *Fala dirigida a Assembléia Legislativa Provincial do Amazonas* em 1º de outubro de 1857. Rio de Janeiro. Typografia Universal de Laemmerte – 1858. Anexo 5, p.4

se devia provavelmente à proposta de formação integral. Não bastava instruir ou ensinar um ofício, mas educar segundo os preceitos da religião católica e da vida social, em atenção aos bons costumes e às regras da civilidade.

Os relatos dos viajantes são fontes não oficiais que possibilitam entender o funcionamento da instituição e a atenção do governo perante a mesma. Entre os anos de 1859 e 1866 podemos destacar as impressões registradas pelo alemão Robert Ave-Lallemant (1859) e de Louis e Elizabeth Agassiz.

Para Robert Avé-Lallemant o instituto era tão bom que poderia ser comparado a um reformatório alemão, citando como comparativo a escola "Rauhes Haus" de Hamburgo, o viajante escreve:

> (...) e tive o prazer de observar um esmero e desvelo na direção desse instituto, fundado a expensas do Estado, e educação dos 19 meninos ali internados, que realmente me surpreendeu. Se as caras fuscas e sadias dos pequenos índios não me fizessem lembrar que estava em Manaus, julgar-me-ia num bem dirigido asilo de órfãos na Alemanha[390].

Louis e Elizabeth Agassiz, em sua crônica, dedicam um item denominado "Uma escola para índios", ao Instituto de Educandos e Artífices onde também expõe seu contentamento com a escola:

> Passamos ontem uma manhã muito interessante visitando uma escola para crianças índias, a pouca distância da cidade.... Numa grande oficina de torneiro e marceneiros, vimos esses índios fabricarem elegantes peças de madeira trabalhada, cadeiras, mesas, aparadores e vários artigos pequenos como réguas e faquinhas para cortar papel. Noutra oficina, trabalhavam em ferro; noutra, traçavam delicados objetos em palha. além desses ofícios, aprendem leitura, escrita, cálculo e música instrumental... A escola é mantida pela província, mas a dotação do estabelecimento é pequena e o número de alunos é reduzido[391].

Porém, o olhar da senhora Agassiz é mais perspicaz, ela narra que lhe foi revelado que alguns internos haviam sido subtraídos à força de seus pais, o que pode comprovar ao observar uma célula "bem semelhantes a uma jaula de animal feroz", ato que lhe foi justificado sob o argumento de que "a civilização, mesmo que imposta pela força, é preferível à barbaria"[392].

---

[390] AVÉ-LALLEMANT Robert. *No Rio Amazonas (1859).* Itatiaia; São Paulo: Ed. universidade de São Paulo, 1980, p.117.

[391] AGASSIZ, Luis; AGASSIZ, Elizabeth. *Viagem ao Brasil 1865-1866*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo, ed. da Universidade de São Paulo, 1975. p.128.

[392] AGASSIZ, Luis; AGASSIZ, Elizabeth. *Viagem ao Brasil 1865-1866*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo, ed. da Universidade de São Paulo, 1975. p.128

O Governo da Província do Amazonas alegava usar a instrução como instrumento para civilizar os índios, principalmente através das crianças. Porém, é possível deduzir um constante conflito entre civilizar e explorar, pois, nos discursos defendia-se a integração do índio à sociedade civilizada, preservando a sua liberdade, mas na prática, ocorria a exploração dos índios e de suas crianças.

Como indício desta exploração, podemos citar as informações contidas no relatório de 1871, do presidente José de Miranda da Silva Reis. No relatório, o presidente solicitava: mesmo que o instituto não seja destinado exclusivamente aos índios, que seja disponibilizada mais vagas para recebê-los e evitar assim que "tais menores [sejam] como que escravizados por mestres de obras e outras pessoas..." [393].

Todavia, a vida na instituição para estas crianças não era fácil. Os menores aprendizes eram submetidos a um regime disciplinar de caserna. A obediência às normas e à hierarquia era exigida com rigidez e, aos infratores, eram empregados medidas punitivas que iam das advertências leves às punições mais severas.

Irma Rizzini observa que os Institutos de Educandos guardavam em comum a prática de punição, como os castigos humilhantes, a privação de alimentação, a prisão e, por fim, a expulsão[394]. Nos casos de expulsão dos "incorrigíveis", os governantes decidiam se a perda do pecúlio e o envio às companhias de aprendizes marinheiros acompanhariam a punição.

Este rígido regime de internato era repudiado por parte de seus alunos que se evadiam de suas instalações, o diretor interino do Instituto, Aristides Justos Marvignier, por exemplo, informa em seu relatório de treze de agosto de 1858, ao presidente Francisco José Furtado, que se evadiu do estabelecimento "o educando Gabriel Rodrigues, filho de José Joaquim"[395] e que as autoridades já estavam informadas. Conforme pudemos observar nas notas de jornais e nos relatórios a tentativa de fuga foi prática comum durante todo tempo de funcionamento do instituto, da mesma forma as punições.

No ano de 1869, o presidente João Wilkens de Mattos, em visita a freguesia de Serpa (atual cidade de Itacoatiara) e Silves[396], é informado que quatro meninos fugiram do

[393] REIS, José de Miranda da Silva. *Relatório apresentado a Assembléia Legislativa Provincial do Amazonas* em 25 de março de 1871. Tipografia do Amazonas, 1871, p.7.
[394] RIZZINI, Irmã. *O cidadão polido e o selvagem bruto: a educação dos meninos desvalidos na Amazônia* Imperial, 2004. 453f. Tese (Doutoramento em História Social). – Universidade Federal do Rio de Janeiro; 2004. Disponível em http://www1.capes.gov.br/teses/pt/2004_dout_ufrj_itma_rizzini. PDF>. Acesso em 25 de julho de 2006p.171.
[395] MARVIGNIER, Aristides Justos. In FURTADO, Francisco José. *Relatório do Presidente da Província do Amazonas*. 07 de setembro de 1858. Manaus: Tipografia Silva Ramos, 1858.
[396] *Correio de Manáos*, n.19 de 19 de novembro de 1869. Periódico publicado na cidade de Manáos de 1869 a 1881.

Estabelecimento de Educandos e encontram-se escondidos em um sítio situado a nove léguas da vila, ele então determina a captura dos desertores e seu retorno a Manaus. Estes fatos, entre outros, demonstram que nem todos estavam de comum acordo na condição de aprendizes, gerando conflitos, resistência e consequentemente punições.

Mattos reconhecia a importância da instituição para a capacitação dos operários da província, mas reconhecia também que sua manutenção era cara, apesar de frisar que parte dos gastos era custeada pela própria escola que gerava renda com os produtos de suas oficinas e com a banda de música.

A banda de música era um grupo que proporcionava grande satisfação à instituição e à administração provincial, elogiada inclusive pelos viajantes. Avé-Lallemant (1859) quando visitou a Instituição afirmou "o que mais me atraiu foi sua música"[397], Elizabeth Agassiz (1865) também cita e elogia os meninos músicos.

Fica evidente na documentação oficial a relação entre música e prevenção da criminalidade, no relatório da presidência da província de 1868, Wilkens de Mattos após afirmar que os "nossos jovens são mui hábeis para a musica", concluiu "o musico raras vezes comete crimes atrozes". E a participação em festas e atividades culturais da cidade, sem dúvida, representou um importante fator de motivação e atração para o aprendizado da música.

A música dos educandos tornou-se presença indispensável nos festejos oficiais, como o aniversário da independência do Brasil, aniversário do imperador, entre outras; festas religiosas; etc. Requisitada para todos os tipos de cerimônias e festas da Província, a música permitia aos educandos participarem da vida social de Manaus e alegrava as noites de domingo da família do presidente da Província.

De acordo com o vice-presidente Leonardo Ferreira Marques, no ano de 1868, o estabelecimento funcionava regularmente e abrigava sessenta sete meninos de diversas idades, divididos nas oficinas de marcenaria, carpintaria, ferreiro, alfaiataria e música[398]. Todos os aprendizes, de acordo com o vice-presidente, recebiam além da educação profissional a instrução primária.

Em 1870, o presidente Mattos, expressou o seu entusiasmo com o poder da educação em transformar os destinos dos desvalidos:

---

[397] AVÉ-LALLEMANT, Robert. *No Rio Amazonas (1859)*. Itatiaia; São Paulo: Ed. universidade de São Paulo, 1980, p.118.

[398] MARQUES, Leonardo Ferreira. *Relatório apresentado a Assembléia Legislativa da Província do Amazonas.* Em 26 de Novembro de 1868. Manaos. Tipografia do Amazonas, 1869, p.4.

> O ensino das artes e ofícios á classe desfavorecida da fortuna; á classe de cidadãos que, pela sua origem, estaria votada a não passar de tripulantes de pequenas embarcações, de pescadores, ou coletores de produtos silvestres, arrastando nas trevas uma existência cheia de perigos e sem gozos sociais, é um grande passo dado em favor do progresso moral dos nossos provincianos. É este estabelecimento digno da maior solicitude dos administradores e legisladores desta província. Está ele fadado á derramar pela nossa escassa sociedade, cidadãos que, recebendo uma instrução primaria regular, tem de concorrer com seus conhecimentos artísticos para o progresso material da província. [399]

Nos seus anos de existência, a instituição exibiu os troféus do bom resultado educacional e escondeu seus defeitos. Entre os defeitos, estava a forma como as crianças eram trazidas e mantidas na instituição, e, entre os bons resultados, estava a banda dos aprendizes, formados dentro do programa de música, visto como um instrumento educacional moralizador e civilizador.

Grande dificuldade enfrentada pela Instituição era a contratação dos mestres para as oficinas, fosse pela falta de oferta de pessoas qualificadas para o cargo ou pelos baixos salários pagos pelas instituições. Problemas com a suspensão dos trabalhos das oficinas por desistência de instrutores, mestres despreparados, a contratação de ex-alunos ou alunos mais antigos para ocuparem a função de mestre, dificuldades financeiras que impediam a compra de materiais necessários à execução dos trabalhos e manutenção do equipamento, foram vivenciados em momentos diferentes na existência da instituição.

A apreensão com a contratação de mestres aparece nos relatórios provinciais desde o período inicial do instituto, quando os baixos salários frente à "carestia do mercado" preocupavam o governo. Logo após a criação do instituto, no expediente de 26 de maio de 1858, o presidente Francisco José Furtado informou em ofício ao diretor do Instituto de Educandos que aprova o contrato do mestre José Mattos para ensinar os ofícios de marceneiro, torneiro e carpinteiro. Furtado também determina que o diretor de obras públicas colocasse a disposição do diretor dos educandos as madeiras pertencentes a olaria provincial com a finalidade de serem manufaturadas[400].

Em 1871 o problema ainda persistia como podemos verificar no relatório do presidente Miranda Reis:

> Servem ainda atualmente de mestres alguns prontos operários que, na falta de outros mais idôneos, para esse fim foram contratados ao terminarem o tempo a

[399] MATTOS, José Wilkens. Presidente da Província. *Relatório apresentado a Assembléia Legislativa da Província do Amazonas.* Em 25 de março de 1870, p.15.
[400] Jornal *Estrella do Amazonas*, n.º 312; de 14 de agosto de 1858. Expediente de 26 de maio de 1858.

> que eram obrigados a servir nas respectivas oficinas em que apreenderam como educandos[401].

Evidentemente, está falta de operários se refletia não só no andamento das obras como também na execução dos serviços. Pois, para levantar as paredes, bastava um feitor supervisionando os serviços, mas para as obras de acabamento, montagem dos altares, pórticos de entrada, pisos, esquadrias e etc., eram necessárias profissionais treinadas ou sob a supervisão direta de um mestre. Talvez por isso o presidente Reis não tenha encontrado oposição a "importação" de mestres da Europa.

No relatório de 1872, o presidente Domingos Monteiro de Peixoto informou que haviam chegado oito mestres alemães da Alemanha, sendo incorporados ao Estabelecimento dos Educandos Artífices. Todavia, no relatório de 25 de março de 1873, Peixoto coloca que a cara experiência foi infeliz, o grupo de alemães que desembarcou na cidade de Manaus não tinha as qualidades técnicas desejadas e sua conduta tornou-se exemplo de indisciplina e embriaguez para os meninos:

> Estes estrangeiros, além de ignorarem, pela maior parte, o oficio que deviam ensinar, não eram entendidos, nem se faziam compreender, e davam-se a excessos e á vícios, que até os tornavam prejudiciais á disciplina do instituto[402].

Da experiência com os mestres alemães, Augusto Theobald faleceu após dois meses de trabalho, embriagado numa canoa, Carlos Scheuks e Carlos Doring evadiram-se[403], um faleceu "vítima de um caso esporádico de febre amarela"[404] e o restante foi deportado de volta para a Europa, com o Estado pagando as dívidas contraídas pelos mesmos e suas passagens.

Depois deste vultoso prejuízo, no ano de 1873, o Estado voltou-se para a contratação dos mestres "nacionais", buscando no Maranhão professor e contramestre de música e mestres para as oficinas de alfaiate, carpinteiro e sapateiro[405]; entretanto, observamos que o problema persistiu até o fechamento do estabelecimento.

---

[401] REIS, José de Miranda da Silva. *Relatório apresentado a Assembléia Legislativa Provincial do Amazonas* em 25 de março de 1871. Manaus: Tipografia do Amazonas, 1871. p.7

[402] PEIXOTO, Domingos Monteiro. *Fala dirigida a Assembléia Legislativa Provincial* em 25 de março de 1873. Manaus: Tipografia comércio do Amazonas, 1873, p.12.

[403] PEIXOTO, Domingos Monteiro. Idem, p.12-13.

[404] PEIXOTO, Domingos Monteiro. *Exposição* apresentada em 08 de julho de 1872. Manaus: Impresso na typografia de Gregório José de Moraes, 1872.

[405] PEIXOTO, Domingos Monteiro. *Fala dirigida a Assembléia Legislativa Provincial* em 25 de março de 1873. Manaus: Tipografia comércio do Amazonas, 1873, p.12-13

No ano de 1875, as dificuldades financeiras do Instituto dos Educandos Artífices em Manaus se agravaram, não só em decorrência das oscilações na economia da província, mas principalmente pela falta do apoio dos parlamentares do Amazonas. No orçamento previsto para o ano seguinte, os parlamentares determinaram a redução da verba da instituição de 44:066$640 para 40.000$000 e o aumento do número previsto de educandos, de 40 para 100.

Não bastassem as determinações da Assembléia, em março de 1875, o vice-presidente da Província, capitão de Mar e Guerra Nuno Alves Pereira de Mello Cardoso, determinou que a junta de fazenda do tesouro provincial indicasse os meios de cortar despesas no instituto. A partir daí o que observamos é uma queda vertiginosa aos benefícios concedidos à Instituição. Pelo expediente de junho do mesmo ano, extinguiram-se as oficinas de torneiro, de ferreiro e de livreiro, capelão e enfermeiro, eliminou-se também o cargo de professor de primeiras letras.

A crise no estabelecimento se agravou, e em vinte de junho de 1877 utilizando como justificativa o déficit público, foi apresentado a Assembléia Provincial o projeto número doze, solicitando a extinção do Instituto. O relatório do presidente Agesiláo Pereira da Silva justifica o fechamento da casa expondo o alto custo e os parcos resultados do esforço educativo, afirmando que em vinte e nove anos de existência, não teriam saído prontos nos diversos ofícios, mais do que doze rapazes[406].

O presidente Agesiláo Pereira da Silva em muito contribuiu para extinção da Casa dos Educandos, ao remeter à Assembléia Provincial uma demonstração do tesouro a respeito dos valores escoados na sua manutenção, desde a fundação, todavia, sua fala não explicitou como chegou ao número que expressava o total fracasso educacional do instituto. Pode-se concluir que o número de rapazes dados por prontos não é absolutamente confiável, mas foi extremamente útil no sentido de auxiliar o Governo da Província na redução das despesas e extinção do Instituto.

Conclui-se deste modo que apesar dos esforços empregados durante todo período provincial e especificamente durante a construção do novo templo da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, a mão-de-obra na Província do Amazonas era escassa e em sua maioria despreparada, e que o Instituto de Educandos e Artífices foi apenas um meio paliativo, não resolvendo de fato o problema.

---

[406] SILVA, Agesiláo Pereira da. *Exposição* de 06 e julho de 1877. Manaus: Tipografia do Amazonas, 1878, p.6-8.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história de Manaus pode ser escrita com cada uma das vozes que compõem os mais diversos fenômenos característicos da sociedade nascida nesse entremeio de florestas. Entender as especificidades do modo de ocupação e urbanização da cidade é, por conta desta perspectiva, mais do que uma abordagem, é condição de análise e apreensão da realidade nessas terras. E esta ocupação e modo de urbanização podem ser entendidos através de um de seus edifícios símbolos, a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição.

A primitiva e pequena capela foi construída no ano de 1695 nas imediações do Fortaleza de São José da Barra do Rio Negro com os materiais e mão-de-obra que a natureza dispunha, sendo suas paredes de taipa e cobertura de palha, assemelhando-se a uma oca.

A escolha destes materiais e desta forma são indícios claros e evidentes das condições administrativas e financeiras do lugar e que, da mesma forma que a feitura do templo, a posse do lugar era *frágil*. Certamente, como símbolo, a edificação estava mais próxima da cultura que se buscava suplantar, ou seja, a do tapuio.

Foi a partir destas construções, forte e capela, que se estabeleceram as relações sociais produtoras do espaço urbano, transformando-os em códigos associados a contextos e domínios específicos, a espada e a cruz, nos quais os indivíduos construíram sua vida cotidiana e estabeleceram sentido na produção da cidade. Esta forma de ocupação está em consonância com o processo de colonização do Brasil, onde entre as formas utilizadas para consolidar o poder estavam a imposição da cultura e da religião ocidental aos povos colonizados. Neste sentido, as construções de fortificações e igrejas tinham um propósito muito maior, ou seja, buscar uma totalidade, uma unicidade, mesmo que forjada.

O templo de taipa e o Lugar da Barra, até final do século XVIII, continuaram sem grande representatividade. A primeira tentativa conhecida de se esboçar um projeto de urbanização da cidade e remodelação do templo remonta a Manoel Lobo Gama D´Almada, no ano de 1791, que, ao transferir a sede do governo da província para o Lugar da Barra, instalou na cidade alguns melhoramentos urbanos e industrias. As ações de D´Almada foram um marco importante para a história local, pois trouxeram ao núcleo urbano uma curta e tênue prosperidade econômica e financeira.

Entre as diversas ações D´Almada reedificou e remodelou o templo, desta feita em madeira de lei, o que ressalta o aspecto simbólico do templo para o povoamento e a

possessão territorial, para Igreja e o estabelecimento das relações sociais. O templo privilegiava a paisagem com um elemento material de maior visibilidade e dava ao núcleo urbano um mecanismo de controle mais eficaz, pois a vida em sociedade é resultado de um processo cultural embasado nas relações sociais, e o templo religioso é um símbolo que expressa determinada *visão* de mundo, reafirmando a identidade do Lugar.

No entanto, D`Almada havia feito a transferência da capital de Barcelos para o Lugar da Barra sem a autorização do Grão-Pará e as melhorias por ele implantadas não foram bem aceitas e 1798 a capital voltou a ser Barcelos. A sede da capitania só voltou para o Lugar da Barra em 1804, desta feita por ordem régia. Porém somente em 1808, a sede da Capitania foi efetivamente transferida, dando-lhe um leve impulso.

A cidade e o templo só voltaram a passar por mudanças significativas no ano de 1850, quando a Igreja Matriz, em conseqüência de um incêndio de causas não esclarecidas, reduziu-se a cinzas; e o projeto referente à elevação do Amazonas à categoria de Província foi aprovado, tendo Manaus como capital.

A cidade da Barra, como capital da mais nova província do Brasil, teve que se adaptar a essa condição e fazer-se "merecedora" do novo *status*, inclusive aparelhando-se com equipamentos urbanos. Neste processo, como muitos percalços, adaptaram-se construções particulares, reformaram-se os próprios nacionais e deu-se inicio a uma lenta e progressiva recuperação e construção de edifícios e outros melhoramentos públicos.

Quanto ao templo, após o incêndio, os serviços religiosos passaram a ser ministrados na pequena capela de Nossa Senhora dos Remédios, situada na extremidade leste da cidade. O deslocamento das principais atividades religiosas para a capela dos Remédios propiciou um leve crescimento do Bairro dos Remédios e uma maior atenção do poder público para área. De imediato foi construída uma ponte-barca para que o acesso fosse facilitado, depois substituída por uma ponte de madeira e, paulatinamente, o bairro foi recebendo maiores investimentos em sua infra-estrutura urbana e maior contingente populacional.

Na recém instalada Província do Amazonas, a cidade da Barra do Rio Negro tinha em seu núcleo urbano as ruínas do forte de São José, a Igreja Matriz em cinzas, o antigo palácio dos governadores, o quartel e o seminário episcopal, com características correspondiam a um núcleo urbano que, em seus primeiros tempos, fora constituído de forma espontânea, sem um planejamento. Não havia uma clara definição entre os limites da cidade e da floresta. As casas se assemelhavam: eram baixas e construídas de pau-a-pique,

denotador de não haver grande distinção de classes sociais. Faltava à cidade equipamentos urbanos essenciais, entre eles Palácio e Igreja Matriz.

Todavia, a instalação da Província ocorreu numa ocasião em que os recursos financeiros para possibilitar esta implantação eram mínimos, tendo, basicamente, como fonte os parcos recursos oriundos da tributação e do Governo Imperial. Neste contexto, as edificações que representavam o poder estabelecido - palácio, quartel e igreja -, como elementos primários, mesmo que bastante deterioradas ou já inexistentes, eram os pontos de referência da cidade. Com o novo *status* político, a urbanização da cidade da Barra se fez imperativa e entre as obras consideradas básicas foi dado destaque à construção do novo templo religioso em detrimento até da edificação do palácio, sede do governo civil.

Este novo templo, como primeira edificação de grande porte e um dos elementos essenciais ao ordenamento da cidade, traria consigo a auto-representação da urbe e a consolidação de um novo ciclo. Deveria, portanto, ser projetado para abrigar maior número de pessoas, não só para celebrar os atos religiosos, mas também como lugar de encontros, reuniões e lazer, pois era no templo da Igreja que se exercia a sociabilidade, sendo ela uma das fibras invisíveis que compunha o tecido da arquitetura da edificação. Da mesma forma, na monumentalidade do novo templo deveria estar impresso a nova ordem política da cidade e da província.

Em relação ao levantamento documental, quanto ao projeto original da edificação permanece uma lacuna. Apesar de termos chegado ao nome de quem projetou o templo, o engenheiro civil João Mamede Júnior, não foi possível detectar na documentação do Estado a planta original da edificação. A resposta, talvez, esteja no acervo da Igreja, mas, como naquele momento Manaus era subordinada à diocese do Pará, não nos foi possível ter acesso a esses documentos. Talvez no futuro se possa confirmar tal hipótese.

Também não foi possível detectar em testemunhos históricos os requisitos que levaram à escolha do novo sítio para a edificação do templo, o antigo largo da Olaria. Sabe-se que a escolha raramente é ocasional, geralmente esta associada a outros elementos, tais como: geográficos, cosmológicos, geométricos, acontecimentos históricos ou mitológicos ou simplesmente para perpetuar a sacralidade anterior atribuída ao sítio. Todavia, a única informação em relação à área é que, no período colonial ali esteve instalada a Olaria e que anterior a época da escolha do sítio, segundo Bento Aranha, a área era ocupada por duas hortas, uma de propriedade de Maximiniano de Paula Ribeiro e outra de Oliveira Horta. É certo que numa análise do aspecto geográfico do lugar, vislumbra-se que a construção num

pequeno morro destacaria o templo possibilitando sua visualização à distância, dando-lhe a visibilidade almejada.

Apesar de que fundamentos simbólicos possam ser determinantes na escolha do lugar para instalação de um templo religioso, no caso da nova matriz da cidade de Manaus deduz-se que ela esteja relacionada a fatores práticos, como ocorreu em outras partes do Brasil no período colonial, onde as igrejas geralmente eram posicionadas de maneira estratégica na paisagem.

É certo que o deslocamento do templo deslocaria o centro urbano da cidade, pois as relações sociais que ele engloba são construídas por símbolos e códigos que constroem a vida cotidiana, e o templo religioso é um dos elementos presentes no processo de construção social da realidade. A mudança de posicionamento na localização do principal templo religioso da cidade é um indício de planejamento do crescimento urbano ou da necessidade de tal expansão.

A localização da matriz é relevante porque o templo religioso é um dos princípios que organizam o universo simbólico dos homens e, deste modo, tem o poder de influenciar suas ações. Ao se inscreverem pontos socialmente reconhecidos como relevantes na dinâmica urbana e social aponta-se como referência para as práticas que compõem o cotidiano, pois, é na vivência diária que os homens são lançados em múltiplas realidades que aparecem como normais e, diante delas, têm atitudes "naturais" e ordenadas.

Todavia, apesar da significância simbólica da nova matriz, as obras do templo demoraram a ter início. Tal situação em muito incomodava a elite política local, principalmente aos padres políticos, como é possível deduzir a partir dos anais da Assembléia Legislativa Provincial. Para contornar tal situação deputados e presidentes elaboraram diversas leis e propostas orçamentárias destinando verbas para o início da construção. E assim, em 1857, os recursos financeiros para o início da construção do templo da Matriz foram disponibilizados. E finalmente, na manhã de vinte e três de julho de 1858, depois de longo percurso, foi lançada, no antigo Largo da Olaria, a pedra fundamental da nova matriz.

O processo de marcação do sítio com o lançamento da pedra fundamental, como acontece nas obras de consideradas de grande importância, foi um acontecimento simbólico, marcado por ritual civil e religioso, amplamente divulgado no Jornal *Estrella do Amazonas*.

Mas apesar de todo o aparato para o lançamento da pedra fundamental do novo templo e a importância do mesmo na dinâmica urbana, a obra durou dezenove anos. Para

entender o longo período de construção do novo templo da Igreja Matriz, fez-se necessário resgatar o contexto provincial quanto à logística do ramo da construção civil de então e os demais fatores que impuseram limitações à celeridade da obra.

Constatou-se então que edificar em Manaus no período provincial não era tarefa simples. Não havia recursos financeiros, pois a indústria e a economia gravitavam em torno da coleta de produtos naturais e a borracha apenas começa a despontar no cenário internacional; faltavam materiais e também mão-de-obra. Deste modo, apesar de a obra do novo Templo da Matriz ser desejada por parte do povo, pelo clero e pelos governantes, o lançamento da pedra fundamental não significou dizer que as dificuldades estavam sanadas ou que, como qualquer outra de grande porte, seria executada de imediato.

Os presidentes do período da edificação do templo buscaram várias alternativas para amenizar os problemas na construção civil e, tentando viabilizar as obras, solicitaram do Império mais verbas para investir na cidade; reestruturaram a diretoria de Obras Públicas; objetivando atrair um maior número de índios para os serviços das obras públicas permitiram que os nativos trouxessem suas mulheres para a cidade durante o período que permanecessem no serviço obrigatório e, aumentaram seus honorários. No sentido de fornecer certa qualificação à mão-de-obra, inauguraram na cidade a Casa de Educando Artífices, e importaram profissionais de outras províncias e até do exterior.

Em 1860, o cenário arquitetônico local, apesar de algumas melhorias, continuava similar ao descrito por pelo presidente Tenreiro Aranha (1852). De acordo com as fontes da época não havia um prédio que merecesse a denominação de Palácio e as obras da nova matriz ainda não havia passado dos alicerces.

Neste início da década de 1860 a cidade de Manaus possuía cerca de duas mil, oitocentas e noventa e cinco casas para uma população de vinte quatro mil, quinhentos e quarenta e sete homens livres e quinhentos escravos, em torno de vinte mil pessoas a mais que no governo de Aranha. Evidentemente a cidade e seus administradores ressentiam-se da falta do Palácio e da Matriz, sedes dos poderes civil e religioso e instrumentos importantes para condicionamento da população. A ausência destas edificações interferia diretamente na dinâmica da cidade.

De maneira geral, todos os presidentes desde que a província foi instalada até o ano de conclusão da obra da matriz, em suas falas e relatórios, destacavam a importância da edificação do novo templo, contudo fosse pela falta de logística do setor de construções, orçamento, corrupção, ou mesmo ainda priorizar outros setores, na década de 1860 a obra progrediu lentamente.

Na década de 1870, a falta de recursos financeiros, de mão-de-obra e materiais se minimizaram na Província do Amazonas. O advento da borracha aumentou a arrecadação da província e maiores verbas foram destinadas para a edificação. O fim da guerra do Paraguai (1870) e o crescimento da imigração para a região aumentaram a disponibilização de mão-de-obra, e com a decisão do governo imperial de abrir a bacia do Rio Amazonas à navegação internacional a importação de materiais de outras províncias e do exterior foi facilitada. Todavia outros problemas se intensificaram, como o acirramento dos conflitos políticos com a queda do "gabinete Zacarias" e dos conflitos religiosos com a chamada "questão religiosa".

Porém, mesmo com todas as desavenças político-religiosas e a diminuição no ritmo das obras, em vinte e seis de maio de 1877, o presidente Domingos Jacy Monteiro declarou que a construção do templo da matriz poderia ser considerada concluída.

Finalmente pronta, era preciso inaugurar a nova matriz. Todavia se a construção do templo foi conturbada a sua inauguração não deixou de sê-lo. Novamente os conflitos políticos religiosos atrasaram ato. Mas, para além destes conflitos, o novo templo da matriz representava um orgulho para citadinos, Estado e Igreja; por ser a expressão de um ideal de "civilidade" e "urbanidade" marcando um novo tempo desejado pela maioria, onde a realidade assumia naturalmente uma ordem simbólica. Com sua monumentalidade, o templo tornar-se-ia essencialmente um espaço público e um elemento catalizador da população, atraindo-a para rezar, para as festas e atos políticos (a votação era feita na igreja), sendo um espaço de teatralização espontâneo da vida coletiva.

Deste modo, em quinze de agosto de 1877, o templo da igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição recebeu as bênçãos pelas mãos do padre Santos Pereira. Haviam-se passado mais de duas décadas desde que a província do Amazonas havia sido instalada, desde então, houve uma lenta e gradual mudança: a presença de políticos e a busca para aparelhar a cidade e fornecer condições para o florescimento econômico faziam-se sentir nas obras por eles produzidas.

De fato, apesar da instabilidade política e econômica o comércio começava a prosperar com os novos estabelecimentos artesanais e manufatureiros. Esses estabelecimentos se disseminavam, alterando a paisagem urbana e atraindo estrangeiros de várias procedências, que aqui chegavam para obter lucros, e, em alguns casos, uma nova perspectiva de vida.

O templo da nova matriz, mais do que uma edificação, sem deixar de sê-lo, deu forma à cultura, à cidade e ao seu povo, produtor ou receptor de suas mensagens. Mais do

que edifício, a arquitetura é significado, é uma estratégia de comunicação por excelência, uma vez que dirige o olhar do receptor para a certeza e afasta-o dos processos de dúvida eloqüente, nessa dimensão significativa é que nos defrontamos com os principais desafios para decifrar o novo templo da matriz. Pois, a arquitetura, como símbolo e como discurso, é um recurso que dá forma a leis, a normas, a hábitos, a valores, a culturas, a crenças, e idéias; e a religião, por outro lado, encontra na edificação do templo um símbolo, um recurso perfeitamente adequado que permite aludir a idéias imateriais.

Quanto à forma da edificação, apesar de não ter sido localizado o projeto original, sabe-se pelos documentos oficiais que houve alterações no caminhar da obra. Por meio do relatório Wilkens de Mattos, sabe-se que a dimensão da igreja, aprovada pela presidência era: uma capela-mor de cinqüenta palmos de quadra; duas sacristias laterais de cinqüenta palmos por trinta, tendo o corpo cento e vinte palmos desde o cruzeiro até a porta principal, sobre oitenta e seis de largura, compreendida as duas colunatas; a área de todo o edifício ocuparia quinze mil palmos quadrados de terreno.

Comparando-se às dimensões do templo com o número estimado de habitantes e a pequenez da cidade, mesmo que ambas em expansão, pode-se deduzir que o desejo era de um templo grandioso, se não em sua decoração interna pelo menos em sua amplitude, dominando toda a área central do largo da antiga olaria.

Certamente nas pesadas paredes deste monumento de setecentos e oitenta e três metros e oitenta e sete centímetros quadrados de área construída, o Estado buscou passar a certeza de estabilidade e segurança do poder do novo status da cidade, capital da nova Província do Império do Brasil. Da mesma maneira, o templo também revela o momento conturbado da Igreja, pois sua planta assemelha-se ao formato de cruz, seguindo os princípios da romanização, movimento que ganhava forças no momento de seu projeto e execução.

Este formato de planta em cruz, por analogia, foi relacionado com o corpo de Cristo crucificado. Assim, de acordo com a tradição, a nave representa o corpo de Cristo, as sacristias os braços estendidos, e a área da capela-mor com o consistório a cabeça de Cristo.

De modo geral, as igrejas são orientadas no eixo oeste-leste com a entrada voltada para o sol poente e o altar para o sol nascente, que corresponderia ao percurso do fiel, da escuridão para a luz e da morte na carne à vida eterna em Cristo. A Igreja Matriz de Manaus sai um pouco deste eixo, novamente deduzimos que prevaleceram na sua implantação os fatores práticos; desta forma, sua fachada principal ficou voltada para o Rio Negro.

No decorrer desta dissertação vimos que a edificação do "templo de pedra" resultou de diversas condicionantes que envolveram uma quantidade enorme de fatores e uma de suas dimensões mais intrigantes é a do simbolismo, verdadeiro veículo do patrimônio cultural humano. A Igreja Matriz enquanto ícone indica a presença de Deus, enquanto símbolo torna-se um significante de realidades sutis, uma lembrança do passado, da materialidade da presença humana para a posterioridade. Essa dimensão simbólica atribuída à arquitetura, assim como a outros elementos, é inerente ao ser humano e resgatá-la é fundamental para entendermos os significados ausentes ou ocultos de uma época.

Contrapondo o templo de pedra ao templo de taipa e ao templo de madeira de lei podemos dizer que o templo de pedra correspondia a uma das representações do *progresso e da civilização.* Sua feitura e forma estava de acordo com o nível das condições econômicas e culturais do período, refletindo, da mesma forma que a feitura dos templos anteriores, um momento histórico. Através do "templo de pedra", juntamente com os demais melhoramentos urbanos da cidade de Manaus, alimentou-se um projeto civilizacional para a Província do Amazonas, agregado a um discurso que reunia a constituição de um novo espaço civil fundamentado numa engrenagem complexa para a sua representação política e visibilidade social. A edificação, portanto, pode ser considerada símbolo do período provincial no Amazonas.

Por fim, destacamos que durante sua história, o edifício da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, atual Catedral Metropolitana de Manaus, sofreu diversas agressões, tanto de caráter natural, tais como atmosféricas e climáticas, como as causadas pelo homem, como fruto da falta de conservação e/ou de intervenções que lhe descaracterizava, tais como: o desmonte da pintura parietal original e a confecção de pinturas murais; confecção de outra pintura no forro sobrepondo a mais antiga na capela-mor; sobreposição das pinturas artísticas da nave, como por exemplo, o barramento em escailola imitando mármore cinza que se encontrava encoberta por tinta na cor rosa; as intervenções nos altares laterais que foram totalmente descaracterizados de sua originalidade, a construção de outro pavimento dentro da sacristia, alterando a configuração espacial da edificação.

A pouca documentação destas intervenções e a ausência de um cuidado em preservar a documentação da Igreja revelam o desconhecimento dos interventores anteriores em relação ao Bem Cultural. Outro fato é o desconhecimento do valor artístico de algumas peças que compõem o acervo da instituição por parte da comunidade e da Igreja. Por exemplo, até o ano de sua restauração, 2001-2002, a paróquia desconhecia que a via-sacra

da igreja, composta de quatorze peças são confeccionadas em ferro fundido, fabricadas pela Fundição Val D'osne, fundição Francesa que ornamentou a partir do século XIX várias praças e edificações em Manaus.

Esta falta de comprometimento com o templo é decorrência da falta de política de valorização dos bens culturais da cidade e, conseqüentemente, com a história da cidade, que com a degeneração do espaço urbano gera uma gradativa perda de importantes referenciais culturais e a alienação de valores consagrados (artístico, cognitivo, cultural, econômico etc.).

O templo da igreja matriz de Nossa Senhora da Conceição, como Patrimônio Cultural Edificado, é uma fonte de conhecimento e aprendizado, e como tal, de acordo com Maria de Lourdes Parreiras Horta[407], deve ser enfocado como um *texto aberto* e objeto da *educação patrimonial*, que tem como proposta metodológica o *uso educacional* dos museus e monumentos.

A educação patrimonial, centrada no *Patrimônio Cultural*, conduz o individuo a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural. Este conhecimento crítico e a apropriação consciente destes bens são fatores indispensáveis no processo de preservação do patrimônio e, no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania.

[407] HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. *Lições das coisas: o enigma e o desafio da educação patrimonial*. p. 221 – 233. BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Museus. Nº 31, 2005.

FONTES

I. Relatórios, Falas, Exposições

FURTADO, José Furtado. *Relatório do Presidente da Província*. 03 de maio de 1859. Manaus: Tipografia de Francisco José da Silva Ramos, 1859, p.13.

PEIXOTO. Domingos Monteiro. *Fala dirigida a Assembléia Provincial do Amazonas em 25 de março de 1874*. Manáos. Impresso na Typ. do Commercio do Amazonas. 1874.

RAMOS FERREIRA, vice-presidente da Província – *Relatório de 5 de setembro de 1866*. Recife: Typ. do Jornal do Recife, 1866, p.24.

AMARAL, Ângelo Thomaz do. *Fala dirigida a Assembléia Legislativa Provincial do Amazonas em 1º de outubro de 1857*. Rio de Janeiro. Typografia Universal de Laemmerte – 1858.

ARANHA, João Baptista de Figueiredo Tenreiro. *Relatório do Presidente da Província*. Typ. de M. de S. Ramos. – 1852.

BARÃO DE MARACAJU. *Fala com que abriu no dia 25 de agosto a 1ª Sessão da 14ª Legislatura da Assembléia Legislativa Provincial*. Manáos: Tipografia do Amazonas. 1878, p.52.

CAMISÃO, Carlos de Moraes. *Repartição de Obras Públicas*, Manáos 29 de Abril de 1859. Anexo 4 do Relatório de FURTADO, Francisco José. Manáos. Typographia de Francisco José da Silva Ramos – 1859.

COELHO, Jerônimo Francisco. *Fala dirigida pelo à Assembléia Legislativa Provincial* na abertura da segunda sessão ordinária da sexta legislatura, 1º de outubro de 1849 - Pará– Typografia Santos & Filhos. Pará, s/d, p. Mapa estatístico em anexo.

COELHO, Joaquim Leovigildo de Souza. *Apenso: nota dos trabalhos feitos nos meses de Janeiro e Fevereiro de 1872*.

COELHO, Joaquim Leovigildo de Souza. *Relatório da Repartição das Obras Públicas da Província do Amazonas de 1º de Janeiro ao fim de Dezembro de 1871*.

CUNHA Manoel Clementino Carneiro. *Relatório que abriu a segunda sessão da Assembléia Legislativa Provincial do Amazonas. Maranhão*, 1864.

CUNHA, Manoel Clementino Carneiro da. *Fala dirigida a Assembléia Legislativa Provincial do Amazonas*. Na Abertura da 2ª Sessão ordinária da 5ª Legislatura no dia 3 de novembro de 1861. Manaos. Typographia de Francisco José da Silva Ramos. Anexo I.

CUNHA, Manoel Clementino Carneiro. *Relatório apresentado a Assembléia Legislativa da Província do Amazonas*. Sessão Ordinária de 3 de Maio de 1862. Pará. Impresso na Typographia de Frederico Carlos Rhossard, 1862.

CUNHA, Manoel Clementino Carneiro. *Relatório com que passou a administração ao primeiro vice-presidente exm. snr. Dr. Manoel Gomes C. de Miranda*. Maranhão, 1864.

CUSTÓDIO, Ângelo. *Relatório do Vice Presidente da Província do Pará entregue ao Exm. Sr. Doutor Fausto Augusto de Aguiar, no dia 13 de Setembro de 1850* – Impresso na Typographia de Santos e & Filhos – Pará, s/d.

D´AGUIAR, Fausto Augusto. *Relatório ao Exmo.sr.dr. José Joaquim da Cunha, Presidente da Província do Grão-Pará, por ocasião de entregar-lhe a administração da Província no dia 20 de Agosto de 1852*. Pará - Typographia de Santos e & Filhos. Pará: Tipografia Santos & Filhos..

D´AGUIAR, Fausto Augusto. *Relatório do Presidente da Província do Grão-Pará na Assembléia Provincial, no dia 15 de agosto de 1851*. - Typographia de Santos e & Filhos – Pará.

FURTADO, Francisco José. *Relatório apresentado a Assembléia Legislativa Provincial do* Amazonas em 13 de maio de 1859. Manáos: Typographia de Francisco José da Silva Ramos – 1859.

LACERDA, Adolfo de Barros Cavalcanti de Albuquerque. *Relatório apresentado a Assembléia Legislativa Provincial do Amazonas* na Sessão Ordinária do 1º de outubro de 1864. Pernambuco, Typographia de Manoel Figueiroa de Faria & Filho, 1864.

LACERDA, Adolpho de Barros Cavalcanti de A. *Relatório do Presidente da Província*. Recife: Typ. do Jornal do Recife. 1865.

MARQUES, Leonardo Ferreira. *Relatório apresentado a Assembléia Legislativa da Província do Amazonas. Em 26 de Novembro de 1868*. Manaos. Tipografia do Amazonas, 1869.

MARVIGNIER, Aristides Justos. In FURTADO, Francisco José. *Relatório do Presidente da Província do Amazonas*. 07 de setembro de 1858. Manaus: Tipografia Silva Ramos, 1858.

MATTOS, João Wilkens de Mattos. *Relatório do dia 4 de abril de 1869*. Manáos: Typografia do Amazonas, 1869.

MATTOS, João Wilkens de. *Relatório de 25 de março de 1870*. Manaos. Impresso na Typographia do Amazonas, 1870.

MATTOS, Wilkens de. *Relatório de Obras Públicas – Anexo K* – 04 de agosto de 1858 in FURTADO, Francisco José. Relatório de 07 de setembro de 1858, p.3.

MELLO, Antônio Epaminondas. *Exposição com passou a Administração ao 1º vice-presidente Tenente-Coronel Sebastião Jozé Bazilio Pyrrho em 30 de abril de 1867*. Manaus: Typ do Amazonas, 1868.

MELLO, Antônio Epaminondas. *Relatório apresentado a Assembléia Legislativa da Província do Amazonas* 24 de junho de 1866. Recife: Tipografia do Jornal do Recife, 1866.

MICHILES, Jozé Bernardo. *2.º Vice Presidente da Província do Amazonas*; 25 de Novembro de 1867.

MIRANDA, Manoel Gomes Correa de. *Relatório do Vice Presidente para o Presidente Ferreira Penna*, em 09 de maio de 1853.

MIRANDA, Manoel Gomes Correa de. *Fala dirigida a Assembléia Legislativa Provincial do Amazonas*. 3 de novembro de 1860. Manaos. Typographia Silva Ramos. Anexo 14.

MIRANDA, Manoel Gomes Corrêa. *Fala dirigida a Assembléia Legislativa da Província do Amazonas na abertura da primeira sessão ordinária da primeira legislatura. 5 de setembro de 1852*. Manaus: Typ. de M. de S. Ramos. – 1852.

MIRANDA, Manoel Gomes Corrêa. *Relatório do Vice Presidente Corrêa Miranda para o Presidente Ferreira Penna, em 09 de maio de 1853*. . Manaus: Typ. de M. de S. Ramos 1853.

MIRANDA. Antônio dos Passos. *Relatório de 25 de março de 1876*. Pará: Tipografia do Diário do Grão-Pará, 1876.

MONTEIRO, Domingos Jacy. *Relatório ao Exm.º Sr. Dr. Agesiláo Pereira da Silva Presidente da Província do Amazonas em 26 de maio de 1877*. Manaus: Tipografia Amazonas, 1878.

PEIXOTO, Domingos Monteiro. *Exposição apresentada em 08 de julho de 1872*. Manaus: Impresso na tipografia de Gregório José de Moraes, 1872.

PEIXOTO, Domingos Monteiro. *Fala Dirigida a Assembléia Legislativa Provincial do Amazonas em 25 de março de 1873*. Manáos. Impresso na Typ. do Comércio do Amazonas de Gregório José de Moraes. 1873. Anexo n.º5. Relatório dos trabalhos que concorreram pela Repartição das obras publicas da província do Amazonas no ano de 1872, p.5.

PEIXOTO, Domingos Monteiro. *Fala Dirigida a Assembléia Legislativa Provincial do Amazonas em 25 de março de 1873*. Manáos. Impresso na Typ. do Comércio do Amazonas de Gregório José de Moraes. 1873.

PEIXOTO, Domingos Monteiro. *Relatório de 16 de março de 1875*. Manaós: Tipografia do Comércio do Amazonas, 1875.

PENNA, Herculano Ferreira. *Fala dirigida a Assembléia Legislativa da Província do Amazonas em 1º de outubro de 1853*. Typ. de M. de S. Ramos.

PENNA, Herculano Ferreira. *Fala dirigida a Assembléia Legislativa da Província do Amazonas em 1º de agosto de 1854*. Typ. de M. de S. Ramos.

PENNA, Herculano Ferreira. *Fala dirigida a Assembléia Legislativa da Província do Amazonas no dia 9 de maio de 1853*. Typ. de M. de S. Ramos.

PEREIRA GUIMARÃES, Clementino José. *Exposição de 08 de junho de 1870*. IN SILVA REIS, José de Miranda. Anexo n.1 do Relatório de 25/03/1871.

PYRRHO, José Basílio. Major Director das Obras Publicas, anexo 4 - *Fala dirigida a Assembléia Legislativa Provincial do Amazonas* em 3 de novembro de 1860. Pelo 1º Vice Presidente em exercício o Exmº. Snr. Dr. Manoel Gomes Correa de Miranda. Manaos. Typographia de Francisco José da Silva Ramos.

PYRRHO, José Basílio. Major Diretor das Obras Públicas. Anexo 9 - *Fala dirigida a Assembléia Legislativa Provincial do Amazonas*. Dia 3 de novembro de 1861. Pelo 1º Vice Presidente em exercício o Exmº. Snr. Dr. Manoel Gomes Correa de Miranda. Manaos. Typographia de Francisco José da Silva Ramos. Anexo 19.

REGO, Jacintho Pereira do Rego. *Exposição de 24 de agosto de 1868*. Manaos. Typographia do Amazonas de Antonio da Cunha Mendes, 1869.

REGO, Jacintho Pereira do. *Relatório com que o Exm.º Sr. Presidente da Província abriu a Assembléia Legislativa Provincial do Amazonas no dia 1.º de junho de 1868*. Manaos. Typographia do Amazonas – de A. de C. Mendes, Rua da Palma, canto da travessa da união – ao aterro. 1868.

REIS, José de Miranda da Silva. *Exposição 8 de julho de 1872*. Manaus: Tipografia de Gregório José de Moraes, 1872.

REIS, José de Miranda da Silva. *Relatório apresentado a Assembléia Legislativa da Província do Amazonas. Em 25 de março de 1872*. Manaós: Tipografia de José Gregório de Moraes, 1872.

REIS, José de Miranda da Silva. *Relatório apresentado á Assembléia Legislativa Provincial do Amazonas no ato de abertura das sessões ordinárias de 1871*. Manaos. Impresso da Typographia do Amazonas de Antônio da Cunha Mendes. 1871, p.12.

SILVA, Agesiláo Pereira da. Exposição de 06 e julho de 1877. Manaus: Tipografia do Amazonas, 1878,

VIEIRA, João Pedro Dias. R*elatório apresentado á Assembléia Legislativa Provincial. 8 de Julho de 1856*. Barra do Rio Negro – 1856. Typ. de F. J. S. Ramos.

II ARQUIVOS DIGITAIS

CD-ROM Mensagens da Província do Amazonas. *Governo do Estado do Amazonas/Secretaria de Estado da Cultura* – Centro Cultural Povos da Amazônia. Manaus, s/d.

CD-ROM. Notas Bibliográficas - Anais da Assembléia Legislativa da Província do Amazonas (1852-1889). *Governo do Estado do Amazonas/Secretaria de Estado da Cultura.* Trabalho não publicado.

CD-ROM, *Coleção de Leis Provinciais do Amazonas. Governo do Estado do Amazonas/Secretaria de Estado da Cultura*. Trabalho não publicado.

Arquivo digital do Senado Federal, disponível no site www.senado.gov.br/comunica/eleicoes2006/historia_eleicoes_brasil2.asp. Acessado em 13 de dezembro de 2006.

III ANAIS

ANNAES da Assembléia Legislativa Provincial do Amazonas. *Biênio de 1852 a 1853*. Manaós, Typographia do Amazonas – Impressor Hidelbrando Luiz Antony, 1881.

ANNAES da Assembléia Legislativa Provincial do Amazonas, *Biênio 1854 -1855*. Manaós, Typographia do Amazonas – Impressor Hidelbrando Luiz Antony, 1881

ANNAES da Assembléia Legislativa Provincial do Amazonas. *Biênio de 1856 a 1857*. Manaós, Impresso da Typographia do Comércio do Amazonas, 1881.

IV ESTUDOS

ARANHA, Bento de Figueiredo Tenreiro. *Um olhar pelo passado*. Reimpressão Fac-similar, Manaus/Prefeitura Municipal: Grafima, 1990, p. 21.

ARAÚJO E AMAZONAS, Lourenço da Silva. *Dicionário Topografhico, Historico, Descriptivo da Comarca do Alto-Amazonas*. Recife. Typographia Comercial de Meira Henriques, 1852.

BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política.* São Paulo: Brasiliense, 1996. Obras Escolhidas. v.1.

BEOZZO, José Oscar (Coord. área Brasil). *História Geral da Igreja na América Latina Tomo II/2: Historia da Igreja no Brasil Segunda Época A Igreja no Brasil no século XIX*. 3ª ed. Edição Paulinas. Petrópolis, Editora Vozes, 1992.

BITTENCOURT, Agnello. *Dicionário Amazonense de Biografias: Vultos do Passado*. Rio de Janeiro: Conquista, 1973.

BOURDIEU, Pierre. *O poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S/A, 1989, p.7-16.

BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. *Monumentalidade e cotidiano: a função pública da Arquitetura*. Artigo apresentado na revista eletrônica Mínimo Denominador Comum, acessado em 01.12.2006.

CHARTIER, Roger. *A beira da Falésia: a história entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

CHOAY, Françoise. *Alegoria do Patrimônio*.

CORREA, Marcus Vinícius de Miranda. *Da Capela Carmelita a Catedral Metropolitana de Manaus (AM): Sob uma arqueologia da arquitetura*. Dissertação [Tese de Doutorado], 2005. Universidade de São Paulo.

COSTA, Hideraldo Lima; BITTON, Luiz; BALKAR, Luís; UGARTE, Luíza. *Fundamentos Históricos Para o Estudo do Espaço Urbano do Centro Histórico de Manaus: 1800 a 1880*, 1998, mimeo, 1988.

DANTAS, Ney. *A produção da imagem da cidade*. CECI – UFPE, 2002.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1994.

FARIA E SOUZA, J.B. *A Egreja de Nossa Senhora dos Remédios. Uma peregrinação evocadora do passado*. Manaós, 1927.

FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir: História da Violência nas Prisões*. Petrópolis: Vozes, 1999.

FRADE, Gabriel. *A Arquitetura Sagrada no Brasil: Sua evolução até as vésperas do Concílio Vaticano II*. Loyola: São Paulo, 2007.

FRAGOSO, Hugo. *A era missionária (1686-1759)* in HOORNAERT, Eduardo (Coord.) Comissão de Estudos da História da Igreja na América Latina – CEHILA: *HISTÓRIA DA IGREJA NA AMAZÔNIA*. Petrópolis: Vozes, 1992.

FRAGOSO, Hugo. *Quinto Período: A Igreja na Formação do Estado Liberal (1840-187)*. in HOORNAERT, Eduardo (Coord.) Comissão de Estudos da História da Igreja na América Latina – CEHILA: *HISTÓRIA DA IGREJA NA AMAZÔNIA*. Petrópolis: Vozes, 1992.

GARCIA, Etelvina. *Manaus: referências da história*. 2ª ed. Manaus: Norma Ed., 2005.

HAUCK, João Fagundes in BEOZZO, José Oscar (Coord. área Brasil). *História Geral da Igreja na América Latina. Tomo II/2: Historia da Igreja no Brasil Segunda Época A Igreja no Brasil no século XIX*. 3ª ed. Edição Paulinas. Petrópolis, Editora Vozes, 1992.

HAUCK, João Fagundes. *A Igreja na Emancipação (1808-1840)* in BEOZZO, José Oscar (Coord. área Brasil). *História Geral da Igreja na América Latina Tomo II/2: Historia da Igreja no Brasil Segunda Época A Igreja no Brasil no século XIX*. 3ª ed. Edição Paulinas. Petrópolis, Editora Vozes, 1992.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1956.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. *Lições das coisas: o enigma e o desafio da educação patrimonial*. p. 221 – 233. BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Museus. Nº 31, 2005.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. *O que é Educação Patrimonial*. Salto para o futuro / TV Escola. WWW.TVEBRASIL/SALTO. In ANDRADE. Maria Bernadete Mafra de

Andrade. O que é Patrimônio, Cultura e Patrimônio Cultural. Especialização em Museologia ICHL – UFAM, 2007.

LALLI, Carlo. *Consultoria sui litotipi utilizati come materiali lapidei della Igreja Matriz.* Manaus, 2002, s/n. Trabalho não publicado.

LEMOS, Carlos A. C. *O que é arquitetura*. São Paulo: Brasiliense, 2003, p.41.

LIMA, Cecília; ALBERNAZ, Maria Paula. *Dicionário Ilustrado de Arquitetura.* V. I, São Paulo: Proeditores, 1997-1998, p.49.

LIMA, Regina Márcia de Jesus. *A Província do Amazonas no Sistema Político do Segundo Reinado (1852-1889)*. Dissertação de Mestrado: Niterói: mimeografado, 1978.

MACEDO, Diogo de. *A escultura portuguesa: nos séculos XVII e XVII*. Lisboa: Edição da Revista Ocidente, 1945, p.63.

MARTINS, Carla Denise. Civilização Católica: *D. Macedo da Costa e o desenvolvimento da Amazônia na segunda metade do século XIX*. www.uepg.br/rhr/v7n1/3-Karla%200K.pdf. Acesso em 03.07.06.

MESQUITA, Otoni Moreira de. *LA BELLE VITRINE: O Mito do Progresso na Refundação da cidade de Manaus (1890/1900)*. 2005. 439f. Dissertação (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.

MESQUITA, Otoni Moreira de. *Manaus: História e Arquitetura – 1852-1910*. 3ª. ed. Manaus: Editora Valer e Uninorte, 2006.

MONTEIRO, Mário Ypiranga. *A Catedral Metropolitana de Manaus: sua longa história*. Edições planície, coleção muiraquitã. Manaus: Sérgio Cardoso & Cia, 1958. p. 66.

MONTEIRO, Mário Ypiranga. *Fundação de Manaus*. 4ª ed. São Paulo: Metro Cúbico, 1994.

MOREIRA NETO, Carlos Araújo. *Reformuladores da Missão Católica na Amazônia entre 1750 e 1832* in HOORNAERT, Eduardo (Coord.) Comissão de Estudos da História da Igreja na América Latina – CEHILA: HISTÓRIA DA IGREJA NA AMAZÔNIA. Petrópolis: Editora Vozes, 1992.

MUMFORD, Lewis. *A cidade na história, suas origens, transformações e perspectivas*. 1961. 3ª edição brasileira: junho de 1991. Ed. Martins Fontes.

PEREIRA, José Manoel dos Santos. *Discurso proferido por ocasião das bênçãos dos sinos da nova Igreja Matriz em 29 de junho de 1875*. Apud MONTEIRO, Mário Ypiranga. A Catedral Metropolitana de Manaus: sua longa história. Edições planície, coleção muiraquitã. Manaus: Sérgio Cardoso & Cia, 1958.

PEREIRA, Pe Nonato. *Os sinos da Catedral*. Jornal A Crítica de 1º de dezembro de 1986.

PESSOA, Epitácio. *A Fronteira Oriental do Amazonas: petição inicial e razões finais do Estado do Amazonas*. 2ª ed. Manaus: Edições governo do Estado do Amazonas / Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Desporto, 2001.

REIS FILHO, Nestor Goulart Reis Filho. *Evolução Urbana do Brasil*. São Paulo. Editora Pioneira da Universidade de São Paulo, 1968.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. *A Formação Espiritual da Amazônia*. 2.ed.rev. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas/Governo do Estado do Amazonas, 1997.

REIS, Arthur Cézar Ferreira._*História do Amazonas*. 2ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia / Manaus: Superintendência Cultural do Amazonas, 1989.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Manaos e outras villas*. 2ª edição Manaus: EDUA, 1999, p.45.

RIZZINI, Irmã. *O cidadão polido e o selvagem bruto: a educação dos meninos desvalidos na Amazônia* Imperial, 2004. 453f. Tese (Doutoramento em História Social). – Universidade Federal do Rio de Janeiro; 2004. Disponível em http://www1.capes.gov.br/teses/pt/2004_dout_ufrj_itma_rizzini. PDF>. Acesso em 25 de julho de 2006.

ROSSI, Aldo. *A Arquitetura da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

ROY, Marie-Andrée. Le changement de la situation des femmes dans le catholicisme quebécois. Le rapport Dumont: mocraliser l'Église catholique". *Sociologie et sociétés* XXII, 1990, apud AZEVEDO, Dermi. *Desafios Estratégicos da Igreja Católica*. Lua Nova nº 60, Scielo Brasil, 2003.

SALA, Dalton. *Ensaios sobre Arte Colonial Luso-brasileira.* São Paulo: Landy, 2002.

SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. *Na rota dos labirintos.* História em Novos Cenários: Amazônia em Cadernos. V. 2/3. Universidade do Amazonas / Museu Amazônico, dez 1993/1994, p. 6.

SANTOS, Paulo F. *Formação de Cidades no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001, p.63.

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA. *Relatório de Procedimentos Preliminares para Restauração da Catedral de Manaus*. Manaus, 2001, s/n. Trabalho não publicado.

SOUZA, J. B. Faria. *A Egreja de Nossa Senhora dos Remédios: uma peregrinação evocadora do passado*. Manaós, 1927.

SOUZA, Maria Arminda Mendonça *et al*. *Projeto Arqueológico Catedral Metropolitana de Manaus – Igreja Nossa Senhora da Conceição*. Manaus, 2002, s/n. Trabalho não publicado.

STUDIO ARGOLO. *Restauração de Nossa Senhora da Conceição – Relatório*. Salvador – Bahia, 2002. Trabalho não publicado, s/n.

VIEIRA, David. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. 2ª Edição. Brasília: Editora da UNB, 1980, p.32.

V NATURALISTAS E VIAJANTES

AGASSIZ, Luis; AGASSIZ, Elisabeth. *Viagem ao Brasil 1865-1866*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo, ed. da Universidade de São Paulo, 1975.

AVÉ-LALLEMANT Robert. *No Rio Amazonas (1859).* Itatiaia; São Paulo: Ed. universidade de São Paulo, 1980.

BATES, Henry Walter. *Um naturalista no Rio Amazonas*. Belo Horizonte: ed. Itatiaia, 1979.

BRANDÃO, Frei Caetano. Memórias, apud REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Manaos e outras villas*. 2ª edição Manaus: EDUA, 1999, p.43.

COELHO, Padre Jozé Maria. *Duas Memórias sobre a Capitania de São José do Rio Negro* (1823) in Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Volume 203 Abril-Junho de 1849. Departamento de Imprensa Nacional Rio de Janeiro – 1951.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem Filosófica do Rio Negro*. Círculo do Livro S.A.,1983.

MARCOY, Paul. *Viagem pelo Rio Amazonas*. Tradução: Antônio Porro. Manaus: EDUA. Edições do Governo do Estado, 2001. p.1.

OSCULATI, Gaetano. *De Tabatinga a Belém* (1847) in ISENBURG, Teresa (organizadora). Naturalistas italianos no Brasil. São Paulo: Ícone: Secretaria de Estado da Cultura, 1990.

WALLACE, Alfred Russel. *Viagens pelos rios Amazonas e Negro*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia. 1979.

VI PERIÓDICOS

Jornal A Voz do Amazonas; n.º11 de 21.11.1866.

Jornal Correio de Manáos, n.19 de 19 de novembro de 1869.

Jornal do Amazonas, n.2 de 20 de outubro de 1866. Assembléia Legislativa Provincial – Presidente do Sr. Dr. Leovegildo Coelho – Sessão de 10 de outubro de 1866.

Jornal do Amazonas, n.7 de 07 de novembro de 1866.

Jornal do Amazonas n.14 de 01 de dezembro de 1866.

Jornal do Amazonas, nº 103, de 08 de junho de 1876.

Jornal do Amazonas, nº 107, de 18 de junho de 1876.

Jornal Estrella do Amazonas, n.º 90 de 13 de maio de 1854.

Jornal Estrella do Amazonas, n.110 de 06 de fevereiro de 1855.

Jornal Estrella do Amazonas, nº 113 de 05 de março de 1855.

Jornal Estrella do Amazonas, nº. 120 de 09 de agosto de 1855.

Jornal Estrella do Amazonas, nº. 140 de 16 de abril de 1856.

Jornal Estrella do Amazonas, n. 143 de 14 de maio de 1856.

Jornal Estrella do Amazonas, nº. 270 de 20 de fevereiro de 1858.

Jornal Estrella do Amazonas n.274 de 06 de junho de 1858, expediente de 21 de fevereiro de 1858.

Jornal Estrella do Amazonas, nº. 280, de 27 de março de 1858.

Jornal Estrella do Amazonas, n.º 306, de 15 de julho de 1858. Expediente de 11 de maio de 1858.

Jornal Estrella do Amazonas, nº. 308 de 28 de julho de 1858.

Jornal Estrella do Amazonas, n.º 312; de 14 de agosto de 1858. Expediente de 26 de maio de 1858.

Jornal Estrella do Amazonas, nº. 322 de 25 de setembro de 1858.

Jornal Estrella do Amazonas, nº 326, de 09 de outubro de 1858.

Jornal Estrella do Amazonas, nº. 346 de 25 de dezembro de 1858, Expediente de 20 de agosto de 1858.

Jornal Estrella do Amazonas, n.º 374 de 18 de maio de 1859, expediente de 11 de novembro de 1858.

Jornal Estrella do Amazonas, nº. 389 de 30 de julho de 1858. Expediente de 03 de janeiro de 1857.

Jornal Estrella do Amazonas, nº. 401 de 05 de outubro de 1859. Expediente de 03 de fevereiro de 1859.

Jornal Estrella do Amazonas, n.º 406, 22 de outubro de 1859. Expediente de 20 de fevereiro de 1859.

Jornal O Catequista, n.92, de 19 de dezembro de 1863. Expediente de 1º de novembro de 1863.

Jornal O Catequista, n. 107, de 02 de abril de 1864. Expediente do Dia 07 de março de 1864

Jornal O Catechista n.º 154. 25 de janeiro de 1865.

Jornal O Catequista. n. 159, de 01 de abril de 1865. Expediente de 27 de março de 1865.

Jornal O Catechista, n. 447 de 02 de julho de 1870.

Jornal O Catequista, nº. 490, de 26 de abril de 1871.

Jornal Universal, Ano VI, n. 270. Manaus, 1º de junho de 1958.

Jornal Universal, Ano VI, n.273. Manaus, 22 de junho de 1858.

Jornal Universal, Ano VI, n. 274. Manaus, 06 de julho de 1958.

Jornal Universal. Ano VI, n.282. Manaus, 24 de agosto de 1958.

Jornal Universal, Ano VI , n.286. 28 de setembro de 1858.

REIS, Arthur. *Manaós e Outras Villas* – Revista do Instituto Geographico e Histórico do Amazonas; Anno IV, volume IV, Números 1 e 2. Typographia Phenix, 1934.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tomo LXI, parte 1. Imprensa Oficial, Rio de Janeiro, 1898.

VII MANUSCRITO

CATEDRAL METROPOLITANA DE MANAUS. *Livro de Registro*. Manuscrito (1910-1930).